

MEU QUERIDO GONDA.

VOU DEIXAR ESTE ABACAXI PARA VOCE

RESOLVER COM O CARLOS, O TOINHO E
ZEI VANE LEO

PARA DAR RESULTADO SE O DAITO ZE

DER, POR FAV

NA CAPELA ~~SE~~

DÁ MAIS REPERCUS

~~NO MESMO MA AZE~~

NO MESMO MA AZE

DIGA A TOINHO (AN

JUNTO COM ASSIS

DO STU. ANARD.

DEPOIS VETA COM O
CAMPO DE VOCE AOU



Francisco Anselmo de Barros, que sacrificou sua vida em defesa do Pantanal

Conflitos no Campo B R A S I L 2005





Comissão Pastoral da Terra
Goiânia, abril de 2006

Conflitos no Campo
B R A S I L
2005



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2005

É uma responsabilidade da Secretaria Nacional da CPT

Rua 19, no 35, 1º andar - Centro - 74030-090

Caixa Postal 749 - 74001-970

Goiânia-GO

Fone: (062) 4008-6466 Fax: (062) 4008-6405

Endereço eletrônico:

cpt@cptnacional.org.br

Sítio: www.cptnac.com.br

www.cptnac@cptnacional.org.br

A **Comissão Pastoral da Terra** é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, Pastorais Sociais da CNBB.

A CPT é membro da **Pax Christi Internacional** e da **Right Livelihood Foundation**

Goiânia, abril de 2006

Conflitos no Campo Brasil 2005 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso] [Goiânia]: CPT Nacional Brasil, 2004. Pág. 264 ISBN 85-99218-08-5

Anexado na **Geodados**

Impressão e Acabamento
Gráfica e Editora América Ltda
(62) 3253-1307

Coordenação

José Batista Gonçalves Afonso

Antônio Canuto

Cássia Regina da Silva Luz

Documentaristas CPT Nacional

Cássia Regina da Silva Luz

Inez Ethne Gontijo Neiva

Múria Carrijo Viana

Ana Luisa Alves Cordeiro

Endereço eletrônico:

cpt@cptnacional.org.br

Documentaristas Regionais

Maria Gorete Barbosa de Oliveira - Amazonas

Anna Maria Rizzante Gallazzi - Amapá

Célio Lima Silva - Acre

Lucimone Maria de Oliveira - Goiás

Eliana Santos - Mato Grosso

Natália Paulino - Nordeste (AL, PB, PE e RN)

Ivonete Duarte de Moraes - Santa Catarina

Maria das Graças Braga Santana - Paraná

Luiz Antônio Pasinato - Rio Grande do Sul

Dácio Alves Pereira/Edmundo Rodrigues Costa -

Araguaia/Tocantins

Marcilene Aparecida Ferreira - Minas Gerais

Marcos Lemke - Rondônia

Maria Alves Lima - Ceará

Pedro Albuquerque da Costa Marinho/Joilson José Costa -

Maranhão

Laudiane Barbosa de Sousa - Piauí

Raimunda Regina Ferreira Barros - Pará

Ralf Weissenstein - Roraima

Roberto Carlos de Oliveira - Mato Grosso do Sul

Roseilda Cruz da Conceição - Bahia

Juvenal Rocha - Espírito Santo/Rio de Janeiro

Clipping de Jornais

Thays Pereira Oliveira

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Geógrafo Unesp

Programa DATAAPT

Fabiano de Moura Parente

Analista de Sistema Universidade Salgado de Oliveira

Seleção Fotográfica

Maristela Nunes Vitória

Produção Gráfica

Engenho – suporte em comunicação

Diagramação

Rony Ribeiro

Revisão

Secretaria Nacional

Cartografia

Prof. Eduardo Paulon Girardi

Geógrafos Unesp

Foto da Capa

Adriano Hany (*Campo Grande News*)

Memória

Pe. Josimo Moraes Tavares:

negro, irmão dos pobres da terra, animador da caminhada de comunidades camponesas da região do Bico do Papagaio. A bala que o matou não conseguiu calar a voz, o grito, o clamor, a utopia daqueles e daquelas que ousam lutar por uma terra partilhada, contra o latifúndio.

Eldorado dos Carajás:

o sonho da conquista de um pedaço de chão se transformou na morte de dezenove trabalhadores sem terra, que tombaram nas mãos da polícia a serviço do latifúndio. Essa chacina não abafou a luta pela Reforma Agrária.

Dedicatória

Aos trabalhadores que morreram no eito do corte da cana, sugados pelo excesso de trabalho nos extensos canaviais, um dos símbolos da monocultura brasileira.

Que tanto suor e sangue derramado seja semente de esperança de um amanhã sem lágrimas e dor.

Sumário

Apresentação	7
A natureza em meio aos conflitos <i>Flávio Lazzarin</i>	9
Metodologia	13
Tabela 1: Comparação dos conflitos no campo/1996-2005	18
Conflitos por terra	
Violência e barbárie: a grilagem de terra no Brasil <i>Ariovaldo Umbelino de Oliveira</i>	20
Tabela 2: Áreas em conflito	39
Tabela 3: Violência contra a ocupação e a posse	55
O conto da “floresta pública” e o canto da sereia: Lei 11.284/2006 <i>Elder Andrade de Paula</i>	56
Tabela 4: Ocorrências dos conflitos	64
Ocupações de terras 2000 - 2005: Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra <i>Anderson Antonio da Silva e Bernardo Mançano Fernandes</i>	96
Tabela 5: Ocupações	110
Geografia das Ocupações e Violência	119
Tabela 6: Acampamentos	130
Conflitos pela água	
São Francisco: Rio da integração nacional ou da divisão regional? <i>Documento produzido no Seminário “Pela Vida”, 14 e 15/12/2005</i>	134
Tabela 7: Conflitos pela água	139
Os conflitos pela água <i>Roberto Malvezzi</i>	142
Conflitos trabalhistas	
Erradicação do Trabalho Escravo? Ficou para outra vez <i>Xavier Plassat</i>	146
Tabela 8: Trabalho Escravo	152

Mortes dos “severinos” nos canaviais paulistas <i>Maria Aparecida Moraes</i>	162
Tabela 9: Superexploração	166
Tabela 10: Desrespeito trabalhista	169
Tabela 11: Ações de resistência	171
Conflitos em Tempo de Seca	
Estiagem no Rio Grande do Sul <i>Frei Sérgio Antônio Görden</i>	174
Tabela 12: Conflitos em Tempos de Seca	178
Violência contra a pessoa	
Tabela 13: Violência contra a pessoa	182
Índices de Violência no Campo - Brasil 2005 <i>Carlos Walter Porto Gonçalves</i>	183
Tabela 14: Assassinatos	188
Tabela 15: Tentativas de Assassinato	190
Tabela 16: Ameaçados de morte	192
Tabela 17: Violência contra a pessoa: detalhamento	200
Justiça para a irmã Dorothy <i>David Stang e Emily S. Goldman</i>	203
Manifestações	
Camponeses e indígenas estão se mexendo <i>João Pedro Stédile</i>	206
Tabela 18: Manifestações	210
Notas emitidas pela CPT e outros documentos	231
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades	252
Fontes de Pesquisa	259
CPT no Brasil	263

APRESENTAÇÃO

“Para que este povo acorde”

Pedro Casaldáliga

Bispo emérito de São Félix do Araguaia, MT

Cada ano, a CPT lança à opinião pública seu relatório sobre os conflitos do campo brasileiro. Uma espécie de PNUD da problemática agrária no Brasil, que é esperado e acolhido, até por meios de comunicação nada propícios para a denúncia da injustiça rural e para a reforma agrária verdadeira. A seriedade e a precisão do Relatório se impuseram, no Brasil e no exterior.

Infelizmente, o elenco é de “conflitos”. O nosso Brasil no campo é um campo de batalha! Bem que gostaria a CPT de poder apresentar só números e feitos positivos, realizações concretas de reforma agrária e de reforma agrícola, um panorama idílico de paz rural. Quem acusa a CPT de morbidez pessimista não conhece o nosso campo de perto. Há muito suor e muito pranto e muito sangue derramados em toda a infinita extensão do Brasil rural; em todos os Estados do País. Sangue, suor e pranto impotentes, frustrados, se contarmos somente com a política oficial do legislativo, do judiciário e do executivo. O relatório da CPMI da terra, “voto vencido”, afirma em sua “Apresentação”: “A responsabilidade pela grave situação em que se encontra o campo brasileiro deve ser compartilhada pelos três poderes da República”. E explicita a responsabilidade concreta que cabe a cada um dos três poderes, atendida a situação real do nosso campo. E acrescenta, se referindo precisamente aos “conflitos”: “A violência no campo está enraizada em um conflito distributivo de terra, que só pode ser solucionado por uma reforma agrária ampla e massiva, que democratize o acesso à terra e possibilite o desenvolvimento do campo brasileiro”.

A reivindicação e a luta do povo camponês, sofridas e conflitantes, vêm sendo satanizada pelos “poderes deste mundo”, através dos grandes meios de comunicação (que são os meios dos grandes) e, nesse ano de 2005, até pelo “voto vencedor” da CPMI da terra, apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion.

A política agrário-agrícola e a política indigenista estão sistematicamente pervertidas no Brasil. Há uma iniquidade crônica, secular, no tratamento da terra, em nosso País; no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e de todo o povo camponês; na definição do direito de propriedade e suas funções e seus limites; diante das exigências ecológicas da sustentabilidade e da harmonia que a Terra-Mãe reivindica como saúde da Criação e como segurança e bem-estar de todos em nossa casa comum.

Depois de quase 40 anos de vivência, entre revoltada e esperançada, dessa realidade do nosso campo, me confirmo sempre mais em três convicções:

- O latifúndio é iníquo, um mal maior, crime de lesa-justiça e de lesa-fraternidade. E o Brasil haverá de criar a lei dos limites da propriedade da terra no campo (e na cidade também, onde grassa “o latifúndio urbano improdutivo”). Contestando ao relator da CPMI “vitoriosa”, é preciso gritar que “crime hediondo” e “ação terrorista” não é a ocupação de terras pelo povo, mas o latifúndio, pelo qual o povo é excluído da terra.
- Toda agricultura deve ser ecológica, sustentável, humanizadora.
- A reforma agrária há de ser integral, abrangendo a vida toda do povo camponês, as

infra-estruturas de uma existência verdadeiramente humana, realizadora; com especial ênfase para os anseios da juventude.

Enquanto for preciso publicar um relatório anual de conflitos no campo, não haverá paz nem no campo nem na cidade. A política oficial agrária-agrícola, por ora, é com muita frequência uma política de guerra na execução, na omissão e na repressão violenta, e também, com frequência, uma política de mentira pela tergiversação dos dados que se entregam ao público. O atual governo anunciou ter assentado, em 2005, 127,5 mil famílias; quando apenas 45,7% o foram em áreas destinadas à reforma agrária; o restante, de acordo com o banco de dados da Luta Pela Terra, está em assentamentos temporários ou em assentamentos reordenados em terras públicas.

“Mais um ano sem reforma agrária” gritava na manchete de primeira página um jornal alternativo. “Os camponeses, concluía uma nota da CPT sobre o campo paraense, e poderia se referir a todo o campo brasileiro, continuam na sina da resistência, da força de construírem com as suas próprias mãos e também com o seu sangue (em dezenas de casos) a reforma agrária, justa e necessária”. O trabalho escravo continua a ser notícia, infelizmente, até no exterior, inclusive vinculando-o com certos produtos de exportação...

Este relatório da CPT de 2005 destaca feitos emblemáticos de sofrimento e luta e simultaneamente de heroísmo e exemplaridade. A irmã Dorothy, com um límpido testemunho evangélico de fidelidade ao povo e de perdão aos inimigos; o mártir compulsivo da ecologia, Francisco Anselmo Gomes de Barros, que foi até a oblação total da sua vida. “Já que não temos voto para salvar o Pantanal, dizia Francelmo, vamos dar a vida para salvá-lo”. Dom Luiz Flávio Cappio, profeta peregrino do Rio São Francisco, denunciando o hidronegócio e acenando para as soluções viáveis em favor do semi-árido e de todo o povo nordestino. O MST na Marcha Nacional, sendo mais uma prova de capacidade organizativa e da continuidade histórica do movimento camponês no propósito de conquistar a terra para o povo. Destaques luminosos de uma imensa luta diária, muitas vezes anônima, que faz do campo brasileiro uma contenda entre a morte e a vida, entre a injustiça e a libertação.

Francelmo entrega sua vida “para que este povo acorde”. Este povo somos todos nós: a população brasileira do campo e da cidade, as autoridades responsáveis (ou irresponsáveis), o movimento popular, a intelectualidade comprometida com a verdade, as Igrejas de Jesus Cristo libertador, as Religiões do Deus da vida, a juventude que aspire a ter futuro...

Acordemos, então!



Foto: João Zinclar

A natureza em meio aos conflitos

Pe. Flávio Lazzarin

Membro da Coordenação Nacional da CPT

Mais um *Conflitos no Campo Brasil* - o de 2005. Um ano muito especial.

Três fatos polarizaram as atenções, além, é claro, da crise política que ditatorialmente se impôs à agenda dos brasileiros.

O primeiro, no início do ano, num município do Pará, desconhecido da maioria dos brasileiros, Anapu, é assassinada uma irmã de 73 anos de idade, Irmã Dorothy Stang. Seu martírio ganhou as dimensões do mundo, tal a repercussão em todos os continentes.

Já no segundo semestre, o Brasil foi surpreendido por um fato inusitado. Um bispo da Igreja Católica, Dom Frei Luiz Flávio Cappio, numa pequena Capela, em Cabrobó, PE, às margens do rio São Francisco, se declara em greve de fome, disposto a ir até as últimas conseqüências.

O ano terminou com outro fato que saiu dos padrões das ações que se desenvolvem no Brasil. Um cidadão, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, morre depois de ter ateado fogo ao seu próprio corpo. Era o ambientalista Francisco Anselmo de Barros, conhecido como Francelmo.

Estes três fatos que aconteceram em pontos muito distantes um do outro deste imenso País, estão intimamente interligados. O foco central de sua ação é algo que vai ganhando corpo, penetrando a consciência das pessoas: o respeito ao meio ambiente, à natureza.

Ir. Dorothy trabalhava há muitos anos junto aos lavradores do Pará, tentando despertar a consciência para uma convivência harmoniosa entre as pessoas e o meio ambiente. Propunha, junto com as organizações dos lavradores, os chamados PDSs - Projetos de Desenvolvimento Sustentável. Esta ação se chocava de frente com os interesses dos grileiros, madeireiros e fazendeiros da região. Para eles, mui-

to afinados ao sistema dominante, o que vale é tirar da natureza, no menor prazo, o maior lucro possível. A presença dos pequenos agricultores, a ação incansável de Ir. Dorothy se tornava um empecilho que era preciso remover. Por isso foi eliminada. O contexto de violência, crimes ambientais e grilagens de terras nessa região é detidamente analisado pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, do Departamento de Geografia da USP.

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, ao se declarar em greve de fome, colocou em jogo sua própria vida. Ele, certamente, seja um dos brasileiros que melhor conhece o rio e o povo do São Francisco. Entre 1992 e 1993 percorreu o rio desde sua nascente até a sua foz. Foi testemunha das agressões que o rio e o povo sofriam. Agora, o governo Lula, coloca como uma das principais prioridades do seu governo, a transposição das águas do São Francisco a um custo econômico altíssimo (4,5 bilhões de reais) e a um custo ambiental não totalmente conhecido. Uma decisão que não escutava as vozes que se levantavam para mostrar que tal obra pouco ou nada ajudará a resolver o problema da seca e da fome do povo nordestino. Para defender a vida do rio e do povo que dele sobrevive e para que as vozes dissonantes pudessem ser escutadas, dom Cappio resolveu se declarar em greve de fome, disposto a ir às últimas conseqüências.

Francelmo, ambientalista militante, ateia fogo ao próprio corpo para fazer ouvir o grito dos que se levantavam contra o projeto de construção de diversas usinas de álcool no entorno do Pantanal. As usinas iriam afetar de modo permanente este bioma, levando à sua destruição.

A morte de Irmã Dorothy foi orquestrada e realizada dentro dos parâmetros já bem conhecidos da violência no campo. Os dois últimos fatos, porém, apelaram para uma nova lingua-

gem. Quando a voz da razão não consegue se fazer ouvir, uma nova linguagem emerge e consegue chamar a atenção e chega a reverter situações que pareciam irreversíveis. “Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho”, afirmou Dom Cappio ao iniciar seu jejum.

Estes fatos revelam também a crise de uma civilização, construída sobre o mito do progresso, que se divorcia da vida, não só dos mais pobres, mas sim de todos os seres vivos. Uma civilização que ostenta os seus frutos de morte a partir da acelerada e violenta agressão ao meio ambiente e aos povos.

Conflitos no Campo 2005 destaca estes fatos e reflete sobre eles. A greve de fome de Dom Cappio teve desdobramentos posteriores. Em dezembro um seminário reuniu pesquisadores, estudiosos, movimentos ambientalistas. Documentos foram elaborados e entregues ao presidente Lula. Nossa edição transcreve um destes documentos.

O Congresso Nacional aprovou projeto do governo sobre a exploração das florestas brasileiras. Um texto do professor Elder Andrade, da Universidade Federal do Acre, analisa esta lei, já sancionada pelo presidente Lula, e mostra como ela pode ser geradora de novos conflitos no campo.

A natureza reage às agressões que diariamente sofre. Secas no Sul do País e até na Amazônia são um sinal claro desta reação. As secas afetam sobretudo a vida e a sobrevivência dos pequenos. Frei Sérgio Görden discorre sobre a seca no Sul, suas conseqüências e as reivindicações dos lavradores.

Conflitos no Campo Brasil 2005 continua a mostrar que os conflitos estão muito longe de serem superados. A cada ano o número é maior. Nos últimos seis anos, cada ano supera o anterior. E os números se tornaram mais expressivos nos últimos três anos: - 1690 conflitos, em 2003; 1801, em 2004; 1881, em 2005.

O número de assassinatos continua elevado, 38 em 2005 (39 em 2004, 73 em 2003). São sobretudo mortes e sofrimentos, que, nem por um instante, ganharam os holofotes da mídia. São estas vidas e mortes anônimas que nossa publicação quer evidenciar.

O texto de Ariovaldo Umbelino de Oliveira mostra como, sobretudo na Amazônia, a violência está intimamente ligada à grilagem de terras.

2005 foi marcado ainda por fortes perdas para os movimentos sociais do campo. A esperança dos pobres foi se esvaindo, frustrada em seus sonhos de conquistar a terra. O governo anuncia números elevados de assentamento de famílias, mas milhares e milhares de famílias continuam à beira das estradas ou das fazendas, em barracos de lona preta, aguardando a terra tão almejada. Como assinala o texto do professor Bernardo Mançano e Anderson Antônio da Silva, o que assistimos nos últimos anos é uma ação autofágica. Anunciam-se números elevados de famílias assentadas, mas não se incorporam novas áreas para a reforma agrária. A concentração da terra permanece intacta. Assentam-se famílias em projetos antigos, em lotes vagos. Por isso o número de ocupações vai perdendo fôlego, 496 em 2004, 437 em 2005. O mesmo acontecendo com os acampamentos.

O trabalho escravo continua. As metas de total erradicação não vão muito além dos discursos. As práticas esbarram em duas dificuldades principais, segundo muito bem analisa Fr. Xavier Plassat: faltam recursos, a prioridade é o pagamento da dívida financeira e falta determinação política. A PEC que propõe o confisco das terras onde se flagre trabalho escravo está parada no Congresso. Não se quer enfrentar a bancada ruralista que continua poderosa.

A exploração da força de trabalho dos assalariados, de modo particular os da cana, tem levado a situações de exaustão que têm pro-

vocado inclusive mortes. A professora Maria Moraes traz uma análise muito bem fundamentada deste fenômeno. Enquanto se exige uma produtividade cada vez maior dos trabalhadores, os proprietários da terra se recusam a que os índices de produtividade de suas propriedades, estabelecidos na década de 1970, sejam atualizados.

Os índices de Conflitividade elaborados pelo professor Carlos Walter Porto Gonçalves, relacionando conflitos no campo com sua população rural, continuam a mostrar a olho nu como a violência é significativamente maior onde o agronegócio, baseado nas monoculturas, mais rapidamente se expande. O tão decantado progresso está sendo feito à custa da destruição do Cerrado e das Florestas e com o suor, o sofrimento, as lágrimas e o sangue de milhares e milhares de trabalhadores.

O caderno *Conflitos no Campo Brasil 2005* está sendo lançado em abril de 2006. Um mês depois que as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, encabeçando os demais movimentos da Via Campesina se tornaram o foco principal das notícias no mês de março. Na comemoração do dia Internacional da Mulher, elas ocuparam as instalações da multinacional Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, RS. Destruíram o laboratório e canteiros de mudas numa manifestação contra a monocultura predadora que sacrifica terra e povo para a produção voltada exclusivamente para a exportação. Toda a imprensa, subserviente ao capital, qualificou o ato como crime, que na verdade, era uma manifestação a favor da vida e do meio-ambiente. Mais uma vez a natureza se torna o foco da luta do campo.

O lançamento acontece neste ano **de memórias vitais e subversivas**:

Celebram-se os duzentos anos do nascimento do **Santo Padre Mestre Ibiapina (5/8/1806)**, nordestino, profeta do Sertão, missionário, líder comunitário, servidor do povo flagelado pela seca e pelo latifúndio, professor, advogado, político, que enfrentou as aristocracias fundiárias e o catolicismo das elites; proclamado santo pelo povo do Nordeste, em companhia do Antônio Conselheiro e do *Padim Ciço*.

Comemora-se o trigésimo aniversário da morte do **Padre João Bosco Penido Burnier (12/10/76)**, o vigésimo da morte do **Padre Josimo Moraes Tavares (10/05/86)** e 10º aniversário do massacre de **Eldorado de Carajás (17/04/96)**.

Crise e memória são marcas de tempos desafiadores. Podem se tornar o alibi para quem não resiste à tentação do esquecimento e quer abandonar a luta. Ao contrário, podem ser a força de quem continua firme e renova e descobre caminhos de fidelidade e de transformação.

Conflitos no Campo Brasil não é arquivo morto, mas memória viva e subversiva, que anima e motiva quem luta em defesa da vida e da justiça. Não é rito que repete fórmulas mumificadas, porque estes dados e números têm o tempero ético da indignação, da paixão e da esperança, que iluminam a espiritualidade e a prática da CPT, junto aos camponeses e trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil.

Mostrar a continuidade do descaso da República com os direitos das famílias camponesas e com os direitos dos nossos biomas e ecossistemas apela para a continuidade da ação dos movimentos populares e para o surgimento de novas formas de organização e luta.

Metodologia

A CPT desde sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esta violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 1970. Desde 1985 os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de cadernos. Durante este tempo, o Setor de Documentação trabalhou intensamente no levantamento de dados da luta pela terra, pela resistência na terra, pela defesa e conquista dos direitos e em 2002 começou a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa da questão agrária em escala nacional. Com este trabalho, a CPT formou uma das mais importantes bibliotecas com livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos de pesquisas das lutas camponesas.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e tem como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra e da água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de Documentação.

A tarefa de documentar tem uma dimensão **teológica**, porque, de acordo com a história bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além dessa dimensão, outras dimensões levam a CPT a fazer estes registros. As dimensões: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética - porque a luta pela terra é uma questão de

justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política - porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história.

Pedagógica - porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica - porque todo o esforço e toda a luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica - porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, ela existe para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos. Trata-se de registrar a história da luta de uma classe que secularmente foi explorada, excluída e violentada.

Procedimentos

Os dados apresentados são obtidos por meio de pesquisas primária e secundária. São realizados levantamentos de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições: movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e Igrejas; declarações e cartas assinadas, boletins de ocorrência, além das informações e dados pesquisados pelos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. Essas são as fontes de nossos registros.

Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária realizada pelos Regionais. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas, etc.), para contagem das pessoas participantes considera-se o número inicial de pessoas, somando as diferenças a maior, nos atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação, de modo que o número total dos participantes é igual à soma das pessoas nos atos, menos o número inicial.

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do *Datacpt - Banco de Dados dos Conflitos no Campo - Comissão Pastoral da Terra*, são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico, onde se encontram todos os dados da documentação reunida a respeito do mesmo. Para análise das tabelas, são convidados diferentes cientistas, agentes de pastoral, religiosos e outros profissionais que elaboram textos que contribuam com a compreensão da questão agrária.

Organograma dos temas documentados

No organograma a seguir se apresentam os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

Conceitos

O objeto de documentação e análise são conflitos. Por **conflitos** se entendem as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural envolvendo a luta pela terra, água, direitos e

pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos sindicais e conflitos em áreas de garimpo.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo *acesso a seringais, babaçuais ou castanhais*, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc.

São também enquadrados na categoria de conflitos por terra as

Ocupações que são ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social; e os

Acampamentos que são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos trabalhistas são ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos. Também se referem a situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

Conflitos pela água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.

Conflitos em tempos de seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada

TEMÁTICAS

CONFLITOS POR TERRA	
Formulários: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos	Violência contra Ocupação e a Posse; Áreas em Conflito; Ocorrências dos Conflitos; Ocupações e Acampamentos
CONFLITOS TRABALHISTAS	
Formulários: Conflitos Trabalhistas	Tabelas: Trabalho Escravo, Superexploração, Desrespeito Trabalhista e Ações de Resistência
CONFLITOS EM TEMPO DE SECA	
Formulários: Conflitos em Tempo de Seca	Tabelas: Conflitos em Tempo de Seca
CONFLITOS EM ÁREA DE GARIMPO	
Formulários: Conflitos em Áreas de Garimpo	Tabelas: Conflitos em Áreas de Garimpo
CONFLITOS SINDICAIS	
Formulários: Conflito Sindical	Tabelas: Conflito Sindical
CONFLITOS PELA ÁGUA	
Formulários: Conflitos pela Água	Tabelas: Conflitos pela Água
VIOLÊNCIA	
Formulários: Violência contra o Trabalhador e seus Direitos	Tabelas: Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de Morte, Violência contra a Pessoa e Violência contra a Pessoa (detalhamento)
MANIFESTAÇÕES	
Formulários: Manifestações de Luta	Tabelas: Manifestações de Luta
HISTÓRICO	

e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semi-árido.

Conflitos sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Conflitos em áreas de garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Observações

- Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados.
- Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano trabalhado.

Estrutura

Os dados dos **conflitos por terra** estão assim organizados:

1. Uma tabela em que são registradas as **áreas em conflito** que entendemos como ações ou lugares dos conflitos. Nesta tabela se registram o nome do imóvel, área ou ação, o número de famílias envolvidas e os hectares. Quando em determinada situação se registrar a presença e ação de pistoleiros, ela vem identificada com o nome pistologem.
2. Uma segunda tabela com as **ocorrências de conflitos**. Nela se registra o número de vezes que aconteceram as ações. Assim numa mesma área podem ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito.

Nesta tabela estão registrados os tipos de propriedade e sua respectiva situação jurídica; o número de famílias vítimas de despejo e expulsão - despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão, a retirada das famílias se dá por ação privada -; ou que tiveram bens destruídos durante as violências sofridas; ou que foram vítimas de ausência de políticas públicas e ou da má gestão da política de assentamentos. Por ausência de políticas públicas se entende a falta de infra-estrutura, de serviços básicos de educação, saúde, assistência técnica e crédito. Por má gestão da política de assentamentos se entende os desvios de recursos, assentamentos em áreas inadequadas, redução de áreas de posseiros para implantação de assentamentos, não implementação dos procedimentos exigidos para se ter acesso a determinados benefícios.

3. Uma terceira tabela registra as **ocupações** de terra.
4. Uma quarta, os **acampamentos**. Neste caso registra-se apenas o ato de acampar naquele ano e não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no País.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese **“Violência contra a Ocupação e a Posse”**.

Os **Conflitos trabalhistas** compreendem as tabelas:

Trabalho escravo que tem como elemento essencial e central a sujeição do trabalhador, que pode ser física e ou psicológica. A dívida crescente e impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo. Em geral, ela começa com a contratação pelo “gato”, que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para a família. A dívida aumenta durante o deslocamento até o local de trabalho, uma vez que o “gato” paga a condução e a alimentação durante os dias de viagem. Ao chegar, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho. No estabelecimento, quase sempre, vigora o “sistema de barracão”: obrigatoriamente o peão tem que comprar alimentos e objetos no armazém da empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Não recebe em espécie, mas em vales a serem descontados no armazém. A quebra da palavra com referência ao valor da remuneração e das condições de trabalho, combinados no ato da contratação (quase sempre verbal) eleva consideravelmente a dívida inicial em termos de horas a trabalhar. A situação descrita já caracteriza suficientemente o trabalho escravo. Porém, existem situações agudas, onde se verifica a presença de pistoleiros ou vigias armados que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores dos estabelecimentos. Há ainda maus-tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto. Na maioria dos casos falta assistência médica (chegando ao cúmulo de terem que trabalhar doentes), o local de trabalho está isolado e ocorre apreensão de documentos pessoais.

As situações de **superexploração** que acontecem na esfera salarial, e referem-se às situações em que as horas de trabalho não pagas pelo empregador excedem a taxa normal de exploração do

trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia; o *desrespeito trabalhista* que tem como referência a legislação vigente e está ligado especialmente às condições de trabalho; e as **ações de resistência** que são ações de luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves, ou outras formas de protesto.

Na tabela **conflitos pela água** registram-se os seguintes tipos: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos, etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os **conflitos em tempos de seca** constam de uma tabela que registra **as ações** - saques ou tentativas de saque, manifestações e atos públicos, pedidos de ação dos governos federal, estadual, municipal, e da justiça, bloqueios de estradas, acampamentos, piquetes, ocupações, etc. e **as reivindicações** - frentes de emergência, alimentos, água, sementes, crédito, renegociação de dívidas.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações dizem respeito à violência praticada contra a pessoa dos trabalhadores e sofrida por eles. Por **Violência** entende-se o constrangimento e ou destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

Os *tipos de violência* estão registrados nas seguintes tabelas: **assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte** e numa tabela síntese denominada **Violência contra a pessoa** em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões. Uma outra tabela apresenta o **detalhamento da violência contra a pessoa** onde, além das informações acima, constam ainda seqüestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

O Conflitos no Campo registra ainda as manifestações feitas pelos diferentes movimentos sociais durante o ano. **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

A última parte do Conflitos no Campo reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, sobre diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos e outros documentos.

Tabela 1: Comparação dos Conflitos no Campo (1996-2005)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	255	195	152	277	174	366	495	659	752	777
Ocupações	398	463	599	593	390	194	184	391	496	437
Acampamentos						65	64	285	150	90
Total Conf. Terra	653	658	751	870	564	625	743	1.335	1.398	1.304
Assassinatos	46	29	38	27	20	29	43	71	37	38
Pessoas Envolvidas	481.490	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850
Hectares	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072
Conflitos Trabalhistas										
Ocorrências de Trabalho Escravo	19	17	14	16	21	45	147	238	236	276
Assassinatos	4	1			1	4	1		2	
Pessoas Envolvidas	2.487	872	614	1.099	465	2.416	5.559	8385	6.075	7.707
Ocorrências de Superexploração e Desrespeito Trabalhista		49	56	28	33	25	22	97	107	178
Assassinatos		1	5			1		2		
Pessoas Envolvidas		24.788	366.720	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202	3.958
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos							14	20	60	71
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas							14.352	48.005	107.245	162.315
Outros ***										
Nº de Conflitos	78	12	279	69	50	129				52
Assassinatos	4		4							
Pessoas Envolvidas	451.157	3.288	109.162	164.909	62.319	106.104				43.525
Total										
Nº de Conflitos	750	736	1.100	983	660	880	925	1.690	1.801	1.881
Assassinatos	54	30	47	27	21	29	43	73	39	38
Pessoas Envolvidas	935.134	506.053	1.139.086	706.381	556.030	532.772	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355
Hectares	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

*** Outros: até 1996 estão incluídos os conflitos Trabalhistas. Após 1996 registra-se Conflitos em Tempos de Seca, Sindicais, em Áreas de Garimpo



Foto: João Ripper

Conflitos por terra

Violência e barbárie: a grilagem de terra no Brasil

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Professor Titular do Departamento de Geografia - FFLCH-
USP/ABRA/Instituto Iánde
arioliv@usp.br

“Nem o medo me detém. É hora de assumir. Morro por uma causa justa”¹

(Padre Josimo Tavares assassinado em 1986)

“Não quero fugir, nem abandonar a luta dos camponeses que vivem sem nenhuma proteção em plena selva”² (Irmã Dorothy Stang assassinada em 2005)

Quase vinte anos separam estes dois acontecimentos testemunhos da violência e da barbárie que envolve a grilagem de terras no Brasil, ambos, crimes fartamente anunciados. A eles poder-se ia acrescentar Margarida Maria Alves, Chico Mendes, Raimundo “Gringo”, João Canuto e seus filhos Paulo e José, Paulo Fontelles, Padre Rodolfo, Padre João Bosco Burnier, Padre Ezechiele Ramin, Eugênio Lyra, João Pedro Teixeira, e tantos outros que somam quase três mil ou mais assassinatos no campo brasileiro desde 1964 registrados em livros pela CPT. A Amazônia como grande região e particularmente o Estado do Pará, são “campeões” desta macabra e revoltante estatística. Quantos foram previamente anunciados? Muitos ou quase todos, lado negro da violenta história da formação da propriedade privada da terra no Brasil.

“Em depoimento à CPI da Terra, em maio do ano passado (2004), a irmã Dorothy Stang denunciou a empresa Copam Madeiras e sete pessoas pela exploração ilegal de madeira em Anapu e pela violência

contra os moradores da região, incluindo policiais e pelo menos um militar. ‘Eles (madeireiros e grileiros) entram aqui com combustível, todo o maquinário está por aqui, devastando tudo’, afirmou, num depoimento gravado, a cuja transcrição o **Estado** teve acesso. À CPI, Dorothy atribuiu a gravidade da situação à omissão das autoridades. ‘... sabem que o problema vem de longa data e ninguém faz nada. Então eles continuam porque isso não é de hoje, eles sabem que se fazem esses levantamentos, mas tudo fica no mesmo.’ ... A CPI ouviu a missionária após audiência pública na Câmara Municipal de Altamira (PA) que tratou de crimes ambientais ocorridos na região. Ela mostrou, num mapa que levou ao depoimento, a localização das áreas das quais estava falando.”³

O que temos feito além de denunciar, avisar, pedir proteção? Nada.

As elites continuam suas rotinas: apoderam-se de quase toda terra do País, à bala quase sempre. Já têm sob seu controle nada mais nada menos do que a metade do território brasileiro. Mas querem mais e mais. Matam as florestas, os rios, os mortais. Nada tem detido sua sanha bárbara. Os diferentes governos apenas “par-

1. Padre Josimo Morais Tavares assassinado em 10/05/1986 - frase escrita na parede da capela onde está sepultado, na igreja de Buriti do Tocantins-TO.
2. Estado de São Paulo, 14/02/2005, p. 6.
3. O Estado de São Paulo, 16/02/2005, p. A12.

lamentam". Eles que se autodenominam "bandeirantes dos Séculos XX e agora XXI, pream a terra e assassinam os que se põem à sua frente. E há intelectuais que querem ainda distinguir entre o empresariado moderno no campo e os latifundiários, via de regra assassinos. Qual a diferença entre o proprietário de terra que comandou friamente os assassinatos de Sem-Terra de Felizburgo-MG e aqueles que mandaram matar os funcionários do Ministério do Trabalho em Unaí-MG? Qual a diferença entre os usineiros paulistas que, através de seus administradores, levam à morte por excesso de trabalho, trabalhadores bóias-frias cortadores de cana no interior paulista e aqueles do "consórcio" que pagaram para assassinar Dorothy Stang?

Na votação da reforma agrária na Constituinte de 1988, votaram todos juntos para proteger a propriedade privada da terra. Sempre reivindicam juntos os "perdões" para suas dívidas, mas nunca fizeram um ato sequer para frear "seus" integrantes de classe que assassinam ou mandam assassinar. São partidários da hipocrisia. Fingem que "choram" e lamentam o ocorrido. No caso de Dorothy Stang não foi diferente:

"Fazendeiros e madeireiros divulgaram no final de semana notas de repúdio ao assassinato da Dorothy Stang, que foi morta a tiros no sábado. De acordo com as notas, o crime foi classificado como um "ato de violência intolerável" e "covarde".

Em notas idênticas, representantes de fazendeiros e madeireiros informaram que as divergências do setor com a política adotada pelo governo estão sendo manifestadas no foro próprio, que é o Judiciário. "O projeto de instalação de reservas ambientais em áreas impróprias e por meios descabidos continuará sendo questionado institucionalmente".

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará, o Núcleo da Transamazônica, e o Sindicato da Indústria Madeireira do Baixo e Médio Xingu afirmaram que as divergências do setor com a política adotada pelo governo "foi e continuará sendo travada civilizadamente, sem hostilidades".

Ao pedir "investigação rigorosa" do caso, as duas informaram ainda que estão à disposição das autoridades para apoiar as investigações."⁴

A estratégia, historicamente, foi sempre a mesma: dizer que a culpa é de "uns poucos" proprietários mais violentos e não da maioria dos "empresários" que são "pacíficos" e "agem somente dentro da lei". Pura hipocrisia, mentira pura. Trata-se, historicamente, de um comportamento e atitude de classe.

No Brasil, o capitalismo tem este viés rentista, ou seja, ele se desenvolve unificando em uma mesma pessoa o proprietário de terra e o capitalista propriamente dito. Dessa forma, ele torna-se duas pessoas de classes sociais diferentes em uma só. Quando age através da violência, direta ou indiretamente, ele revela sua face de proprietário de terra "ávido por aumentar seu patrimônio antes que outro o faça". Quando, como na nota citada, fala em "**ato de violência intolerável**" e "**covarde**" e pede "**investigação rigorosa**" e se coloca à "**disposição das autoridades para apoiar as investigações**" revela sua condição de classe capitalista, pois "sempre" (sic) suas divergências foram e continuaram "**sendo travadas civilizadamente, sem hostilidades**".

Penso que é impossível admitir, analisando-se a história da propriedade privada da terra no Brasil, que eles possam ser apenas uma pessoa, o capitalista. Eles são duas em uma, ou se preferirem, como no dito popular, são duas faces da mesma moeda. A tese de que os que assassinam é exceção teria que ser provada na prática, ou seja: quando foi que os capitalistas do campo se uniram para combater definitivamente os proprietários de terra que praticam a barbárie? Porque o trabalho escravo ainda permanece nos campos deste País?

O silêncio daqueles que não são violentos e agem de acordo com a lei, encobre exatamente a estratégia de classe, pois querem se tornar pro-

4. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67174.shtml>

prietários de mais terras do que já concentram. É a lógica da acumulação dominando a classe em todos os seus sentidos.

Por isso, barbárie é igual à concentração de terras para produzir o capital. A apropriação a qualquer custo da propriedade privada da terra sempre foi, no Brasil, o processo através do qual o capital foi produzido. Ou, por outras palavras, a acumulação primitiva do capital continua sendo feita através da tomada, mesmo que pela força, das terras públicas, devolutas ou não. Este é o marco teórico deste texto sobre os conflitos no campo em 2005. O episódio sórdido do assassinato da irmã Dorothy Stang será o exemplo ilustrativo deste processo. Ou mesmo, o estudo do Padre Ricardo Rezende Figueira, ex-vigário de Rio Maria na região do Sudeste do Pará, "*Pisando na própria sombra*"⁵, é um indicador de que a violência na Amazônia e no Pará revela este lado violento da condição de classe dos proprietários rurais que os capitalistas do País possuem. Comentários feitos pelo jornalista Ronaldo Brasiliense para o site da Amazonpress sobre o estudo dá uma dimensão destas questões tratadas no trabalho:

"Grandes grupos empresariais, com atuação na Amazônia, estão sendo acusados de terem explorado o trabalho escravo em seus latifúndios na região, geralmente em fazendas de gado. A lista das empresas envolvidas com escravidão branca é encabeçada por multinacionais do porte da alemã Volkswagen; de bancos como Bradesco - o maior do Brasil - e Bamerindus (hoje HSBC, de capital britânico); construtoras como a falida Encol; seguradoras gigantes como a Atlântica Boa Vista e a Sul-América, além de potências econômicas como Supergasbras, Grupo Matsubara e Manah Fertilizantes.

A denúncia, que atinge boa parte das empresas que alavancam o PIB brasileiro, consta do mais completo levantamento já realizado sobre denúncias de trabalho escravo na região amazônica: "Quão Penosa é a Vida dos Senhores - Discurso dos proprietários sobre trabalho escravo", ... Rezende - um dos mais assíduos integrantes das listas de cabras marcados para morrer na

região do "Bico do Papagaio" (sul/sudeste do Pará, norte do Tocantins e sudoeste do Maranhão)"⁶

1. A luta pela terra continua ... a violência também

A Análise dos conflitos no campo no Brasil em absolutamente nada mudou nos primeiros cinco anos deste século, muito menos se alterou depois de três anos do governo Lula. A curva ascendente reiniciada no ano 2000 continua sua marcha, apenas manteve seu ritmo de crescimento entre 2003 e 2005, mantendo o topo da curva nos três anos do atual governo. (Gráfico 01).

O ano de 2005 também trouxe uma pequena redução no número das ocupações de terra (496 em 2004 e 437 em 2005) e uma redução significativa no número dos novos acampamentos (285 em 2003, 150 em 2004 e 90 em 2005). Provavelmente em decorrência ainda do voto de confiança dado ao governo, em suas metas de assentamentos da reforma agrária. Outra hipótese para explicação do decréscimo destas duas formas de luta pode também ser encontrada no início de um novo descenso próprio do refluxo das lutas.

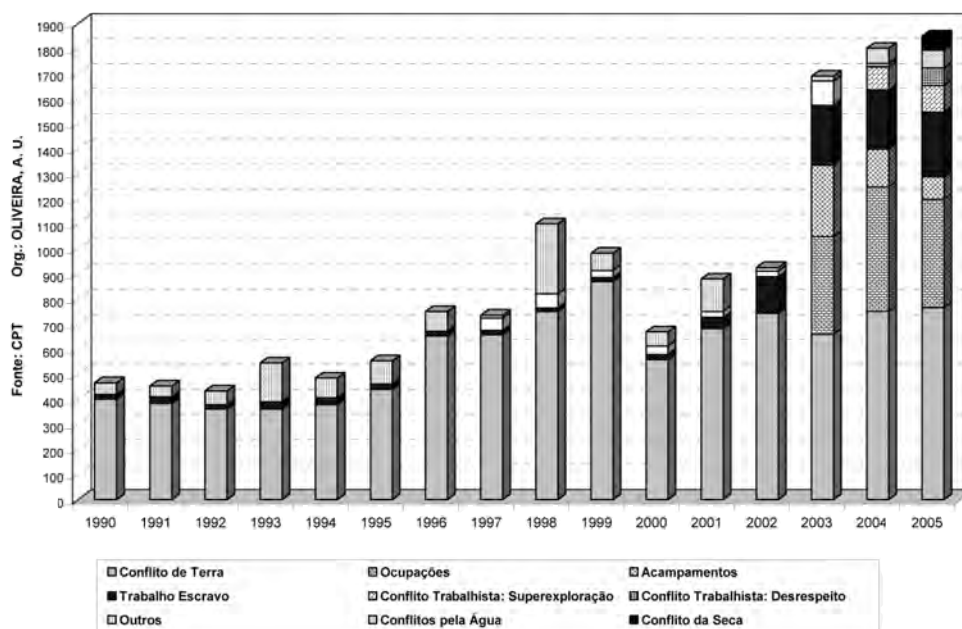
Os conflitos referentes à luta pela posse da terra continuaram elevados mantendo, desta forma, a curva ascendente passando no total de 659 em 2003 para 752 em 2004 e 777 em 2005, superando 2002.

A distribuição regional e estadual dos conflitos de terra é bem diferente daquela das ocupações e acampamentos, pois estas se concentraram no Nordeste e no Centro-Sul (Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Enquanto isso os conflitos de terra apareceram fortemente concentrados na região da Amazônia legal, que respondeu por 55% dos conflitos (431), sendo que somente no Estado do Pará, ocorreram 135 conflitos, ou seja, 18% deles. Se ao Pará adicionar-se o Mara-

5. Ricardo Rezende Figueira, *Pisando na própria sombra*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

6. <http://www.amazonpress.com.br/manchete/dedoc/manch25082000.htm>

BRASIL CONFLITOS NO CAMPO 1990 a 2005



nhão com 91 conflitos e o Tocantins com 47, verificar-se-á que estes três Estados responderam por 35% dos conflitos de terra em 2005.

Todas as demais regiões conhecem também este tipo de conflito no campo. No Nordeste (exceto o Maranhão) ocorreram 17% deles, na região Centro-Sudeste 18% e na região Sul ficaram 10% deles. Cabe ressaltar, entretanto, a elevada concentração dos conflitos de terra no Estado do Pará. Estes conflitos estão diretamente ligados à luta desesperada dos posseiros contra a grilagem de terras públicas, devolutas ou não. Como costumam dizer nos meios da grilagem de terra o “Pará é a bola da vez”.

O número de famílias envolvidas nestes conflitos de terra é de 160.770, sendo que 44% das famílias envolvidas em ocupações e acampamentos e 56% referente às famílias em luta pela posse das terras que ocupavam. Destas, 16% estavam no Estado do Pará em 14% do total dos conflitos de 2005. No que se refere à área objeto de disputa entre os posseiros e os grileiros, em termos gerais, alcançou mais de 36,4 milhões de hectares, sendo que destes

31,4 milhões de hectares estavam no Estado do Pará.

O Estado do Pará também se destacou negativamente como o Estado com maior presença da violência contra a pessoa ficando com 15% das mais de um milhão de pessoas envolvidas em 17% dos conflitos que somaram 1.881 no total. Neste Estado ocorreram, também em 2005, 44% dos conflitos envolvendo o trabalho escravo que foram em termos gerais 276, e que atingiram 3.198 pessoas (41%) de um total de 7.707.

A essas estatísticas da barbárie somam-se outras que colocam o Estado do Pará como o centro da violência no Brasil. Senão vejamos, é neste Estado que, em 2005, se encontram 6% das pessoas agredidas em conflito de terra; 8% dos ameaçados de prisão; 27% dos torturados; 29% das pessoas presas em decorrência dos conflitos de terra; 34% dos ameaçados de morte e 29% das tentativas de assassinatos no campo. Se estes dados já não bastassem para qualificar a violência, lá ocorreram 16 dos 38 assassinatos no campo em 2005, ou seja, 42% das mortes do País em conflitos de terra, e entre elas, a de Dorothy Stang.

Assim, o Estado do Pará é, de há muito tempo, o centro nacional da barbárie no campo. Lá já ocorreram 40% dos assassinatos entre o ano 2000 e 2005. Foram 97 mortes entre os 243 que tombaram na luta pela terra nestes últimos seis anos. A tabela 01 a seguir, mostra esta concentração ano a ano, revelando também que 63% dos assassinatos ocorreram na Amazônia Legal. Entre os 243 assassinados, 154 estavam nesta região brasileira.

Tabela 01
BRASIL - NÚMERO DE ASSASSINATOS NO CAMPO

Ano	TOTAL	%	AMAZÔNIA LEGAL	%	PARÁ	%
2000	26	100	08	38	05	24
2001	29	100	14	48	08	28
2002	43	100	26	60	20	47
2003	73	100	57	78	33	45
2004	39	100	20	51	15	38
2005	38	100	29	76	16	42
TOTAL	243	100	154	63	97	40

Fonte: CPT Org.: OLIVEIRA, A.U.

Como é possível observar, há nos últimos seis anos um crescimento percentual dos assassinatos no campo tanto no Pará, quanto na Amazônia Legal. Por isso que os percentuais deslocaram-se da faixa entre 20 e 30% para a faixa 40 e 50% no caso do Pará e de 30 e 40% para 70 e 80% na Amazônia Legal. Este fato por si só, já se constitui em indicador de que a violência é antiga nesta região, como também, não apresenta nenhum sinal que indique sua queda.

Trata-se, pois, de uma verdadeira guerra civil que se trava nesta região entre os posseiros sem terra deste País e os grileiros e seu exército de jagunços e pistoleiros. Trata-se, pois, de uma região praticamente, sem a presença do Estado, em nível federal ou mesmo estadual. Trata-se de uma região onde em nível municipal quem ocupa o poder de Estado são exatamente aqueles que agem ao arrepio da lei. Ou seja, quem não cumpre a lei é que é responsável pelo cumprimento das mesmas. Ou por outras palavras, é a “raposa que toma conta do galinheiro”.

2. O assassinato de Dorothy Stang, a violência revelando a grilagem das terras

Os assassinatos no campo no Brasil, em geral, podem ser divididos em dois grupos: aqueles que se referem aos camponeses e trabalhadores e aqueles de caráter seletivo como muito bem já demonstrou o Padre Ricardo Rezende. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se elimina parte daqueles que lutam por um pedaço de chão, eliminam-se também, suas lideranças e aqueles que contribuem como assessores para suas lutas. Via de regra, estes assassinatos devem adquirir o caráter de ser exemplar, ou seja, criar intimidações e disseminar o medo entre os que estão em luta. Assim, aconteceu no caso da irmã Doroty, como descreveu Juliana Andrade, repórter da Agência Brasil, em 14/02/2005:

“O laudo do Instituto Médico Legal (IML), divulgado neste domingo (13/2/2005), sobre o assassinato da missionária americana Dorothy Stang confirma que o crime foi praticado “com extrema covardia e crueldade”. A afirmação é do ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

“Ela foi atingida à queima-roupa, praticamente, com um tiro na cabeça, de uma arma de calibre 45. Esse tiro seria suficiente para matá-la, mas depois ela levou mais quatro tiros nas costas, já caída, e um último tiro no abdômen”, relatou o ministro, em entrevista à Agência Brasil.⁷

Segundo Nilmário Miranda, o laudo mostra que os tiros foram disparados de duas armas distintas. “Ela foi morta com seis tiros à queima-roupa, de duas armas diferentes”, informou. O crime ocorreu na manhã de sábado (12), quando Dorothy se dirigia a um encontro em que iria organizar um mutirão para construir um salão comunitário no assentamento Esperança, situado a 45 km de Anapu, onde ela residia há 27 anos.”

Mas, por que assassinaram a irmã Dorothy? Quem era ela? No site da CPT Nacional encontram-se informações fundamentais para se compreender a lógica macabra da violência contra ela:

7. http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=215871&q=1&editoria=

“Em novembro de 1974, Irmã Dorothy muda-se para o Pará, onde ajuda a estabelecer a Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Marabá. A região sofria muita influência do Exército por causa da Guerrilha do Araguaia. Inicialmente Dorothy deu assistência às famílias de agricultores que moravam em comunidades na beira da PA 70. Logo depois, Dorothy muda-se para Jacundá. Em 1982, vai para **Anapu, onde quase 90% do município é formado por terras pertencentes à União. Na década de 70, o território foi dividido em glebas, que se tornaram objetos de contratos de Alienação de Terras Públicas, celebrados entre o Incra e particulares. O beneficiado teria cinco anos para tornar a área produtiva; caso isto não acontecesse, a terra voltaria para a União e seria destinada à reforma agrária.**”⁸

Estes contratos tinham como pressuposto básico, os investimentos dos interessados para implantação de projetos agropecuários e ou agrominerais ou ainda agroindustriais. Estes projetos recebiam recursos dos incentivos fiscais da Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, ou seja, as empresas ou pessoas físicas podiam deixar de pagar parte do imposto de renda ao fisco, para aplicá-lo nestes projetos incentivados.

Como escrevi,⁹ um grande número de empresas agropecuárias passou a implantar projetos agropecuários na Amazônia. Foram mais de 580 projetos, cuja maioria estava concentrada na região do Araguaia paraense e mato-grossense, e do atual Estado de Tocantins. Aliás, foram os Estados do Pará e do Mato Grosso os principais em número de projetos agropecuários incentivados pela Sudam, mais de quatrocentos, ou 72% do total. Depois aparece a porção leste do Pará (área de Paragominas), e, com menor incidência, o Amazonas, na área próxima a Manaus, em direção a Roraima e ao Pará. A distribuição espacial dos projetos incentivados pela Sudam mostra claramente que a região do Araguaia corresponde a uma das áreas de maior concentração destes projetos agropecuários.

O total dos projetos incentivados pela Sudam foi de 947 projetos, distribuídos entre os vários setores da economia da seguinte forma: 581 agropecuários, 40 agroindustriais, 274 industriais, e 274 projetos no setor de serviços. Desses projetos, a Sudam registrou, no final da década de 80, 166 implantados (25%), sendo 94 agropecuários e agroindustriais, e 72 industriais e de serviços, sendo que cerca de 70% estavam em implantação e 4% haviam sido cancelados. Estes incentivos fiscais significaram, em valores de 2006, mais de 90 bilhões de reais.

A questão referente aos incentivos, e que redundou em um grande escândalo, tem origem na legislação a respeito do assunto que, até 1984, dizia que todos aqueles projetos que não cumprissem com as normas poderiam ser cancelados. Quando isso ocorresse, os responsáveis deveriam ressarcir o Tesouro Nacional pelos valores históricos, ou seja, a mesma quantia de dinheiro recebida através dos incentivos. Isto equivale dizer que não era imputada aos “golpistas” ou “falsários” a correção monetária sobre os valores incentivados.

Foi por esta razão, que a maioria dos grandes grupos econômicos, nacionais ou estrangeiros, criou suas agropecuárias, pois dessa forma podiam descarregar/desviar dinheiro do imposto de renda que deveria ser recebido pelo governo. Entre os muitos escândalos famosos estão os da Drury's Amazônica S/A - agroindústria que recebeu incentivo fiscal para implantar um projeto para produção de destilado de milho em Barra do Garças (MT), e que, pronto desde 1978, praticamente nunca entrou em funcionamento. A Sudam, em 27/09/84, através da Resolução nº 6047, cancelou o projeto. Esta empresa pertence à multinacional norte-americana Heublein Inc., do grupo I. R. Rey-

8. <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1505&eid=173>

9. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, *A Fronteira amazônica norte-matogrossense: grilagem, corrupção e violência*, tese de livre docência, Depto. de Geografia-FFLCH-USP, 1997, São Paulo.

nolds Industries.¹⁰ Entre os projetos megalomaniacos, e que nunca foram implantados, está o da Agropecuária Suiá-Missu em São Félix do Araguaia-MT. Este projeto aprovado pela Sudam desde 1966, foi vendido para o grupo multinacional italiano Liquifarm em 1972. Ele previa a construção de duas cidades: Liqüilândia e Suiá. Em Suiá, seria construído um grande frigorífico e um aeroporto de porte internacional, por onde se escoaria a produção de carne do projeto para a Itália. Nada foi feito. Onde deveria localizar-se Liqüilândia existiu apenas um curral, e onde deveria localizar-se Suiá, estava apenas a sede da fazenda.¹¹

A área ocupada pelos projetos agropecuários e agroindustriais na Amazônia Legal, como um todo foi de mais de 9 milhões de hectares. A área média desses projetos era de 7 mil hectares no Amazonas, 14,1 mil no Tocantins, 16,3 mil no Pará e 31,4 mil em Mato Grosso. O objetivo principal desses projetos era aumentar o rebanho bovino em 6,2 milhões de cabeças, criando para tal, um total de 36.600 empregos. A relação de bovino por área ocupada era em média de 1,5 por hectare, enquanto a média de trabalhador por área ocupada era de 1 trabalhador para cada 250 ha. A apropriação da terra para a “pata do boi” foi sem dúvida alguma, o objetivo fundamental desses projetos na Amazônia.

A implantação dos mesmos obedeceu a uma lógica ditada pelos mecanismos de acesso à terra. Em primeiro lugar, a terra estava ocupada, quer pelos índios, quer pelos posseiros. Portanto, quando os latifundiários chegavam para formar as fazendas, “descobriam” que a terra estava ocupada. Isto ocorria porque o processo de obtenção da terra estava estribado na grilagem legalizada. Por esse expediente, aquele que se dizia proprietário, tinha obtido o título de propriedade, sem nunca ter pisado nas terras. O encontro com posseiros ou índios signifi-

cava que o conflito nascia da burla contínua da lei por quem, muitas vezes, deveria cumpri-la sempre. A alternativa seguida passava a ser o uso da violência. Inicialmente com o intuito de assustar, mas depois como necessidade “imperiosa” da sobredeterminação da propriedade capitalista privada da terra.

Estudo realizado pelo IPEA na década de 80, mostrou que 75% destes incentivos fiscais não foram aplicados na região amazônica.¹² Além disso, muitos projetos sequer foram implantados, alimentados pela corrupção dos fiscais quando de suas vistorias. Inclusive, quando a política de incentivos fiscais foi extinta, no final da década de 80, muitas empresas deixaram os lotes adquiridos abandonados, pois não havia compradores que pudessem se interessar por eles. Somente a partir de meados dos anos 90, foi que os títulos começaram a ser vendidos a terceiros, embora a legislação garantisse que a terra abandonada dos projetos deveria voltar para o patrimônio público. Entretanto, os latifundiários sempre dizem que as terras são suas, mas qualquer apuração jurídica nos processos de aquisição de terras públicas, particularmente na Amazônia, vai revelar os mecanismos de burla, falsificação e grilagem.

“A Comissão de Representantes da Câmara dos Deputados responsabilizou o governo federal, o governo do Estado de Rondônia e o Poder Judiciário, pelo desfecho trágico da ocupação em Corumbiara. O governo federal pela sua inoperância no que se refere à Reforma Agrária; o estadual pela execução inadequada e ilegal do despejo (em horário noturno) e pelas execuções, torturas brutais e abusos de poder praticados por sua força policial, durante o violento despejo.

Mas toda a insanidade demonstrada pelas autoridades responsáveis pela segurança pública neste massacre, teve como contrapartida a insensibilidade do juiz Glodener Pauletto que, ao ratificar a ordem de despejo sem consultar o Incra, exigiu que ela fosse cumprida de imediato, levando à morte, pelo menos 12 pessoas.

10. CORREIO DE MATO GROSSO, n. 118, 1985, p.8/9.

11. AMAZÔNIA n° 26, 1975, p.8.

12. IPEA, Avaliação dos incentivos fiscais da Amazônia, 1985, Brasília.

Na realidade, este juiz, de vinculação notória com latifundiários, não repetiu mais do que o procedimento tradicional dos titulares do Poder Judiciário brasileiro.

Enquanto são morosos e costumam ajudar como podem na criação de empecilhos aos processos de desapropriação e democratização da propriedade da terra no Brasil, são rápidos ao expedirem liminares de despejo contra os trabalhadores. Assim os juízes colaboram para a manutenção da concentração fundiária e do poder de latifundiários como o dono da fazenda Santa Elina, Hélio Pereira de Moraes, que vive em São Paulo e é conhecido na região por sua truculência e utilização permanente de pistoleiros...

A fazenda Santa Elina possui 16 mil hectares, metade deles improdutivos, e foi adquirida por Hélio Moraes através de uma maracutaia. Ao lado dos projetos de colonização implantados pela ditadura na década de 70, foram licitadas áreas públicas com 2 mil hectares, a preços simbólicos, sob a condição de que o adquirente implantasse um projeto agropecuário num tempo estabelecido. O processo licitatório possibilitou que um mesmo interessado se apossasse de um grande número de áreas em nome de 'laranjas' e desta forma se constituíram grande número de latifúndios. Assim Hélio Moraes, que só poderia receber um lote de 2 mil hectares, adquiriu 8.

Esses lotes foram negociados com o Incra-RO, por meio de Contratos de Alienação de Terras Públicas e, no caso de Rondônia, 99% destes contratos estão inadimplentes, ou seja, seus supostos proprietários não executaram o projeto agropecuário que lhes possibilitou o acesso à terra. No entanto, os cartórios de registros de imóveis registram estes contratos, para legitimar a "posse". (grifo nosso)

Nestas condições estão cerca de dois milhões de hectares de terras férteis de Rondônia, sobretudo em Corumbiara. Diante disso, o procedimento verdadeiramente legal seria o Incra reaver essas terras para a União, fazendo com elas assentamentos de reforma agrária. Estas terras nem sequer precisam ser desapropriadas pelo Estado, pois em tese ainda são da União, já que os licitantes não cumpriram o pactuado. Mas enquanto o governo federal não se esforça para reaver essas terras, os supostos proprietários têm poder político local, embora vivam, em sua maioria, fora do Estado."

O artifício da 'procuração' foi a primeira forma moderna da prática da grilagem de terras na Amazônia brasileira. Enquanto isso, no passado, a grilagem de terras tinha outros expedientes. Pelo expediente da procuração, o interessado em se apropriar de terras na Amazônia, buscava junto ao Incra meios para que a licitação das terras pretendidas

ficasse apenas com ele mesmo. Ou seja, arrumava pessoas que passavam por "laranjas", assinando uma procuração que dava plenos direitos ao seu representante, para que ele cuidasse dos aspectos jurídicos da compra da terra através de licitação pública. Eram comuns os seguintes comentários nos escritórios de imobiliárias: "O representante legal do Incra somente aparecerá no lugar onde está somente o interessado na compra do objeto licitado", fraudando assim o princípio da concorrência.

Assim, ao contrário do que acontecia no passado, quando os documentos eram "envelhecidos" para adquirirem certo ar de documento legal, na década de 80, a grilagem contava com o serviço de funcionários do Incra, os escritórios imobiliários e os interessados: madeireiros, pecuaristas, e grileiros.

No caso de Anapu-PA, não foi diferente, as terras públicas que deveriam ser retomadas pelo Incra, com a conivência de funcionários corruptos, não voltaram para o poder público. Assim, do ponto de vista legal, era como se os projetos incentivados pela Sudam tivessem continuado mesmo depois do fim da política de incentivos. Era como se aquelas terras estivessem sempre ocupadas pelos seus proprietários, o que não era verdade.

"Só que os contratantes iniciais começaram a vender as terras, dando origem a um grave processo de grilagem. Os camponeses organizados começaram a reivindicar as terras públicas. O resultado desta luta veio em 1997, quando foi registrado no Incra o pedido de lotes em duas áreas para os agricultores: Gleba Belo Monte (24 lotes) e Gleba Bacajá (21 lotes). Em 1998, o Incra solicitou um recadastramento das terras de Anapu, que aconteceu no ano seguinte. O resultado demonstrou que todos os lotes pleiteados eram improdutivos. Entre os 45 lotes reivindicados, 21 já haviam sido revertidos para o patrimônio da União. Diante desta realidade, ainda em 1998, cerca de 80 famílias de agricultores ocuparam três lotes da Gleba Belo Monte. Em 1999, em uma assembléia dos movimentos, o Incra apresentou um novo modelo de reforma agrária: os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs), que combinam o desenvolvi-

mento de atividades produtivas - incluindo produtos nativos como andiroba - com o assentamento humano de populações tradicionais ou não. Só que a implantação nunca foi tranqüila por causa do alto índice de grilagem. Neste mesmo período, a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) destinou cem milhões de reais para projetos na região, fazendo com que grileiros invadissem os PDSs. Denúncias de violência cometida por fazendeiros e madeireiros contra agricultores eram constantemente feitas pela Irmã Dorothy juntamente com entidades e organizações.¹³

Dessa forma, a grilagem de terra passou a comandar a violência em todo seu sentido, pois a missionária Dorothy instruiu os posseiros a reivindicar a regularização fundiária nas terras públicas, devolutas ou não. Por isso, consistia, na lógica da grilagem, um entrave que impedia que as terras de Anapu fossem apropriadas privadamente pelos grileiros, pois as defendia para os camponeses posseiros. Pela lei, eles de fato têm direito à regularização fundiária. O crivo da violência e do pagamento pelo serviço em dinheiro mostrou outra faceta do episódio, a formação de um verdadeiro consórcio para contratar o assassinato, o que revela de forma explícita o caráter de classe da ação, mais precisamente, a posição da classe dos proprietários de terras:

“Os matadores da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, ... receberam R\$ 50 mil pelo ‘serviço’, pagos em dinheiro logo após o crime, segundo revelou ao Estado uma fonte de Altamira ...

Os mandantes do crime, que seriam fazendeiros de Altamira e Anapu, **alguns deles envolvidos em fraudes com financiamentos da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), conhecidos como ‘sudanzeiros’, garante a fonte, andavam com irmã Dorothy ‘atravessada na garganta’ e queriam se livrar dela de qualquer maneira.**¹⁴

“O promotor do Ministério Público do Estado do Pará, Lauro Freitas Júnior, disse não ter dúvidas de que o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o “Bida”, e o pecuarista Regivaldo Pereira Galvão, o “Taradão”,

fizeram um consórcio para financiar o assassinato da missionária Dorothy Stang. ‘Para o Ministério Público, já está bem claro que os dois tiveram participação como mandantes do crime contra a irmã Dorothy, configurando, dessa forma, um consórcio’.¹⁵

Como se pode observar, o processo de violência na Amazônia e no Pará está relacionado ao processo de grilagem de terras realizado pelos fazendeiros grileiros. Assim, o caminho para se compreender esta relação está na posição que esses grileiros proprietários de terra ocupam na estrutura de poder nos municípios da região.

“A comissão especial de parlamentares, composta pelos senadores Ana Júlia Carepa (PT-PA), Demóstenes Torres (PFL-GO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), confirmou que o prefeito de Anapu, Luiz dos Reis Carvalho (PTB), foi citado pelos presos. O senador Demóstenes Torres informou que “o Rayfran e o Clodoaldo reconhecem que, quando chegaram à fazenda do Bida (Vitalmiro Bastos de Moura), o mandante, ele teria dito para que fugissem para a floresta e, se fossem presos, negassem que tanto ele quanto o Tato (Amir Feijoli da Cunha) tiveram participação no crime. Também, que eles arrumariam um advogado na ordem de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil para custear isso. E que fariam uma coleta, não especificou entre quem, mas uma coleta para recolher este dinheiro. No momento em que se falou de coleta, se falou também no nome do prefeito”, relatou Demóstenes Torres.¹⁶

3. O poder de ESTADO (federal, estadual ou municipal) nas mãos dos transgressores da lei

Grileiros, madeireiros e pecuaristas formam o triunvirato da violência na Amazônia em geral e no Pará em particular. Como já afirmei, o Pará é a “bola da vez”, depois que o Mato Grosso foi, praticamente em grande parte, grilado de forma legalizada. Dessa forma, a praticamente ausência do governo federal e mesmo estadual nesses municípios, abriu historicamente o caminho para que o poder político fosse ocupado exatamente por aqueles que trans-

13. <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1505&eid=173>

14. Estado de São Paulo, 18/0202005, p. A9.

15. http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=221554&q=1&editoria=

16. http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=217359&q=1&editoria=

gridem cotidianamente a lei. O poder local nasceu invertido, qual seja, aqueles que têm que fazer cumprir a lei são exatamente aqueles que não a cumprem. Por este processo construíram uma couraça de proteção legal local e passaram a estabelecer relações de poder (político) com os políticos, quer do Estado, quer da União.

O Ministério Público Federal desde o ano de 2003, possui um relatório que vincula a rede de crimes no Pará com o poder político estadual. São empresários que atuam nessas redes. A reportagem de Vannildo Mendes para o jornal O Estado de São Paulo expõe os fatos que comprovam a articulação criminosa:

“Desde 2003, governo tem relatório que liga políticos à rede de crimes no Pará”

“Relatório de agosto de 2003, produzido pelo Ministério Público Federal, informou ao governo federal a escalada do crime organizado na Terra do Meio, no Pará, onde foi assassinada a freira norte-americana Dorothy Stang. O documento responsabiliza pela violência na região seis empresários - Moisés Carvalho Pereira, Walteir Gomes Rezende, Antônio Lucena Barros, Osmar Alves Ferreira, Leonardo Dias Mendonça e Wilson Moreira Torres -, todos acusados por exploração ilegal de mogno e tráfico de drogas. O relatório vincula todos eles ao deputado federal Jader Barbalho (PMDB-PA), da base aliada do governo Lula. “É nítida a participação de Jader Barbalho na exploração madeireira na região, especialmente do mogno”, diz o texto. O documento, ao qual o Estado teve acesso, deixa evidente a omissão das autoridades federais e estaduais na expansão da violência na região ... Dos seis nomes envolvidos, Leonardo está preso em Goiânia por tráfico de drogas. Ele é ligado a Fernando Beira-Mar e foi investigado por ter também uma rede de influência no Judiciário e no Legislativo.

O governo constatou que as quadrilhas que atuam na Terra do Meio estão amparadas em forte esquema econômico e político ... A rede de proteção à máfia da terra envolve, além de autoridades estaduais e funcionários instalados em órgãos federais, como o Ibama, o Incra e a Funai.

Segundo o documento, a região visitada, entre os municípios de São Félix do Xingu e Altamira, “encontra-se dominada pela presença ativa do crime organizado”, que teria se estruturado em duas fases. **A primeira consistiu na exploração intensiva do mogno e**

outras madeiras nobres em terras da União e do Estado do Pará por grupos de pessoas físicas e jurídicas, muitas delas ligadas a Jader. Na fase seguinte, com o escasamento da madeira, foi montada uma vasta rede de grilagem para fins especulativos.

À frente desses grupos, conforme o relatório do MPF, estariam os empresários Walteir Gomes Rezende, Moisés Carvalho Pereira, Antônio Lucena Barros e Osmar Alves Ferreira, além de Leonardo Dias Mendonça e Wilson Moreira Torres, classificados como “testas-de-ferro” de Jader. O deputado é mencionado também na questão da pistolagem. Diz o documento que o jagunço conhecido como “Pé de Cobra”, descrito como “homem de posses”, controla uma rede de pistolagem e “é ligado a Jader Barbalho”.

A suspensão dos planos de manejo na região, determinada no ano passado pelo governo, fez os grupos criminosos migrarem para uma nova atividade igualmente rentável: a grilagem das terras. Partiram assim para a limpeza da área, com expulsão ou eliminação dos colonos e apropriação das terras públicas.

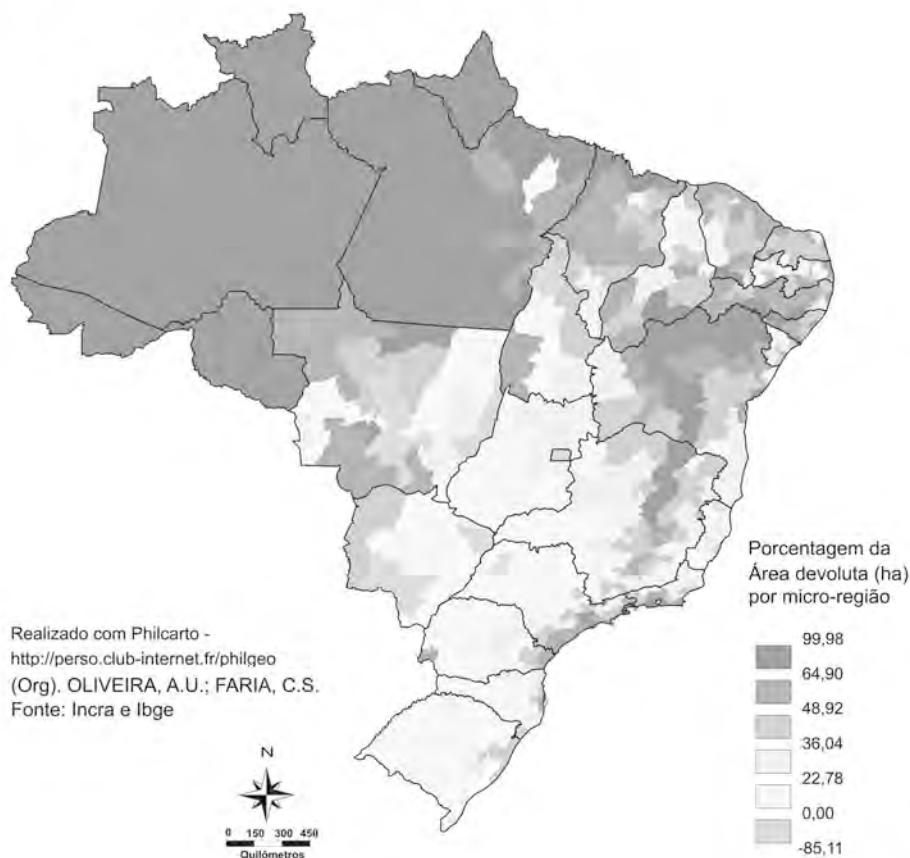
A estrutura montada pela máfia da terra, segundo o documento, teria três eixos, **o primeiro deles formado por fazendeiros e grileiros, os chefões. Seriam expoentes desta célula, na região, os fazendeiros João Cléber e Francisco Torres, que teriam a seu dispor um regimento calculado em mais de cem jagunços, prontos para as tarefas de sabotagem, intimidação e assassinato de trabalhadores rurais, dirigentes sindicais e militantes de direitos humanos.**

O segundo eixo criminoso seria a própria pistolagem. O capataz Pedro Pereira da Silva, conhecido como Pedro Cagão, seria o responsável pela contratação e gerenciamento do pelotão de pistoleiros. Dessa tropa de jagunços constariam nomes famosos da pistolagem, conhecidos pelas alcunhas de Cipó, Gongo, Cheiro Preto, Olho de Gato, Raul, Juvenal, Ciba, Baianinho, Xexém, Alberto Bala, Pé de Cobra, Pedro Mandi, Carlão e Sansão, entre outros. **O segundo eixo agiria na limpeza das áreas a mando do primeiro.**

O terceiro eixo criminoso seria integrado por agentes públicos, responsáveis pela legitimação da grilagem e por conceder empréstimos e financiamentos com dinheiro público aos criminosos.¹⁷

Este relatório revela, de forma nua e crua, o nível de organização a que chegaram aqueles que o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, de forma acertada chamou de “agro-banditismo”. Assim, ficam comprovadas as relações entre empresários da indústria

Brasil - Terras Devolutas em 2003



madeira, grileiros e fazendeiros na formação do triunvirato da grilagem de terras e de disseminação da violência no Estado do Pará. O Fórum ainda ressaltou de forma clara e precisa sobre o assassinato de Dorothy Stang:

“Esse assassinato explicita a violência com que representantes e beneficiários da exploração predatória da Amazônia reagem ante a existência de projetos como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que propõe a inclusão social cidadã com sustentabilidade ambiental. O assassinato de Irmã Dorothy encontra-se no mesmo raio de ação das forças responsáveis pela grilagem das terras públicas, pela destruição ambiental, especialmente através da retirada ilegal de madeira, e pela reiterada violência contra camponeses, indígenas, defensores de direitos humanos e todos os que se opõem à ocupação predatória da Amazônia.

Protegidos sob o discurso de “setor produtivo” e “responsável” pelo equilíbrio da balança comercial, estas

forças não somente bloqueiam estradas para chantagear o governo federal, mas são verdadeiros agrobandidos que corporificam as injustiças e violência do modelo de “desenvolvimento” que se alimenta da prática do trabalho escravo, da exploração ilegal e predatória dos recursos ambientais, e da grilagem de terras públicas, se articulando nacionalmente através da União Democrática Ruralista (UDR) da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da bancada ruralista no Congresso.

A ausência de ações de Estado é patente no Pará. Em que pesem os anúncios de medidas do governo federal, suas ações locais no Pará têm sempre sido tópicas, retóricas e sem a firmeza próprias de uma ação de Estado, cedendo a reações de grupos de interesses, que agem de forma articulada, com omissão ou apoio do governo estadual do Pará. Do massacre de Eldorado dos Carajás ao assassinato de Irmã Dorothy, a política do governo do Estado do Pará tem sido a defesa dos interesses de grileiros, madeireiros e latifundiários.

Neste cenário, não há espaços para vacilações e omissões do governo federal, que resultarão em mais tragédias. A punição dos responsáveis por esse assassinato é uma obrigação imperativa do Estado, mas as causas da violência e da desigualdade social só serão enfrentadas, efetivamente, por meio de uma ação articulada, interministerial e permanente, que demonstre a opção do governo federal pela democratização da terra, respeito ao meio ambiente, diálogo com as populações locais marginalizadas e efetiva proteção aos defensores de direitos humanos.”¹⁸

Diante a gravidade com que o processo de deterioração da formação do poder político local revela no Estado do Pará e na Amazônia, as ações do governo federal parecem ainda não dar conta da gravidade que o quadro apresenta.

4. A grilagem de terra na Amazônia, o objetivo da violência

A violência como estratégia para apropriação das terras públicas, devolutas ou não, na região da Amazônia, está relacionada à elevada quantidade destas terras. Quando se observa a distribuição das terras no País, a realidade é estonteante. A área total do Brasil é de 851.487.659,9 hectares, destes, em 2003, por ocasião do II PNRA, 436.596.394 hectares eram dos imóveis cadastrados no Incra. As áreas indígenas ocupavam 128.465.775 hectares e as unidades de conservação ambiental 102.059.583 hectares. O Incra tinha arrecadado um total de 105.803.350 hectares de terras para seus programas e as demais instituições públicas retinham outros 4.197.888 hectares de terras. Feita a totalização, verificou-se que o País tinha ainda um total de 172.946.484 hectares de terras devolutas distribuídas por todas as unidades da Federação. Este número foi possível de ser encontrado, pois entre as terras cadastradas no Incra, uma parte são médias e grandes posses que foram separadas das pequenas posses e das áreas efetivamente tituladas. A região da Amazônia ficou, em termos totais, com 508.866.844 hectares, enquanto que a área cadastrada do Incra representa apenas 180.745.229 hectares. As áreas indí-

genas por sua vez, ficam com 128.109.356 hectares e as unidades de conservação com 80.091.105 hectares. As terras públicas retidas pelas instituições alcançaram 3.541.237 hectares e as arrecadadas pelo Incra a totalidade anterior, ou seja, 105.803.350 hectares. As terras devolutas somavam 96.043.781 hectares.

Assim, a região Amazônica detém a maior quantidade de terras públicas e devolutas do País, como pode ser observado pelo mapa 01 a seguir.

A maioria das microrregiões da Amazônia tem mais de 65% de suas áreas como terras devolutas. Deve-se destacar também, a região Nordeste com uma presença elevada de terras devolutas, particularmente na área do vale do rio São Francisco.

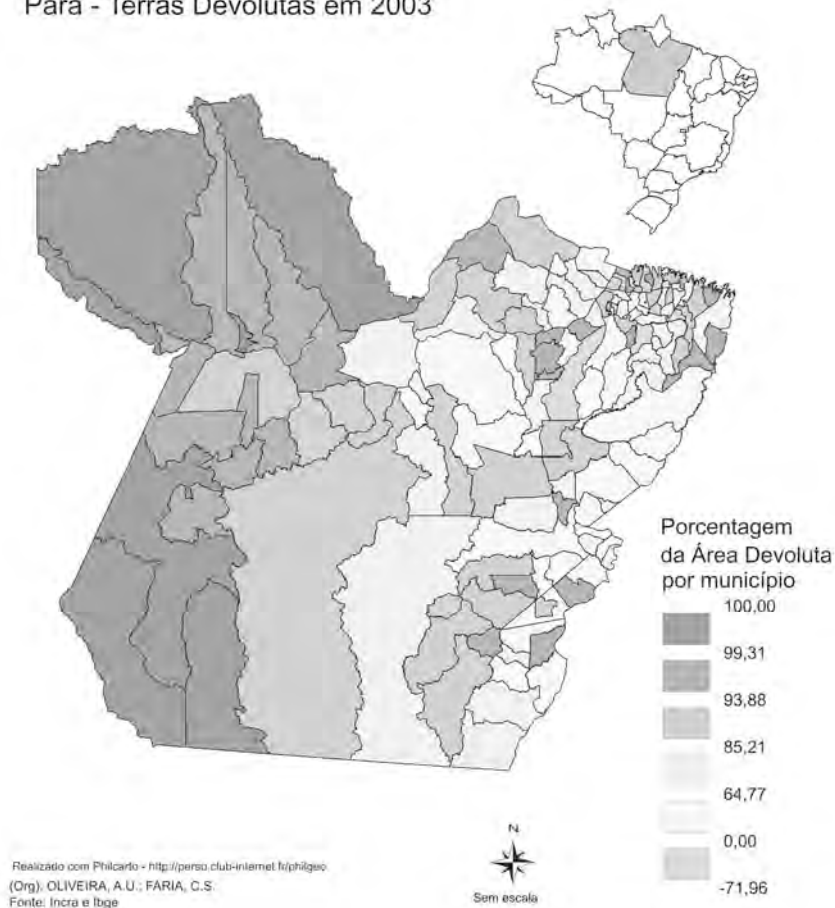
Quanto ao Estado do Pará em particular, a situação é bem distinta, pois praticamente metade do Estado ainda tem o predomínio das terras devolutas, sobretudo, na porção oeste. É importante salientar que nesta porção do Estado estão as duas grandes áreas objeto da grilagem, a porção norte, na margem esquerda do rio Amazonas, e a porção sul, formada pela área de influência da BR-163 Cuiabá-Santarém.

Como escrevi em outro texto¹⁹ recente, se há uma caixa preta das terras do Brasil ela está no Cadastro do Incra. Por lá passaram alguns dos maiores “agentes da grilagem de terra do País”, se é que eles ainda não estão por lá. Basta uma pergunta para incriminar uma parte dos que já passaram por este setor do Incra: nas mãos de quem está a maior parte das terras públicas discriminadas e/ou arrecadadas da Amazônia Legal? Como os que se dizem proprietários conseguiram estas terras? Será que o cadastro resiste a uma auditoria séria de quem sabe das “grilagens legalizadas”, que são feitas por meio de certos “técnicos do Cadastro” desde, pelo menos, os governos militares? Aliás, porque até hoje não se assumiu o que manda o artigo 51 dos

18. <http://www.consciencia.net/2005/mes/04/movimentos-dorothy2.html>

19. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, *A Não Reforma Agrária do MDA/Incra no governo Lula*, São Paulo, Instituto Iánde, 2006.

Pará - Terras Devolutas em 2003



Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, em cujo texto está expresso que o Congresso Nacional, por meio de uma Comissão Mista, faria a revisão de todas as terras públicas doadas, vendidas ou concedidas entre 1º/01/1962 e 31/12/87 com superfície superior a três mil hectares?

Nos Incras do Pará, lá tinha dois e o atual governo criou o terceiro (um que deveria ser do Pará todo com sede em Belém, outro em Marabá como “herança” do combate à guerrilha do Araguaia, onde estava a sede do Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins da ditadura militar, e agora, o MDA/Incras criou a SR-30 - Superintendência

de Santarém). Esta unidade está no centro de uma das possíveis maiores grilagens de terra pública do Século XXI. Esta ação veio articulada com o Ministério do Meio Ambiente. Seus integrantes acreditam que os madeireiros da Amazônia e os “agentes” do novo Sistema Florestal Brasileiro vão cumprir os planos de manejo dos PDSs e dos PAFs²⁰. Trata-se da predominância do que o excelente jornalista Washington Novaes escreveu em sua coluna quinzenal no jornal O Estado de São Paulo sob o também certo título “O fato consumado como regra do jogo”:

Há duas semanas, quando da aprovação no Congresso do projeto de lei sobre concessão de florestas

20. PDS - Projeto de desenvolvimento sustentável e PAF - Projeto Agro-florestal.

públicas na Amazônia, comentou-se aqui a prevalência, na mal chamada área ambiental, da 'teoria do já que' - querendo dizer que já que não se consegue fazer o melhor, já que não se consegue fazer prevalecer o mais racional, já que não se consegue vencer resistências político-econômicas, já que não se consegue estabelecer as regras mais adequadas, capazes de realmente levar ao uso sustentável dos serviços e recursos naturais, aceita-se, como mal menor, uma legislação questionável pela ciência e/ou pelo bom senso, que se dobra diante de fatos ou situações que considera consumados, irreversíveis.

As últimas semanas foram fartas em episódios dessa natureza. Pode-se começar pela resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que alterou as regras para ocupação e utilização de Áreas de Preservação Permanente (APPs), como beiras de rios, nascentes, veredas, reservatórios, áreas indígenas, manguezais, dunas e topos de morros. Embora as novas regras só prevaleçam para ocupações consumadas até julho de 2001, 'são um retrocesso', como definiu o procurador Antônio Herman Benjamin, com longa e competente experiência na área ... Mas os riscos não terminam aí."²¹

No Pará (e na Amazônia toda), em qualquer dos três Incras a corrupção e a grilagem começam em certos "funcionários dos Protocolos", passam, óbvio pelo Cadastro, tudo via madeireiros e grileiros e seus agentes internos (do Inkra), e terminam na mesa dos superintendentes regionais e/ou em Brasília.

A SR-Santarém, desde o início de 2006, vem fazendo reuniões com as madeireiras para viabilizar os PDS que vai implantar em sua jurisdição. Ou, como um alto funcionário deste órgão diz nas reuniões com os madeireiros: "Vocês dão a terra", uma ironia, pois a terra é pública, portanto do Inkra, e os assentados "permitirão que a madeira seja explorada através de planos de manejo". Quase cem por cento das terras desta jurisdição são terras do Inkra ou devolutas, que pela Constituição de 1988, deveriam ser destinadas para a reforma agrária. Entretanto, estão sendo "griladas" por alguns "funcionários do Inkra" para os proprietários de terra (do Mato Grosso, do

Paraná, etc.) que queiram "comprá-las". A mídia tem denunciado esta nova forma de grilagem nos municípios da margem esquerda do Rio Amazonas.²²

O próprio prefeito do município de Monte Alegre, na margem esquerda do rio Amazonas, também tem denunciado este escândalo da grilagem de terras no âmbito do Instituto de Terras do Pará, quando se refere à figura 01 anterior, em reportagem de José Maria Piteira:

O prefeito de Monte Alegre, Jorge Braga²³ encaminhou, no dia 10 de dezembro, um documento ao governador Simão Jatene solicitando a formação de uma força-tarefa estadual para combater a grilagem em terras de jurisdição do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) em Monte Alegre e outros municípios da calha Norte do rio Amazonas, na região Oeste do Pará. ... Recentemente, o coletivo GTA Baixo Amazonas vem denunciando a vinculação do Iterpa com produtores de soja no município, causando uma extensa devastação de áreas públicas.

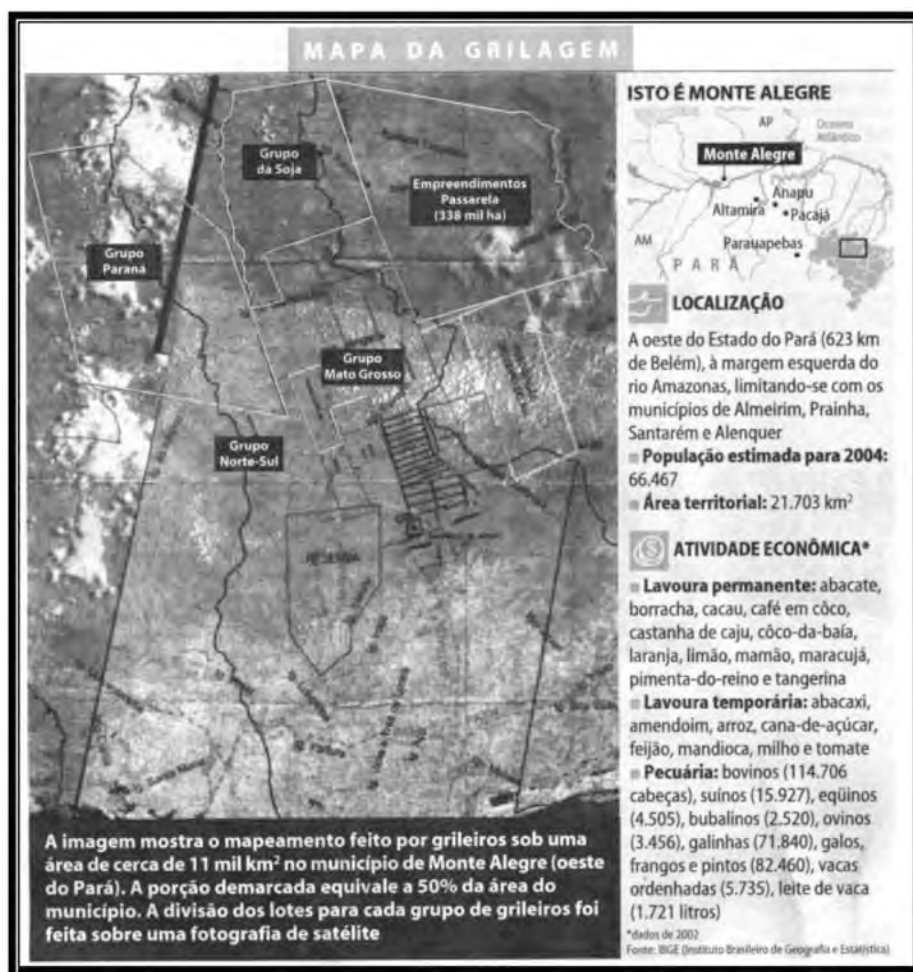
"No caso das terras do Estado, é preciso uma ação semelhante, com a participação do Iterpa, das polícias Civil e Militar, da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público, além de outros que Vossa Excelência julgar necessários"... Segundo ele, a ação de grileiros na região acontece desde início de 2003...

Enquanto isso, segundo Jorge Braga, os grileiros avançam livre e impunemente sobre terras do Estado, repartindo entre eles uma área de aproximadamente 2 milhões de hectares, somente em Monte Alegre. E ele citou nomes. "Entre estes estão o Grupo da Soja (176 mil hectares), Empreendimento Passarela (338 mil hectares), Associação Cruzeiro do Sul, Grupo Paraná, Grupo Norte-Sul, Grupo Mato Grosso, Sírio Ferraz, Pity, Ganzala, Dequi

21. NOVAES, W "O fato consumado como regra do jogo" in O Estado de São Paulo, 03/03/2006, p. A2.

22. Folha de São Paulo, 07/03/2005.

23. Jorge Braga está ameaçado de morte. Seu nome consta no relatório da CPT.



Giovanni, Inácio e Grupo Pontes, além de outros". Esses nomes, informou o prefeito, estão em um mapa desenhado sobre imagem de satélite, produzido pelos próprios grileiros, mostrando como toda a região Norte do território montealegrense já está loteada entre madeireiros e empresários agrícolas²⁴

Participei, durante o ano de 2004/5, de uma equipe de pesquisadores que fizeram um estudo a pedido do CNPQ, sobre o eixo da BR-163 - rodovia Cuiabá-Santarém. O resultado sobre a "grilagem legalizada" de terras

está publicado no livro "Amazônia revelada - Os descaminhos ao longo da BR-163"²⁵. Neste livro há muitas provas de que as ações que MDA/Inkra e MMA fazem na Amazônia, e particularmente no Pará, estão muito longe do que os dirigentes de Brasília pensam, que uma parte dos funcionários públicos destes órgãos estão fazendo de fato na região. Por isso, insisto em que o Estado do Pará é a "bola da vez" da grilagem de terras na Amazônia. Aliás, pude presenciar e fotografar a entrada de uma vasta área cercada na BR-163, que

24. http://www.gta.org.br/noticias_exibir.php?cod_cel=1083

25. TORRES, M. (Org.) "Amazônia revelada - Os descaminhos ao longo da BR-163", Brasília, CNPQ, 2005, (496p.)

diziam pertencer a um grupo do qual participaria também, um apresentador de programa de TV, que tem negócios na área rural. E mais, na placa na entrada da área grilada havia a indicação de que lá, no interior da floresta Amazônica, felizmente do ponto de vista ambiental bastante despovoada, iria ser construído um frigorífico avícola.



Foto: OLIVEIRA, A.U. Rodovia Cuiabá-Santarém — BR-163

Sobre as ações do MDA/Incrá e do MMA no eixo da Cuiabá-Santarém, novos estudos são necessários para revelar ainda mais os casos de grilagem de terras e apropriação indébita de madeira nas terras públicas da União na região.

Aliás, há o episódio da Operação Faroeste da Polícia Federal que em fins de 2004 prendeu nove funcionários do Incra (entre eles um superintendente) e cujo final ainda continua desconhecido. Portanto, está longe o momento a partir do qual o governo tenha controle sobre seus próprios funcionários corruptos envolvidos com a grilagem legalizada²⁶. Basta uma vistoria no protocolo do Incra do Pará para ver que já há interessados particulares distribuídos devidamente pelo próprio Incra em glebas, com pedido

protocolado para se apropriarem de todas estas terras.

Dessa forma, pode-se verificar que as questões que envolvem o Pará podem estar encobrindo uma das maiores grilagens legalizadas de terras públicas da história do Brasil. Por isso, as notas oficiais precisam ser mais realistas, pois, o relatório do Ministério Público Federal do Pará sobre os funcionários do Incra que foram presos na Operação Faroeste diz o seguinte:

“O Ministério Público Federal denunciou à Justiça de Santarém oito dos investigados na operação Faroeste, da Polícia Federal, que, em dezembro de 2004, prendeu 21 pessoas, entre funcionários do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e empresários da região oeste do Pará. Todos estavam envolvidos em um esquema de fraude de documentos públicos para regularização de terras federais e estaduais.

As investigações demonstraram que os presos da Faroeste faziam parte de duas quadrilhas de grilagem de terras, a primeira das quais denunciada agora pelo procurador da República Ronaldo Bartolomazi. Esses primeiros denunciados são acusados de formação de quadrilha, corrupção passiva e advocacia administrativa - patrocínio por servidor público de interesse privado perante a administração pública. Podem ser condenados a penas que variam entre 1 e 15 anos de prisão.

“O inquérito policial narra a existência de um esquema criminoso, constituído, principalmente por funcionários públicos, e direcionado à 'aparente legalização' de áreas de terra sob administração do Incra e do Iterpa em favor de terceiros (empresários e especuladores em geral), mediante a concessão de vantagem econômica”, diz Bartolomazi no texto da denúncia.

Para o Ministério Público Federal, o principal articulador da quadrilha era Jorge Bartolomeu Pereira Barbosa, responsável pelo setor de vistoria rural do Incra de Santarém e ao mesmo tempo proprietário da empresa ACTT - Assessoria e Consultoria Técnica e Topografia Ltda, sede das negociações irregulares denunciadas. Escutas telefônicas autorizadas pela justiça comprovaram o papel de Bartolomeu e a participação de outros servidores do Instituto, tanto no escritório de Santarém quanto no de Belém.

A ACTT contava com a colaboração, por exemplo, de Ângelo de Souza Marques e Almir de Lima Brandão,

26. http://www.dpf.gov.br/DCS/noticias/2004/dezembro/07122004_faroeste.htm

ambos funcionários da superintendência do Incra em Belém, e também de Ermino Moraes Pereira, servidor afastado do Incra mas com livre acesso às dependências do Instituto na capital paraense.

“Nessas condições afigurava-se muito mais fácil angariar clientela, ávida pela obtenção de terras públicas de forma ilegal, e conferir à engrenagem da empresa, maior agilidade e eficiência na elaboração da documentação destinada a dar aos interessados aparência de legitimidade na efetivação de negociações envolvendo terras ainda não incluídas no âmbito do seu patrimônio”, diz a denúncia.

A ACTT tinha como cliente importante um dos mais conhecidos grileiros da região oeste do Pará, Nilvo Antônio Refatti, proprietário da empresa Rice Imobiliária - atualmente Imobiliária Vitória - já denunciado à Justiça Federal por irregularidades na aquisição de terras públicas ...²⁷

Estes fatos demonstram que a grilagem de terra neste início de Século XXI, mudou novamente. Agora, quem realiza a grilagem legalizada é uma parte dos próprios funcionários corruptos do Incra e de órgãos estaduais de terra. Ou seja, uma parte dos funcionários públicos está vendendo (privatizando às avessas) o patrimônio público. São eles que procuram/oferecem aos empresários da moderna agricultura de grãos a possibilidade da aquisição por preços módicos de vastas áreas de terras públicas ou devolutas na Amazônia.

A CPT e a Fetagri do Pará também vêm denunciando a grilagem de terra em projetos de assentamento e/ou regularização do Incra no Pará, desde o final da década de 90:

“O fazendeiro Jairo Andrade, proprietário da fazenda Forkilha, no município de Santa Maria das Barreiras, Pará, mandou, em maio de 1997, dezenas de homens armados expulsar cinco famílias assentadas pelo Incra no Projeto de Assentamento Agropecus, na divisa da fazenda Forkilha. As famílias que ainda colhiam arroz tiveram de fugir abandonando suas casas e todos seus pertences como roças, animais e utensílios diversos. Os homens de Jairo Andrade chegaram de machados e moto-serras derrubando a mata ...

Um dos despejados por Jairo Andrade foi encontrado morto dentro da área. Vale destacar ainda

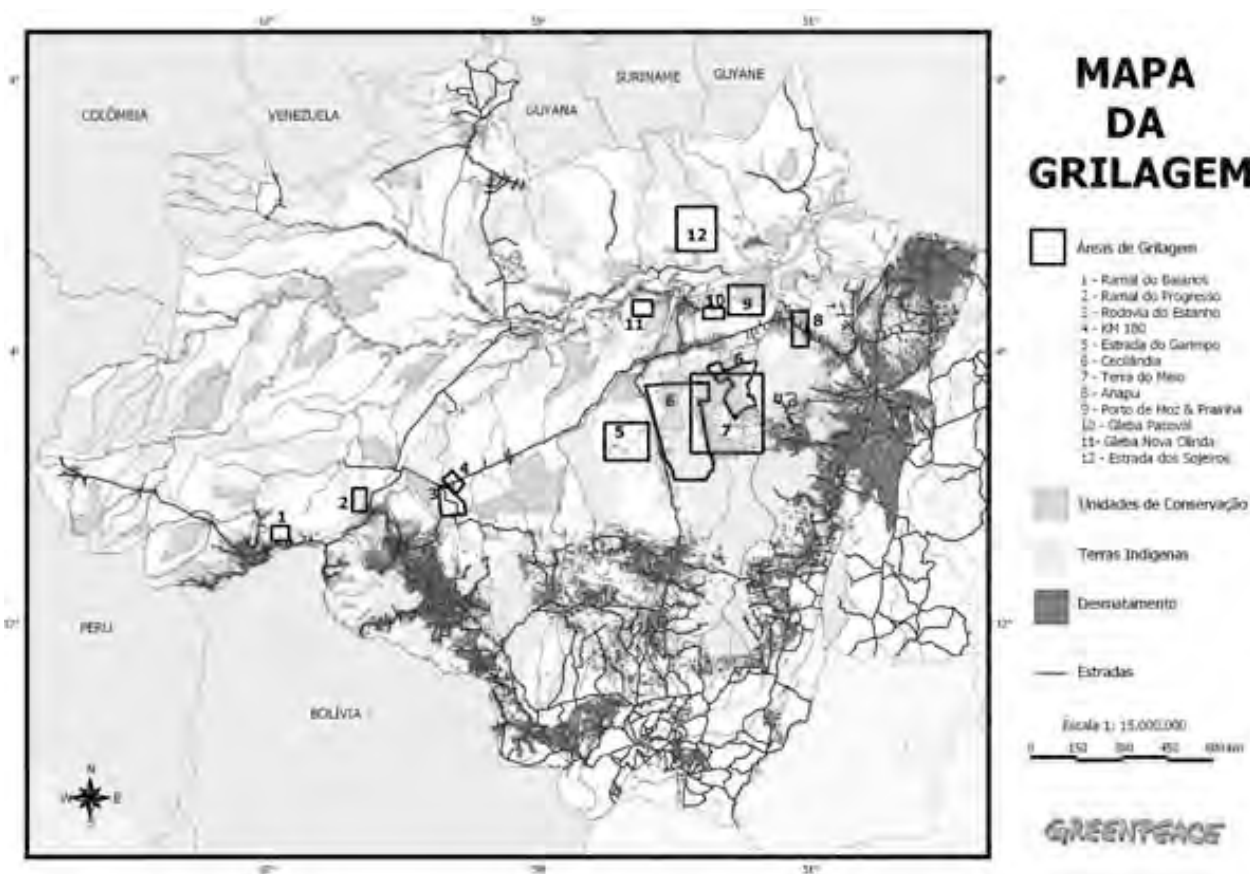
que o fazendeiro Jairo Andrade é conhecido na região como um homem violento, que já foi fiscalizado e flagrado pelo Ministério do Trabalho e Polícia Federal, em 1997, 1998, 2000 e 2001 por graves irregularidades trabalhistas, envolvendo centenas de trabalhadores, até na prática de trabalho escravo.

Em abril de 2001, o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho retirou 110 trabalhadores de sua fazenda Forkilha em situação de semi-escravidão. O mesmo aconteceu no Projeto de Assentamento Escalada do Norte L.92, município de Xinguara. O poderoso Grupo Quagliato, proprietário da Fazenda Rio Vermelho, grilou em 1997 quase mil hectares de terra deste Projeto de Assentamento no limite da referida fazenda.”

Mas, se já não bastam estes conjuntos de denúncias sobre grilagem de terra na Amazônia, envolvendo funcionários públicos, madeireiros, grileiros e pecuaristas, o Greenpeace faz nova denúncia agora envolvendo a grilagem e venda de terras da Amazônia pela Internet. Segundo o estudo “Grilagem de terras na Amazônia: negócio bilionário”, quase R\$1 bilhão em terras estão sendo vendidas pela Internet. O site de sete corretoras virtuais foi levantado e nele, são oferecidos a compradores nada mais que 11 milhões de hectares de floresta nos Estados do Pará, Amazonas, Roraima e Rondônia. O preço dos imóveis a venda somam um valor total de mais de R\$ 900 milhões.

“A grilagem de terras tornou-se um poderoso meio de dominação fundiária na Amazônia, resultando em violência e grande disparidade social”, disse Nilo d'Avila, da campanha Amazônia do Greenpeace. “A falsificação de documentos de terra é usada frequentemente por madeireiros, criadores de gado e especuladores agrários para se apossar de terras públicas visando sua exploração. Latifundiários contam com a cumplicidade de cartórios de registro de bens para se apoderar de áreas públicas e usam de violência para expulsar posseiros, povos indígenas e

27. http://www.prpa.mpf.gov.br/noticia/Faroeste_100505.html



comunidades tradicionais que têm direito legítimo à terra”, acrescentou.

Há casos espantosos citados pelo Greenpeace, como uma imensa área de 2,3 milhões de hectares no município de Alenquer, no Pará, ofertado pela bagatela de R\$ 40 por hectare. A legalidade da operações é colocada em suspeita pelos próprios anúncios. A oferta de uma área de 210 mil hectares de floresta em Rurópolis, no Pará, anuncia que a área “encontra-se protocolada junto ao Iterpa, mas um dos proprietários trabalha na área de Titulação da região e depende de verbas para pegar a documentação definitiva desta área. Conforme a negociação, entrega documentada”.

Para o Greenpeace, a grilagem acontece até hoje devido às deficiências no sistema de controle de terras na Amazônia. Apesar das diversas propos-

tas, o governo ainda não implementou um sistema de registro único de terras ou ao menos um cadastro específico para as grandes propriedades rurais. Outro problema apontado é a falta de articulação e de cruzamento de dados entre os órgãos fundiários nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a ineficiente fiscalização junto aos cartórios de Registro Imobiliário.

“Some-se a tudo isto, a existência de diversos títulos de terra para uma mesma área e chegamos a uma situação onde o tamanho das propriedades privadas pode chegar a uma dimensão maior do que os municípios onde elas supostamente se encontram”, disse Nilo D’Ávila. ‘Mas é tudo terra de papel’.”²⁸

Para finalizar estas reflexões, mostrando o lado cruel do processo de grilagem de terras

28. http://www.greenpeace.org.br/amazonia/?conteudo_id=1934&sub_campanha=0

na Amazônia, nada melhor do que um dos mais interessantes anúncios de venda de terra em Santarém, no Estado do Pará, pela

Internet que está no ar: são apenas 900 mil hectares por R\$ 16 milhões, ou seja, R\$17,77 o hectare.

Excelente oportunidade - A melhor do ano:

Pará: Grande área de **900 mil hectares (cerca de 300 mil alqueires)**, que está sendo toda loteada. Fica a 4 km da cidade, 300 km do porto de exportação de Santarém. Está sendo vendida em qualquer tamanho. É toda plaina, cerrado, boa para soja e extração de madeira. Rio na divisa. Fora de áreas de conflito e documentação em ordem. Está com um preço especial para toda a área de R\$ 16 milhões.

<http://www.fazendas.e1.com.br/faz4.htm>

Tabela 2: Áreas em conflito

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Acre			
Acrelândia	P. A. Extrativista Porto Dias	100	
Acrelândia	Projeto Porto Luiz	20	
Acrelândia	Seringal Orion/P. A. Orion	35	
Brasiléia	P. A. Extrativista Porto Carlo		
Bujari	Ramal Espinhara/Faz. Bela Aliança/Agrop. Vale do Antimary	400	21143
Plácido de Castro	Seringal Monte Alegre/Capatará	300	7500
Rio Branco	Área do Parque Nac. da Serra do Divisor	100	
Rio Branco/ Porto Acre	Seringal Pirapora	120	
Subtotal:		8	1075
Alagoas			
Água Branca	Fazenda Cobra II	60	300
Água Branca	Fazenda Chupete	150	1000
Atalaia	Faz. Timbozinho/Assent. Canudos	5	
Atalaia	Fazenda Ouricuri	100	900
Branquinha	Fazenda Nincho	86	220
Branquinha/ Chã Preta	Fazenda Jundiá	150	800
Delmiro Gouveia	Fazenda Piçarra	220	2137
Delmiro Gouveia	Fazenda Bom Nome	200	
Delmiro Gouveia	Faz. São Vicente/Acamp. Geninho	200	2137
Flexeiras	Faz. Prazeres/Us. Peixe	191	900
Flexeiras	Fazenda Duas Barras	120	900
Inhapi	Acamp. Frei Damião/Faz. Capim	140	
Jacuípe	Fazenda Duas Bocas	135	
Joaquim Gomes	Faz. Riachão/Us. Agrisa	80	
Maragogi	Fazenda Alaisa	60	435
Maragogi	Fazenda Aquidabam	120	1200
Maragogi	Fazenda Carão	45	
Maragogi	Assentamento Mundo Novo	1	
Maragogi	Fazenda Santa Luzia	62	600
Maragogi/ Porto Calvo	Fazenda Junco/Us. Central Barreiros	286	1200
Messias	Fazenda Barra Funda	80	120
Messias	Faz. Flor do Bosque	107	480
Murici	Fazenda Aruais/Arroais/Us. São Simeão	148	750
Murici	Fazenda Siridó/Us. São Simeão	232	600
Murici	Fazenda Cansanção/Us. São Simeão	170	
Murici	Fazenda São Simeão/Us. São Simeão	25	
Pão de Açúcar	Pov. Lagoa de Jesus/Vila Limoeiro	10	
Passo do Camaragibe	Fazenda Pecuária	16	58
Porto Calvo	Acamp. BR-101/Us. Camaragibe	30	
Porto Calvo	Fazenda Boa Esperança	87	600
Porto de Pedras	Fazenda Boa Sorte	50	500
Santana do Mandaú	Comunidade Quilombola Filus	25	
São Luís do Quitunde	Fazenda São Tibúrcio	20	100
Traipu	Fazenda Santa Lúcia	50	
Traipu	Fazenda Balança	250	1000
União dos Palmares	Faz. Mirigonha/Serrana	80	500
União dos Palmares	Fazenda Pedra Redonda	246	
União dos Palmares	Fazenda Brejinho/Us. São Simeão		
União dos Palmares	Fazenda Sementeira	78	190
Subtotal:		39	4115
Amapá			
Amapá	Fazenda Itapoã	8	2500
Calçoene	Grilagem Cunani e 7 Ilhas	15	10000
Calçoene	Grilagem Bela Vista	8	30443
Calçoene/ Oiapoque	Parque Nac. do Cabo Orange/Vila Velha/Taperebá/Cunani	80	5000
Cutias do Araguari	Fazenda Parabrillo/Gurupora		10500
Ferreira Gomes	Retiro Pedreira/Grilagem		427
Ferreira Gomes	Retiro Bom Pastor/Grilagem		482
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem		15079
Ferreira Gomes	Chácara do Céu/Grilagem		399

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Ferreira Gomes	Chácara Bonito da Pedreira/Grilagem		428
Ferreira Gomes	Retiro dos Pinhais/Grilagem		320
Ferreira Gomes	CFA/Grilagem		7313
Ferreira Gomes	BR-156/Área no KM-125	8	800
Itaubal do Piririm	Áreas em Itaubal /Agronegócio Sinal Verde	50	4000
Macapá	Retiro Boa Vista/Grilagem		385
Macapá	Torrão do Matapi/Ramal dos Maranhenses		3733
Macapá	Bonito da Pedreira		4357
Macapá	Fazenda Chaparral/Grilagem		434
Macapá	Retiro São Francisco/Grilagem		493
Macapá	Chácara Fabel/Grilagem		363
Macapá	Jardim das Acácias/Grilagem		452
Macapá	Retiro Nova Esperança/Grilagem		492
Macapá	Retiro São Cristóvão/Grilagem		498
Macapá	Sítio Petry		600
Macapá/ Porto Grande	Amcel/Porto Grande	87	7500
Mazagão	Retiro Barrau e Outros	3	1728
Mazagão/ Porto Grande	Mineração Amapari/Santa Maria	200	800
Pedra Branca do Amapari	Vilagem do Meio/Igarapé William/MPBA/EBX	40	3262
Porto Grande	Assentamento Munguba	8	15400
Porto Grande	Gleba Platon/Amcel	70	4525
Porto Grande	Colônia do Matapi/Linha C	30	700
Porto Grande	P. A. Nova Canaã	8	400
Pracuúba	Retiro Santo André/Grilagem		158
Pracuúba	Retiro São Jorge/Grilagem		99
Pracuúba	Rio Flexal/Igarapé Henrique	10	1336
Santana	P.A. Matão do Piaçacá	14	700
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem		2499
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Grilagem		15298
Tartarugalzinho	Duas Bocas/Cassimiro/S. Bento e Manoel/Agrop. Nova Canaã	5	15000
Vitória do Jari	Glebas Jari/Jarcel/Morro do Felipe/Grilagem		66000
Subtotal:		40	644
Amazonas			234903
Apuí	Comunidades ao Longo do Rio Aripuanã	150	
Apuí	Comunidade Pe. Cicero	9	
Boca do Acre	Seringal Redenção	260	
Boca do Acre	Seringal Pirapora	120	
Irlanduba	Área de Várzea	13	
Irlanduba	Com. Nova Esperança/Lago Santo Antônio	22	
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu	450	
Lábrea	Flor do Amazonas/Sering. Santo Antônio	400	
Lábrea	Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 1	150	
Lábrea	Área na Região do Rio Colti	2	
Manacapuru	Manairão	450	12000
Manacapuru	Área no Entronc. da Rod. Manoel Urbano com a AM-315	3	2
Tefé	Estrada da Missão	11	
Subtotal:		13	2040
Bahia			12002
Abaré	Fazenda Tarapá	150	9000
Almadina	Fazenda Paraíso	200	600
Almadina	Fazenda Águia Branca	60	400
Anagé	Área do Dnoc's	200	
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	200	613
Baianópolis	Fazendas Lagoa do André e Milagres	220	10000
Baianópolis	Fazenda Agropon	350	
Boa Vista do Tupim	Fazenda Rio Bonito	180	
Bom Jesus da Lapa	Reserva Agro-Extrativista Serra do Ramalho	600	20820
Bom Jesus da Lapa	Com. Remanescente de Quilombo de Piranhas	70	2500
Bonito	Fazenda Juliana	120	
Buerarema	Fazenda Linda Flor	200	250
Cachoeira	Fazenda Imbiara	50	
Campo Alegre de Lourdes	Fazenda Mundo Novo	250	6000
Campo Alegre de Lourdes	Fazenda Volta da Serra	100	
Cândido Sales	Fazenda Renascer	52	5000
Conceição do Almeida	Fazenda Água Branca	35	63
Curaçá	Fazenda Amizade	250	1200
Curaçá	Tribo Indígena Atikun	54	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Curaçá	Comunidades Cacimba Nova/Cachaqui/Lagoa da Tábua		
Dias D'Ávila	Fazenda Moita	150	
Eunápolis	Fazenda Boa Vista/Veracel Celulose	120	150
Eunápolis/ Itabela	Faz. Água Vermelha/Bom Jardim/Veracel Celulose/Pataxó	40	157
Floresta Azul	Fazenda Santa Luzia	100	270
Gongogi	Fazenda São Jorge	90	
Guaratinga	Fazenda Nossa Senhora do Socorro	200	600
Ibicaraí	Faz. Boa Esperança/São Bento	200	400
Ilhéus	Fazenda Terra Nova	50	480
Ipiaú	Fazenda Dois Amigos	300	1000
Iramaia	Área em Iramaia		
Itabela	Área em Itabela		
Itaberaba	Acamp. às margens da BR-242	88	
Itabuna	Fazenda Conjunto Vitória	200	190
Itamaraju	Fazenda Fibrosa	700	5400
Itamaraju	Área em Itamaraju		
Jandaíra	Fazenda Bela Vista	80	2000
Jussari	Fazenda Serra Verde	250	383
Lagedinho	Fazenda Sítio Velho	20	420
Lauro de Freitas	Fazenda Capiarara	58	75
Malhada	Quilombos Pau d' Arco e Parateca/Faz. Bauru	400	
Maraú	Fazenda Rio Branco	50	420
Mata de São João	Sapiranga/Com. Taperá/Pau Grande/Barreiras	190	600
Monte Santo	Fazenda Rancho Alegre		
Mulungu do Morro	Fazenda Suíça Bonito	150	
Muquém de São Francisco	Tribo Indígena Kiriri	80	
Muquém de São Francisco	Fazenda Grande	36	6000
Nilo Peçanha	Fazenda Retiro	200	800
Nova Redenção	Fazenda Tarantan	150	
Nova Redenção	Fazenda Pilões	120	2838
Nova Redenção	Área em Nova Redenção		
Oliveira	Tribo Indígena Tupinambá	200	
Santa Luzia	Fazenda Titicaca	27	178
São Desidério	Fazenda Vitória	20	
Senhor do Bonfim	Fazenda Suíssa	200	782
Senhor do Bonfim	Fazenda Umburana	100	1800
Sento Sé	Faz. dos Mamões/Distrito da Tapera	150	11000
Simões Filho	Fazenda Guerreiro	150	200
Souto Soares	Fazenda Coqueiral Bonito	180	
Taperoá	Fazenda Marimbu	200	800
Una	Fazenda Valmonte	50	500
Vitória da Conquista	Fazenda Felícia	120	
Subtotal:		61	8760
Ceará			
Itaitira	Fazenda O Marizeira	80	4500
Quixeramobim	Fazenda Canhotinho	100	5000
Subtotal:		2	180
Distrito Federal			
Brazlândia	Reserva F do Inbra	350	160
Brazlândia	Área do Inbra	60	50
Sobradinho	Fazenda Chapadinha	80	800
Sobradinho	Faz. Sália/Sália	200	
Sobradinho/ Brasília	Assentamento Contagem	60	
Subtotal:		5	1010
Espirito Santo			
Águia Branca/ Pancas	Parque Nacional dos Pontões Capixabas	500	
Aracruz	Aracruz/Tupinikim/Guarani M'Bia	80	18070
Aracruz	AgriL Agropecuária/Vila do Riacho/Aracruz	135	8695
Conceição da Barra	Fazenda São João	140	966
Conceição da Barra	Comunidade Quilombola do Linharinho	42	
Muqui	Fazenda Capoeirão	60	
Pinheiros	Área em Pinheiros	50	
Subtotal:		7	1007
Goiás			
Alto Paraiso de Goiás	Com. Filantrópica Cidade da Fraternidade	120	2500
Aparecida de Goiânia/ Hidrolândia	Acamp. Irmã Dorothy/BR-153	150	
Aruanã	Faz. Santa Luzia/Viplan	350	36000

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Aruanã	Faz. Ilha Redonda/Ariká	50	705
Caipônia	Faz. Porteira/Reunidas/Campos Belos	40	3000
Campestre de Goiás	Fazenda Fundão	350	
Campestre de Goiás	Faz. Florzeira/Acamp. Palmares	1000	9000
Campinorte	Fazenda Estrela	100	
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	200	900
Chapadão do Céu	Faz. Santa Tereza/Terezinha/Isidoro	350	
Cocalzinho de Goiás	Faz. Santa Felicidade/Pré - Assentamento Che Guevara II	80	4500
Doverlândia	Assentamento Lebre	103	3793
Flores de Goiás	Faz. Ilha Bela/Acamp. Dorcelina Folador	300	3600
Formosa	Área do Exército/BR-020	150	128000
Formosa	Fazenda Tropicália	200	
Ipameri	Faz. Buriti/Corumbá Velho	250	
Itaberaí	Fazenda São José	100	370
Itaberaí	Fazenda Califórnia	50	
Itapuranga	Faz. Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	150	1800
Jataí	Faz. Sertãozinho/Ariranha	150	3100
Jussara	Fazenda Palmeiras	48	4000
Luziânia	Assentamento Lider		
Nova Crixás	Fazenda Juliana	300	
Urutaí	Faz. Santa Onofre/Engenho Bom Jesus da Cana Verde	60	221
Varjão	Agropecuária Quinta da Bicuda	860	1200
Subtotal:		25	5511
Maranhão			202689
Alcântara	Centro de Lançamento de Alcântara	372	64000
Aldeias Altas	Povoado Jaburu	2	
Aldeias Altas	Pati e Gostoso	35	1325
Aldeias Altas	Tamanduá	34	1200
Alto Alegre do Maranhão/ Monção	Gleba Canaã	51	765
Alto Parnaíba	Faz. Inhuma/Brejinho/Brejo da Onça/Pov. Barra do Pureza	10	3200
Amarante do Maranhão	Faz. Lorena Saco Grande/Acamp. Curitiba	45	150
Anajatuba	Povoado Primavera	1	411
Araioses	P. A. Água Fria	115	3600
Arame	Citema/Temasa	1050	4600
Arame/ Grajaú	Terra Indígena Araribóia/Nação Guajajara	100	547000
Arari	Gleba Data Santa Inês	73	458
Arari	Povoado Belém/Barreiro	5	18
Balsas	Fazenda Bom Jesus	4	200
Balsas	Fazenda São José	37	1414
Balsas	Ribeirão da Areia/Data Nazaré	12	7000
Balsas	Fazenda Lagoa Preta	21	938
Balsas	Comunidade Vão da Salina	28	
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	88	240
Benedito Leite	Data Espinho	29	30000
Bom Jardim	Acamp. Terra Livre/Mastruz com Leite	120	6030
Bom Jardim	Povoados Córrego da Onça e São Francisco	80	
Bom Jardim/ Alto Alegre do Maranhão	Gleba da Jurema/Pov. Presa do Porco/Faz. Caraã	51	2793
Bom Jesus das Selvas	Assentamento São Francisco	88	
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Monte Cristo	100	
Brejo	São João dos Pilões	53	995
Buriticupu	P. A. Lago Azul/Pov. Real Brasil	500	13266
Cajapió	Itapuhenga		
Cajari	Pov. Camaputua/Engenho Tramaúba	46	350
Caxias	P. A. Buriti do Meio/Pov. Santa Rosa	54	55
Codó	Com. Quilombola Matões dos Moreira/Matões dos Cabloco	54	4114
Colinas	Povoado Canto Bom	70	300
Coquelândia	Acamp. às margens da Estrada do Arroz	420	
Dom Pedro	Povoado Campo Agrícola	80	664
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	70	82432
Itapecuru Mirim	Povoado Mata III	33	200
Lago do Junco	Faz. Aracati/Pov. Bertolino	40	1100
Lago do Junco	Pov. Cajazeira/Centro do Bertolino/Faz. Dona Flor	50	1099
Loreto	Povoado Sonhêm	30	
Loreto	Fazenda São José	21	6263
Matões do Norte	Lagoa do Coco		1497
Matões do Norte	Faz. Cantanhede/Stª. Catarina Formiga/Ass. Cabanagem	83	6000
Monção	P. A. Camacaoca	100	10800

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Monção	Faz. Terra Boa/Centro do Piauí	39	
Parnarama	Data São Domingos/Faz. Santo Antônio	42	1750
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Patos	25	4100
Parnarama	Data Forquilha/Faz. Lagoinha	40	400
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Chapadinha	10	4100
Parnarama	Gleba Bebedouro/Faz. Bebedouro	70	4500
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Barreiro do Mato	42	1750
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Jejo	23	1680
Parnarama	Data Tanque/Fazendinha	33	5000
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Buriti - Canas	86	4100
Parnarama	Fazenda Escondido	25	1200
Parnarama	Data Forquilha/Faz. Barra da Vereda	30	1200
Parnarama	Data Jenipapo/Faz. Poço dos Cachorros	71	1200
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Vamos Vendo	42	1750
Parnarama	Data Morro da Velha/Pov. Centro dos Machados/Brejinho	42	1363
Parnarama	Povoado Brejinho da Inhã	18	
Parnarama	Pov. São José do Nena e São Domingos	150	11918
Pastos Bons	Fazenda Boa Esperança	28	4210
Peri - Mirim	Povoado Miruiras	33	250
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	102	3781
Pio XII	P. A. Lago da Carnaúba/Povoado Cordeiro	600	9792
Porto Franco	Fazenda Santa Maria	300	
Raposa	P. A. Cumbique	500	735
Riachão	Canto do Gaspar/Pequi/Bacuri	23	
Riachão	Faz. Couro Danta/Coro Danta	10	1200
Riachão	Faz. Alegre/Frenteira	90	
Riachão	Fazenda Campo Grande	22	12000
Riachão	Fazenda Anajás	8	1400
Riachão	Faz. Sucupira/Pau Furado	107	6616
Sambaíba	Fazenda Candeias	7	4834
Santa Luzia do Tide	Fazenda Ponderosa	45	2600
São Bento	Pov. Poleiro/Tucum/ Stª. Rita/Grajaú/Pascoal	60	
São Luís	Rio dos Cachorros/Pólo Siderúrgico/Cia. Vale do Rio Doce	600	2471
São Luís	Tajipuru	75	159
São Mateus do Maranhão	Pov. Curva/Data Timbaúba	144	150
São Mateus do Maranhão	Jiquiri	45	800
São Mateus do Maranhão	Projeto Salangô	352	3216
São Raimundo das Mangabeiras	Pov. Lago Verde/Data Ipoeira	2	14000
São Raimundo das Mangabeiras	Data Varginha/Faz. Taboa	70	7437
Tasso Fragoso	Gleba Brejão/Faz. Brasília/Data S. Pedro	19	275
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	200	14000
Timbiras/ Codó	Ass. Cit Novo Horizonte/Pov. Sardinha e Outros	141	8253
Tuntum	Povoado Cigana	300	12000
Tuntum	Fazenda OLS	32	12000
Vitória do Mearim	Juçaralzinho/Bom Jardim/Paiol/Boca do Campo/ Vamos Ver	285	1658
Vitorino Freire	Povoado Ariranal	1	
Subtotal:		89	9244
Mato Grosso			
Alto da Boa Vista	Assentamento Bandeirantes	120	
Aripuanã	Gleba Conselvam/Guará	120	
Aripuanã/ Colniza	T. I. Arara Rio Branco Alegria	32	114000
Barão do Melgaço	T. I. Baía do Guató	15	
Barra do Garças	Fazenda Ponte Queimada	320	
Bom Jesus do Araguaia	Assentamento Guerreiro	121	
Brasnorte	Reserva Indígena Myky	98	56000
Brasnorte	Reserva Indígena Irantxe	50	
Cáceres	Fazenda Nova Mutum	600	
Campinápolis	Índios Xavante/Aldeia São Pedro	1300	
Campo Verde	Fazenda Boa Esperança	550	
Canabrava do Norte	Assentamento Tabajara	46	
Canabrava do Norte	P.A. Liberdade/Faz. Uirapuru	58	38000
Canabrava do Norte	Assentamento Tatuiby	140	
Canabrava do Norte	Assentamento Maná	149	
Chapada dos Guimarães	Acampamento Gleba Concisão	50	
Chapada dos Guimarães	Acamp. do Ribeirão do Itambé	230	16000
Cláudia	Acampamento Nova Aliança	200	
Comodoro/ Colniza	Terra Indígena Rio Pardo	5	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Confresa	Fazenda Santa Terezinha	80	
Confresa/ Santa Terezinha	Aldeia Tapirapé/Urubu Branco	300	
Confresa/ Santa Terezinha	Assent. Confresa Roncador/Codeara/Tapiraguaia	1190	
Itiquira	Fazenda Bica d' Água	380	
Jaciara	Gleba Jatobá/Faz. Colorado	120	4000
Jaciara	Faz. Liberdade/Jatobá	120	300
Juína	Reserva Indígena Enawenê-Nawê	86	
Mirassol do Oeste	Faz. S. Paulo/Acamp. Sílvio Rodrigues/Caeté	2000	4700
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalu/Mutuca	5	13627
Nova Canaã do Norte	Gleba Santa Edwirges I	120	
Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	100	18500
Novo Mundo	Assentamento Cristalino I, II e IV	100	
Peixoto de Azevedo	Assentamento Vila Nova I e II	100	
Peixoto de Azevedo/ Guarantã do Norte	Gleba Iriri/Aldeia Terena Kopenuí	60	52000
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	350	16000
Pontes e Lacerda	T. I. Chiquitano Lago Grande	100	
Poxoréu	Assentamento Carlos Marighela	167	
Poxoréu	Fazenda Santa Cecília	100	2500
Poxoréu	Fazenda Barra Bonita	100	
Ribeirão Cascalheira	Assentamento Santa Lúcia	128	
Ribeirão Cascalheira	Assentamento Macife	1038	
Santa Terezinha/Confresa	Assentamento Reunidas I	300	
Santo Antônio do Leste	Acampamento Gleba Cinco Lanças	120	
Santo Antônio do Leverger	Fazenda Serra Verde	200	1000
São José do Xingu	Terra Indígena Kuikuro	90	
Serra Nova Dourada	Assentamento Roncador	80	
Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	600	12000
Sinop	Fazenda Promissão São João	521	
Sinop/ Cláudia	Faz. Continental/Panorama/Acamp. Nova Aliança	100	4840
Tabaporã/ Apiacás/ Juara	Ald. Kururuzinho/T. I. Apiacá- Kayabi/Batelão/Muruvi	34	
Subtotal:		49	12993
Mato Grosso do Sul			
Amambai	Aldeia Taquapiri		
Amambaí	Aldeia Limão Verde/Guarani - Kaiowá		2429
Amambai/ Tacuru	Faz. Macaúba/Acamp. Vale da Esperança		
Angélica	Fazenda Macaco	75	
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Stª. Creuza	200	9300
Antônio João	Antiga Faz. Mosquiteiro/Índios da Aldeia Campestre	80	
Antônio João/ Bela Vista	Aldeia Pirakuá		
Bonito	Acampamento em Bonito	250	
Campo Grande	Projeto de Usinas de Alcool no Pantanal		
Costa Rica	Fazenda Mateira	60	
Dois Irmãos do Buriti/ Sidrolândia	Fazenda São Sebastião	350	
Dois Irmãos do Buriti/ Sidrolândia	Fazenda Maracaju	200	
Douradina	Sítio em Douradina/Guarani - Kaiowá	30	30
Douradina	Faz. Quexevi/Guarani - Kaiowá	30	200
Douradina	Faz. Irmão Spessatto/Guarani - Kaiowá	40	400
Douradina	Fazenda Travessão da Promessa	60	
Dourados	Aldeias Bororo e Jaguapiru/Guarani - Kaiowá		3500
Dourados	Comunidade Quilombola em Picadinha	102	3748
Dourados	Fazenda Cristal	120	
Dourados	Parque Arnulpho Fioravanti	27	72
Eldorado/ Mundo Novo	Acamp. 27 de Janeiro/BR-163/Km36	100	
Itaquiraí	Fazenda Santo Antônio	400	23100
Itaquiraí	Fazenda Santa Adelaide	83	
Japorã	Porto Lindo/Ivy - Katu/Guarani - Kaiowá/Faz. Pedra Branca	760	1700
Japorã	Fazenda São Jorge	200	
Japorã	Fazenda Remanso Guaçu	250	2600
Japorã	Sítio São João		50
Japorã/ Iguatemi	Fazenda Paloma	105	
Juti	Faz. Brasília do Sul/Aldeia Taquara	100	9752
Laguna Carapã	Fazenda Rincão	20	
Miranda	Faz. Santa Vitória/Terra Indígena Cachoeirinha	200	600
Ponta Porã	Fazenda Patata	500	
Ponta Porã	Fazenda Silvestre	100	2000
Ponta Porã	Fazenda Cambará	40	
Ponta Porã	Fazenda Ouro Verde	30	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Rio Brilhante	Fazenda Rancho Grande III	30	
Sete Quedas	Fazenda Sombreiro/Floresta	200	480
Sidrolândia	Sítio Santo Antônio	200	54
Sidrolândia	Fazenda Eldorado	100	9900
Sidrolândia	Fazenda Burity	300	
Subtotal:		40	5342
Minas Gerais			
Bambuí	Faz. de Cláudio Minicucci	60	400
Burity	Faz. Barriguda/Ass. Mãe da Conquista	67	4642
Burity/ Unai	Faz. São Miguel/Agrorserva	400	45000
Campo Azul/ Coração de Jesus	Faz. Bela Vista/Covanca/Acamp. Chico Mendes	50	2800
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	30	6000
Capitão Enéas	Fazenda Orion	30	1169
Capitão Enéas	Faz. Brejinho/Acamp. Darci Ribeiro	20	1060
Esmeraldas	Faz. Salgada/Casa Grande	120	845
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	100	2400
Frei Inocêncio	Faz. Monte Azul/Acamp. Maria da Penha	120	1902
Ituiutaba	Área do DNIT	56	
Jequitai	Faz. Correntes/Acamp. Erivan	250	11000
Jequitinhonha/ Felisburgo/ Joaíma	Faz. São Geraldo/Acamp. Cinco Mártires	150	1562
Joanésia	Fazenda Beira Rio	2	
Manga	Faz. Marilândia/Acamp. Valdir Júnior	120	1000
Montes Claros	Faz. Sanharó/Usifer/Estrela do Norte	350	2600
Palmópolis	Faz. Conjunto Boa Sorte/Acamp. Pe. Josimo	50	
Pirapora	Fazenda Cocal	80	1200
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	80	3800
Pirapora	Fazenda Correntes	2	
Prata	Fazenda Sidamar	2	
Prata	Fazenda Cachoeirinha	120	
Resplendor	Reserva Indígena Krenak/Sete Salões	50	4000
Resplendor	Faz. Bananeira/Acamp. Chico Mendes	250	968
Rio Pardo de Minas	Faz. Olhos d'Água/Comunidade Vereda Funda	60	5233
Sacramento	Faz. Marimbondo/Acamp. Vinte de Novembro	70	600
Santa Helena de Minas/ Bertópolis	Ald. Água Boa/Maxakali/Faz. Monte das Oliveiras	45	5305
Santa Vitória	Fazenda Jacaré Curiango	18	984
São João da Ponte	Fazenda Aurora		
Uberlândia	Faz. São José/Acamp. Roseli Nunes	150	350
Uberlândia	Fazenda Boa	30	378
Uberlândia	Fazenda Eldorado	10	
Uberlândia	Fazenda Santa Fé/Acamp. Eldorado dos Carajás	40	
Uberlândia	Fazenda Boa Esperança	150	
Várzea da Palma	Fazenda Mãe d'Água	244	
Varzelândia	Fazenda Bonanza/Brejo dos Crioulos	70	1500
Veríssimo	Fazenda Califórnia	100	
Veríssimo	Fazenda Santa Cruz	100	
Visconde do Rio Branco	Comunidade de Resistência Olga Benário	35	
Subtotal:		39	3681
Pará			
Abel Figueiredo/ Rondon do Pará	Faz. Santa Mônica	110	6000
Acará/ Tailândia	Acamp. Pe. Josimo/Área em Urucuré	600	2300
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás**	20	100
Afuá	Região das Ilhas**	150	3000
Afuá	Ilha do Antonino**	10	300
Afuá	Furo Grande**	1	100
Afuá	Iha dos Porcos/Igarapé Grande**	4	200
Almeirim/ Monte Dourado	Projeto Jari Celulose/Jarcel	100	
Altamira	Área em Terra do Meio/Grileiro José Dias Pereira		8900
Altamira	Índios Xipaia-Curuáia/Gril. CR Almeida	107	
Altamira	Margens do Rio Iriri/Gleba Curuá/Grileiro CR Almeida	9	
Altamira	Acamp. Bartolomeu Moraes da Silva	300	
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	150	55000
Altamira	Riozinho do Anfriso/Grileiro CR Almeida	43	736
Altamira	Ig. Estragado/ Piracui/ Severa/ Ressaca e outros/Gril. CRA	68	
Altamira/ Novo Progresso	Gleba Curuá		5000000
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 131/Irmãos Trindade		3000
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 130/Francisco Ribeiro/ A	1	3000
Anapu	Gleba Manduacari/Lotes 4-5-6-7/Cospel	76	3000

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Anapu	Resex do Xingu	11	
Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 53/Luis Ungaratti	15	3000
Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 57/ Regivaldo Galvão		3000
Anapu	Gleba Belo Monte/PDS Virola Jatobá	1	
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 135 a 139/158-162		24000
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 134/ Gilberto e Luiz Dezin		3000
Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 55/ Vitalmiro Bastos		6000
Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 56-58/Délio Fernandes		6000
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 108/ Milton Lemos		3000
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 124/Paulo Medeiros	1	2880
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	800	
Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 16 e 29/Avelino Dedeia	2	3000
Belterra	Gleba do Bota	43	2400
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Bacuri	80	
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Progresso	136	
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	200	
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Goiana	110	
Breu Branco	Fazenda Água Azul II	1200	11280
Breu Branco	Faz. João do Óculos/Faz. CCM	1200	1200
Canaã dos Carajás	Fazenda Santa Fé/Pampulha	130	436
Castanhal	Cupiúba/Cachoeira	250	
Conceição do Araguaia	Colônia São José dos Três Morros	47	2904
Conceição do Araguaia	Chácara Sossego do Papai	80	
Conceição do Araguaia	Fazenda Batente	80	3388
Conceição do Araguaia/ Floresta do Araguaia	Fazenda São Luiz	180	
Concórdia do Pará	Fazenda Ponta da Serra	36	50
Cumaru do Norte	Faz. Lua Nova/Rio Cangalha	150	
Cumaru do Norte	Gleba 490	80	3000
Curionópolis	Faz. Macaxeira/Assentamento 17 de Abril	69	40000
Curionópolis	Faz. Jacaré Grande	40	10000
Eldorado dos Carajás	Fazenda Bagoá/Baguá	80	3000
Eldorado dos Carajás	Faz. Peruano	1100	12500
Goianésia do Pará	Fazenda Braspar	90	900
Itaituba	Área da Indusolo	300	
Itupiranga	Faz. Hidroservice/Boa Esperança	350	31140
Itupiranga	Faz. Mineira/Gleba Cajazeira	60	2800
Itupiranga	Fazenda Ouro Verde	100	
Jacundá	Acampamento Rio Jacundá/PA-150	150	
Mãe do Rio	Fazenda Reunidas	300	5444
Marabá	Fazenda Estrela da Manhã	90	3000
Marabá	P.A. Malha II	22	550
Marabá	Fazenda Cabo de Aço/Acamp. Zumbi dos Palmares	90	
Marabá	Faz. Remanso/Talismã	48	1800
Marabá	Faz. Cabaceira/Acamp. 26 de Março	350	11500
Marabá	Faz. Santa Rosa/Cedro/Plutão-Complexo Três Poderes	300	11835
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibiriça	100	3200
Marabá	Fazenda Ponta da Serra	100	
Marabá	Fazenda Balão	120	
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Bandeirantes	120	5000
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Arapari	90	3000
Marabá/ Rondon do Pará/ Itupiranga	Faz. Jerusalém/Araruana	60	3000
Monte Alegre	Grilagem em Monte Alegre		11000
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passe Bem/Mamona	400	22000
Óbidos	Quilombo Castanhaduba/Castanhuba/Apui/Silêncio		
Ourilândia	Acamp. às margens da PA-279/Ao Lado do Aeroporto	600	
Ourilândia	Tribo Kayapó/Pedral		
Pacajá	Fazenda Boa Sorte	400	30000
Paragominas	Faz. Caip/Vila Paragonorte		23000
Paragominas	Fazenda Grotão		
Paragominas	Fazenda Capim de Boi		
Paragominas	Fazenda Marangi		
Paragominas/ Goianésia do Pará/ Ipixuna do Pará	Tribo Amanayé	41	
Parauapebas	Assassinato de Antônio Matos Filho	1	
Parauapebas	Assassinatos no STR de Parauapebas	2	
Parauapebas	Faz. União	40	1200
Parauapebas	P.A. Cinturão Verde/Faz. Triunfo/V. São Raimundo	25	
Parauapebas	Faz. Carajás/Assent. Carlos Fonseca/Palmar	20	1750

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Parauapebas/ Canaã dos Carajás	Fazenda Rio Verde	150	3000
Parauapebas/ Canaã dos Carajás	Faz. São Luis	50	
Parauapebas/ Itupiranga	Faz. Tapete Verde	90	3900
Parauapebas/ Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	123	1200
Placas	Reserva Indígena Cachoeira Seca		
Portel	Fazenda Jutaituba	1000	164000
Prainha	Grilagem em Prainha/Empresa Madenorte		72460
Redenção	Faz. Arraiaporã/Inajaporã	110	3520
Rio Maria	Faz. Marajoara/Dona Vânia	20	1500
Rio Maria	Fazenda Dona Maria	20	2899
Rondon do Pará	Fazenda Garrafão	300	
Rondon do Pará	Fazenda Santa Cruz	200	15000
Rondon do Pará	Fazenda Rio do Ouro	30	9000
Rondon do Pará	Ameaçados de morte em Rondon do Pará	3	
Rondon do Pará	P.A. Unidos para Vencer		
Salvaterra	Fazenda Veríssimo	150	2158
Santa Maria das Barreiras	Faz. Inajaporã/Pouso Alegre	100	
Santa Maria das Barreiras/ Conceição do Araguaia	União Cinzeiro/Região do Coco	80	
Santa Maria das Barreiras/ Salvaterra	Faz. Forkilha/Assent. Agropec	300	15000
Santana do Araguaia	Faz. Santa Maria e Shalon	80	
Santana do Araguaia/ Conceição do Araguaia	Faz. Bradesco/P.A. Pe. Josimo	863	31000
Santarém	Assentamento Piã Moju	43	
São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembê/Alto Rio Guamã	97	
São Félix do Xingu	Gleba Karapanã/Faz. Japonesa/Nova Esperança	200	1600
São Félix do Xingu	Tribo Apyterena/Apyterewa/Paracanã	176	700000
São Félix do Xingu	Fazenda Barra do Triunfo	100	5000
São Félix do Xingu	Gleba Sumaúma	90	
São Félix do Xingu	Fazenda Comanche/Comaxim	80	4850
São Félix do Xingu	Faz. Burity/Est. Eco. Terra do Meio		
São Félix do Xingu/ Altamira	Faz. Bom Jardim/Gleba Assurini	1	
São Félix do Xingu/ Redenção	T.I. Kayapó-Crocaimoro/Grupo CR Almeida	792	3284
São Geraldo do Araguaia	Terra Indígena Sororó	60	
São João do Araguaia	Fazenda Landi	80	
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	200	
São João do Araguaia	Faz. Prata	80	2801
Tucumã	Acampamento Reforma Agrária Já	400	
Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	100	
Uruará	Comunidade São Sebastião do Tutuí	25	
Uruará	Área no Travessão km-190 Norte	1	
Subtotal:		125	18433
Paraíba			6443965
Alcantil	Fazenda Serra Verde	12	707
Barra de São Miguel	Fazenda Almas	24	1161
Barra de São Miguel	Fazenda Melancia	44	1474
Barra de São Miguel	Fazenda Conceição	63	2520
Campina Grande	Fazenda Caterina/Catirina	140	700
Conde	Assent. D. Antônia/Antiga Lundreegh	120	1927
Livramento	Fazenda Boa Ventura	30	
Mogéiro	Fazenda Monte Sinai	206	
Monteiro	Assentamento Estrela Dalva	60	5000
Piancó	Acamp. no Vale do Piancó	152	
Pilar	Fazenda Novo Mundo/Cascatinha	35	
Remígio	Fazenda Jacaré	150	
Rio Tinto	T. I. Potiguara	20	
Santa Rita	Faz. Mumbaba/Acamp. Nego Fuga	100	
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	29	500
São Sebastião do Umbuzeiro	Acamp. Boa Sorte e Maciço	20	
Serraria	Engenho Martins/Martiniano	163	
Sumé	Acampamento Desterro	40	
Subtotal:		18	1408
Paraná			13989
Abatiã	Fazenda Linda Flora	100	180
Abatiã/ Santa Amélia	T. I. Yvyaporã Laranjinha/ Guarani Nhandeva	40	1238
Alto Paraíso	Fazenda Estrela	23	
Amaporã	Fazenda São José	200	
Barboza Ferraz	Fazenda São Paulo	80	960
Boa Ventura de São Roque	Fazenda Volta Grande	40	87

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Cascavel	Fazenda Nazari	300	200
Cascavel	Fazenda Kely	200	840
Centenário do Sul	Fazenda Quem Sabe	100	468
Clevelândia	Fazenda Moraes	50	
Congonhinhas	Faz. Santa Mônica	70	
Conselheiro Mairink	Área em Conselheiro Mairink	50	80
Guairaçá/ Planaltina do Paraná	Fazenda Santa Filomena	400	1197
Guapirama	Fazenda Pinheirão	16	
Guarapuava	Fazenda Faxinal das Pedras	16	7000
Guarapuava	APA Serra da Esperança	50	
Guarapuava	Fazenda Matão	20	1500
Honório Serpa	Fazenda São Caetano	45	
Icaraima	Acampamento na BR-487	40	
Icaraima	Fazenda Monte Azul/Agrop. Café no Bule	120	1372
Jundiá do Sul	Fazenda Balsa Nova	400	960
Jundiá do Sul	Fazenda Ana Fraga	320	919
Luiziana	Fazenda Laranjeiras	141	317
Luiziana	Reserva Ambiental no Rio Valinho	200	
Mangueirinha	Faz. Santa Rosa/Rita/Mamborê	130	1936
Nova Laranjeira	Acamp. Alto da Serra/Xagu I/Faz. Sta. Lúcia	100	800
Nova Olímpia	Acampamento às margens da PR-480	67	
Ortigueira/ Faxinal	Faz. Nossa Sra. do Carmo/Brasileira	800	4400
Palmas	Fazenda São Lourenço	30	
Paranacity	Fazenda Fartura	300	1452
Paula Freitas	Acamp. Reduto do Caraquatá	80	
Ponta Grossa	Fazenda São Francisco	200	250
Pontal do Paraná	Índios Guarani-Guaraguaçu	20	
Quedas do Iguaçu	Fazenda Três Elos	50	167
Quedas do Iguaçu	Fazenda Campo Novo	50	390
Quedas do Iguaçu	Fazenda Dona Hilda	250	2040
Quedas do Iguaçu	Faz Rio das Cobras/Araupel	30	
Querência do Norte	Faz. Porangaba/Porangabinha	100	2100
Quinta do Sol/ Campo Mourão	Acampamento na PR-082	16	
Ramilândia	Fazenda Boito	500	900
Ramilândia	Fazenda Formiga	140	1132
Reserva do Iguaçu	Faz. Reserva/Acamp. Brasil	130	2619
São Miguel do Iguaçu	Parque Nacional/Res. Sta. Rosa do Ocui/T.I. Avá Guarani	55	231
Sapopema	Fazenda Bom Sucesso	120	1200
Tamarana	Fazenda Tamoio	30	160
Tamarana	Fazenda Mota	60	2904
Tapira	Acamp. Vitória/Às margens da PR-482	67	
Tibagi	Chácara Canaã	40	97
Turvo	Acampamento às margens da PR-466	30	
Subtotal:		49	6416
Pernambuco			
Agrestina	Quilombo Pé de Serra	500	
Água Preta	Engenho Campo Frio	80	1200
Água Preta	Fazenda Cavaco	40	
Águas Belas	Fazenda Quilombo	100	3000
Águas Belas	Fazenda Caruá	50	1000
Águas Belas	Fazenda Mata Escura	10	
Algoíinha	Faz. Brocotó	80	
Aliança	Usina Aliança	400	
Altinho	Fazenda Santo Antônio	60	650
Amaraji	Engenho Ponta de Pau	100	
Arcoverde	Fazenda Atravessada	16	800
Arcoverde	Engenho Queimada da Onça	20	900
Arcoverde	Fazenda Malhada	20	1400
Barreiros	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	150	1800
Belém de Maria	Fazenda Barra de Estiva	110	
Belém de Maria	Engenho Cangaia	82	450
Belém de Maria	Fazenda Alto Alegre	110	
Bezerras	Fazenda Bezerras	83	1600
Bom Jardim	Engenho Lagoa Comprida	100	
Bonito	Fazenda Varig	150	163
Bonito	Fazenda Águas Compridas	100	600
Bonito	Fazenda Uberaba	200	580

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Bonito	Fazenda Pedrinha	106	800
Bonito	Engenho Tróia	65	420
Bonito	Engenho Jardim	150	
Bonito/ Cortês	Engenho Baê/Bagê	180	
Brejo da Madre de Deus	Fazenda Garrote	85	
Brejo da Madre de Deus	Faz. Brejinho	30	
Buique	Fazenda Sanharó	25	400
Camocim de São Félix	Fazenda Bonfim	80	400
Caruaru	Fazenda Lago Azul	40	600
Caruaru	Fazenda Serraria	60	600
Cupira	Fazenda Serra Verde	95	800
Custodia	Fazenda Cavaco	60	4100
Custodia	Fazenda Jardim	45	3500
Custodia	Fazenda Tamboril	20	1050
Escada	Engenho São José	60	460
Feira Nova	Fazenda Dois Irmãos	100	4200
Flores	Fazenda Brejinho	25	
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	170	1800
Gameleira	Engenho Paca	150	
Gameleira	Assent. Alegre/São Gregório/Us. Estreliana	100	300
Garanhuns	Fazenda Paulista	40	1200
Garanhuns	Quilombo Timbó/Barragem Inhumas	200	
Glória do Goitá	Fazenda Berra Boi	100	390
Gravatá	Fazenda Santo Antônio	50	450
Iati	Engenho Poço da Cabra	20	1200
Ibimirim	Fazenda Tapuio	50	2400
Iguaraci	Faz. Socorro	70	4620
Itaíba	Assentamento Baixa Verde	1	3600
Itaíba	Fazenda Salobrinho	40	800
Itaíba	Fazenda Santa Ana	25	1200
Jaboatão dos Guararapes	Engenho Goiabeira	100	480
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	60	960
Lagoa Grande	Fazenda Vermelhos	300	
Lagoa Grande	Faz. Pontal de Lima	250	900
Manari	Faz. Lagoa/Acamp. Dorothy Stang	2615	
Moreno	Engenho Bom Dia	75	900
Ouricuri	Engenho Jacaré	30	
Ouricuri	Fazenda Pitombeira	40	
Ouricuri	Faz. Cruz/Cruzinha	50	1500
Panelas	Fazenda Pedra do Veado	120	1500
Paranatama	Fazenda Rancho Verde	50	1350
Passira	Faz. Independência/Dependência	63	470
Passira	Fazenda Santa Helena	107	800
Passira	Faz. Candeias	143	900
Passira	Fazenda Carcará	100	800
Paudalho	Usina Mussurepe	100	
Pedra	Faz. Veneza	50	
Pedra	Fazenda Santo Antônio	50	850
Pedra	Fazenda Lagoa Seca	120	2500
Pesqueira	Fazenda Nossa Sra. do Rosário	150	3000
Pesqueira	Fazenda Jardim Jatobá	150	2200
Pesqueira	Índios Xucuru		26980
Pombos	Eng. Cajoca/Us. N. Sra. do Carmo	50	400
Pombos	Fazenda Lagoa Danta	93	600
Quipapá	Engenho Serra Verde	95	
Quipapá	Fazenda Correntes	70	
Quipapá	Fazenda Engenho Velho	106	400
Quipapá	Engenho Uruçu	20	
Riacho das Almas	Faz. São Francisco	250	1114
Salgueiro	Fazenda Boa Vista	50	1500
Santa Cruz do Capibaribe	Faz. Garrote	60	4000
Santa Cruz do Capibaribe	Fazenda Tanquinhos	63	500
Santa Cruz do Capibaribe	Fazenda Quixaba	63	
Santa Maria da Boa Vista	Faz. Catalunha	900	5650
São Bento do Una	Quilombo Serrote do Gado Brabo	150	2500
São Caitano	Fazenda Papagaio	88	753
São Joaquim do Monte	Engenho Jaboticabal	295	2000

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
São Joaquim do Monte	Fazenda Formigueiro	100	
São José do Belmonte	Fazenda Feijão	60	
São Lourenço da Mata	Eng. São João/Acamp. Chico Mendes/Us. Tiúma	900	450
Serra Talhada	Fazenda Carnaíba/Carnaúba	100	352
Serra Talhada	Fazenda Serrinha	50	
Serra Talhada	Fazenda Barra de Exu	50	
Serra Talhada	Fazenda Cachoeirinha	50	
Serra Talhada	Fazenda Três Irmãos	13	627
Serra Talhada	Engenho Encantado	12	526
Sertânia	Faz. Cachoeira dos Guilhermes	60	
Sertânia	Cachoeira do IPA	30	
Sertânia	Fazenda Juá	70	5500
Sertânia	Faz. Nossa Senhora do Carmo	20	1123
Sertânia	Fazenda Laranjeiras	80	
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª. Tereza		600
Vertentes	Faz. Moreira	90	449
Vertentes	Fazenda Milhões	23	180
Subtotal:		106	13587
Piauí			
Altos	Faz. Funil/Acamp. Nossa Esperança	80	1700
Altos	Fazenda Novo Belo Horizonte	31	600
Altos	Fazenda Corte do Meio	40	700
Altos	Roça/Mata Velha	45	
Barras	Centro Tipis	25	
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	24	517
Barras	Santa Teresa	25	1300
Barras	São Francisco	25	
Barras	Marrecas		580
Barras	Boa Presença	25	
Barras	Fazenda Crioli	13	319
Campo Largo do Piauí	Vila São João	16	1000
Currálinhos	Jenipapeiro/Acamp. Dorothy	250	400
Demerval Lobão	João Paulo/Acampamento 26 de Maio	70	900
Esperantina	Nova Conquista	26	850
Guadalupe	Platôs de Guadalupe	127	
João Costa	Fazenda Pajeú	280	2000
Miguel Alves	Bom Princípio	30	600
Milton Brandão	Fazenda Marfim	13	
Nossa Senhora dos Remédios	Lagoa de Fora/Faz. Barriguda	18	450
Nossa Senhora dos Remédios	Fazenda Barriguda	21	450
Nossa Senhora dos Remédios	Sítio Velho/Faz. Barriguda	13	450
Nossa Senhora dos Remédios	Comunidade Contendas	19	1445
Nossa Senhora dos Remédios	Tenda de Coco/Faz. Barriguda	33	1350
Nossa Senhora dos Remédios	Comunidade Santarém	165	3140
Nova Santa Rita	Fazenda São José	280	500
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	30	15028
Porto	Gleba Fernando	27	33
Ribeiro Gonçalves/ Baixa Grande do Ribeiro	Área entre Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves	350	1500
Teresina	Faz. Gandu/Data Stª. Teresa/Pov. Lagoa da Mata	160	690
União	Tranqueira/Vila Conquista	300	
Subtotal:		31	2561
Rio de Janeiro			
Barra do Pirai	Acamp. às margens da BR-393/Nova Vida	100	
Barra do Pirai	Faz. Estrela Branca/Acamp. Nova Vida	120	975
Cabo Frio	Comunidade Quilombola de Preto Forro	11	
Campos dos Goytacazes	Faz. Boianga/Acamp. Leonel Brizola/Outeiro	180	2176
Campos dos Goytacazes	Faz/Sto. Amaro/S. José/Acamp. Coaf	110	4000
Campos dos Goytacazes	Faz. Cambahyba/Acamp. Oziel Alves	150	3502
Mangaratiba	Quil. de Marambaia/Praia do Sítio/Praia dos Pretos/Praia Suja	107	
Nova Iguaçu	Reserva Ecológica do Tinguá	1	26660
Pirai	Fazenda Aimorés	120	849
Quatis	Quilombo Santana	19	828
Quatis	Faz. da Pedra/Acamp. Irmã Dorothy	100	1800
Rio de Janeiro	Área da CENEN/CSA	70	
São Francisco do Itabapoana	Faz. Arroz Dourado/Acamp. Madre Cristina	80	360
São João da Barra	Faz. Caetã e Cedro/Acamp. Mário Lago/Cambahyba	100	1800
Valença	Fazenda São Paulo	100	1570

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Subtotal:		15	1368
Rio Grande do Norte			
Ceará-Mirim	Acampamento Florestan Fernandes	100	
Mossoró	Assent. Solidão/Faz. Jacuri	20	3350
Mossoró	Faz. Maisa/Assent. Eldorado dos Carajás II	450	2400
Mossoró	Fazenda Pedra Preta	400	600
Subtotal:		4	970
Rio Grande do Sul			
Arroio dos Ratos	Acamp. Santa Vitória/Margens da BR-290	230	
Arroio dos Ratos	Acampamento Unidos Venceremos	150	
Barracão	Acampamento em Barracão	210	
Boa Vista do Ingra	Fazenda Santo Izidoro	82	620
Capão do Leão	Acampamento em Capão do Leão	25	
Carazinho	Tribo Caingangue/Acamp. na BR-386	30	
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	400	9000
Coronel Bicaco	Acampamento em Coronel Bicaco	120	
Eldorado do Sul	Faz. Agropecuária e Cabanha Dragão	350	760
Ibiraiaras/ Muliterno	Terra Indígena Monte Caseros/Kaingang	50	
Lagoa Vermelha/ Sananduva	Faz. Três Pinheiros/Granja Três Pinheiros	700	1500
Nonoai	Acamp. às margens da RS-406/Km 21	560	
Nova Hartz	Acamp. Jair Antônio da Costa/RS-239/Km 39/Daer	80	
Nova Santa Rita	Faz. Santa Rita/Montepio/Acamp. na BR-386	101	1600
Palmares do Sul	Área às margens da RST-101/Índios Guarani e Caingangue	42	214
Palmeira das Missões	Faz. Bom Sossego/Copalma	100	1100
Porto Alegre	Parque Natural do Morro do Osso/Tribo Caingangue	26	57
Sananduva/ Cacique Doble	Passo Grande da Forquilha/Índios Kaingang	55	
Santana do Livramento	Acampamento Novo	70	
Santana do Livramento	Fazenda Alto Alegre	450	920
Santana do Livramento	Fazenda Santa Rita	150	958
São Borja	Fazenda Palermo	200	1200
Tupanciretã	Fazenda Boqueirão	180	1442
Vale do Sol	Acampamento Filhas da Terra	40	
Subtotal:		24	4401
Rondônia			
Alta Floresta do Oeste	Gleba Massaco	250	12600
Alta Floresta do Oeste	Faz. Itamar/Acamp. Betinho	46	996
Alto Alegre do Parecis	Faz. Morimoto/Acamp. Che Guevara	138	
Alvorada do Oeste	Linha 48/Lotes 06 e 08/Linha 44/Lotes 07 e 09	42	164
Ariquemes	Fazenda Santa Cruz	55	
Ariquemes	Fazenda Mapal	120	1200
Buritis	Faz. Cinco Estrelas e Indiana	150	6000
Campo Novo de Rondônia	Fazenda do Teixeira/Estrela	150	
Candeias do Jamari	Fazenda Urupá	200	30000
Candeias do Jamari	Seringal Escalerita e Lago Brasileira	400	
Chupinguaia	Fazenda Dois Pinguins	70	
Chupinguaia	Faz. São Domingos/Serra Negra/Porto Rico	60	2400
Machadinho d' Oeste	Fazenda Majuru	25	1000
Machadinho d' Oeste	Linha São Domingos/Km 3	90	10000
Nova Brazilândia do Oeste	Fazenda Lammy	60	1042
Nova Mamoré	Linha Ribeirão	150	
Parecis	Faz. Brotys/Linha 95/Acamp. Caramuru/Gleba Corumbiara	20	
Porto Velho	Fazenda Bom Futuro	80	33000
Porto Velho	Gleba Ituxi/Ramal Mendes Júnior	300	20000
São Francisco do Guaporé	Faz. Entre Rios/Noma/Linha 7/Km 3	50	
Seringueiras	Aldeia Puruborá	300	
Seringueiras/ São Francisco do Guaporé	Índios Miqueleno e Quil. Santo Antônio/Res. Biológica	21	605000
Theobroma	Fazenda Seringal	250	
Theobroma	Fazenda Marsal	120	
Vilhena	Fazenda Cabixi II	30	3600
Subtotal:		25	3177
Roraima			
Alto Alegre	Vicinal 10 do P. A. Paredão	31	900
Amajari	Assentamento Tepequém	150	
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus	319	16000
Boa Vista/ Mucajai/ Alto Alegre	Área Indígena Yanomani/Apiuai	1142	
Bonfim	Assent. Renascer/Fazenda Caju	60	
Cantá	Assentamento Esperança	145	

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Cantá	Assentamento União	155	
Cantá	Assent. Tatajuba/Faz. Santa Felicidade	50	1402
Cantá/ Bonfim	Assentamento Taboca	40	
Cantá/ Caracarái	Assentamento na RR-170	50	
Caracarái	Assentamento Arco-Iris	182	
Iracema	Assentamento Maranhão	160	
Iracema	Colônia do Roxinho	100	
Mucajai	Assentamento Vila Vova/Samaúma	450	
Rorainópolis/ São Luís do Anauá	Assentamento Integração	150	
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	3337	1678800
Subtotal:		16	6521
Santa Catarina			
Abelardo Luz	T. I. Kaingang Toldo Embu	41	1965
Caçador/ Porto União	Assent. Hermínio Gonçalves/Faz. Paiol Velho	50	1561
Campo Erê	Área em Campo Erê	150	
Campo Erê/ Palma Sola	Fazenda Caldato	150	7500
Campos Novos	Invernada dos Negros	72	8000
Catanduvas	Fazenda da Usina Perdigão	16	930
Chapecó	T.I. Kaingang Aldeia Kondã	54	2300
Chapecó	T. I. Kaingang Toldo Chimbanguê/Sede Trentim	80	1963
Correia Pinto	Faz. S. Roque/Acamp. em Águas Sulfurosas	100	1224
Doutor Pedrinho/ José Boiteux/ Vítor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/La Klaño/B. Norte	80	37108
Fraiburgo	Área da Empresa Agrícola Fraiburgo	150	1000
Ireneópolis	Fazenda da Família Rocha	300	1200
Paial/ Arvoredo/ Seara	T. I. Kaingang Toldo Pinhal	50	4800
Palhoça	T. I. Guarani Morro dos Cavalos	30	1998
Passos Maia	Acampamento Os Quarenta	8	194
Rio Negrinho	Fazenda Santa Cecília	40	800
Saudades/ Cunha Porã	T. I. Guarani do Araçá	30	2721
Subtotal:		17	1401
São Paulo			
Agudos/ Iaras	Fazenda Globo	200	1089
Álvares Machado	Acamp. Zumbi dos Palmares/Rod. Abilio Natari	70	
Andradina	Faz. S. Sebastião/Assent. Belo Monte	85	900
Andradina/ Castilho	Acamp. União da Vitória III/Faz. Arizona	200	726
Andradina/ Pereira Barreto	Acamp. ao lado da Fazenda Macaé	68	
Araçatuba	Fazenda Araçá	30	1254
Araraquara	Área da Ceasa/Ceagesp	16	
Avaré	Horto Andrade e Silva	70	
Batatais	Acamp. Salete Strozake/Área da Febem	50	
Birigüi/ Brejo Alegre/ Glicério	Assentamento São José I	60	5000
Buri	Fazenda Santa Fé	100	
Buri	Fazenda Duratex	40	
Caiuá	Fazenda Santa Maria	150	
Caiuá	Faz. N. Sra das Graças/Acamp. Figueiras	150	
Cajamar/ Pirapora do Bom Jesus	Fazenda São Luiz	60	100
Capivari	Quilombo Capivari/Sítio Santa Rita	1	
Castilho	Acamp. Nova Canaã/Faz. Cafeeira	86	
Eldorado	Quilombo do Ivaporunduva/Ribeira do Iguape	60	
Iaras	Fazenda São Domingos do Tupã	250	14000
Itaberá	Fazenda Cambará	50	1100
Itanhaém	Aldeia Rio Branco/Guarani/Calvi	17	
Itapura	Faz. Progresso/Assent. Roseli Nunes	150	
Itapura	Faz. Lagoão/Tapir	250	
Itatiba	Quilombo Brotas	32	
Limeira	Granja Malavazi/Acamp. Milton Santos	350	230
Martinópolis	Faz. Saza/Acamp. Vitória	200	7500
Martinópolis	Fazenda Virginia	80	
Martinópolis	Fazenda Santo Antônio	60	3000
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	40	900
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Rita	850	13000
Mirante do Paranapanema	Assentamento São Bento	68	3864
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Luzia	130	1257
Paraguaçu Paulista	Fazenda São Mateus	50	
Paraguaçu Paulista	Fazenda do Horto Florestal	240	2000
Paraguaçu Paulista	Fazenda Água das Antas	60	
Paraguaçu Paulista	Fazenda Rancho Alegre	60	2000

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Peruibe	Aldeia Piaçaguera/Guarani	15	
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guarazininho	80	678
Presidente Bernardes	Fazenda Santa Isabel	50	
Presidente Epitácio	Fazenda Tupiconã	70	2013
Presidente Epitácio	Faz. Lagoinha/Reserva Florestal da Lagoa	48	915
Presidente Prudente/ Martinópolis	Fazenda Bartira	20	14400
Presidente Prudente/ Rancharia	Fazenda São José	400	
Presidente Venceslau	Fazenda São Camilo	40	665
Presidente Venceslau	Fazenda São Francisco	6	
Rancharia	Fazenda do Aprumado	50	487
Sabino/ Guaiçara	Faz. Independência/Acamp. Simon Bolivar	400	5000
Salto de Pirapora	Quilombo Piraporinha	50	
Sandovalina	Fazenda Ipezal	300	800
Santo Anastácio	Fazenda Santa Terezinha	200	3773
Santo Anastácio	Fazenda Estância Brasília	146	585
Santo Antônio do Aracanguá	Acamp. às Margens da SP-463/Eliezer Montenegro	170	
São Paulo	T.I. Tekoa Pyau/Jaraguá/Guarani	86	
São Vicente	Parque Est. Xixová Japui/Guarani	20	
Sete Barras	Parque Estadual Intervalles	24	
Teodoro Sampaio	Fazenda Santo Expedito	120	661
Teodoro Sampaio	Fazenda Copacabana	40	
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira-Rio	20	
Teodoro Sampaio	Fazenda Curumirim	10	495
Tremembé	Fazenda São José	40	
Tremembé	Fazenda Corumirim/Camburi	60	758
Tremembé	Assentamento Conquista	95	1321
Ubatuba	Comunidade Quilombola Caçandoca	60	890
Subtotal:		63	7053
Tocantins			
	Fazenda Umuarama		
Abreulândia/ Araguacema	Assent. Baronesa/APA Ilha do Bananal/Cantão	43	1452
Araguacema	Assent. Tarumã/APA Ilha do Bananal/Cantão	241	
Araguacema	Assent. Sta. Clara/APA Ilha do Bananal/Cantão	226	12136
Araguacema	Assent. Sta. Clara II/APA Ilha do Bananal/Cantão	11	
Araguacema	Assent. Nova Esperança/APA Ilha do Bananal/Cantão	15	
Araguacema	Assent. Muraquitã/APA Ilha do Bananal/Cantão	117	
Araguaína/ Babaçulândia/ Filadélfia	Faz. Boa Esperança/Itapira/Água Viva	68	
Babaçulândia	Faz. Pe. Cícero/Ágios Vassilis/Acamp. São Domingos	26	1365
Babaçulândia	Fazenda Bem Estar	8	1020
Caseara	Assent. Buritana/APA Ilha do Bananal/Cantão	32	
Caseara	Assent. Caiapó/APA Ilha do Bananal/Cantão	17	
Caseara	Assent. Escondido/APA Ilha do Bananal/Cantão	15	
Caseara	Assent. União 2/APA Ilha do Bananal/Cantão	25	
Caseara	Assent. Califórnia/APA Ilha do Bananal/Cantão	68	
Caseara	Assent. Araguaia/APA Ilha do Bananal/Cantão	58	
Caseara	Assent. Inajá/APA Ilha do Bananal/Cantão	20	
Caseara	Assent. Barroca/APA Ilha do Bananal/Cantão	70	
Chapada de Areia	Assent. Astra/APA Ilha do Bananal/Cantão	15	
Couto de Magalhães	Faz. Ouro Branco/Acamp. Fortaleza do Araguaia	123	
Cristalândia/ Lagoa da Confusão	T. I. Mata Alagada/Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	10	
Darcinópolis	Fazenda Doneliza	1	
Divinópolis do Tocantins	Assent. Palmeirinha/APA Ilha do Bananal/Cantão	25	
Divinópolis do Tocantins	Assent. Sta. Adélia/APA Ilha do Bananal/Cantão	59	2391
Divinópolis do Tocantins	Assent. Consolação/APA Ilha do Bananal/Cantão	49	
Divinópolis do Tocantins	Assent. Toledo I/APA Ilha do Bananal/Cantão	35	
Divinópolis do Tocantins	Assent. Rio Prata/APA Ilha do Bananal/Cantão	57	
Divinópolis do Tocantins	Assent. Piedade/APA Ilha do Bananal/Cantão	32	
Divinópolis do Tocantins	Assent. Caiapozinho/APA Ilha do Bananal/Cantão	17	
Dois Irmãos do Tocantins	Assent. Estrela D'Alva/APA Ilha do Bananal/Cantão	30	
Formoso do Araguaia	Fazenda Calumbi	45	1300
Formoso do Araguaia	Área da Coperformoso/Pedra Branca	40	1300
Formoso do Araguaia	Área da Coperjava	20	400
Formoso do Araguaia/ Cristalândia/ Piúm	T. I. Iñawébohona/Aldeia Boto Velho/Javaé	20	
Luzinópolis/ Lagoa da Confusão/ Nazaré	Comunidade Ilha do Formoso	70	
Marianópolis do Tocantins	Assent. Manchete/APA Ilha do Bananal/Cantão	370	
Nova Olinda	Assentamento Remansão/Ilha II	43	
Novo Acordo	Faz. Funil/Bernaldina	13	3000

Municípios	Nome do Conflito	Famílias	Área
Palmas	Assentamento Entre Rios	105	
Piúma	Assent. Barranco do Mundo/APA Ilha do Bananal/Cantão	70	
Piúma	Assent. Toledo II/APA Ilha do Bananal/Cantão	30	
Porto Nacional	Fazenda Jacutinga	26	801
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Muricizal	29	9239
Tocantínia	Aldeias Aldeinha e Porteira/Índios Xerente	120	
Tocantinópolis	Aldeia Mariazinha/Apinajé	227	
Subtotal:		45	2741
Total:		955	125379
			11487072

*As ocorrências de conflitos no município de Afuá-PA, são acompanhadas pela CPT-Amapá.

Tabela 3: Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Ameaçadas de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	7	1030	1010	0	0	280	0	0	0	0	0
GO	41	9609	202689	50	2808	1253	0	0	0	0	0
MS	53	6732	69915	220	200	3037	0	0	0	0	320
MT	68	15475	353467	448	2143	440	530	45	0	86	1379
Subtotal:	169	32846	627081	718	5151	5010	530	45	0	86	1699
Nordeste											
AL	43	4401	17627	80	156	185	200	46	10	46	55
BA	93	11990	93889	20	1667	2138	1260	0	300	27	790
CE	3	280	9500	100	0	0	0	0	0	0	0
MA	98	9752	974325	42	524	1336	2684	51	377	338	235
PB	25	1613	13989	0	374	29	349	129	169	209	349
PE	137	16105	124747	468	1293	145	1625	60	900	40	1396
PI	40	2584	36502	2	23	785	608	40	20	13	0
RN	4	970	6350	0	100	0	0	100	0	100	0
SE											
Subtotal:	443	47695	1276929	712	4137	4618	6726	426	1776	773	2825
Norte											
AC	8	1075	28643	20	0	520	100	0	0	0	20
AM	13	2040	12002	472	0	913	563	72	0	0	861
AP	41	714	234903	17	81	50	337	10	16	10	0
PA	183	25948	644396	1801	5595	3220	4641	504	305	424	5274
RO	40	3710	727002	0	750	1043	941	642	646	646	158
RR	20	6521	169710	1	31	3	21	27	8	3404	3370
TO	48	2767	34404	157	184	189	31	266	131	243	149
Subtotal:	353	42775	9178021	2468	6641	5938	6634	1521	1106	4727	9832
Sudeste											
ES	9	1222	27731	0	135	580	0	0	0	0	0
MG	50	4532	106698	18	580	894	774	14	40	125	600
RJ	18	1568	44520	100	300	70	120	0	0	0	150
SP	108	11030	91361	250	2651	2650	50	0	0	0	850
Subtotal:	185	18352	270310	368	3666	4194	944	14	40	125	1600
Sul											
PR	90	10147	40096	100	3559	1620	120	175	0	0	620
RS	39	6942	19371	0	2411	415	101	0	0	0	350
SC	25	2013	75264	0	53	392	96	8	45	8	69
Subtotal:	154	19102	134731	100	6023	2427	317	183	45	8	1039
Total:	1304	1607701	1487072	4366	25618	22187	15151	2189	2967	5719	16995

O conto da “floresta pública” e o canto da sereia: Lei 11.284/2006

Elder Andrade de Paula

Professor da Universidade Federal do Acre, assessor voluntário da CPT-AC

Pesquisas apresentadas na 3ª Conferência Científica da Experiência em Grande Escala de Biosfera-Atmosfera na Amazônia-LBA (Brasília, julho de 2005), confirmam que mantida a média de desmatamento na Amazônia, cerca de 17,5 mil km²/ano (toma-se como referência a série de dados anuais registrados pelo INPE, a partir de 1988), os efeitos negativos sobre o equilíbrio climático no planeta podem ser mais devastadores do que se imagina. A natureza também deu seu recado no mesmo ano: uma seca monumental castigou a região produzindo graves impactos econômicos e socioambientais. O latifúndio, amparado pela impunidade, incluiu a irmã Dorothy Stang na sua listagem de vítimas, porque a missionária, vinculada ao trabalho da CPT, estava comprometida com a luta das trabalhadoras e trabalhadores associando-a com a defesa das florestas. A temática ambiental tem sido abordada recorrentemente a partir do final da década de 1970, tanto no âmbito acadêmico quanto nas conferências de cúpula e diferentes agrupamentos na esfera da sociedade civil, envolvendo desde setores empresariais até as Organizações Não Governamentais-ONGs e movimentos sociais diversos.

A impressão que fica é a de que nada mudou no tratamento dessa questão na Amazônia. Isto é, a expansão da fronteira desencadeada pela dita-

dura militar - em que pesem as críticas e múltiplas resistências - seguiria o curso previamente planejado da incorporação da região amazônica no processo mais geral de acumulação capitalista. Contudo, a partir de um olhar mais atento, pode-se constatar que, embora seja evidente o agravamento da exploração predatória da natureza e das gentes a ela associada, diversas iniciativas estão em andamento no âmbito da sociedade civil e governo, com o intuito de dar uma roupagem “ambientalmente correta” a este novo ciclo de acumulação, denominado, por David Harvey, como “acumulação via espoliação”¹. Um bom exemplo desses esforços, como ver-se-á a seguir, é a Lei 11.284/2006 que institui e regulamenta a concessão de florestas públicas (áreas de terras de domínio da União, Estados e municípios) para a exploração privada dos produtos e serviços florestais.

Origens e objetivos da Lei 11.284/2006

Os princípios e motivações que orientaram a formulação do PL 4.776/05, agora transformado na Lei 11.284/2006, estão fortemente orientados para a satisfação dos interesses das grandes corporações que controlam o mercado mundial de madeiras. As estratégias políticas para legitimá-lo como instrumento eficaz para garantir a “proteção das florestas”, envolvem uma complexa trama de articulações. A partir de 1995, foram tomadas diversas iniciativas no âmbito da ONU com o intuito de defi-

1. De acordo com Harvey, uma das características do desenvolvimento capitalista, atualmente, seria a combinação entre acumulação expandida e acumulação via espoliação. Comandada pelo imperialismo, a “acumulação via espoliação” é caracterizada de uma maneira geral como uma forma de recrudescimento da “acumulação primitiva”, expressa, entre outros, na precarização das relações de trabalho, supressão de direitos sociais arduamente conquistados pelos trabalhadores no decorrer da luta de classes, privatizações, agravamento da destruição ambiental e intensificação do processo de mercantilização da natureza. David Harvey, “O Novo Imperialismo”, Ed. Loyola, São Paulo, 2004.

nir bases comuns para o “uso sustentável” das florestas. A criação do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas-UNFF, em 2005, como subsidiário do Conselho Econômico Social-Ecosoc, dessa Organização, representou um passo decisivo na definição de um marco regulatório para o uso de florestas no planeta (Programa Nacional de Florestas - www.mma.gov.br).

Assim, o “Novo Arranjo Internacional de Florestas”, capitaneado pelo UNFF, define como um dos seus principais objetivos, “promover o manejo, a conservação e o desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas, bem como fortalecer o compromisso político nesse sentido”. Entre seus propósitos destaca-se: “recomendar ao Ecosoc os parâmetros para desenvolver uma estrutura legal sobre todos os tipos de florestas e elaborar abordagens para o apoio financeiro e para transferência de tecnologias que permitam a implantação do manejo sustentável de florestas”. Em 2002, diversos grupos de interesse ligados ao setor florestal, criaram a Rede Parceria Colaborativa-CPF, destinada a oferecer “mecanismos para facilitar o diálogo e colaboração entre seus membros e um grande número de outras organizações regionais e internacionais, ONGs, setor privado e outros grupos de interesse” (Programa Nacional de Florestas - www.mma.gov.br).

Vale ressaltar que a construção desse “novo arranjo internacional de florestas” não se restringiu às articulações de cúpula, mas procurou envolver ativamente movimentos sociais e organizações representativas das populações viventes nessas áreas. Um bom exemplo foi a aceitação, por parte do Conselho Nacional dos Seringueiros, no seu IV Encontro Nacional realizado em julho de 1995 em Brasília, da inclusão da madeira na pauta de produtos passíveis de exploração

comercial nas áreas de domínio das populações extrativistas. Não é pouca coisa em se tratando de um movimento notabilizado internacionalmente pela resistência aos desmatamentos na Amazônia. A atuação das ONGs - a grande maioria convertida a um ambientalismo pró-mercado - em prol da exploração madeireira, tem sido decisiva na construção desse consenso na esfera da sociedade civil. Elas têm influenciado de forma significativa também nos diversos domínios das instituições governamentais, como é o caso do Ministério do Meio Ambiente-MMA.

Em suma, a Lei 11.284/2006 já estava na “incubadora” e o MMA tratou de concluir o processo, formulando o Projeto. Além dos aliados supracitados, contou com os “auxílios” pontuais da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e do Serviço Florestal Americano (USDA/FS). Ambos organizaram, em conjunto com o MMA, uma “missão” composta por um grupo de representantes de ONGs e instituições governamentais para visitar uma área de exploração florestal considerada “modelo” na Austrália. Depois de observar a experiência australiana por 5 dias (29 de março a 2 de abril de 2004) a “missão” elaborou o relatório: *Impressões da estrutura de funcionamento e performance do modelo de gestão de florestas públicas de New South Wales-Austrália*, a fim de “subsidiar” a formulação do Projeto de Lei no Brasil.

O PL 4.776/05 foi aprovado com emendas pela Câmara dos Deputados no dia 6 de julho de 2005 e, pelo Senado, no primeiro dia de fevereiro de 2006. Detalhe importante: a aprovação no Senado contou com a “ajuda” do ex-presidente Fernando Henrique, a pedido da ministra Marina Silva (Folha de S. Paulo-F Ciência, 02/02/06). Retornou para a Câmara e foi aprovado na íntegra no dia 7 de fevereiro. A maioria das emendas²

2. Elas incluem a obrigatoriedade de aprovação prévia pelo Congresso do Plano Anual de Outorga Florestal-PAOF, quando se tratar de concessões de áreas superiores a 2.500 ha. Propõe ainda: 1) a mudança na composição do Conselho de Defesa Nacional (responsável pela apreciação prévia das concessões quando se tratar de áreas de fronteira), excluindo representantes da sociedade civil; 2) torna obrigatório a aprovação pelo Congresso dos nomes dos diretores do SFB; 3) amplia a composição do Conselho Gestor, que na prática implica na redução do poder do MMA e ONGs

apresentadas no Senado pelo relator Agripino Maia (PFL), foi vetada pelo presidente Lula quando sancionou a Lei 11.284/2006, no dia 2 de março de 2006. Os vetos não alteram a essência dessa Lei.

A definição de um novo ordenamento legal, voltado para regular a “gestão de florestas públicas para a produção sustentável”, figura como objetivo central da Lei 11.284/2006. Para tanto, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal-FNDF” e altera seis Leis aprovadas entre 1965 e 2003. Entre os dispositivos criados, pode-se destacar como o mais relevante e polêmico, o que institui o sistema de concessão de uso das Florestas Públicas para fins de exploração por parte de empresas privadas ou associações comunitárias.

Os prazos máximos fixados para a vigência dos contratos de concessão são de quarenta anos (Art. 35; Cap IV). A atuação das concessionárias fica condicionada ao cumprimento de uma série de exigências legais, como a aprovação prévia dos “planos de manejo florestal” - conjunto de técnicas recomendadas para abate de árvores grandes de tal modo que as menores sejam protegidas para serem cortadas futuramente, assegurando-se assim, exploração contínua da madeira - pelo órgão gestor. Estima-se que a indústria madeireira abocanharia algo em torno de 13 milhões de ha de florestas públicas na Amazônia numa primeira tacada, podendo chegar, posteriormente, a 50 milhões de ha. Da receita obtida com as concessões, os Estados e municípios, onde se localizam essas áreas, dividirão com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, 80% do montante, enquanto 20% será destinado a cobrir os custos operacionais do sistema.

Argumentos a favor

O conjunto de argumentos mobilizados pelos defensores dessa Lei, pode ser sintetizado em três eixos básicos: político, socioeconômico e

ambiental. No político, enfatiza-se a necessidade de constituir um marco regulatório capaz de controlar e disciplinar o uso das florestas. O combate à grilagem de terras e à exploração madeireira clandestina, figura como meta passível de ser alcançada. A “participação” das populações envolvidas nos mecanismos de controle da gestão florestal é realçada como elemento novo. Isto é, a sociedade civil interpelada de uma maneira geral como redentora dos males praticados pelo Estado.

Os argumentos de ordem socioeconômica, colocam em evidência a importância da extração comercial de madeiras para o “desenvolvimento sustentável” na Amazônia. O incremento na pauta de exportações dos produtos regionais, aliado à sua capacidade de ocupação da força de trabalho, é apresentado como fator imprescindível para dinamizar a economia e enfrentar os problemas sociais crescentes nas zonas urbanas. A adoção do “manejo comunitário de florestas”, por parte das populações que vivem do seu trabalho no agroextrativismo, é apontada como alternativa mais eficaz para elevação da renda e dos níveis sociais de vida no “mundo rural/florestal” amazônico.

O terceiro eixo, o componente “ambiental”, ancora-se na premissa de que a adoção das técnicas do “manejo florestal” garante o “uso sustentável” das florestas. A difusão de resultados de pesquisas realizadas por ONGs (como o Imazon no Pará) acompanhados de milhares de artigos assinados por pesquisadores de instituições internacionais e nacionais e a elaboração das cartilhas e manuais de “manejo”, constituem-se em poderosos instrumentos para a formação de um consenso em torno da exploração madeireira nas florestas públicas e demais unidades de conservação ambiental. Na sua essência, ele reproduz o credo na infalibilidade da “autoridade científica” na racionalização do domínio sobre a natureza na Amazônia.

As críticas

Apesar do bloqueio cerrado nos grandes veículos de comunicação, às vozes dissonantes desse consenso em torno da exploração madeireira nas florestas públicas, é possível identificá-las em lugares diversos: burocracia do Ibama, comunidade científica, movimentos sociais não cooptados e até mesmo no Congresso Nacional. Em linhas gerais, as críticas tendem a apontar a perda de soberania, o aprofundamento da mercantilização e destruição do patrimônio natural e o iminente agravamento da pobreza e dos conflitos sociais, como conseqüências imediatas da implementação da Lei 11.284/2006. "Nos países onde ocorreu a concessão florestal por períodos longos, as florestas foram totalmente dizimadas", diz o Professor da UnB e Pesquisador do Laboratório de Produtos Florestais do Ibama, Divino Teixeira, Doutor em Engenharia Florestal (Ameaça real as florestas - www.adital.com.br/site/noticias).

Para o Pesquisador do Instituto de Pesquisas na Amazônia-INPA, Niro Higuchi, essa Lei tem como objetivo principal, satisfazer os interesses das grandes madeireiras. Ele afirma que além dos instrumentos obrigatórios não serem cumpridos na exploração madeireira na Amazônia, tanto o "manejo florestal" quanto a certificação não oferecem garantias de "sustentabilidade", uma vez que

A certificação da saúde da floresta não está sendo feita porque é muito cara e demanda longo prazo para implementação. A certificação do produto é o único componente que pode ser realizado numa única ocasião. A certificação da floresta não pode ser certificada sem um sistema de monitoramento contínuo apoiado nos seguintes pilares: 1) sucessão florestal (estrutura, genética de população, ecologia de clareiras e biologia reprodutiva); 2) dinâmica da floresta manejada (ecofisiologia, taxas de recrutamento & mortalidade, entrada & saída de nutrientes e crescimento & incremento da floresta; 3) serviços ambientais (trocas gasosas entre biosfera e atmosfera e controle de erosões) e 4) desenvolvimento socioeconômico (produto interno bruto, renda per capita e qualidade de vida (HIGUCHI, N. O Outro lado da Certificação Florestal na Amazônia, *Ciência Hoje*, 37(218) p.64)

Não há indícios de que os requisitos supracitados possam ser cumpridos sob contexto mais geral de "acumulação via espoliação" e nem tampouco que, se o fossem, os resultados estariam garantidos, dada a insuficiência de pesquisas e o grau de incertezas que pairam sobre as técnicas de "manejo". Além do mais, em situações como a da Amazônia - marcada, por um lado, pela ofensiva do imperialismo comandado pelos EUA no sentido de assegurar o controle de fontes energéticas, material genético e demais recursos naturais estratégicos contidos na sua megabiodiversidade e, por outro, pela presença do domínio de caráter oligárquico no aparelho estatal, complementado com o assistencialismo praticado pela maioria das ONGs junto às representações dos segmentos sociais subalternos - não há como vislumbrar o cumprimento de cláusulas legais voltadas para a proteção das populações e do ambiente. Não faz sentido lógico imaginar que em plena ofensiva planetária do capital contra os direitos sociais, arduamente conquistados pelos trabalhadores no decorrer da luta de classes, existam em um "lugar privilegiado" (Amazônia) intenções pautadas numa orientação oposta, isto é, a de assegurar o bem-estar social e ambiental.

A fala de Osmarino Amâncio, coordenador no Acre do Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA, é bastante elucidativa nesse sentido. Referindo-se às promessas não cumpridas pelos governantes no decorrer da expansão da fronteira para a Amazônia, ele afirma que

"(...) Foram várias políticas que eles diziam que iam tirar o pessoal da pobreza. O pessoal aceitou tudo isso e nunca saíram da pobreza. A madeira é a mesma coisa, é a única coisa que falta pra eles, pro capitalismo realmente chegar e causar o pior desastre. Agora é o Marketing da questão ecológica. Eles tão destruindo árvores de 500, 600, 800 anos e tão dizendo que as outras vão se recompor em trinta anos, isso também não é verdade, porque em nenhum lugar do mundo foi feito manejo que eles estão fazendo e deu certo (...) você pegar dez milhões de hectares e entregar para os países asiáticos, porque as megamadeireiras vão ter condições de fazer esses investimentos aqui. Aí vêm por detrás os ingleses, os holandeses, os japoneses e os americanos, que tão aqui na Bolívia (...)" (www.empate.org).

O depoimento de Osmarino revela dois aspectos fundamentais para se vislumbrar a gestação de um novo ciclo de lutas de resistência nas matas amazônicas. O primeiro, diz respeito à consciência da gravidade do problema que está por trás da Lei 11.284/2006, bem como dos interesses a ela subjacentes. O segundo, a emergência de vozes dissonantes do “hegemon” do ambientalismo de mercado, mostrando que nem todas lideranças e movimentos foram cooptados. Em setembro de 2005, os moradores da Floresta Estadual do Antimary - experimento do Governo do Acre considerado modelo de “manejo florestal” - com apoio do MPA, realizaram um protesto contra a exploração madeireira, “Empate contra a devastação da Floresta Estadual do Antimary”, ocupando durante uma manhã a Funtac (instituição governamental gestora do Projeto). Entre as principais denúncias, figuravam a falta de acesso dos moradores às informações sobre a gestão da Floresta, baixo preço que recebem pela madeira (vinte a cinquenta reais por metro cúbico, os preços de “mercado” giram em torno de duzentos a trezentos reais), falta de infra-estrutura social e produtiva e acelerada destruição das áreas de florestas “manejadas”.

Assim, o que podemos vislumbrar com a implementação da Lei 11.284/2006 não é a redução dos graves conflitos sociais gerados pela exploração madeireira, mas sim, a sua ampliação. As áreas que serão objeto de concessão estão praticamente todas ocupadas por populações extrativistas; não haverá lugar para elas quando as madeiras assumirem o controle. Dado o elevado grau de mecanização do processo de extração de madeiras, a absorção de força de trabalho local é irrisória. O caso do Acre é exemplar nesse sentido, nos 500 mil ha de florestas estaduais que serão licitadas para concessão no eixo da BR 364 - trecho Tarauacá /Cruzeiro do Sul - centenas de famílias estão sendo pressionadas pelo governo estadual para abandonar suas áreas e deslocarem-se para pequenos lotes

de terras nas margens dessa Rodovia. A sobrevivência nesses lotes é impossível, por isso, estão resistindo. É provável que na edição de 2007, o Caderno de Conflitos editado pela CPT apresente inúmeras denúncias relacionadas a esse novo tipo de conflito na floresta.

Considerações finais

Procuramos demonstrar de forma bastante sintética que o PL 4.776/05, agora promulgada Lei 11.284 de 2 de março de 2006, expressa a legitimação de mais um ato criminoso contra a sociedade brasileira, particularmente, aquelas populações que vivem secularmente exploradas nas matas amazônicas. O “Novo Arranjo Internacional de Florestas” compõe o conjunto da “matriz” que orienta as estratégias de “desenvolvimento sustentável” impostas pelo Banco Mundial, OMC e outras instituições e organizações internacionais vinculadas à dominação imperialista. Não é outra coisa que não a obediência a “esses mandamentos” que o governo brasileiro, nos seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal), tem praticado a partir dos anos 90.

Os resultados perversos dessa obediência servil, tanto para os segmentos sociais subalternos quanto para o meio ambiente, parecem não deixar dúvidas sobre as verdadeiras causas da destruição ambiental na Amazônia: a persistência e aprofundamento de um processo de acumulação calcado na “espoliação”. Deve-se lembrar, ainda, que as diretrizes mais gerais do Governo Lula para o “desenvolvimento sustentável” na Amazônia, apresentadas nos Planos Plurianuais, se efetivadas, agravarão de forma estupefa os problemas sócio-ambientais nessa região. No caso da concessão de florestas públicas, ao invés de reduzir a violência e os conflitos sociais gerados pela exploração madeireira, a tendência é que eles se multipliquem, como revela o caso do Acre.

Diferentemente do que afirma o lobby dos interesses madeireiros, a Lei 11.284/2006 não guar-

da nenhuma relação com a luta de resistência na Amazônia, emblemática na figura de Chico Mendes. Ela expressa, na verdade, um golpe mortal no seu legado. Deve-se lembrar que nos seus embates mais notáveis contra o capital no decorrer dos anos 1970/ 80, as diversas categorias de "posseiros" (seringueiros, ribeirinhos, colonos) e os povos indígenas construíram movimentos sociais que denotaram sua disposição de inverter as regras do jogo, isto é, subjugar as políticas e estratégias de desenvolvimento à diversidade sociocultural que marca as relações dessas populações com a natureza. Desse modo, esses movimentos que surgiram na Amazônia abriram novos horizontes para a invenção de "alternativas sustentáveis" de desenvolvimento na região. Contudo, a partir da década de 1990, as referências passam a estar cada vez mais subordinadas à ideologia do "mercado".

Trata-se, portanto, de um "conto da floresta pública" porque o seu conteúdo público desparece com a instituição das concessões para empresas privadas. O "canto da sereia" fica por conta do coro formado pelo MMA, ONGs e demais defensores da Lei 11.284/2006, ao difundirem a ilusão de que a exploração madeireira seria o "mal" menor, dado que as técnicas de "manejo florestal" assegurariam a conservação das florestas. A rigor, acabam

adaptando ou plagiando Paulo Maluf (ex-governador de São Paulo) quando verbalizou patética recomendação aos estupradores: "estupra mas não mata a vítima". Essa é a essência da Lei 11.284/2006: "estupra mas não mata" a floresta.

Enfim, é preciso impedir, ou melhor, "empatar" a efetivação dessa malfadada Lei, a fim de conter a escalada de privatização e mercantilização da natureza. Para tanto, devemos olhar mais para a Bolívia - onde índios, camponeses e trabalhadores urbanos travam um combate sem tréguas contra a privatização dos recursos naturais como condição essencial para sua re-existência - e menos para a Austrália e outros "modelos" transplantados pelo imperialismo. Precisamos, sobretudo, recuperar o legado revolucionário de Chico Mendes que ao olhar para fora, o fazia na perspectiva da luta pela emancipação das gentes que viviam (e continuam vivendo) brutalmente exploradas nas matas da Amazônia, para contrapor aos que se dizem seus "seguidores", mas defendem a Lei 11.284/2006. Esses "seguidores", verdadeiros gerentes neocoloniais, quando olham para fora, o fazem na perspectiva do colonizador, da mercantilização da natureza, perpetuando desse modo o flagelo da desumanização daquelas gentes que Chico Mendes amou no seu limite extremo, ofertando a própria vida.



Foto: Marco Antônio Mitidieri
"Despejo na Fazenda Tambauzinho, em Santa Rita-PB"

Ocorrências dos Conflitos

Tabela 4: Ocorrências dos Conflitos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Acre					
Acrelândia	P. A. Extrativista Porto Dias	10/5/2005	100		Não desapropriável
Acrelândia	Projeto Porto Luiz	13/12/2005	20		Desapropriada
Acrelândia	Seringal Orion/P. A. Orion	11/11/2005	35		Desapropriada
Brasiléia	P. A. Extrativista Porto Carlo	24/2/2005			Não desapropriável
Bujari	Ramal Espinhara/Faz. Bela Aliança/Agrop. Vale do Antimary	15/5/2005	400	21143	Litígio
Plácido de Castro	Seringal Monte Alegre/Capatará	10/3/2005	300	7500	Litígio
Rio Branco	Área do Parque Nac. da Serra do Divisor	12/7/2005	100		Não desapropriável
Rio Branco/ Porto Acre	Seringal Pirapora	20/12/2005	120		Sem informação
Subtotal:		8	1075	28643	
Alagoas					
Água Branca	Fazenda Chupete	16/1/2005	150	1000	Sem vistoria
Atalaia	Faz. Timbozinho/Assent. Canudos	29/11/2005	5		Desapropriada
Flexeiras	Faz. Prazeres/Us. Peixe	6/7/2005	191	900	Em desapropriação
Inhapi	Acamp. Frei Damião/Faz. Capim	19/1/2005	140		Sem vistoria
Joaquim Gomes	Faz. Riachão/Us. Agrisa	29/9/2005	80		Em desapropriação
Maragogi	Assentamento Mundo Novo	12/12/2005	1		Sem informação
Messias	Faz. Flor do Bosque	21/7/2005	107	480	Vistoriada
Pão de Açúcar	Pov. Lagoa de Jesus/Vila Limoeiro	21/5/2005	10		Não desapropriável
Passo do Camaragibe	Fazenda Pecuária	24/7/2005	16	58	
Porto Calvo	Acamp. BR-101/Us. Camaragibe	17/11/2005	30		Sem informação
Santana do Mandaú	Comunidade Quilombola Filus	19/11/2005	25		Não desapropriável
Traipu	Fazenda Santa Lúcia	18/8/2005	50		Sem informação
União dos Palmares	Fazenda Sementeira	13/6/2005	78	190	Sem informação
Subtotal:		13	883	2628	
Amapá					
Amapá	Fazenda Itapoã	1/1/2005	8	2500	Grilada
Calçoene	Grilagem Bela Vista	1/1/2005	8	30443	Grilada
Calçoene	Grilagem Cunani e 7 Ilhas	15/9/2005	15	10000	Grilada
Calçoene/ Oiapoque	Parque Nac. do Cabo Orange/Vila Velha/Taperebá/Cunani	2/1/2005	80	5000	Não desapropriável
Cutias do Araguari	Fazenda Parabrilho/Gurupora	1/1/2005		10500	Grilada
Ferreira Gomes	BR-156/Área no KM-125	1/1/2005	8	800	Grilada
Ferreira Gomes	CFA/Grilagem	11/5/2005		7313	Grilada
Ferreira Gomes	Chácara Bonito da Pedreira/Grilagem	1/1/2005		428	Grilada
Ferreira Gomes	Chácara do Céu/Grilagem	1/1/2005		399	Grilada
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem	1/1/2005		15079	Grilada
Ferreira Gomes	Retiro Bom Pastor/Grilagem	1/1/2005		482	Grilada
Ferreira Gomes	Retiro dos Pinhais/Grilagem	1/1/2005		320	Grilada
Ferreira Gomes	Retiro Pedreira/Grilagem	1/1/2005		427	Grilada
Itaubal do Piririm	Áreas em Itaubal /Agronegócio Sinal Verde	18/10/2005	50	4000	Grilada
Macapá	Bonito da Pedreira	2/5/2005		4357	Grilada
Macapá	Chácara Fabel/Grilagem	1/1/2005		363	Grilada
Macapá	Fazenda Chaparral/Grilagem	1/1/2005		434	Grilada
Macapá	Jardim das Acácias/Grilagem	1/1/2005		452	Grilada
Macapá	Retiro Boa Vista/Grilagem	1/1/2005		385	Grilada
Macapá	Retiro Nova Esperança/Grilagem	1/1/2005		492	Grilada
Macapá	Retiro São Cristóvão/Grilagem	1/1/2005		498	Grilada
Macapá	Retiro São Francisco/Grilagem	1/1/2005		493	Grilada
Macapá	Sítio Petry	11/5/2005		600	Grilada
Macapá	Torrão do Matapi/Ramal dos Maranhenses	2/5/2005		3733	Grilada
Macapá/ Porto Grande	Amcel/Porto Grande	1/1/2005	87	7500	Nenhuma
Mazagão	Retiro Barrau e Outros	1/1/2005	3	1728	Nenhuma
Mazagão/ Porto Grande	Mineração Amapari/Santa Maria	1/1/2005	200	800	Nenhuma

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistolagem	Violência contra a pessoa
Acre											
	100										
20										20	
							35				Ameaça de Morte
							400				
			300								
			100								
			120								
20	100	0	520	0	0	0	435	0	0	20	
Alagoas											
	150										Ameaça de Morte
										5	Assassinato
		140						191			Ferimento
80											Prisão
							1				Ferimento
			107								Morte em consequência
					10						
		16		16		16					Ameaça de Morte
				30		30					Intimidação
	50						25				
			78								50 Intimidação
80	200	156	185	46	10	46	26	191	0	55	
Amapá											
	8										Grilagem
	8										Grilagem
3	12										Grilagem
	80										Intimidação
											Grilagem
		8		8	8	8					Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
8	42						50				Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
	87										Grilagem
		3									Grilagem
	50		50	2		2					Grilagem

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Pedra Branca do Amapari	Vilagem do Meio/Igarapé William/MPBA/EBX	1/1/2005	40	3262	Nenhuma
Porto Grande	Assentamento Munguba	1/1/2005	8	15400	Assentamento
Porto Grande	Colônia do Matapi/Linha C	1/7/2005	30	700	Nenhuma
Porto Grande	Gleba Platon/Amcel	31/1/2005	70	4525	Nenhuma
Porto Grande	P. A. Nova Canaã	1/1/2005	8	400	Assentamento
Pracuúba	Retiro Santo André/Grilagem	1/1/2005		158	Grilada
Pracuúba	Retiro São Jorge/Grilagem	1/1/2005		99	Grilada
Pracuúba	Rio Flexal/Igarapé Henrique	31/3/2005	10	1336	Grilada
Santana	P.A. Matão do Piaçacá	1/1/2005	14	700	Assentamento
Tartarugalzinho	Duas Bocas/Cassimiro/S. Bento e Manoel/Agrop. Nova Canaã	10/10/2005	5	15000	Grilada
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem	1/1/2005		2499	Grilada
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Grilagem	2/5/2005		15298	Grilada
Vitória do Jari	Glebas Jari/Jarcel/Morro do Felipe/Grilagem	1/1/2005		66000	Grilada
Subtotal:		40	644	234902	
Amazonas					
Apuí	Comunidade Pe. Cícero	30/7/2005	9		Litígio
Apuí	Comunidades ao Longo do Rio Aripuanã	29/4/2005	150		Sem informação
Boca do Acre	Seringal Pirapora	30/6/2005	120		Sem informação
Boca do Acre	Seringal Redenção	20/6/2005	260		Sem informação
Irlanduba	Área de Várzea	30/3/2005	13		Sem informação
Irlanduba	Com. Nova Esperança/Lago Santo Antônio	6/1/2005	22		Desapropriada
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	450		Litígio
Lábrea	Área na Região do Rio Coiti	31/7/2005	2		Litígio
Lábrea	Flor do Amazonas/Sering. Santo Antônio	4/5/2005	400		Litígio
Manacapuru	Área no Entronc. da Rod. Manoel Urbano com a AM-315	30/9/2005	3	2	Sem informação
Manacapuru	Manairão	23/9/2005	450	12000	Litígio
Tefé	Estrada da Missão	30/9/2005	11		Litígio
Subtotal:		12	1890	12002	
Bahia					
Almadina	Fazenda Paraíso	12/4/2005	200	600	Sem informação
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	8/6/2005			Vistoriada
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	7/10/2005	200	613	Vistoriada
Baianópolis	Fazendas Lagoa do André e Milagres	14/9/2005	220	10000	Em desapropriação
Bom Jesus da Lapa	Com. Remanescente de Quilombo de Piranhas	27/7/2005	70	2500	Não desapropriável
Bom Jesus da Lapa	Reserva Agro-Extrativista Serra do Ramalho	30/5/2005	600	20820	Litígio
Buerarema	Fazenda Linda Flor	3/10/2005	200	250	Sem vistoria
Curaçá	Comunidades Cacimba Nova/Cachaqui/Lagoa da Tábua	28/8/2005			Sem informação
Curaçá	Tribo Indígena Atikun	5/6/2005	54		Não desapropriável
Eunápolis	Fazenda Boa Vista/Veracel Celulose	31/12/2005	120	150	Sem informação
Eunápolis/ Itabela	Faz. Água Vermelha/Bom Jardim/Veracel Celulose/Pataxó	27/9/2005	40	157	Litígio
Floresta Azul	Fazenda Santa Luzia	21/9/2005	100	270	Sem vistoria
Gongogi	Fazenda São Jorge	12/1/2005	90		Sem informação
Ibicarai	Faz. Boa Esperança/São Bento	19/5/2005	200	400	Sem informação
Ilhéus	Fazenda Terra Nova	2/5/2005	50	480	Sem vistoria
Ipiaú	Fazenda Dois Amigos	2/10/2005	300	1000	Em desapropriação
Itamaraju	Fazenda Fibrasa	18/4/2005	700	5400	Sem vistoria
Jussari	Fazenda Serra Verde	16/4/2005			Sem vistoria
Jussari	Fazenda Serra Verde	29/4/2005	250	383	Sem vistoria
Lagedinho	Fazenda Sitio Velho	22/11/2005	20	420	Sem informação
Lauro de Freitas	Fazenda Capiarara	28/7/2005	58	75	Desapropriada
Malhada	Quilombos Pau d' Arco e Parateca/Faz. Bauru	15/4/2005			Não desapropriável

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruídas	Roças Destruídas	Bens Destruídos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistolagem	Violência contra a pessoa
	40					8					Intimidação
1									8		Grilagem
		70					30				
									8		
	10										Grilagem
											Grilagem
5								14			Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
17	337	81	50	10	16	10	80	30	0	0	
Amazonas											
	9										9 Ameaça de Morte
	150										
	120										
	260										
			13								
	22										Ameaça de Morte
72			450	72							450 Ameaça de Morte
	2										2 Ameaça de Morte
400											400
								3			Ameaça de Morte
			450								
							11				
472	563	0	913	72	0	0	14	0	0	0	861
Bahia											
			200								
		200									
			220								
	70									70	
	600							600			
		200									
											Ameaça de Morte
							54				Morte em consequência
			120								
			40						150		
		100									
		90									
			200								
		50									
					300						300
			700								
		250									
			250								
		20									
			58								Danos
	400										400 Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Malhada	Quilombos Pau d' Arco e Parateca/Faz. Bauru	29/9/2005	400		Não desapropriável
Mata de São João	Sapiranga/Com. Taperã/Pau Grande/Barreiras	21/6/2005	190	600	Litígio
Monte Santo	Fazenda Rancho Alegre	16/6/2005			Sem vistoria
Muquém de São Francisco	Tribo Indígena Kiriri	9/5/2005	80		Não desapropriável
Nilo Peçanha	Fazenda Retiro	12/4/2005	200	800	Não desapropriável
Nova Redenção	Fazenda Pilões	23/2/2005			Em desapropriação
Nova Redenção	Fazenda Pilões	13/4/2005			Em desapropriação
Nova Redenção	Fazenda Pilões	8/6/2005			Em desapropriação
Nova Redenção	Fazenda Pilões	24/8/2005	120	2838	Em desapropriação
Oliveira	Tribo Indígena Tupinambá	18/4/2005	200		Não desapropriável
Santa Luzia	Fazenda Titicaca	14/7/2005	27	178	Sem informação
São Desidério	Fazenda Vitória	3/10/2005	20		Vistoriada
Simões Filho	Fazenda Guerreiro	27/4/2005	150	200	Litígio
Una	Fazenda Valmonte	2/5/2005	50	500	Em desapropriação
Subtotal:		36	4909	48634	
Ceará					
Itaitira	Fazenda O Marizeira	10/5/2005	80	4500	Desapropriada
Quixeramobim	Fazenda Canhotinho	2/9/2005	100	5000	Sem informação
Subtotal:		2	180	9500	
Distrito Federal					
Sobradinho	Faz. Sávia/Sálvia	27/7/2005	200		Sem informação
Sobradinho	Fazenda Chapadinha	13/6/2005	80	800	Sem informação
Sobradinho/ Brasília	Assentamento Contagem	16/1/2005	60		Desapropriada
Subtotal:		3	340	800	
Espírito Santo					
Água Branca/ Pancás	Parque Nacional dos Pontões Capixabas	12/2/2005	500		Sem informação
Aracruz	Agriil Agropecuária/Vila do Riacho/Aracruz	25/10/2005	135	8695	Litígio
Aracruz	Aracruz/Tupinikim/Guarani M'Bia	19/5/2005	80	18070	Não desapropriável
Conceição da Barra	Comunidade Quilombola do Linharinho	17/11/2005	42		Não desapropriável
Subtotal:		4	757	26765	
Goiás					
Alto Paraíso de Goiás	Com. Filantrópica Cidade da Fraternidade	5/9/2005	120	2500	Litígio
Aruanã	Faz. Ilha Redonda/Ariká	30/3/2005	50	705	Litígio
Aruanã	Faz. Santa Luzia/Viplan	4/9/2005	350	36000	Sem informação
Caiapônia	Faz. Porteirão/Reunidas/Campos Belos	9/2/2005	40	3000	Em desapropriação
Campestre de Goiás	Faz. Florzeira/Acamp. Palmeares	13/2/2005	1000	9000	Sem vistoria
Campestre de Goiás	Fazenda Fundão	11/8/2005	350		Sem informação
Chapadão do Céu	Faz. Santa Tereza/Terezinha/Isidoro	11/8/2005	350		Sem informação
Cocalzinho de Goiás	Faz. Santa Felicidade/Pré - Assentamento Che Guevara II	31/7/2005	80	4500	Desapropriada
Doverlândia	Assentamento Lebre	4/3/2005	103	3793	Desapropriada
Flores de Goiás	Faz. Ilha Bela/Acamp. Dorcelina Folador	27/2/2005	300	3600	Vistoriada
Formosa	Fazenda Tropicália	20/7/2005	200		Sem informação
Itaberai	Fazenda Califórnia	7/6/2005	50		Sem informação
Itaberai	Fazenda São José	15/6/2005	100	370	Desapropriação Suspensa
Jataí	Faz. Sertãozinho/Ariranha	12/8/2005	150	3100	Sem informação
Jussara	Fazenda Palmeiras	17/5/2005	48	4000	Desapropriação Suspensa
Luziânia	Assentamento Líder	31/7/2005			Desapropriada
Varjão	Agropecuária Quinta da Bicuda	27/9/2005	860	1200	Vistoriada
Subtotal:		17	4151	71768	
Maranhão					
Alcântara	Centro de Lançamento de Alcântara	6/3/2005	372	64000	Sem informação
Aldeias Altas	Pati e Gostoso	20/12/2005	35	1325	Sem vistoria
Aldeias Altas	Povoado Jaburu	22/12/2005	2		Sem informação
Aldeias Altas	Tamanduá	30/12/2005	34	1200	Sem vistoria
Alto Alegre do Maranhão/ Monção	Gleba Canaã	18/3/2005	51	765	Litígio

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruídos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistolagem	Violência contra a pessoa
											Ameaça de Morte
	190										
			200					80			Prisão Agressão
		120									
		120									
		120									
		120									
		27				27			200		
20			150							20	
		50									
20	1260	1667	2138	0	300	27	134	600	350	790	
Ceará											
							80				
100											
100	0	0	0	0	0	0	80	0	0	0	
Distrito Federal											
			200								
			80								Tentativa de Assassinato
								60			
0	0	0	280	0	0	0	0	60	0	0	
Espírito Santo											
			500								
		135									
			80								Intimidação
0	0	135	580	0	0	0	0	0	0	0	
Goiás											
			120								
			50								
			350					40			
		1000									Prisão
		350									
		350									
			80								
			103								
			300								Prisão
		200									
50			100								
			150								
		48									
											Assassinato
		860									
50	0	2808	1253	0	0	0	40	0	0	0	
Maranhão											
	372										
							35				
							2				
							34				
	51										Ameaça de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Alto Parnaíba	Faz. Inhuma/Brejinho/Brejo da Onça/Pov. Barra do Pureza	8/5/2005	10	3200	Sem informação
Amarante do Maranhão	Faz. Lorena Saco Grande/Acamp. Curitiba	8/8/2005	45	150	Em desapropriação
Anajatuba	Povoado Primavera	27/6/2005	1	411	Sem informação
Araioses	P. A. Água Fria	27/6/2005	115	3600	Desapropriada
Arame	Citema/Temasa	25/10/2005	1050	4600	Litígio
Arame/ Grajaú	Terra Indígena Araribóia/Nação Guajajara	3/5/2005	100	547000	Não desapropriável
Arari	Gleba Data Santa Inês	3/11/2005	73	458	Litígio
Arari	Povoado Belém/Barreiro	7/1/2005	5	18	Sem vistoria
Balsas	Comunidade Vão da Salina	20/7/2005	28		Sem informação
Balsas	Fazenda Bom Jesus	13/7/2005	4	200	Sem informação
Balsas	Fazenda Lagoa Preta	15/9/2005	21	938	Litígio
Balsas	Fazenda São José	10/9/2005	37	1414	Desapropriada
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	28/6/2005			Sem informação
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	21/7/2005			Sem informação
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	24/7/2005	88	240	Sem informação
Balsas	Ribeirão da Areia/Data Nazaré	25/8/2005	12	7000	Litígio
Benedito Leite	Data Espinho	10/6/2005	29	30000	Sem informação
Bom Jardim	Acamp. Terra Livre/Mastruz com Leite	27/9/2005	120	6030	Litígio
Bom Jardim	Povoados Córrego da Onça e São Francisco	10/3/2005	80		Sem informação
Bom Jardim/ Alto Alegre do Maranhão	Gleba da Jurema/Pov. Presa do Porco/Faz. Canaã	18/3/2005	51	2793	Litígio
Bom Jesus das Selvas	Assentamento São Francisco	31/1/2005	88		Desapropriada
Brejo	São João dos Pilões	27/4/2005	53	995	Litígio
Buriticupu	P.A. Lago Azul/Pov. Real Brasil	13/7/2005	500	13266	Desapropriada
Cajapió	Itapuhenga	2/8/2005			Sem informação
Cajari	Pov. Camaputua/Engenho Tramaúba	1/8/2005	46	350	Não desapropriável
Caxias	P.A. Buriti do Meio/Pov. Santa Rosa	22/12/2005	54	55	Desapropriada
Codó	Com. Quilombola Matões dos Moreira/Matões dos Cabloco	30/8/2005	54	4114	Não desapropriável
Colinas	Povoado Canto Bom	21/6/2005	70	300	Em desapropriação
Coquelândia	Acamp. às margens da Estrada do Arroz	30/3/2005	420		Não desapropriável
Dom Pedro	Povoado Campo Agrícola	25/10/2005	80	664	Sem vistoria
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	70	82432	Não desapropriável
Itapecuru Mirim	Povoado Mata III	15/4/2005	33	200	Litígio
Lago do Junco	Faz. Aracati/Pov. Bertolino	16/8/2005	40	1100	Sem vistoria
Lago do Junco	Pov. Cajazeira/Centro do Bertolino/Faz. Dona Flor	9/5/2005	50	1099	Vistoriada
Loreto	Fazenda São José	16/7/2005	21	6263	Sem informação
Loreto	Povoado Sonhém	12/9/2005	30		Sem informação
Matões do Norte	Faz. Cantanhede/Stª. Catarina Formiga/Ass. Cabanagem	5/1/2005	83	6000	Desapropriação Suspensa
Matões do Norte	Lagoa do Coco	25/1/2005		1497	Desapropriada
Monção	Faz. Terra Boa/Centro do Piauí	31/10/2005	39		Litígio
Monção	P.A. Camacaoca	14/10/2005	100	10800	Indefinida
Parnarama	Data Forquilha/Faz. Barra da Vereda	30/7/2005	30	1200	Sem informação
Parnarama	Data Forquilha/Faz. Lagoinha	30/12/2005	40	400	Sem informação
Parnarama	Data Jenipapo/Faz. Poço dos Cachorros	1/11/2005	71	1200	Sem informação
Parnarama	Data Morro da Velha/Pov. Centro dos Machados/Brejinho	22/12/2005	42	1363	Sem informação
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Barreiro do Mato	30/11/2005	42	1750	Sem informação
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Jejo	1/12/2005	23	1680	Sem informação
Parnarama	Data S. Domingos/Faz. Vamos Vendo	1/12/2005	42	1750	Sem informação
Parnarama	Data São Domingos/Faz. Santo Antônio	1/12/2005	42	1750	Sem informação
Parnarama	Data Tanque/Fazendinha	28/7/2005	33	5000	Sem vistoria

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruídas	Roças Destruídas	Bens Destruídos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistolaagem	Violência contra a pessoa
							10				
		45									
		1		1	1	1					
			1050							115	Tentativa de Assassinato
							100		100		
	73										Prisão
	5										Ameaça de Morte
							28				
							4				
											Intimidação
		88		1		1					
		88									Prisão
				1		1					
							12				
							29				
	80		120							80	
	51										
			46	46	46	46					Ameaça de Morte
	53										
											Ameaça de Morte
	46										Assassinato
											Ameaça de Morte
	54						54				
											Ameaça de Morte
	70										
							420				
	80								70		Assassinato
	33										
40										40	
	50										
							21				
							30				
							83				
	39										
							100				
							30				
							40				
							71				
							42				
							42				
							23				
							42				
							42				
	33						33				

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Parnarama	Fazenda Escondido	1/10/2005	25	1200	Sem informação
Parnarama	Gleba Bebedouro/Faz. Bebedouro	15/12/2005	70	4500	Sem informação
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Buriti - Canas	2/7/2005	86	4100	Sem informação
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Chapadinha	30/8/2005	10	4100	Sem informação
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Patos	5/12/2005	25	4100	Sem informação
Parnarama	Pov. São José do Nena e São Domingos	31/12/2005	150	11918	Em desapropriação
Parnarama	Povoado Brejinho da Inhã	20/6/2005	18		Sem informação
Pastos Bons	Fazenda Boa Esperança	2/12/2005	28	4210	Sem informação
Peri - Mirim	Povoado Miruiras	30/6/2005	33	250	Litígio
Peritorô	Faz. Boa Esperança/Modelo	12/4/2005	102	3781	Litígio
Pio XII	P. A. Lago da Carnaúba/Povoado Cordeiro	30/7/2005	600	9792	Desapropriada
Porto Franco	Fazenda Santa Maria	7/7/2005	300		Vistoriada
Raposa	P. A. Cumbique	6/10/2005	500	735	Desapropriada
Riachão	Canto do Gaspar/Pequi/Bacuri	15/6/2005	23		Litígio
Riachão	Faz. Alegre/Fronteira	22/9/2005	90		Desapropriada
Riachão	Faz. Couro Danta/Coro Danta	3/6/2005	10	1200	Litígio
Riachão	Faz. Sucupira/Pau Furado	2/12/2005	107	6616	Desapropriada
Riachão	Fazenda Anajás	13/7/2005	8	1400	Sem vistoria
Riachão	Fazenda Campo Grande	23/7/2005	22	12000	Sem vistoria
Sambaíba	Fazenda Candeias	2/12/2005	7	4834	Sem informação
Santa Luzia do Tide	Fazenda Ponderosa	25/2/2005	45	2600	Sem informação
São Bento	Pov. Poleiro/Tucum/ Stª. Rita/Grajaú/Pascoal	24/6/2005	60		Sem informação
São Luis	Rio dos Cachorros/Pólo Siderúrgico/Cia. Vale do Rio Doce	22/8/2005	600	2471	Sem informação
São Luís	Tajipurú	24/8/2005			Grilada
São Luís	Tajipurú	7/9/2005	75	159	Sem informação
São Mateus do Maranhão	Jiquiri	18/7/2005	45	800	Sem informação
São Mateus do Maranhão	Pov. Curva/Data Timbaúba	16/11/2005	144	150	Desapropriada
São Mateus do Maranhão	Projeto Salangô	30/7/2005	352	3216	Desapropriada
São Raimundo das Mangabeiras	Data Varginha/Faz. Taboa	2/12/2005	70	7437	Desapropriada
São Raimundo das Mangabeiras	Pov. Lago Verde/Data Ipoeira	13/6/2005	2	14000	Sem informação
Tasso Fragoso	Gleba Brejão/Faz. Brasília/Data S. Pedro	6/5/2005	19	275	Litígio
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	22/7/2005	200	14000	Em desapropriação
Timbiras/ Codó	Ass. Cit Novo Horizonte/Pov. Sardinha e Outros	28/6/2005	141	8253	Desapropriada
Tuntum	Fazenda OLS	5/10/2005			Vistoriada
Tuntum	Fazenda OLS	10/11/2005	32	12000	Vistoriada
Vitória do Mearim	Juçaralzinho/Bom Jardim/Paiol/Boca do Campo/ Vamos Ver	8/3/2005	285	1658	Desapropriada
Vitorino Freire	Povoado Ariranal	5/4/2005	1		Sem informação
Subtotal:		91	8844	962325	
Mato Grosso					
Alto da Boa Vista	Assentamento Bandeirantes	1/9/2005	120		Desapropriada
Aripuanã	Gleba Conselvam/Guará	21/2/2005	120		Litígio
Aripuanã/ Colniza	T. I. Arara Rio Branco Alegria	5/10/2005	32	114000	Não desapropriável
Barão do Melgaço	T. I. Baía do Guatô	10/10/2005	15		Não desapropriável
Barra do Garças	Fazenda Ponte Queimada	14/2/2005	320		Desapropriação Suspensa
Bom Jesus do Araguaia	Assentamento Guerreiro	1/9/2005	121		Desapropriada
Brasnorte	Reserva Indígena Irantxe	31/5/2005	50		Não desapropriável
Brasnorte	Reserva Indígena Myky	1/2/2005	98	56000	Não desapropriável
Cáceres	Fazenda Nova Mutum	6/6/2005	600		Em desapropriação
Campinápolis	Índios Xavante/Aldeia São Pedro	1/2/2005	1300		Não desapropriável
Campo Verde	Fazenda Boa Esperança	3/11/2005	550		Litígio
Canabrava do Norte	Assentamento Maná	1/9/2005	149		Desapropriada
Canabrava do Norte	Assentamento Tabajara	1/9/2005	46		Desapropriada
Canabrava do Norte	Assentamento Tatuiby	1/9/2005	140		Desapropriada
Canabrava do Norte	P.A. Liberdade/Faz. Uirapuru	15/9/2005	58	38000	Litígio
Comodoro/ Colniza	Terra Indígena Rio Pardo	26/10/2005	5		Não desapropriável
Confresa	Fazenda Santa Terezinha	23/6/2005	80		Sem informação
Confresa/ Santa Terezinha	Aldeia Tapirapé/Urubu Branco	15/10/2005	300		Não desapropriável

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Confresa/ Santa Terezinha	Assent. Confresa Roncador/Codeara/Tapiraguaiá	1/9/2005	1190		Desapropriada
Itiquira	Fazenda Bica d' Água	15/4/2005	380		Sem informação
Jaciara	Faz. Liberdade/Jatobá	4/8/2005	120	300	Litígio
Jaciara	Gleba Jatobá/Faz. Colorado	28/8/2005	120	4000	Litígio
Juína	Reserva Indígena Enawenê-Nawê	31/5/2005	86		Não desapropriável
Mirassol do Oeste	Faz. S. Paulo/Acamp. Sílvia Rodrigues/Caeté	2/5/2005	2000	4700	Litígio
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalu/Mutuca	18/4/2005	5	13627	Não desapropriável
Nova Canaã do Norte	Gleba Santa Edwiges I	20/7/2005	120		Litígio
Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	12/7/2005	100	18500	Litígio
Novo Mundo	Assentamento Cristalino I, II e IV	1/7/2005	100		Indefinida
Peixoto de Azevedo	Assentamento Vila Nova I e II	1/7/2005	100		Indefinida
Peixoto de Azevedo/ Guarantã do Norte	Gleba Iriri/Aldeia Terena Kopenuti	1/6/2005	60	52000	Não desapropriável
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	9/3/2005			Litígio
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005			Litígio
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	22/7/2005			Litígio
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	31/8/2005			Litígio
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/10/2005	350	16000	Litígio
Pontes e Lacerda	T. I. Chiquitano Lago Grande	20/10/2005	100		Não desapropriável
Poxoréu	Assentamento Carlos Marighela	9/10/2005			Desapropriada
Poxoréu	Assentamento Carlos Marighela	25/10/2005	12		Desapropriada
Poxoréu	Assentamento Carlos Marighela	6/11/2005	167		Desapropriada
Poxoréu	Fazenda Barra Bonita	7/11/2005	100		Desapropriada
Ribeirão Cascalheira	Assentamento Macife	1/9/2005	1038		Desapropriada
Ribeirão Cascalheira	Assentamento Santa Lúcia	1/9/2005	128		Desapropriada
Santa Terezinha/Confresa	Assentamento Reunidas I	1/9/2005	300		Desapropriada
Santo Antônio do Leverger	Fazenda Serra Verde	25/7/2005	200	1000	Litígio
São José do Xingu	Terra Indígena Kuikuro	29/9/2005	90		Não desapropriável
Serra Nova Dourada	Assentamento Roncador	1/9/2005	80		Desapropriada
Sinop	Fazenda Promissão São João	7/11/2005	521		Desapropriada
Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	28/9/2005	600	12000	Litígio
Sinop/ Cláudia	Faz. Continental/Panorama/Acamp. Nova Aliança	7/6/2005	100	4840	Litígio
Tabaporã/ Apicás/ Juara	Ald. Kururuzinho/T. I. Apicá-Kayabi/Batelão/Muruvi	31/5/2005			Não desapropriável
Tabaporã/ Apicás/ Juara	Ald. Kururuzinho/T. I. Apicá-Kayabi/Batelão/Muruvi	12/12/2005	34		Não desapropriável
Subtotal:		51	12305	334967	
Mato Grosso do Sul					
Amambaí	Aldeia Limão Verde/Guarani - Kaiowá	25/5/2005		2429	Não desapropriável
Amambaí	Aldeia Taquapiri	15/3/2005			Não desapropriável
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Stª. Creuza	31/3/2005			Não desapropriável
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Stª. Creuza	23/10/2005			Não desapropriável
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Stª. Creuza	15/12/2005			Não desapropriável
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Stª. Creuza	24/12/2005	200	9300	Não desapropriável
Antônio João/ Bela Vista	Aldeia Pirakuá	1/4/2005			Não desapropriável
Campo Grande	Projeto de Usinas de Alcool no Pantanal	12/11/2005			Não desapropriável
Costa Rica	Fazenda Mateira	20/5/2005	60		Sem informação
Dois Irmãos do Buriti/ Sidrolândia	Fazenda Maracaju	17/1/2005	200		Sem informação
Dois Irmãos do Buriti/ Sidrolândia	Fazenda São Sebastião	17/1/2005	350		Sem informação
Douradina	Faz. Irmão Spessatto/Guarani - Kaiowá	29/8/2005	40	400	Sem informação
Douradina	Faz. Quexevi/Guarani - Kaiowá	14/9/2005	30	200	Sem informação
Douradina	Fazenda Travessão da Promessa	14/9/2005	60		Sem informação
Douradina	Sítio em Douradina/Guarani - Kaiowá	29/8/2005	30	30	Sem informação

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Dourados	Aldeias Bororo e Jaguapiru/Guarani - Kaiowá	11/1/2005		3500	Não desapropriável
Dourados	Comunidade Quilombola em Picadinha	31/3/2005	102	3748	Litígio
Dourados	Fazenda Cristal	1/7/2005	120		Sem informação
Dourados	Parque Arnulpho Fioravanti	6/4/2005	27	72	Não desapropriável
Japorã	Fazenda Remanso Guaçu	11/4/2005	250	2600	Sem informação
Japorã	Fazenda São Jorge	11/4/2005	200		Sem informação
Japorã	Porto Lindo/Ivy - Katu/Guarani - Kaiowá/Faz. Pedra Branca	8/7/2005	760	1700	Não desapropriável
Japorã/ Iguatemi	Fazenda Paloma	11/4/2005	105		Sem informação
Juti	Faz. Brasília do Sul/Aldeia Taquara	18/1/2005	100	9752	Litígio
Miranda	Faz. Santa Vitória/Terra Indígena Cachoeirinha	28/11/2005	200	600	Litígio
Rio Brilhante	Fazenda Rancho Grande III	3/11/2005	30		Sem informação
Sete Quedas	Fazenda Sombreiro/Floresta	26/6/2005	200	480	Sem informação
Sidrolândia	Fazenda Buriti	17/1/2005	300		Sem informação
Sidrolândia	Fazenda Eldorado	9/12/2005	100	9900	Desapropriada
Sidrolândia	Sítio Santo Antônio	1/7/2005	200	54	Sem vistoria
Subtotal:		30	3664	44765	
Minas Gerais					
Buritis	Faz. Barriguda/Ass. Mãe da Conquista	31/10/2005	67	4642	Desapropriada
Buritis/ Unai	Faz. São Miguel/Agrorserva	3/10/2005			Litígio
Buritis/ Unai	Faz. São Miguel/Agrorserva	13/10/2005	400	45000	Litígio
Campo Azul/ Coração de Jesus	Faz. Bela Vista/Covanca/Acamp. Chico Mendes	25/2/2005	50	2800	Litígio
Campo do Meio	Faz. Ariadópolis/ Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	23/11/2005	30	6000	Litígio
Esmeraldas	Faz. Salgada/Casa Grande	11/1/2005	120	845	Desapropriada
Felisburgo	Acamp. Terra Prometida/Nova Alegria/Aliança	25/4/2005	100	2400	Litígio
Jequitinhonha/ Felisburgo/ Joaíma	Faz. São Geraldo/Acamp. Cinco Mártires	17/7/2005	80	1562	Vistoriada
Joanésia	Fazenda Beira Rio	27/5/2005	2		Sem informação
Manga	Faz. Marilândia/Acamp. Valdir Júnior	17/10/2005	100	1000	Vistoriada
Montes Claros	Faz. Sanharó/Usifer/Estrela do Norte	23/8/2005	350	2600	Desapropriada
Palmópolis	Faz. Conjunto Boa Sorte/Acamp. Pe. Josimo	15/7/2005	50		Em desapropriação
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	12/5/2005	80	3800	Desapropriação Suspensa
Pirapora	Fazenda Correntes	23/6/2005	2		Sem informação
Resplendor	Reserva Indígena Krenak/Sete Salões	1/12/2005	50	4000	Não desapropriável
Rio Pardo de Minas	Faz. Olhos d'Água/Comunidade Vereda Funda	11/2/2005	60	5233	Não desapropriável
Santa Helena de Minas/ Bertópolis	Ald. Água Boa/Maxakali/Faz. Monte das Oliveiras	9/1/2005			Não desapropriável
Santa Helena de Minas/ Bertópolis	Ald. Água Boa/Maxakali/Faz. Monte das Oliveiras	28/8/2005	45	5305	Não desapropriável
Santa Vitória	Fazenda Jacaré Curiango	18/10/2005	18	984	Vistoriada
Uberlândia	Fazenda Eldorado	17/4/2005	10		Em desapropriação
Uberlândia	Fazenda Santa Fé/Acamp. Eldorado dos Carajás	19/4/2005	40		Em desapropriação
Várzea da Palma	Fazenda Mãe d'Água	14/2/2005	244		Litígio
Varzelândia	Fazenda Bonanza/Brejo dos Crioulos	18/11/2005	70	1500	Sem informação
Subtotal:		23	1968	87671	
Pará					
Abel Figueiredo/ Rondon do Pará	Faz. Santa Mônica	9/6/2005	110	6000	Litígio
Acará/ Tailândia	Acamp. Pe. Josimo/Área em Urucurê	19/6/2005			Grilada
Acará/ Tailândia	Acamp. Pe. Josimo/Área em Urucurê	9/12/2005	53	2300	Grilada
Afuá	Furo Grande**	30/11/2005	1	100	Nenhuma
Afuá	Iha dos Porcos/Igarapé Grande**	1/1/2005	4	200	Nenhuma
Afuá	Ilha do Antonino**	30/11/2005	10	300	Nenhuma
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás**	30/12/2005	20	100	Nenhuma
Afuá	Região das Ilhas**	1/1/2005	150	3000	Nenhuma
Almeirim/ Monte Dourado	Projeto Jari Celulose/Jarcel	1/5/2005	100		Sem vistoria
Altamira	Acamp. Bartolomeu Moraes da Silva	25/6/2005	300		Não desapropriável

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistolagem	Violência contra a pessoa
									1200		Morte em consequência
							102				
120			72							120	
			250								
			200								
			760						3800		Morte em consequência
			105								Seqüestro
			200								
30			200							200	Assassinato
			300								
			200						100		
220	0	200	3037	0	0	0	162	100	24090	320	
Minas Gerais											
	67						15		67		Assassinato
	400									400	Intimidação
		400									
			50								
			30								
			120								
	100									100	Intimidação
	80										Intimidação
											Assassinato
		100									Intimidação
			350								
						50					
	80										80 Tentativa de Assassinato
	2						2				2 Intimidação
								50			
			60								
								45			Morte em consequência
	45										Tentativa de Assassinato
18				14		18					18 Tentativa de Assassinato
			10								Intimidação
			40		40	40					
			244								
			70								
18	774	580	894	14	40	125	95	67	0	600	
Pará											
			100								Omissão/Conivência
	53							53			Intimidação
		53									
	1				1		1				
	4				4		4				
	10						10				
1				3		3	20				
							150				Ameaça de Morte
	100							100	100		Intimidação
											Humilhação
							300				

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Altamira	Área em Terra do Meio/Grileiro José Dias Pereira	26/7/2005		8900	Grilada
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	14/12/2005	150	55000	Litígio
Altamira	Ig. Estragado/ Piracui/ Severa/ Ressaca e outros/Gril. CRA	15/1/2005	68		Litígio
Altamira	Índios Xipaia-Curuáia/Gril. CR Almeida	16/2/2005			Não desapropriável
Altamira	Índios Xipaia-Curuáia/Gril. CR Almeida	1/5/2005			Não desapropriável
Altamira	Índios Xipaia-Curuáia/Gril. CR Almeida	2/10/2005	107		Não desapropriável
Altamira	Margens do Rio Iriri/Gleba Curuá/Grileiro CR Almeida	16/2/2005	9		Grilada
Altamira	Riozinho do Anfriso/Grileiro CR Almeida	16/2/2005	43	736	Desapropriada
Altamira/ Novo Progresso	Gleba Curuá	18/4/2005		5000000	Litígio
Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 16 e 29/Avelino Dedeá	31/3/2005	2	3000	Desapropriada
Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 53/Luís Ungaratti	28/8/2005	15	3000	Desapropriada
Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 55/Vitalmiro Bastos	22/2/2005		6000	Grilada
Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 56-58/Délio Fernandes	25/4/2005		6000	Desapropriada
Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 57/Regivaldo Galvão	25/4/2005		3000	Desapropriada
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 124/Paulo Medeiros	25/4/2005	1	2880	Grilada
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 130/Francisco Ribeiro/ Américo	25/4/2005	1	3000	Grilada
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 131/Irmãos Trindade	25/4/2005		3000	Desapropriada
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 134/ Gilberto e Luiz Dezinho	25/4/2005		3000	Desapropriada
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 135 a 139/158-162	25/4/2005			Desapropriada
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 135 a 139/158-162	2/9/2005		24000	Em desapropriação
Anapu	G. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 108/ Milton Lemos	22/2/2005		3000	Grilada
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	12/2/2005	200		Litígio
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	25/8/2005	800		Desapropriada
Anapu	Gleba Belo Monte/PDS Virola Jatobá	13/5/2005	1		Assentamento
Anapu	Gleba Manduacari/Lotes 4-5-6-7/Cospel	15/2/2005			Litígio
Anapu	Gleba Manduacari/Lotes 4-5-6-7/Cospel	27/8/2005	76	3000	Litígio
Anapu	Resex do Xingu	26/7/2005	11		Grilada
Belterra	Gleba do Bota	20/3/2005	43	2400	Litígio
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	15/10/2005	200		Litígio
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Goiana	4/11/2005	110		Litígio
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Progresso	23/8/2005	34		Litígio
Breu Branco	Faz. João do Óculos/Faz. CCM	23/12/2005	1200	1200	Litígio
Breu Branco	Fazenda Água Azul II	5/8/2005	1200		Litígio
Breu Branco	Fazenda Água Azul II	1/11/2005		11280	Não desapropriável
Canaã dos Carajás	Fazenda Santa Fé/Pampulha	24/5/2005			Sem vistoria
Canaã dos Carajás	Fazenda Santa Fé/Pampulha	7/6/2005	130	436	Litígio
Castanhal	Cupiúba/Cachoeira	9/1/2005	250		Desapropriada
Conceição do Araguaia	Chácara Sossego do Papai	31/5/2005	80		Litígio
Conceição do Araguaia	Colônia São José dos Três Morros	23/1/2005	47	2904	Litígio
Conceição do Araguaia	Fazenda Batente	30/6/2005	80	3388	Sem vistoria
Conceição do Araguaia/ Floresta do Araguaia	Fazenda São Luiz	14/5/2005	180		Sem informação
Concórdia do Pará	Fazenda Ponta da Serra	14/3/2005	36	50	Sem vistoria
Cumaru do Norte	Gleba 490	1/9/2005	80	3000	Litígio
Curionópolis	Faz. Jacaré Grande	20/9/2005	40	10000	Sem informação
Curionópolis	Faz. Macaxeira/Assentamento 17 de Abril	16/8/2005	69	40000	Desapropriada
Eldorado dos Carajás	Faz. Peruano	8/6/2005	1100	12500	Em desapropriação

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruídas	Roças Destruídas	Bens Destruídos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistola	Violência contra a pessoa
											Grilagem
	150										150 Intimidação
68				68			68				68 Ameaça de Morte
							107				Omissão/Convivência
											107 Tentativa de Assassinato
	9						9				9 Intimidação
	43										43 Ameaça de Morte
											Grilagem
2				2							2 Intimidação
	15						1				15 Prisão
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
											Grilagem
								2			2
											Grilagem
	200						200				200 Assassinato
	800						800				800 Ameaça de Morte
	1										1 Assassinato
							76				76 Assassinato
	60										60 Ameaça de Morte
11											11
		43									Prisão
		200									
		110									Prisão
34											34
1200											Tortura
		1200									Morte em consequência
		300									Omissão/Convivência
			100							100	
		100		100							
		80						1			1 Assassinato
		47							47		Omissão/Convivência
80						10			80		80
180											
		36									80 Intimidação
		40									
								69			Omissão/Convivência
				1100				1100			Omissão/Convivência

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Eldorado dos Carajás	Fazenda Bagoá/Baguá	15/10/2005			Litígio
Eldorado dos Carajás	Fazenda Bagoá/Baguá	20/11/2005	80	3000	Litígio
Itupiranga	Faz. Hidroservice/Boa Esperança	1/8/2005	350	31140	Litígio
Itupiranga	Faz. Mineira/Gleba Cajazeira	8/11/2005	60	2800	Litígio
Itupiranga	Fazenda Ouro Verde	31/8/2005	100		Indefinida
Mãe do Rio	Fazenda Reunidas	5/2/2005	300	5444	Vistoriada
Marabá	Faz. Cabaceira/Acamp. 26 de Março	9/6/2005	350	11500	Em desapropriação
Marabá	Faz. Santa Rosa/Cedro/Plutão-Complexo Três Poderes	9/6/2005	300	11835	Em desapropriação
Marabá	Faz. Remanso/Talismã	19/2/2005			Desapropriada
Marabá	Faz. Remanso/Talismã	28/6/2005	48	1800	Litígio
Marabá	Fazenda Balão	13/8/2005			Em desapropriação
Marabá	Fazenda Balão	5/9/2005	120		Em desapropriação
Marabá	Fazenda Cabo de Aço/Acamp. Zumbi dos Palmares	13/5/2005			Sem informação
Marabá	Fazenda Cabo de Aço/Acamp. Zumbi dos Palmares	17/11/2005	90		Em desapropriação
Marabá	Fazenda Estrela da Manhã	28/6/2005			Sem vistoria
Marabá	Fazenda Estrela da Manhã	13/7/2005			Sem vistoria
Marabá	Fazenda Estrela da Manhã	23/8/2005			Sem vistoria
Marabá	Fazenda Estrela da Manhã	22/9/2005	90	3000	Sem vistoria
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibirica	2/2/2005			Litígio
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibirica	20/7/2005	80	3200	Litígio
Marabá	Fazenda Ponta da Serra	23/9/2005	100		Em desapropriação
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Arapari	31/7/2005	90	3000	Em desapropriação
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Bandeirantes	20/7/2005			Sem informação
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Bandeirantes	14/9/2005	120	5000	Sem informação
Marabá/ Rondon do Pará/ Itupiranga	Faz. Jerusalém/Araruana	13/8/2005	60	3000	Assentamento
Monte Alegre	Grilagem em Monte Alegre	6/3/2005		11000	Grilada
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	10/2/2005	400	22000	Sem informação
Óbidos	Quilombo Castanhaduba/Castanhuba/Apuí/Silêncio	16/5/2005			Não desapropriável
Ourilândia	Tribo Kayapó/Pedral	12/7/2005			Não desapropriável
Pacajá	Fazenda Boa Sorte	10/7/2005	250	30000	Sem vistoria
Paragominas	Faz. Caip/Vila Paragonorte	25/7/2005		23000	Assentamento
Paragominas	Fazenda Capim de Boi	15/4/2005			Sem informação
Paragominas	Fazenda Grotão	29/6/2005			Sem informação
Paragominas	Fazenda Marangi	25/7/2005			Sem informação
Paragominas/ Goianésia do Pará/ Ipixuna do Pará	Tribo Amanayé	16/1/2005	41		Não desapropriável
Parauapebas	Assassinato de Antônio Matos Filho	8/6/2005	1		Assentamento
Parauapebas	Assassinatos no STR de Parauapebas	15/6/2005	2		Sem informação
Parauapebas	Faz. Carajás/Assent. Carlos Fonseca/Palmar	15/2/2005	20	1750	Desapropriada
Parauapebas	Faz. União	1/8/2005	40	1200	Sem informação
Parauapebas	P.A. Cinturão Verde/Faz. Triunfo/V. São Raimundo	3/2/2005	25		Grilada
Parauapebas/ Canaã dos Carajás	Faz. São Luis	27/7/2005	50		Sem vistoria
Parauapebas/ Canaã dos Carajás	Fazenda Rio Verde	18/4/2005	150	3000	Sem vistoria
Parauapebas/ Itupiranga	Faz. Tapete Verde	1/8/2005	90	3900	Litígio
Parauapebas/ Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	26/1/2005			Em desapropriação
Parauapebas/ Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	20/6/2005			Em desapropriação
Parauapebas/ Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	5/9/2005	123	1200	Em desapropriação
Placas	Reserva Indígena Cachoeira Seca	25/2/2005			Não desapropriável
Portel	Fazenda Jutaituba	9/8/2005	1000	164000	Sem informação
Prainha	Grilagem em Prainha/Empresa Madenorte	1/1/2005		72460	Grilada
Redenção	Faz. Arraiaporã/Inajaporã	22/2/2005	110	3520	Sem vistoria
Rio Maria	Faz. Marajoara/Dona Vânia	1/7/2005	20	1500	Litígio
Rio Maria	Fazenda Dona Maria	1/7/2005	20	2899	Litígio
Rondon do Pará	Ameaçados de morte em Rondon do Pará	30/5/2005	3		Sem informação

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistolagem	Violência contra a pessoa
		80									Intimidação
20			350								Assassinato
			60								Assassinato
			100								Prisão
		300			300			300			Omissão/Conivência
			350								Omissão/Conivência
			300					300			Omissão/Conivência
			60				60			60	Assassinato
			48				48				Omissão/Conivência
		120									Omissão/Conivência
		120									Omissão/Conivência
		90		90		90					Ameaça de Morte
		90								90	Assassinato
			90								Omissão/Conivência
			90								Ameaça de prisão
		90									Prisão
	70									70	Intimidação
		80					80				Omissão/Conivência
100				100		100					Prisão
			90								Omissão/Conivência
		120							120		Prisão
		120									Omissão/Conivência
			60								Omissão/Conivência
	400						400			400	Grilagem
											Ameaça de Morte
											Grilagem
		250									Grilagem
											Tortura
											Agressão
											Agressão
										204	Agressão
											1 Assassinato
											2 Assassinato
											1 Assassinato
		40									Prisão
25											Prisão
										50	Intimidação
50										150	Prisão
		150									Prisão
		90									Prisão
											1 Assassinato
		123		140		123	123				Ameaça de Morte
		123									Omissão/Conivência
											Intimidação
		1000									Intimidação
											Grilagem
	110						110				110 Ameaça de Morte
			20								Ameaça de Morte
			20								Ameaça de Morte
											3 Ameaça de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Rondon do Pará	Fazenda Rio do Ouro	22/1/2005	30	9000	Sem informação
Rondon do Pará	P.A. Unidos para Vencer	28/6/2005			Desapropriada
Salvaterra	Fazenda Verissimo	20/3/2005	150	2158	Litígio
Santa Maria das Barreiras	Faz. Inajaporã/Pouso Alegre	19/7/2005			Litígio
Santa Maria das Barreiras	Faz. Inajaporã/Pouso Alegre	22/8/2005	100		Litígio
Santa Maria das Barreiras/ Conceição do Araguaia	União Cinzeiro/Região do Coco	3/5/2005	80		Litígio
Santana do Araguaia	Faz. Santa Maria e Shalon	10/6/2005	80		Sem vistoria
Santana do Araguaia/ Conceição do Araguaia	Faz. Bradesco/P.A. Pe. Josimo	22/2/2005			Assentamento
Santana do Araguaia/ Conceição do Araguaia	Faz. Bradesco/P.A. Pe. Josimo	1/5/2005	863	31000	Assentamento
Santarém	Assentamento Piá Moju	20/5/2005	43		Em desapropriação
São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembê/Alto Rio Guamá	12/3/2005	97		Não desapropriável
São Félix do Xingu	Faz. Burti/Est. Eco. Terra do Meio	15/9/2005			Não desapropriável
São Félix do Xingu	Fazenda Barra do Triunfo	6/5/2005	100	5000	Litígio
São Félix do Xingu	Fazenda Comanche/Comaxim	8/8/2005	80	4850	Litígio
São Félix do Xingu	Gleba Karapanã/Faz. Japonesa/Nova Esperança	20/6/2005	200	1600	Litígio
São Félix do Xingu	Tribo Apyterena/Apyterewa/Paracanã	25/4/2005	176	700000	Não desapropriável
São Félix do Xingu/ Altamira	Faz. Bom Jardim/Gleba Assurini	18/2/2005	1		Litígio
São Félix do Xingu/ Redenção	T.I. Kayapó-Crocaimoro/Grupo CR Almeida	16/2/2005			Grilada
São Félix do Xingu/ Redenção	T.I. Kayapó-Crocaimoro/Grupo CR Almeida	9/12/2005	792	3284	Não desapropriável
São Geraldo do Araguaia	Terra Indígena Sororó	22/9/2005	60		Não desapropriável
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	18/8/2005	200		Desapropriada
São João do Araguaia	Faz. Prata	20/7/2005	80	2801	Litígio
São João do Araguaia	Fazenda Landi	15/11/2005	60		Litígio
Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	8/1/2005			Litígio
Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	1/10/2005	100		Sem informação
Uruará	Área no Travessão km-190 Norte	6/10/2005	1		Sem informação
Subtotal:		135	15087	6412515	
Paraíba					
Campina Grande	Fazenda Caterina/Catirina	15/9/2005	140	700	Sem vistoria
Conde	Assent. D. Antônia/Antiga Lundreegh	28/2/2005	120	1927	Assentamento
Livramento	Fazenda Boa Ventura	27/3/2005	30		Sem informação
Monteiro	Assentamento Estrela Dalva	27/3/2005	60	5000	Assentamento
Pilar	Fazenda Novo Mundo/Cascatinha	28/3/2005	35		Sem informação
Rio Tinto	T. I. Potiguara	22/12/2005	20		Não desapropriável
Santa Rita	Faz. Mumbaba/Acamp. Nego Fuga	20/2/2005			Sem informação
Santa Rita	Faz. Mumbaba/Acamp. Nego Fuga	6/7/2005			Sem informação
Santa Rita	Faz. Mumbaba/Acamp. Nego Fuga	5/10/2005	100		Sem informação
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	23/2/2005			Em desapropriação
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	10/5/2005			Desapropriada
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	1/9/2005	29	500	Litígio
São Sebastião do Umbuzeiro	Acamp. Boa Sorte e Maciço	29/3/2005	20		Em desapropriação
Sumé	Acampamento Desterro	29/9/2005	40		Sem vistoria
Subtotal:		14	594	8127	
Paraná					
Abatiá	Fazenda Linda Flora	28/7/2005			Litígio
Abatiá	Fazenda Linda Flora	7/8/2005			Litígio
Abatiá	Fazenda Linda Flora	27/10/2005	100	180	Litígio
Abatiá/ Santa Amélia	T. I. Yvyporã Laranjinha/ Guaraní Nhandeva	2/8/2005	40	1238	Não desapropriável
Cascavel	Fazenda Kely	9/9/2005	200	840	Sem vistoria
Cascavel	Fazenda Nazari	3/10/2005	300	200	Sem vistoria
Centenário do Sul	Fazenda Quem Sabe	2/3/2005			Sem vistoria
Centenário do Sul	Fazenda Quem Sabe	23/6/2005	100	468	Em desapropriação
Clevelândia	Fazenda Moraes	19/8/2005	50		Sem informação

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Congonhinhas	Faz. Santa Mônica	1/11/2005	70		Em desapropriação
Guairaçá/ Planaltina do Paraná	Fazenda Santa Filomena	28/2/2005	400	1197	Vistoriada
Guapirama	Fazenda Pinheirão	1/11/2005	16		
Guarapuava	Fazenda Matão	26/1/2005	20	1500	Em desapropriação
Honório Serpa	Fazenda São Caetano	9/11/2005	45		
Icaraíma	Acampamento na BR-487	8/8/2005	40		Sem informação
Icaraíma	Fazenda Monte Azul/Agrop. Café no Bule	16/10/2005	120	1372	Sem informação
Jundiá do Sul	Fazenda Ana Fraga	17/4/2005			Vistoriada
Jundiá do Sul	Fazenda Ana Fraga	7/6/2005	320	919	Vistoriada
Jundiá do Sul	Fazenda Balsa Nova	27/10/2005	400	960	Sem vistoria
Mangueirinha	Faz. Santa Rosa/Rita/Mamborê	8/11/2005			Vistoriada
Mangueirinha	Faz. Santa Rosa/Rita/Mamborê	30/11/2005	130	1936	Vistoriada
Nova Laranjeira	Acamp. Alto da Serra/Xagu I/Faz. Sta. Lúcia	26/10/2005			Sem informação
Nova Laranjeira	Acamp. Alto da Serra/Xagu I/Faz. Sta. Lúcia	8/11/2005	100	800	Sem vistoria
Nova Olímpia	Acampamento às margens da PR-480	25/3/2005	67		Não desapropriável
Palmas	Fazenda São Lourenço	9/11/2005	30		Sem informação
Paula Freitas	Acamp. Reduto do Caraquatá	21/2/2005	80		Sem vistoria
Ponta Grossa	Fazenda São Francisco	8/11/2005	200	250	Sem vistoria
Pontal do Paraná	Índios Guarani-Guaraguauçu	30/5/2005	20		Não desapropriável
Quedas do Iguaçu	Faz Rio das Cobras/Araupel	25/1/2005	30		Vistoriada
Quedas do Iguaçu	Fazenda Campo Novo	8/8/2005	50	390	Sem vistoria
Quedas do Iguaçu	Fazenda Dona Hilda	19/10/2005	250	2040	Sem informação
Quedas do Iguaçu	Fazenda Três Elos	30/6/2005			Sem vistoria
Quedas do Iguaçu	Fazenda Três Elos	8/8/2005			Sem vistoria
Quedas do Iguaçu	Fazenda Três Elos	21/9/2005	50	167	Sem vistoria
Querência do Norte	Faz. Porangaba/Porangabinha	30/11/2005	100	2100	Vistoriada
Quinta do Sol/ Campo Mourão	Acampamento na PR-082	17/4/2005	16		Não desapropriável
Ramilândia	Fazenda Boito	2/12/2005	500	900	Sem informação
Ramilândia	Fazenda Formiga	13/8/2005	140	1132	Sem vistoria
Reserva do Iguaçu	Faz. Reserva/Acamp. Brasil	22/11/2005	130	2619	Sem vistoria
São Miguel do Iguaçu	Parque Nacional/Res. Sta. Rosa do Ocui/T.I. Avá Guarani	22/11/2005	55	231	Não desapropriável
Sapopema	Fazenda Bom Sucesso	27/10/2005	120	1200	Sem informação
Tamarana	Fazenda Mota	29/12/2005	60	2904	Sem informação
Tamarana	Fazenda Tamoio	20/9/2005	30	160	Sem informação
Tapira	Acamp. Vitória/Às margens da PR-482	25/3/2005	67		
Tibagi	Chácara Canaã	21/5/2005			Sem vistoria
Tibagi	Chácara Canaã	7/6/2005	40	97	Sem vistoria
Subtotal:		46	4486	25800	
Pernambuco					
Agrestina	Quilombo Pé de Serra	12/12/2005	500		Não desapropriável
Aliança	Usina Aliança	24/9/2005	400		Litígio
Altinho	Fazenda Santo Antônio	20/4/2005	60	650	Em desapropriação
Barreiros	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	5/12/2005			Sem informação
Barreiros	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	8/12/2005	20	1800	Sem informação
Belém de Maria	Engenho Cangaia	3/4/2005	82	450	Sem vistoria
Bezerras	Fazenda Bezerras	14/4/2005	83	1600	Sem vistoria
Bonito	Fazenda Uberaba	6/4/2005			Sem vistoria
Bonito	Fazenda Uberaba	26/9/2005	200	580	Sem vistoria
Gameleira	Assent. Alegre/São Gregório/Us. Estreliana	16/11/2005	100	300	Desapropriada
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	17/11/2005	170	1800	Desapropriação Suspensa
Garanhuns	Fazenda Paulista	13/3/2005			Sem vistoria
Garanhuns	Fazenda Paulista	4/5/2005	40	1200	Sem vistoria
Garanhuns	Quilombo Timbó/Barragem Inhumas	28/2/2005	200		Não desapropriável
Glória do Goitá	Fazenda Berra Boi	4/9/2005	100	390	Sem vistoria
Iguaraci	Faz. Socorro	26/9/2005	70	4620	Desapropriada
Itaíba	Assentamento Baixa Verde	27/10/2005	1	3600	Sem informação
Lagoa dos Gatos/ Canhotinho	Fazenda Riacho de Dentro/Riachão	27/4/2005	60	960	Sem informação
Lagoa Grande	Faz. Pontal de Lima	10/4/2005	250	900	Sem vistoria
Passira	Faz. Independência/Dependência	22/11/2005	63	470	Em desapropriação

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Pesqueira	Fazenda Jardim Jatobá	12/4/2005	150	2200	Sem vistoria
Pesqueira	Índios Xucuru	23/3/2005		26980	Não desapropriável
Quipapá	Fazenda Correntes	28/9/2005	45		Sem vistoria
Santa Cruz do Capibaribe	Faz. Garrote	5/4/2005	60	4000	Sem vistoria
São Lourenço da Mata	Eng. São João/Acamp. Chico Mendes/Us. Tiúma	31/1/2005			Sem vistoria
São Lourenço da Mata	Eng. São João/Acamp. Chico Mendes/Us. Tiúma	7/5/2005	900	450	Vistoriada
Sertânia	Cachoeira do IPA	30/9/2005	30		Litígio
Sertânia	Faz. Nossa Senhora do Carmo	17/11/2005	20	1123	Desapropriada
Sertânia	Fazenda Juá	17/11/2005	25	5500	Sem informação
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª. Tereza	7/1/2005		600	Em desapropriação
Vertentes	Fazenda Milhões	1/12/2005	23	180	Sem informação
Subtotal:		31	3652	60353	
Piauí					
Altos	Faz. Funil/Acamp.Nossa Esperança	6/10/2005	80	1700	Sem vistoria
Altos	Fazenda Corte do Meio	28/2/2005	40	700	Indefinida
Altos	Fazenda Novo Belo Horizonte	22/2/2005	31	600	Sem vistoria
Altos	Roça/Mata Velha	23/2/2005	45		Sem informação
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	11/2/2005			Em desapropriação
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	21/11/2005	24	517	Em desapropriação
Barras	Boa Presença	31/5/2005	25		Sem vistoria
Barras	Centro Tipis	12/9/2005	25		Sem informação
Barras	Fazenda Crioli	29/7/2005			Sem informação
Barras	Fazenda Crioli	25/9/2005	13	319	Sem informação
Barras	Marrecas	7/7/2005		580	Grilada
Barras	Santa Teresa	12/9/2005	25	1300	Sem informação
Barras	São Francisco	6/9/2005	25		Sem informação
Campo Largo do Piauí	Vila São João	11/10/2005	16	1000	Litígio
Esperantina	Nova Conquista	28/2/2005	26	850	Sem informação
Guadalupe	Platôs de Guadalupe	16/5/2005	127		Sem informação
Miguel Alves	Bom Princípio	21/9/2005	18	600	Sem informação
Milton Brandão	Fazenda Marfim	14/7/2005	13		Sem informação
Nossa Senhora dos Remédios	Comunidade Contendas	28/2/2005	19	1445	Sem vistoria
Nossa Senhora dos Remédios	Comunidade Santarém	19/10/2005	165	3140	Sem vistoria
Nossa Senhora dos Remédios	Fazenda Barriguda	11/5/2005	21	450	Sem vistoria
Nossa Senhora dos Remédios	Lagoa de Fora/Faz. Barriguda	11/5/2005	18	450	Sem vistoria
Nossa Senhora dos Remédios	Sítio Velho/Faz. Barriguda	11/5/2005	13	450	Sem vistoria
Nossa Senhora dos Remédios	Tenda de Coco/Faz. Barriguda	11/5/2005	33	1350	Sem vistoria
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	28/3/2005			Litígio
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	17/4/2005			Litígio
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	17/11/2005			Litígio
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	20/11/2005			Litígio
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	24/11/2005			Litígio
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	1/12/2005	30	15028	Litígio
Porto	Gleba Fernando	21/9/2005	27	33	Litígio
Ribeiro Gonçalves/ Baixa Grande do Ribeiro	Área entre Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves	28/8/2005	350	1500	Sem informação
Teresina	Faz. Gandu/Data Stª. Teresa/Pov. Lagoa da Mata	24/11/2005	160	690	Em desapropriação
União	Tranqueira/Vila Conquista	13/4/2005	300		Litígio
Subtotal:		34	1669	32702	
Rio de Janeiro					
Barra do Pirai	Acamp. às margens da BR-393/Nova Vida	13/6/2005	100		
Cabo Frio	Comunidade Quilombola de Preto Forro	20/7/2005	11		Litígio
Campos dos Goytacazes	Faz. Boianga/Acamp. Leonel Brizola/Outeiro	24/5/2005	50	2176	Litígio
Campos dos Goytacazes	Faz. Cambahyba/Acamp. Oziel Alves	12/12/2005	150	3502	Desapropriação Suspensa
Mangaratiba	Quil. de Marambaia/Praia do Sítio/Praia dos Pretos/Praia Suja	3/2/2005	107		Não desapropriável
Nova Iguaçu	Reserva Ecológica do Tinguá	15/2/2005	1	26660	Sem informação
Pirai	Fazenda Aimorés	5/7/2005	120	849	Em desapropriação

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Quatis	Quilombo Santana	29/1/2005	19	828	Litígio
Rio de Janeiro	Área da CNEN/CSA	11/1/2005	70		Sem informação
São João da Barra	Faz. Caetá e Cedro/Acamp. Mário Lago/Cambahyba	23/7/2005	100	1800	Litígio
Subtotal:		10	728	35815	
Rio Grande do Norte					
Ceará-Mirim	Acampamento Florestan Fernandes	7/7/2005	100		Sem informação
Mossoró	Assent. Solidão/Faz. Jacuri	11/7/2005	20	3350	Assentamento
Mossoró	Faz. Maisa/Assent. Eldorado dos Carajás II	23/4/2005	450	2400	Assentamento
Subtotal:		3	570	5750	
Rio Grande do Sul					
Arroio dos Ratos	Acamp. Santa Vitória/Margens da BR-290	7/5/2005	230		Não desapropriável
Boa Vista do Ingra	Fazenda Santo Izidoro	15/8/2005	82	620	Sem vistoria
Carazinho	Tribo Caingangue/Acamp. na BR-386	4/5/2005	30		Não desapropriável
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	3/2/2005	400	9000	Sem vistoria
Eldorado do Sul	Faz. Agropecuária e Cabanha Dragão	16/8/2005	350	760	Vistoria Suspensa
Lagoa Vermelha/ Sananduva	Faz. Três Pinheiros/Granja Três Pinheiros	2/8/2005	700	1500	Sem vistoria
Nova Hartz	Acamp. Jair Antônio da Costa/RS-239/Km 39/Daer	27/9/2005	35		Não desapropriável
Nova Santa Rita	Faz. Santa Rita/Montepio/Acamp. na BR-386	21/10/2005	101	1600	Em desapropriação
Palmares do Sul	Área às margens da RST-101/Índios Guarani e Caingangue	22/7/2005	42	214	Sem informação
Palmeira das Missões	Faz. Bom Sossego/Copalma	28/9/2005	100	1100	Sem vistoria
Porto Alegre	Parque Natural do Morro do Osso/Tribo Cainguangue	30/10/2005	26	57	Não desapropriável
Santana do Livramento	Fazenda Alto Alegre	25/7/2005	450	920	Sem informação
Santana do Livramento	Fazenda Santa Rita	27/9/2005	150	958	Sem vistoria
São Borja	Fazenda Palermo	13/9/2005	200	1200	Vistoriada
Tupanciretã	Fazenda Boqueirão	1/7/2005			Desapropriação Suspensa
Tupanciretã	Fazenda Boqueirão	22/9/2005	180	1442	Desapropriação Suspensa
Subtotal:		16	3076	19371	
Rondônia					
Alta Floresta do Oeste	Faz. Itamar/Acamp. Betinho	5/12/2005	46	996	Sem vistoria
Alta Floresta do Oeste	Gleba Massaco	17/5/2005	250	12600	Litígio
Alto Alegre do Parecis	Faz. Morimoto/Acamp. Che Guevara	29/3/2005			Litígio
Alto Alegre do Parecis	Faz. Morimoto/Acamp. Che Guevara	10/6/2005	138		Litígio
Alvorada do Oeste	Linha 48/Lotes 06 e 08/Linha 44/Lotes 07 e 09	4/10/2005	42	164	Sem informação
Ariquemes	Fazenda Mapal	28/2/2005			Sem vistoria
Ariquemes	Fazenda Mapal	5/12/2005	120	1200	Sem vistoria
Buritis	Faz. Cinco Estrelas e Indiana	7/10/2005	150	6000	Litígio
Campo Novo de Rondônia	Fazenda do Teixeira/Estrela	10/5/2005	150		Litígio
Candeias do Jamari	Fazenda Urupá	13/4/2005	200	30000	Litígio
Candeias do Jamari	Seringal Escalerita e Lago Brasileira	30/3/2005	400		Sem informação
Chupinguaia	Fazenda Dois Pinguins	8/2/2005	70		Sem informação
Machadinho d'Oeste	Fazenda Majuru	12/8/2005	25	1000	Sem informação
Machadinho d'Oeste	Linha São Domingos/Km 3	24/6/2005	90	10000	Litígio
Nova Brazilândia do Oeste	Fazenda Lammy	15/3/2005			Sem informação
Nova Brazilândia do Oeste	Fazenda Lammy	25/8/2005	60	1042	Sem informação
Nova Marmoré	Linha Ribeirão	23/11/2005	150		Vistoriada
Parecis	Faz. Brotys/Linha 95/Acamp. Caramuru/Gleba Corumbiara	15/5/2005	20		Sem informação
Porto Velho	Fazenda Bom Futuro	16/5/2005			Sem informação
Porto Velho	Fazenda Bom Futuro	22/7/2005	80	33000	Sem informação
Porto Velho	Gleba Ituxi/Ramal Mendes Júnior	5/11/2005			Litígio
Porto Velho	Gleba Ituxi/Ramal Mendes Júnior	11/11/2005			Litígio
Porto Velho	Gleba Ituxi/Ramal Mendes Júnior	17/11/2005	300	20000	Litígio
São Francisco do Guaporé	Faz. Entre Rios/Noma/Linha 7/Km 3	18/8/2005	50		Sem informação
Seringueiras	Aldeia Puruborá	26/4/2005	300		Não desapropriável

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruídas	Roças Destruídas	Bens Destruídos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistola-gem	Violência contra a pessoa
			70								
		100									
100	120	300	70	0	0	0	0	0	0	0	150
Rio Grande do Norte											
		100		100		100					Tortura
							20	20			Omissão/Conivência
							450				Omissão/Conivência
0	0	100	0	100	0	100	470	20	0	0	
Rio Grande do Sul											
			230								
			82								
							30				
							400				
		350								350	
		700									
			35								
	101	101									
			42								
		100									
			26						70		
		450									
		150									
		200									
		180									
		180									
0	101	2411	415	0	0	0	430	0	70	350	
Rondônia											
		46			46	46					
	250										
		138								138	
		138									
		42		42							
		120									
		120									
		150		150	150	150					
		150									
	200						200				Ameaça de Morte
		400									
		70									
		25									
		90		90	90	90					Prisão
		60		60	60	60					
		60		60	60	60					
	150										
	20										20 Assassinato
		24									
		80									
	300										
				300	300	300	300				
			50								
									300		Ameaça de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Seringueiras/ São Francisco do Guaporé	Índios Miqueleno e Quil. Santo Antônio/Res. Biológica	5/11/2005	21	605000	Não desapropriável
Vilhena	Fazenda Cabixi II	5/4/2005	30	3600	Sem vistoria
Subtotal:		27	2692	724602	
Roraima					
Alto Alegre	Vicinal 10 do P. A. Paredão	28/2/2005	31	900	Assentamento
Amajari	Assentamento Tepequém	2/6/2005	150		Desapropriada
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus	17/2/2005	319	16000	Desapropriada
Boa Vista/ Mucajaí/ Alto Alegre	Área Indígena Yanomani/Apiauí	30/6/2005			Não desapropriável
Boa Vista/ Mucajaí/ Alto Alegre	Área Indígena Yanomani/Apiauí	15/9/2005	1142		Não desapropriável
Bonfim	Assent. Renascer/Fazenda Caju	3/1/2005	60		Desapropriada
Cantá	Assent. Tatajuba/Faz. Santa Felicidade	20/2/2005	50	1402	Desapropriada
Cantá	Assentamento Esperança	2/6/2005	145		Desapropriada
Cantá	Assentamento União	2/6/2005	155		Desapropriada
Cantá/ Bonfim	Assentamento Taboca	11/7/2005	40		Desapropriada
Cantá/ Caracará	Assentamento na RR-170	11/7/2005	50		Desapropriada
Caracará	Assentamento Arco-Iris	15/6/2005	182		
Iracema	Assentamento Maranhão	2/6/2005	160		Desapropriada
Iracema	Colônia do Roxinho	2/8/2005	100		Desapropriada
Mucajaí	Assentamento Vila Vova/Samaúma	2/6/2005	450		Desapropriada
Rorainópolis/ São Luís do Anauá	Assentamento Integração	2/6/2005	150		Desapropriada
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	5/4/2005			Não desapropriável
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	9/6/2005			Não desapropriável
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	24/6/2005			Não desapropriável
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	17/9/2005	3337	1678800	Não desapropriável
Subtotal:		20	6521	1697102	
Santa Catarina					
Abelardo Luz	T. I. Kaingang Toldo Embu	22/3/2005	41	1965	Não desapropriável
Caçador/ Porto União	Assent. Herminio Gonçalves/Faz. Paiol Velho	19/10/2005	50	1561	Assentamento
Campo Erê/ Palma Sola	Fazenda Caldatto	18/1/2005	45	7500	Em desapropriação
Campos Novos	Invernada dos Negros	11/9/2005	72	8000	Não desapropriável
Catanduvas	Fazenda da Usina Perdigão	11/1/2005	16	930	Sem informação
Chapecó	T. I. Kaingang Toldo Chimbangue/Sede Trentim	21/3/2005	80	1963	Não desapropriável
Chapecó	T. I. Kaingang Aldeia Kondá	12/9/2005	54	2300	Não desapropriável
Correia Pinto	Faz. S. Roque/Acamp. em Águas Sulfurosas	19/10/2005	80	1224	Em desapropriação
Doutor Pedrinho/ José Boiteux/ Vítor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/La Klaño/B. Norte	24/1/2005	80	37108	Litígio
Ireneópolis	Fazenda da Família Rocha	13/7/2005	300	1200	Sem informação
Paial/ Arvoredo/ Seara	T. I. Kaingang Toldo Pinhal	12/9/2005	50	4800	Não desapropriável
Palhoça	T. I. Guarani Morro dos Cavalos	14/7/2005	30	1998	Não desapropriável
Passos Maia	Acampamento Os Quarenta	27/6/2005	8	194	Sem informação
Saudades/ Cunha Porã	T. I. Guarani do Araçá	1/4/2005	30	2721	Não desapropriável
Subtotal:		14	936	73464	
São Paulo					
Agudos/ Iaras	Fazenda Globo	22/9/2005	200	1089	Litígio
Álvares Machado	Acamp. Zumbi dos Palmares/Rod. Abílio Natari	29/1/2005			Litígio
Álvares Machado	Acamp. Zumbi dos Palmares/Rod. Abílio Natari	1/2/2005	70		Litígio
Andradina	Faz. S. Sebastião/Assent. Belo Monte	23/11/2005	85	900	Desapropriada
Andradina/ Castilho	Acamp. União da Vitória III/Faz. Arizona	5/12/2005	51	726	Litígio
Andradina/ Pereira Barreto	Acamp. ao lado da Fazenda Macaé	16/11/2005	68		Em desapropriação
Batatais	Acamp. Saete Strozake/Área da Febem	4/1/2005			Litígio
Batatais	Acamp. Saete Strozake/Área da Febem	17/2/2005			Litígio
Batatais	Acamp. Saete Strozake/Área da Febem	24/2/2005	50		Litígio

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Birigüi/ Brejo Alegre/ Glicério	Assentamento São José I	17/3/2005	60	5000	Desapropriação Suspensa
Buri	Fazenda Santa Fé	30/11/2005	100		Litígio
Capivari	Quilombo Capivari/Sítio Santa Rita	6/12/2005	1		Não desapropriável
Castilho	Acamp. Nova Canaã/Faz. Cafeeira	17/11/2005	86		Litígio
Eldorado	Quilombo do Ivaporunduva/Ribeira do Iguape	6/12/2005	60		Não desapropriável
Itaberá	Fazenda Cambará	14/4/2005	50	1100	Sem informação
Itanhaém	Aldeia Rio Branco/Guarani/Calvi	5/3/2005	17		Não desapropriável
Itapura	Faz. Lagoão/Tapir	30/6/2005	250		Desapropriada
Itapura	Faz. Progresso/Assent. Roseli Nunes	3/4/2005	150		Litígio
Itatiba	Quilombo Brotas	6/12/2005	32		Não desapropriável
Limeira	Granja Malavazi/Acamp. Milton Santos	1/12/2005	350	230	Litígio
Martinópolis	Faz. Saza/Acamp. Vitória	15/9/2005		7500	Sem informação
Mirante do Paranapanema	Assentamento São Bento	14/1/2005	68	3864	Desapropriada
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	16/7/2005	40	900	Litígio
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Luzia	2/2/2005	60	1257	Litígio
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Rita	9/8/2005			Litígio
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Rita	17/8/2005	850	13000	Litígio
Paraguaçu Paulista	Fazenda do Horto Florestal	18/5/2005	240	2000	Litígio
Peruibe	Aldeia Piaçaguera/Guarani	14/7/2005	15		Não desapropriável
Presidente Epitácio	Faz. Lagoinha/Reserva Florestal da Lagoa	12/8/2005	48	915	Litígio
Presidente Epitácio	Fazenda Tupiconã	7/3/2005	70	2013	Litígio
Presidente Venceslau	Fazenda São Camilo	3/2/2005	40	665	Em desapropriação
Presidente Venceslau	Fazenda São Francisco	1/4/2005	6		Sem informação
Rancharia	Fazenda do Aprumado	19/8/2005	50	487	Litígio
Sabino/ Guaiçara	Faz. Independência/Acamp. Simon Bolívar	27/12/2005	400	5000	Litígio
Salto de Pirapora	Quilombo Piraporinha	6/12/2005	50		Não desapropriável
Sandovalina	Fazenda Ipezal	26/9/2005	300	800	Litígio
Santo Anastácio	Fazenda Estância Brasília	26/2/2005			Litígio
Santo Anastácio	Fazenda Estância Brasília	8/3/2005	146	585	Litígio
Santo Antônio do Aracanguá	Acamp. às Margens da SP-463/Eliezer Montenegro	12/7/2005	170		
São Paulo	T.I. Tekoa Pyau/Jaraguá/Guarani	10/10/2005	86		Não desapropriável
São Vicente	Parque Est. Xixová Japui/Guarani	10/8/2005	20		Litígio
Sete Barras	Parque Estadual Intervales	26/3/2005	24		Não desapropriável
Teodoro Sampaio	Fazenda Curumirim	6/6/2005	10	495	Litígio
Teodoro Sampaio	Fazenda Santo Expedito	3/2/2005	120	661	Litígio
Tremembé	Assentamento Conquista	5/6/2005	95	1321	Desapropriada
Tremembé	Fazenda Corumirim/Camburi	9/3/2005			Em desapropriação
Tremembé	Fazenda Corumirim/Camburi	16/6/2005			Litígio
Tremembé	Fazenda Corumirim/Camburi	28/6/2005	60	758	Em desapropriação
Tremembé	Fazenda São José	26/2/2005	40		Em desapropriação
Ubatuba	Comunidade Quilombola Caçandoca	20/5/2005	60	890	Não desapropriável
Subtotal:		50	4748	52156	
Tocantins					
	Fazenda Umuarama	1/1/2005			Sem informação
Abreulândia/ Araguacema	Assent. Baronesa/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	43	1452	Litígio
Araguacema	Assent. Muraquitã/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	117		Litígio
Araguacema	Assent. Nova Esperança/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	15		Litígio
Araguacema	Assent. Sta. Clara II/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	11		Litígio
Araguacema	Assent. Sta. Clara/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	226	12136	Desapropriada
Araguacema	Assent. Tarumã/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	241		Litígio
Araguaina/ Babaçulândia/ Filadélfia	Faz. Boa Esperança/Itapira/Água Viva	8/1/2005	68		Litígio
Babaçulândia	Faz. Pe. Cícero/Ágios Vassilis/Acamp. São Domingos	5/3/2005			Grilada

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistola-gem	Violência contra a pessoa
			60								
		100									
			86				1				
							60				
			50								
							17				
250			150								
								32			
		350									
		200									
			40				68	68			
		60									
			850							850	Intimidação
		850									
			240								
							15				
			48								
			70								
			40								
											Prisão
			50								
		400									
							50				
			300								
		70									
			120								
		170									
								86			Morte em consequência
			20								
			24				24				
			10								
		120									
							95	95			
		60									
		60									
			60								
			40								
			44								
250	50	2651	2650	0	0	0	533	163	0	850	
Tocantins											
24				24						24	
								43			
								117			
								15			
								11			
								226			
								241			
		68		68	68	68					
		26					26				

Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Situação Jurídica
Babaçulândia	Faz. Pe. Cícero/Ágios Vassilis/Acamp. São Domingos	18/12/2005	26	1365	Grilada
Babaçulândia	Fazenda Bem Estar	29/5/2005	8	1020	Sem informação
Caseara	Assent Caiapó/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	17		Litígio
Caseara	Assent. Araguaia/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	58		Litígio
Caseara	Assent. Barroca/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	70		Litígio
Caseara	Assent. Buritana/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	32		Litígio
Caseara	Assent. Califórnia/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	68		Litígio
Caseara	Assent. Escondido/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	15		Litígio
Caseara	Assent. Inajá/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	20		Litígio
Caseara	Assent. União 2/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	25		
Chapada de Areia	Assent. Astra/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	15		Litígio
Couto de Magalhães	Faz. Ouro Branco/Acamp. Fortaleza do Araguaia	15/12/2005	123		Litígio
Cristalândia/ Lagoa da Confusão	T. I. Mata Alagada/Loroty/Faz. Planeta/Krahó Kanela	26/6/2005	10		Litígio
Darcinópolis	Fazenda Doneliza	14/4/2005	1		Não desapropriável
Divinópolis do Tocantins	Assent. Caiapozinho/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	17		Litígio
Divinópolis do Tocantins	Assent. Consolação/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	49		Litígio
Divinópolis do Tocantins	Assent. Palmeirinha/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	25		Litígio
Divinópolis do Tocantins	Assent. Piedade/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	32		Litígio
Divinópolis do Tocantins	Assent. Rio Prata/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	57		Litígio
Divinópolis do Tocantins	Assent. Sta. Adélia/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	59	2391	Litígio
Divinópolis do Tocantins	Assent. Toledo I/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	35		Litígio
Dois Irmãos do Tocantins	Assent. Estrela D'Alva/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	30		Litígio
Formoso do Araguaia	Área da Coperformoso/Pedra Branca	13/10/2005	40	1300	Sem informação
Formoso do Araguaia	Área da Coperjava	13/10/2005	20	400	Litígio
Formoso do Araguaia	Fazenda Calumbi	16/12/2005	45	1300	Sem informação
Formoso do Araguaia/ Cristalândia/ Piúm	T. I. Iñawébohona/Aldeia Boto Velho/Javaé	10/8/2005	20		Não desapropriável
Luzinópolis/ Lagoa da Confusão/ Nazaré	Comunidade Ilha do Formoso	1/12/2005	70		Sem informação
Marianópolis do Tocantins	Assent. Manchete/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	370		Litígio
Nova Olinda	Assentamento Remansão/Ilha II	24/2/2005	43		Não desapropriável
Novo Acordo	Faz. Funil/Bernaldina	10/9/2005			Indefinida
Novo Acordo	Faz. Funil/Bernaldina	16/9/2005	13	3000	Indefinida
Palmas	Assentamento Entre Rios	19/8/2005	105		Não desapropriável
Piúm	Assent. Barranco do Mundo/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	70		Litígio
Piúm	Assent. Toledo II/APA Ilha do Bananal/Cantão	13/4/2005	30		Litígio
Porto Nacional	Fazenda Jacutinga	24/8/2005	26	801	
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Muricizal	24/2/2005	29	9239	Litígio
Tocantínia	Aldeias Aldeinha e Porteira/Índios Xerente	11/4/2005	120		Litígio
Tocantinópolis	Aldeia Mariazinha/Apianjé	5/8/2005	227		Não desapropriável
Subtotal:		47	2741	34404	
Total:		777	89110	11047530	

Famílias Expulsas	Am. de Expulsão	Despejadas	Am. de Despejo	Casas Destruídas	Roças Destruídas	Bens Destruídos	Ausência de Pol. Púb.	Má Gestão Pol. Púb.	Indígena	Pistola-gem	Violência contra a pessoa
				26		26				26	
20											Intimidação
									17		
									58		
									70		
									32		
									68		
									15		
									20		
									25		
									15		
			123								
							10				
		1				1					
									17		
									49		
									25		
									32		
									57		
									59		
									35		
									30		
			40								
		20		20		20					
		45		45	45	45					Intimidação
							20	20			
70				70		70					70 Intimidação
									370		
43											
	5					5					
		13		13	13	13	13				
		11									
									70		
									30		
	26		26					26			
										29	
								120			Omissão/Convivência
								227			
157	31	184	189	266	131	243	442	1767	0	149	
4366	15151	25618	22187	2189	2967	5719	23571	718225404	16995		

Ocupações de terras - 2000 - 2005: Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra

Anderson Antonio da Silva

Coordenador de Projetos do NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, do Departamento de Geografia da UNESP - Universidade Estadual Paulista. Colaborador do Setor de Documentação da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra - CPT

Bernardo Mançano Fernandes

Professor dos cursos de graduação e Pós - Graduação em Geografia da FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente. Assessor do Setor de Documentação da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino- Americano de Ciências Sociais - CLACSO e-mail: nera@prudente.unesp.br

1. Introdução

O aumento do número de ocupações registradas pelo Conflitos no Campo Brasil, nos últimos três anos, evidencia a permanência dessa ação exercida pelos movimentos socioterritoriais, como forma de pressão para a implantação de assentamentos rurais. Comparados com os três anos da primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, os números de ocupações e de famílias demonstram a tendência de crescimento. Em 2004 foi registrado o terceiro maior número de famílias em ocupações das últimas duas décadas. Em 2005, a diminuição do número de famílias está diretamente relacionada com a política de regularização fundiária do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em detrimento das metas estabelecidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária - II PNRA.

A ocupação constitui a forma mais importante de acesso à terra (FERNANDES, 2001). Seja pela implantação de novos assentamentos, seja pela pressão que representa na realização de políticas de regularização fundiária. A ocupação é uma forma de luta pela terra que continua atual e essencial para minimizar a intensificação da concentração fundiária e para promover a reforma agrária. Essa questão ainda é pouco estudada porque muitos pesquisadores partem do pressuposto que os assentamentos são resultado de projetos de reforma agrária e não das ocupações de terra. Para melhor compreender a ocupação analisamos a espacialização da luta pela terra, compreendida pelo processo de produção e criação de espaços de luta e resistência. A territorialização dos movimentos camponeses, na conquista de assentamentos, é processo indubitável da espacialização da luta pela terra. Espaço, território e movimentos socioterritoriais são conceitos fundamentais para análise dessa realidade.

Neste artigo, analisamos esse processo, tomando como referência o conceito de movimento socioterritorial¹, que são os sujeitos de ação. Optamos por esse método de análise para conhecer melhor a participação dos movimentos camponeses na luta pela terra. Embora o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra seja o principal protagonista das ocupações de terra, existem dezenas de outros movimentos que são pouco conhecidos. O ano de 2000 é escolhido como o ponto de partida da série de dados analisada, visto que é a partir deste ano que a CPT começou a publicar os movimentos que realizam ocupações de terra.

1. FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Observatorio social de America Latina (Ed. Impresa), Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.

A partir do estabelecimento de parâmetros de comparação sobre o aumento do número de ocupações no governo Lula e nas duas gestões do governo FHC, analisamos os dados do Conflitos no Campo dos anos 2000 a 2005. Com base nessas informações realizamos as classificações por Estados, e macrorregiões dos movimentos socioterritoriais, procurando compreender sua participação no processo de espacialização da luta pela terra.

2. Intensificação do número de ocupações nos últimos seis anos

O número de ocupações organizadas no atual governo aumentou em 67% (1.289) em relação às (771) registradas nos últimos três anos do governo FHC. No ano de 2004, (ver gráfico 1) tivemos um dos maiores índices de ocupações e de famílias em ocupações dos últimos seis anos. Em 2005, também tivemos o registro de cinco novos movimentos socioterritoriais: Ampa, FST, MCNT, OAC e Tupã 3E.

Do total das ações realizadas em ambos os governos (2.060) o MST, foi responsável pela organização de mais da metade das ocupações 54%, (1.104). Na tabela 1, pode - se verificar qual foi a participação de outros movimentos socioterritoriais. Comparativamente o número de ocupações realizadas em média por mês, durante o segundo mandato do governo FHC, foi de 21 ocupações, e no governo Lula de 36. Calculada por dia, a média de ocupações no governo FHC foi de 0,7 e no governo Lula de 1,2 ocupações.

Após entrar em processo de refluxo entre os anos de 2000 a 2002, por causa da medida provisória que criminalizava as ocupações de terra, em 2003, primeiro ano do governo Lula, o número de ocupações voltou a crescer. Neste ano, os movimentos socioterritoriais triplicaram o número de famílias organizadas em ocupações (ver gráfico 2). Ainda neste ano foi apresentado o II PNRA com meta de assentar 400

mil famílias, até 2006, com média de 100 mil famílias por ano.

Em 2003, o governo Lula assentou 35.623 famílias, sendo 8.521 (24%) em terras desapropriadas ou compradas e 27.102 (76%) em lotes de assentamentos já existentes. Em 2004, o governo Lula assentou 81.160 famílias, sendo 25.975 (32%) famílias em terras desapropriadas ou compradas e 55.185 (68%) em lotes de assentamentos já existentes. Em 2005, o governo Lula assentou 127.506 famílias, sendo 26.591 (21%) em terras desapropriadas ou compradas e 31.373 (24%) em lotes de assentamentos já existentes, 49.203 (39%) em assentamentos realizados em terras públicas e 19.979 (16%) em assentamentos já existentes em terras públicas.

De 2003 a 2005, foram assentadas 244.289 famílias, numa média de 81.430 famílias por ano. Esse resultado é bem melhor que a média de 65.548 mil famílias assentadas por ano no governo FHC. Todavia, não podemos contar apenas as famílias assentadas, é preciso contar as propriedades desapropriadas. E nesse ponto, o governo Lula está sendo um enorme retrocesso. Nos três anos de governo, apenas 61.087 (25%) das famílias foram assentadas em terras desapropriadas. Estamos observando uma nova arte na política de reforma agrária para atender as metas: o processo de autofagia. Ou seja, 183.202 famílias foram assentadas em assentamentos já existentes ou em assentamentos implantados em terras públicas ou em assentamentos já existentes e em terras públicas. A reforma agrária do governo Lula diminuiu o poder de minimização da rapidez da concentração da terra. A precarização da política de reforma agrária e das políticas agrícolas, que é marca de todos os governos, está expulsando famílias assentadas. No lugar das famílias assentadas excluídas, são assentadas outras famílias. O problema não se resolve em si, se reproduz em si.

Essa artimanha se refletiu no processo de espacialização da luta pela terra. Em 2005, o número de

famílias em ocupações sofre uma diminuição de 26% em relação a 2004, caindo de 73.657 para 54.427 famílias. Esta diminuição do número de ocupações, também está associada à diminuição de 26% do número de famílias acampadas que no ano de 2004 eram de 21.778 e em 2005 de 16.207 famílias. O governo Lula tem priorizado a regularização fundiária e criação de assentamentos na região Norte. O MST realiza o maior número de ocupações de terra e concentra suas ações principalmente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, onde o governo tem criado o menor número de assentamentos novos. Ao não criar novos assentamentos nestas regiões, o governo tem desestimulado as famílias acampadas e desafiado os movimentos socioterritoriais a continuarem a intensificar a realização das ocupações de terras.

No período de 2000 - 2005, os dois municípios brasileiros com maior número de ocupações foram Teodoro Sampaio, no Estado de São Paulo, com 20 ocupações e 4.009 famílias e Bonito no Estado de Pernambuco, com 19 ocupações e 2.216 famílias. Com relação ao Estado de São Paulo esse resultado comprova o oposto da tese defendida por alguns políticos e pesquisadores de que o problema agrário estaria resolvido, sobretudo pelo secular processo de desentranhamento da grilagem de terras devolutas do Pontal do Paranapanema.

3. Movimentos Socioterritoriais no Brasil - 2000 - 2005

Os movimentos socioterritoriais realizaram 2.060 ocupações com 309.484 famílias no período de 2000 a 2005, tabela 1. Desse total, 58,5% ou 180.936 famílias realizaram ocupações nas regiões Nordeste (38,3%) e Sudeste (20,2%). A Região Centro - Oeste participou com 19,1% das famílias, a região Sul com 13,3 e, por último, a região com Norte 12,3%.

Ainda com base na tabela 1, pode ser verificada a intensidade da espacialização de cada movimento socioterritorial na luta pela terra. Estiveram presentes na organização de famílias em ocupações, entre os anos de 2000 a 2005, com maior intensidade entre outros, cinco movimentos socioterritoriais: MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, OLC - Organização da Luta no Campo, CUT - Central Única dos Trabalhadores, MAST - Movimento dos Agricultores Sem Terra e MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra.

Entre estes movimentos destacamos o MST, responsável pela organização de 211.508 famílias em ocupações, realizando o correspondente a 68,3% das ocupações de terra. Em segundo lugar, a Contag organizou 26.388 famílias, o que representa 8,5%. Em terceiro lugar, com 2,4%, a OLC, com (7.556 famílias), em quarto lugar com 1,7% a CUT, com (5.183 famílias), em quinto lugar com 0,6% e (1.826 famílias) o MAST, e em sexto lugar com 1,6% das famílias (4.976) o MLST.

Tivemos ainda no universo da análise, (25.622 famílias) ou 8,3% de ocupações realizadas em movimentos socioterritoriais que não foram informados² e 26.425 ou 8,5% na categoria outros, que é a soma de todos os movimentos socioterritoriais que realizaram menos de dezoito ocupações no período, conforme também pode ser visualizado na tabela 1.

Analisando esta mesma realidade por Estado, verificamos alta concentração do número de famílias em ocupações em cinco unidades federativas: Pernambuco, São Paulo, Pará, Bahia e Goiás. Juntos estes Estados reúnem 155.487 famílias, valor que correspondente a 50,2% do total de famílias em ocupações contabilizadas no período.

2. Nesta categoria insere-se a CPT. A CPT é uma pastoral ligada às Igrejas que dá apoio aos trabalhadores e suas reivindicações, não um movimento social. Em alguns Estados, sobretudo, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e nos últimos anos, Mato Grosso, os sem-terra, por diferentes motivos, não querem se vincular a nenhum dos movimentos existentes e, por contarem com o apoio da CPT, se autodenominam como CPT. Suas ocupações são registradas, na categoria organização, como CPT. De 2000 a 2005, constam como ocupações da CPT, o número de 100. Em 2005, são 17.

Deste total, participaram cada uma das unidades federativas com os seguintes percentuais: Pernambuco 18,9% (58.523 famílias), São Paulo 10,1% (31.320 famílias), Pará 7,2% (22.163 famílias), Bahia 7% (21.807 famílias) e Goiás 7% (21.674 famílias). Com base na tabela 1, inferimos que em Pernambuco, o MST foi responsável por 64,4% (37.667 famílias), em São Paulo por 79,4% (24.858), no Pará por 32,6% (7.220 famílias), na Bahia, 87,4% (19.066

famílias) e em Goiás por 75,4% (16.343 famílias) respectivamente.

Em resumo, os Estados de Pernambuco e São Paulo são as unidades federativas com registro de maior número de famílias em ocupações. A participação destes Estados no número total de ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais, confere às regiões Nordeste e Sudeste o status das duas macrorregiões brasileiras com maior número de famílias em ocupações.

TABELA 2 - BRASIL - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS POR ESTADO E MACRORREGIÕES - 2005

REGIÃO/UF	1º		2º		3º		4º		5º		6º		OUTROS*		N.I.*		TOTAL	
	MST		CONTAG		MLST		MTL		OLC		FETRAF		OCUPA	FAM	OCUPA	FAM	OCUPA	FAM
NORTE	4	555	37	4.776	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1.800	4	240	51	7.371
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	70	-	-	-	70
PA	2	500	36	4.721	-	-	-	-	-	-	-	2	1.300	-	-	-	40	6.521
RO	2	55	1	55	-	-	-	-	-	-	-	3	430	4	240	10	780	
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	120	15.735	29	1.234	9	960	3	116	5	543	3	295	7	646	12	591	188	20.120
AL	14	1.968	-	-	9	960	3	116	-	-	-	-	-	-	3	190	29	3.232
BA	42	5.820	6	365	-	-	-	-	-	-	-	-	3	256	1	40	52	6.481
CE	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100
MA	1	300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	88	3	388
PB	6	724	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	143	10	867
PE	52	5.615	23	869	-	-	-	-	5	543	3	295	3	320	2	130	88	7.772
PI	3	810	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	70	-	-	4	880
RN	1	400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	400
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. OESTE	20	5.860	3	700	-	-	1	150	-	-	1	80	2	158	23	2.050	50	8.998
DF	3	610	-	-	-	-	-	-	-	-	1	80	-	-	-	-	4	690
GO	14	4.090	3	700	-	-	1	150	-	-	-	-	-	-	2	150	20	5.090
MS	1	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	158	13	960	16	1.618
MT	2	560	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	940	10	1.600
SUDESTE	73	8.572	2	198	-	-	2	122	-	-	-	-	11	526	2	123	90	9.541
ES	4	385	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	80	5	465
MG	15	1.921	1	18	-	-	2	122	-	-	-	-	7	340	1	43	26	2.444
RJ	4	410	1	180	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	6	690
SP	50	5.856	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	86	-	-	53	5.942
SUL	37	6.338	3	240	-	-	-	-	-	-	-	-	10	1.501	8	318	58	8.397
PR	22	3.971	3	240	-	-	-	-	-	-	-	-	7	619	4	185	36	5.015
RS	8	1.481	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	882	1	42	12	2.405
SC	7	886	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	91	10	977
BRASIL	254	37.060	74	7.148	9	960	6	388	5	543	4	375	36	4.631	49	3.322	437	54.427

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional, 2005. Organização - Anderson Antonio da Silva - NERA.
 *N.I. - Não Informado - correspondente ao registro de ações onde não foi possível identificar o nome do movimento socioterritorial.
 **Outros - soma de todos os movimentos socioterritoriais que realizaram menos de 4 ocupações no ano de 2005. Ver Quadro 1 - Movimentos socioterritoriais - 2000 - 2005.

4. Movimentos Socioterritoriais no Brasil - 2005

A partir da análise da espacialização dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra, apenas no ano de 2005, temos a seguinte realidade. Foram realizadas 437 ocupações de terra com 54.427 famílias, como pode ser verificado na tabela 2. Deste total de famílias em ocupações mais da metade, 54,4% das famílias (29.661), estão nas regiões Nordeste (37%) e Sudeste (17,5%). A

região Centro-Oeste participou com 16,5% das famílias (8.998), a região Sul com 15,4% (8.397) e a região Norte com 13,5% das famílias (7.371).

Comparativamente as macrorregiões brasileiras com maior registro de famílias em ocupações seguem a mesma tendência do período 2000 a 2005. Com base na tabela 2, podemos observar quais foram os seis movimentos socioterritoriais que participaram do processo de espacialização da luta pela terra no ano de 2005. Estive-

ram presentes na organização de famílias em ocupações no ano de 2005 os seguintes movimentos socioterritoriais: MST, Contag, MLST, MTL - Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, OLC e Fetraf - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

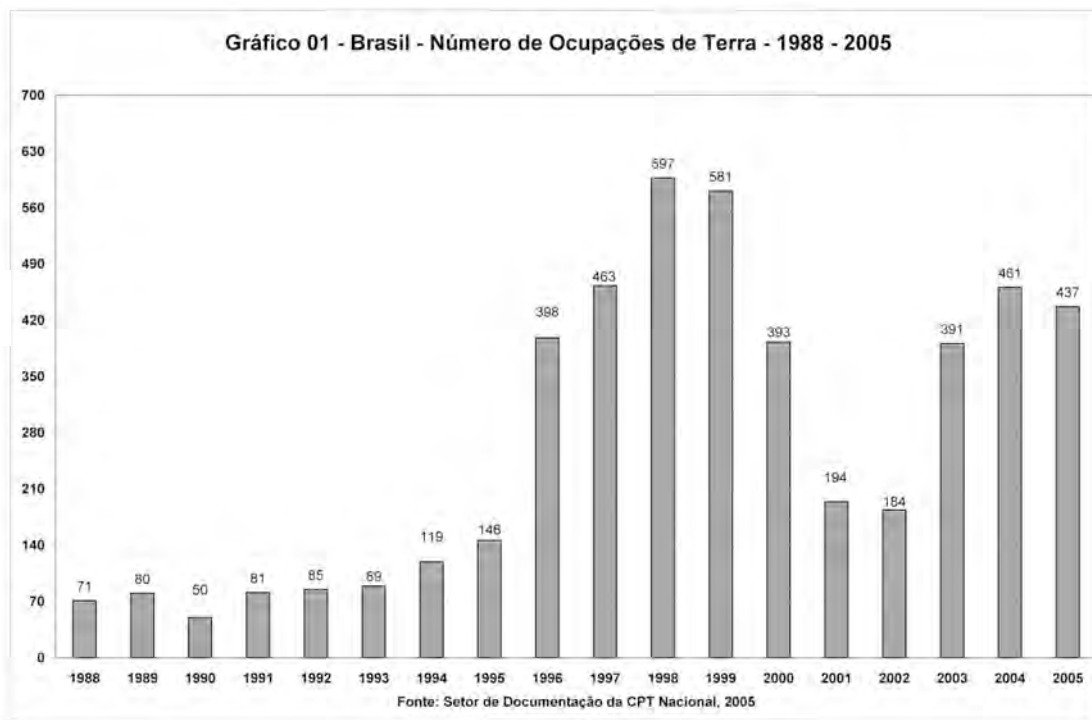
Desta relação de movimentos o MST é responsável pela organização de (37.060 famílias) em ocupações, o que corresponde a 68,1%. Em segundo lugar, com 13,1% das famílias (7.148) temos a Contag. O MLST com 1,8 das famílias (960) ocupa a terceira posição, o MTL com 0,7% das famílias (388) a quarta posição, a OLC com 1% das famílias (543) a quinta posição e a Fetraf, com 0,7% (375) famílias a sexta posição.

No universo da análise também foram contabilizadas cerca de 3.322 famílias ou 6,1% de movimentos socioterritoriais não informados e 4.631 famílias ou 8,5% na categoria outros, composta pela soma dos movimentos socioterritoriais que realizaram menos de três ocupações de terras durante o ano de 2005, conforme pode ser verificado na tabela 2.

Quando analisamos esta mesma realidade por Estado, observamos alta concentração do número de famílias em ocupações em cinco unidades federativas: Pernambuco com 14,3% das famílias ocupantes, Pará com 12%, Bahia com 11,9%, São Paulo com 10,9% e Goiás com 9,4%. Somadas, estas cinco unidades da Federação são responsáveis por 58,4% das ocupações realizadas no Brasil durante o ano de 2005.

Em linhas gerais no ano de 2005, Pernambuco, e empatados Bahia e Pará foram os Estados com o maior número de famílias em ocupações. Somados, estes três Estados são responsáveis por 38,2% das ocupações registradas em todo o País.

A partir das tabelas 1 e 2 e gráficos 1 e 2 é possível ter uma panorâmica da correlação das diferentes formas de organização e áreas de atuação dos movimentos socioterritoriais. Atualmente o número de movimentos socioterritoriais que ocupam terra tem aumentado ano a ano. Neste sentido, entre os anos de 2000 a 2005, foram registradas as atuações de 63 movimentos socioterritoriais no Brasil, como pode ser visualizado nos quadros 1 e 2.



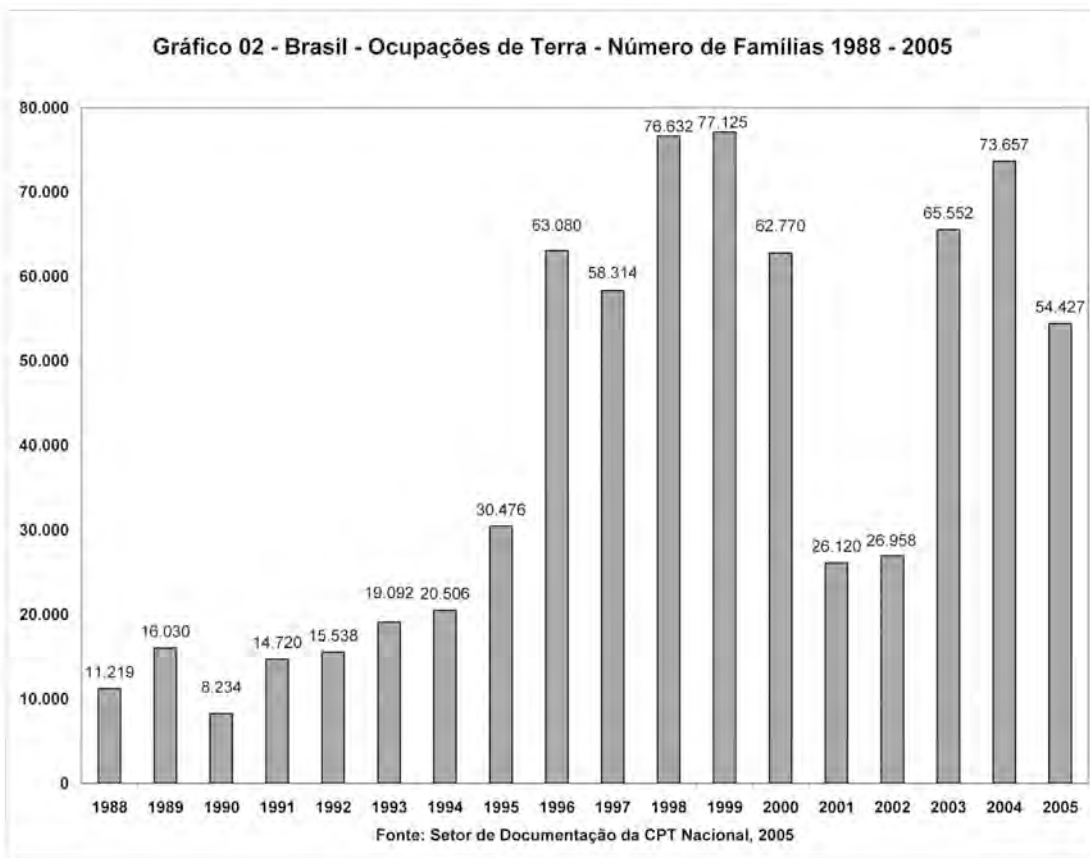


TABELA 2 - BRASIL - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS POR ESTADO E MACROREGIÕES - 2005

REGIÃO/UF	1º		2º		3º		4º		5º		6º		OUTROS*		N.I.*		TOTAL		
	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	
NORTE	4	555	37	4.776	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1.800	4	240	51	7.371	
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PA	2	500	36	4.721	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1.300	-	-	40	6.521	
RO	2	55	1	55	-	-	-	-	-	-	-	-	3	430	4	240	10	780	
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
NORDESTE	120	15.735	29	1.234	9	960	3	116	5	543	3	295	7	646	12	591	188	20.120	
AL	14	1.968	-	-	9	960	3	116	-	-	-	-	-	-	3	190	29	3.232	
BA	42	5.820	6	365	-	-	-	-	-	-	-	-	3	256	1	40	52	6.481	
CE	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	
MA	1	300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	88	3	388	
PB	6	724	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	143	10	987	
PE	52	5.615	23	869	-	-	-	-	5	543	3	295	3	320	2	130	88	7.772	
PI	3	810	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	70	-	-	4	880	
RN	1	400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	400	
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
C. OESTE	20	5.860	3	700	-	-	1	150	-	-	-	1	80	2	158	23	2.050	50	8.998
DF	3	610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	80	-	-	-	-	4	690
GO	14	4.090	3	700	-	-	1	150	-	-	-	-	-	-	2	150	20	5.090	
MS	1	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	158	13	960	16	1.618	
MT	2	860	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	940	10	1.600	
SUDESTE	73	8.572	2	198	-	-	2	122	-	-	-	-	11	526	2	123	90	9.541	
ES	4	385	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	80	5	465	
MG	15	1.921	1	18	-	-	2	122	-	-	-	-	7	340	1	43	26	2.444	
RJ	4	410	1	180	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	6	690	
SP	50	5.856	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	86	-	-	53	5.942	
SUL	37	6.338	3	240	-	-	-	-	-	-	-	-	10	1.501	8	318	58	8.397	
PR	22	3.971	3	240	-	-	-	-	-	-	-	-	7	619	4	185	36	5.015	
RS	8	1.481	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	882	1	42	12	2.405	
SC	7	886	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	91	10	977	
BRASIL	254	37.060	74	7.148	9	960	6	388	5	543	4	375	36	4.631	49	3.322	437	54.427	

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional, 2005. Organização - Anderson Antonio da Silva - NERA

*N.I. - Não Informado - correspondente ao registro de ações onde não foi possível identificar o nome do movimento socioterritorial

**Outros - soma de todos os movimentos socioterritoriais que realizaram menos de 4 ocupações no ano de 2005. Ver Quadro 1 - Movimentos socioterritoriais - 2000 - 2005

Quadro 1
Brasil — Número e nome de movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações por ano no período 2000 - 2005

2000 17 movimentos socioterritoriais
ANTEP, CONTAG, COOTERRA, CUT, FAF, LOC, MBUQT, MLST, MLT, MST, MT, MTB, MTR, MTRST, MTRSTB, MTRUB, UNIÃO FORÇA E TERRA
2001 14 movimentos socioterritoriais
ACUTRMU, ASA, ATUVA, CONTAG, CUT, LOC, MAB, MLST, MLSTL, MLT, MSLTL, MSST, MST, MT
2002 14 movimentos socioterritoriais
CCL, CETA, CLST, CONTAG, LOC, LCPNM, LOC, MAB, MAST, MCC, MLT, MST, MSTR, USST
2003 25 movimentos socioterritoriais
ASPROJA, CETA, CONTAG, CUT, FERAESP, FETRAF, GRUPO XAMBRE, LCPCO, LCPNM, MAB, MAST, MLST, MLTRST, MSO, MSST, MST, MTAAMT, MTB, MTBST, MTL, MTR, OLC, SINPRA, STL, UAPE
2004 25 movimentos socioterritoriais
ACRQBQC, ADT, ARTS, CETA, CONTAG, CUT, FAF, FETRAF, LCPCO, LCPNM, LCPR, MAST, MLST, MLT, MSST, MST, MTB, MTL, MTR, MTRSTP, MTV, MUST, OLC, QUILOMBOLAS, SINTRAF
2005 21 movimentos socioterritoriais
ACRQBQC, AMPA, CETA, CONTAG, FAF, FETRAF, FST, LCPNM, LCPR, MAST, MCNT, MLST, MLT, MPA, MSTR, MTL, MTR, OAC, OLC, QUILOMBOLAS, TUPÃ 3E
Total no período³ = 63 movimentos socioterritoriais

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional, 2005
Organização: Anderson Antonio da Silva

5. Participação dos movimentos socioterritoriais na espacialização da luta pela terra no período 2000 - 2005

Analisando os dados do quadro 1 e da figura 1, e dos mapas de 1 a 6 vemos que há movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações durante todo o período, e movimentos que realizaram ocupações em apenas um destes anos. À relação existente entre o número de movimentos socioterritoriais, e o número de famílias organizadas nestes movimentos num determinado espaço de tempo chamamos de intensidade da espacialização.

O cruzamento das informações do quadro 1 e dos gráficos 1 e 2 nos ajuda a relacionar o

número de ocupações e famílias, com a quantidade de movimentos socioterritoriais que realizaram ações no período correspondente. Estes dados revelam que tanto a política de criminalização dos movimentos socioterritoriais editada pelo governo FHC, como a sua não aplicação prática pelo governo Lula tiveram efeitos. Entre 2000 e 2005, 309.484 famílias em ocupações organizaram-se em 63 movimentos socioterritoriais (ver quadros 1 e 2).

Verificada anualmente, em 2000, do total de ocupações realizadas no período, 20% ou 62.770 famílias, organizaram-se em 17 movimentos socioterritoriais. Em 2001, o equivalente a 8% do período, 26.120 famílias estiveram organizadas em 14 movimentos socioterritoriais. No ano de 2002, 9% ou 26.958 do total de famílias, também estiveram organizadas em 14 movimentos socioterritoriais. Em 2003, 21% equivalente a 65.552 das famílias se organizaram em 25 movimentos socioterritoriais e em 2004, no mesmo número de movimentos socioterritoriais, organizaram-se 24% ou 73.657 das famílias do período. Em 2005, 18% ou 54.427 das famílias do período, estiveram organizadas em 21 movimentos socioterritoriais.

De acordo com a figura 1, o MST e a Contag foram os únicos movimentos a participarem da organização de famílias em ocupações durante os seis anos do período em análise 2000 - 2005. O MST encontra-se espacializado em quase todo território nacional, (23) Estados, a CONTAG, segundo movimento mais espacializado realizou ações em (19) Estados. O MLST, participando da organização de ocupações durante os cinco anos do período, realizou ações em (6) Estados da federação.

A CUT e o Mast organizaram famílias em ocupações nos últimos quatro anos. Embora a CUT se encontre espacializada em todo território nacional, realizou ocupações em apenas quatro

3. Para calcular o total de movimentos socioterritoriais que participaram no período, comparamos ano a ano somente os movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações. Essa comparação não é acumulativa, ou seja, não é realizada a partir da soma do número de movimentos apurados durante o período de 2000 - 2005. Estes movimentos são contabilizados a partir do momento que realizam ocupações, ver quadro 2.

Estados. O Mast desenvolveu ações em dois Estados. Já a OLC, organizou famílias em ocupações durante os três anos do período, em um único Estado.

Com relação à intensidade da participação dos movimentos socioterritoriais, figura 1, em relação ao número de famílias em ocupações organizadas nestes movimentos é possível verificar a partir do processo geográfico da espacialização, quais são os movimentos socioterritoriais mais combativos do ponto de vista do enfretamento político com diferentes escalas de poder.

Fetraf, MLT, MTR e os quilombolas, de acordo com os dados de 2005 ampliaram seus espaços de luta, visto que passaram a realizar ocupações em novos Estados.

Entre 2000 - 2004, Fetraf havia realizado ocupações apenas no Estado do Piauí. Em 2005, realizou ocupações no Distrito Federal e no Estado de Pernambuco. O mesmo acontece com o MLT. Entre 2000 -2004 promoveu ocupações em Minas Gerais, Goiás e Pernambuco. Em 2005, passou a realizar ações no Estado de Alagoas. O MTR que só tinha ações registradas no Estados de Minas

Gerais e Paraná, passou no ano de 2005 a realizar ações no Estado do Mato Grosso do Sul.

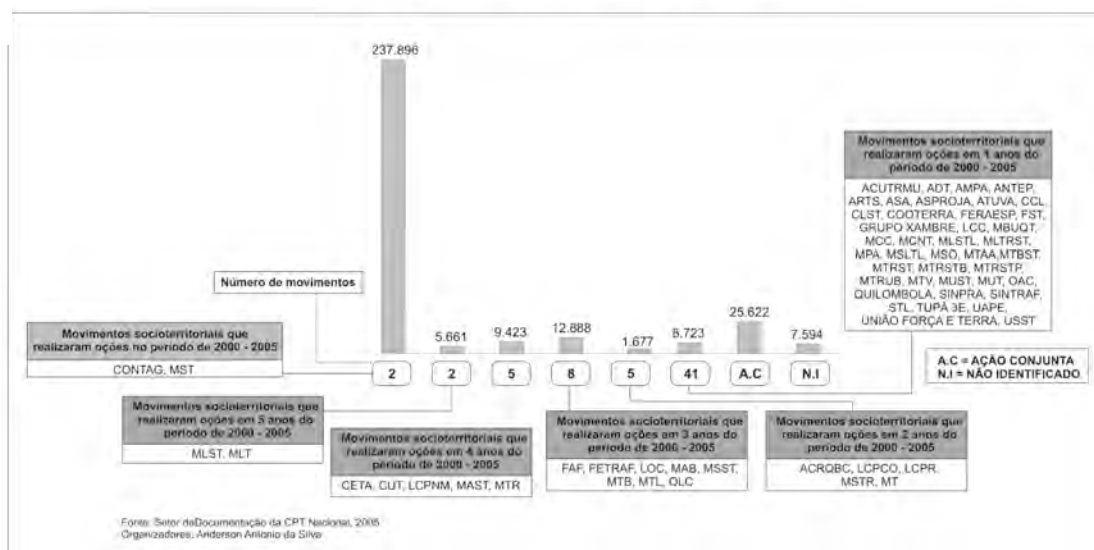
6. Variação do número de ocupações dos seis principais movimentos socioterritoriais nos últimos anos

A partir das informações dos gráficos 4 e 5 analisaremos momentos de intensificação e refluxo das lutas de ocupação de terras dos dois principais movimentos socioterritoriais, MST e CONTAG.

Em 2000, o MST a partir do anúncio da edição da medida provisória pelo governo FHC, mesmo participando de 47% (185) das ocupações realizadas neste ano, vivencia um momento de refluxo em sua luta. O ano de 1999, conforme pode ser observado nos gráficos 1 e 2 é considerado o ano com maior número de ocupações dos últimos 18 anos. Como só a partir de 2000 a CPT passa a publicar o nome dos movimentos que realizam ocupações de terra, não se tem condições de dizer qual foi a participação do MST nas ocupações deste ano.

Em 2001, participando com 42% (194) do total de ocupações realizadas no período, o MST

Figura 1 – Brasil - Intensidade da espacialização dos movimentos socioterritoriais – 2000 – 2005



permanece em refluxo. O mesmo aconteceu em 2002, participando de 53% (98) das ocupações realizadas são os efeitos da medida provisória editada por FHC. Em 2003, sai do refluxo. Na esperança de que o governo petista cumpriria seu compromisso histórico de realizar a reforma agrária participou de 57% (222) das ocupações realizadas.

Em 2004, o MST participando com 57% (263) das ocupações, intensifica sua luta, que se mantém em 2005, com 58% (254) do total de ocupações realizadas.

Analisando-se os dados do gráfico 5, nota-se que os momentos de intensificação e refluxo da luta da Contag são bastante semelhantes aos do MST, com destaque para o ano de 2002, que para a Contag foi de intenso refluxo.

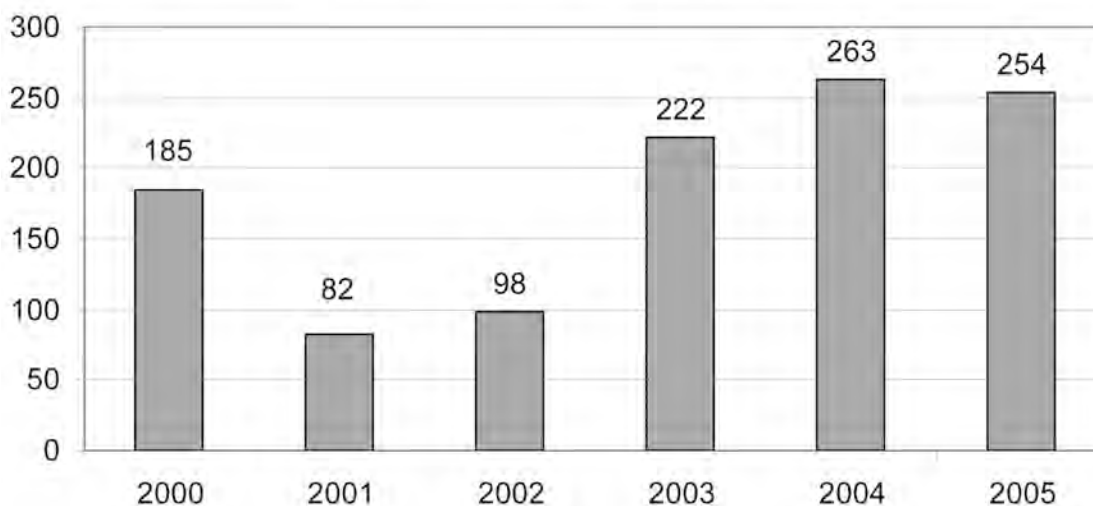
Em 2000, a Contag participou de 20% (78) ocupações. Em 2001, de 27% com (52) ocupações, em 2002 de 3% com (5) ocupações, em 2003 de 7% com (27) ocupações, em 2004 também de 7% com (34) ocupações e em 2005 de 17% com (74) ocupações, ver gráficos 1, 2, 3 e 4.

Com relação aos momentos de intensificação e refluxo das lutas realizadas tanto pelo MST, quanto pela Contag, fica a lição de que seja qual for o governo, bem como seus compromissos históricos com a reforma agrária, a intensificação das ocupações de terra continua a ser a forma mais importante de acesso à terra no Brasil (FERNANDES, 2001).

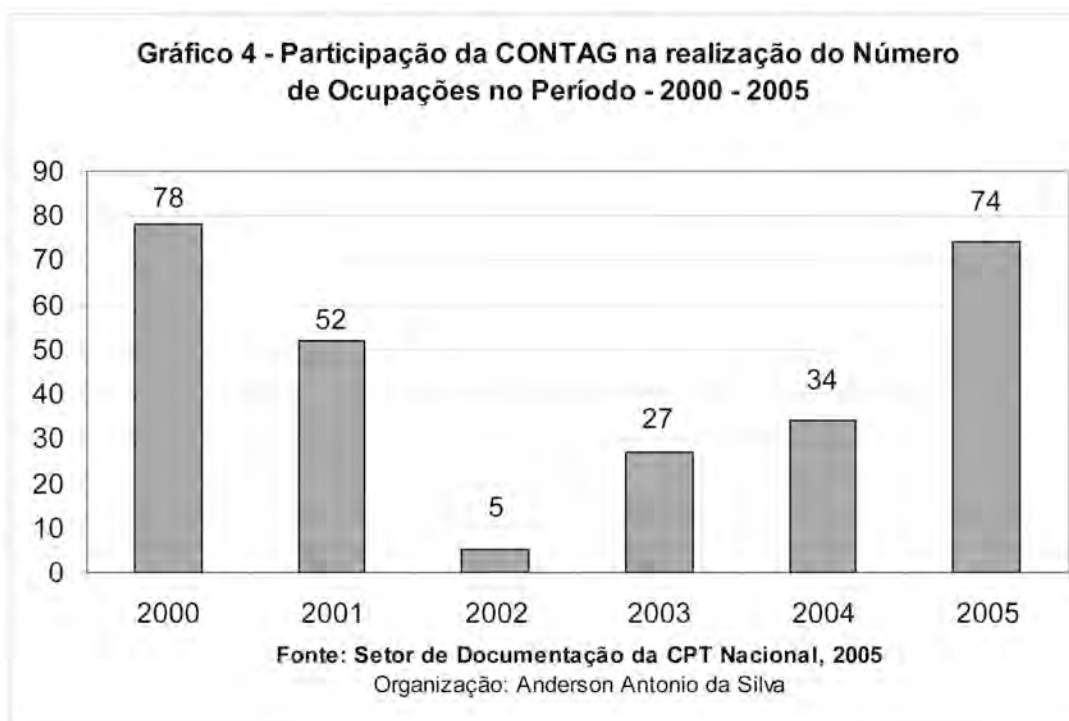
7. Análise dos movimentos socioterritoriais isolados e territorializados

Analisando a pesquisa da Comissão Pastoral da Terra realizada no período 2000 - 2005, reunimos 63 movimentos socioterritoriais atuando em todo o território nacional. Através desses movimentos, 283.862 famílias participaram de 11.762 ocupações. Ainda 25.622 famílias organizaram-se em movimentos que não tiveram seus nomes identificados. Esses, na maior parte, são movimentos isolados e respondem por um número menor de ações. Dos 63 movimentos analisados, 48 são movimentos socioterritoriais isolados, ver tabela 1 e quadro 1.

Gráfico 3 - Participação do MST na realização do Número de Ocupações no Período - 2000 - 2005



Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional, 2005
Organização: Anderson Antonio da Silva



Movimentos isolados são aqueles que atuam somente em um Estado. Os movimentos que atuam em mais de um Estado formam uma rede de negociação com diferentes forças políticas. Quando um movimento realiza ocupações em duas unidades federativas, relacionam-se com distintas forças políticas, expandindo as possibilidades de territorialização.

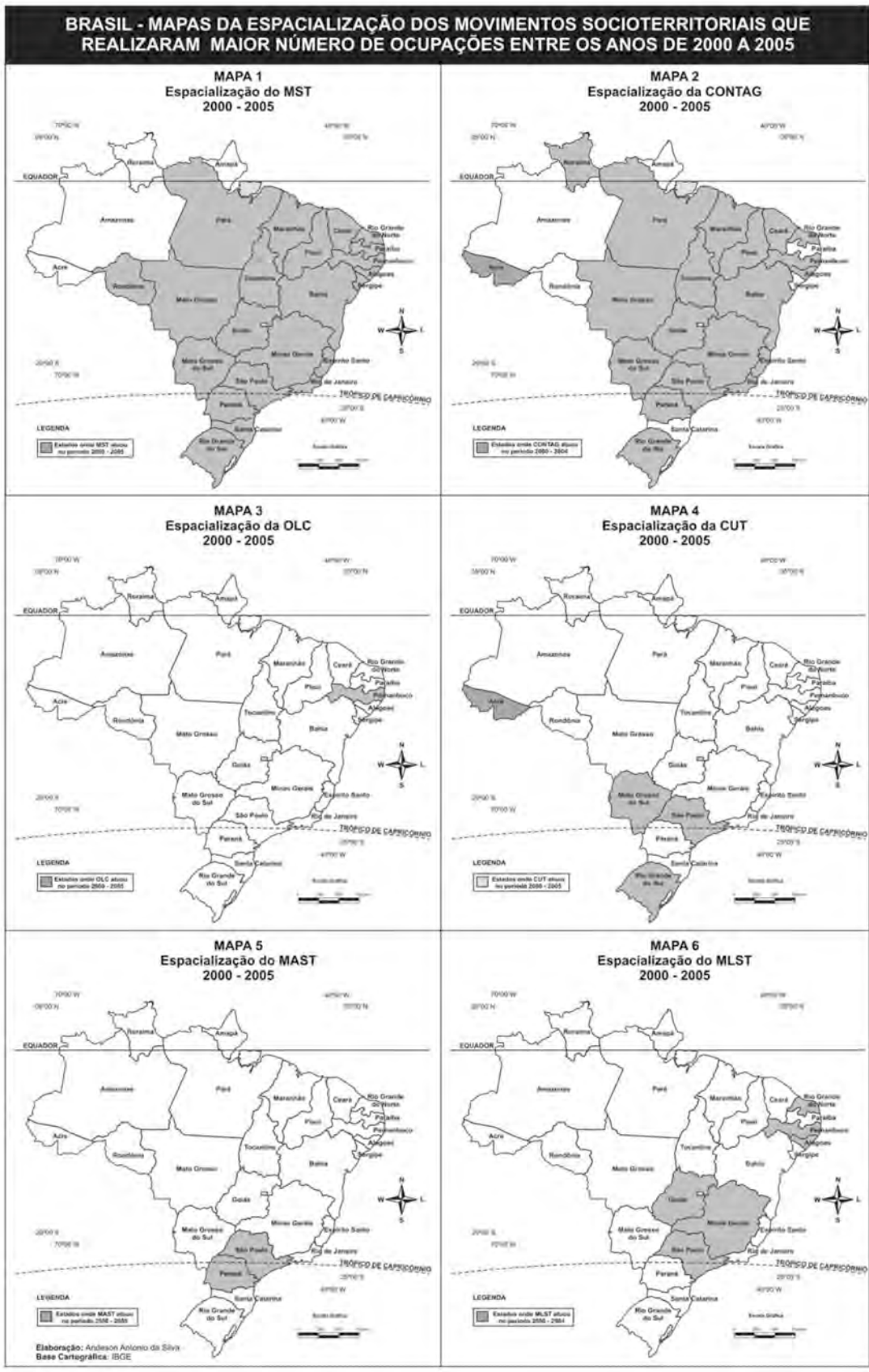
Por exemplo, pode negociar com um governador favorável à reforma agrária e com um governador contrário à reforma agrária. Essa diferença de resultados contribui para o desenvolvimento da luta, pois uma conquista em um Estado expande a possibilidade de resistência em outro. Quando um movimento socioterritorial atua em dois Estados ou mais, inicia uma relação com outras escalas de poder, necessariamente com a capital federal.

Os movimentos territorializados são aqueles que atuam em mais de um Estado e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Quase todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados.

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos constroem espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas de seu desenvolvimento. A partir dos mapas de 1 a 6, bem como da análise da espacialização da luta pela terra no período de 2000 - 2005 é possível observar no território nacional, quais são os movimentos socioterritoriais isolados e os territorializados.

A OLC, por exemplo, durante os anos de (2000 - 2005), foi responsável pela organização do terceiro maior número de famílias em ocupações. Contudo, todas as 7.556 famílias organizadas pelo movimento, o foram unicamente no Estado de Pernambuco.

Este confronto de informações permite observar também que o MAST, apesar de ter organizado um número maior de famílias em ocupações que o MLST, possui uma espacialização menos expressiva, visto que realiza ações em apenas (2) Estados ao passo que o MLST, desenvolve ações em (6), ver tabela 1 e mapas 5 e 6.



Em resumo, o enfoque dado à socioterritorialidade busca romper com leituras de território, em que o mesmo seja utilizado apenas como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade o território é multidimensional.

Para um bom entendimento do conceito de movimentos socioterritoriais é necessário compreen-

dermos o território como totalidade. Assim, rompemos com análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalares, incompletas, e portanto, limitadas. (FERNANDES, 2005). Esse é um desafio que diversas áreas do conhecimento que trabalham com o território e que mesmo muitos geógrafos precisam superar.

Quadro 2 - Brasil – Movimentos Socioterritoriais 2000 – 2005

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	ESTADOS
1º	ACRQBC	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO BREJO DOS CRIoulos	MG
2º	ACUTRMU	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES	MG
3º	ADT	ASSOCIAÇÃO EM DIREITO DA TERRA	GO
4º	AMPA	ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	AP
5º	ANTEP	ASSOCIAÇÃO NAVIRAIENSE TERRA E PAZ	MS
6º	ARST	ASSOCIAÇÃO RENOVAÇÃO DOS SEM TERRA	SP
7º	ASA	ASSOCIAÇÃO SANTO ANTÔNIO	MT
8º	ASPROJA	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO RIO JARU	RO
9º	ATUVA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES UNIDOS DA VILA APARECIDA	PA
10º	CCL	CENTRO DE CIDADANIA E LIDERANÇA	MG
11º	CETA	COORDENAÇÃO ESTADUAL DE TRABALHADORES ASSENTADOS	BA
12º	CLST	CAMINHO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA	MG
13º	CONTAG	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	AC, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, RN
14º	COOTERRA	COOPERATIVA DOS LAVRADORES NA LUTA PELA TERRA	BA
15º	CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	AC, MS, RS, SP
16º	FAF	FEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR	SP, MS
17º	FERAESP	FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	SP
18º	FETRAF	FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PI, PE
19º	FST	FÓRUM SOCIAL DO TRIÂNGULO	MG
20º	GRUPO XAMBRE	GRUPO XAMBRE	PR
21º	LCC	LIGA CAMPONESA CORUMBIARA	RO
22º	LCPCO	LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO CENTRO-OESTE	MG
23º	LCPNM	LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS	MG
24º	LCPR	LIGA DOS CAMPONESES POBRES DE RONDÔNIA	RO
25º	LOC	LIGA OPERÁRIA CAMPONESA	MG
26º	MAB	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	MT, RS, TO
27º	MAST	MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA	PR, SP
28º	MBUQT	MOVIMENTO BRASILEIROS UNIDOS QUERENDO TERRA	SP
29º	MCC	MOVIMENTO CAMPONÊS DE CORUMBIARA	RO
30º	MCNT	MOVIMENTO CONQUISTANDO NOSSA TERRA	PA

31º	MLST	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA	AL, GO, MG, PE, RN, SP
32º	MLSTL	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA DE LUTA	MG
33º	MLT	MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE	BA, MG
34º	MLTRST	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	PE
35º	MPA	MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	PA
36º	MPT	MOVIMENTO PACÍFICO PELA TERRA	SP
37º	MSLTL	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA DE LUTA	MG
38º	MSO	MOVIMENTO SOCIAL ORGANIZADO	PR
39º	MSST	MOVIMENTO SOCIAL DOS SEM TERRA	AL, PR, RJ
40º	MST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, , PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP, TO
41º	MSTR	MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS	RO
42º	MT	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES	AL, PE
43º	MTAA/MT	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES ACAMPADOS E ASSENTADOS DO MATO GROSSO	MT
44º	MTB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL	PE, PR, SP
45º	MTBST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS SEM TERRA	PE
46º	MTL	MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA	AL, GO, MG, PE
47º	MTR	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS	MS, MS, PR
48º	MTRST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	ES
49º	MTRSTB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA BRASILEIROS	SP
50º	MTRSTP	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA DO PARANÁ	PR
51º	MTRUB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS E URBANOS	PE
52º	MTV	MOVIMENTO TERRA VIDA	SP
53º	MUST	MOVIMENTO UNIDO DOS SEM TERRA	SP
54º	MUT	MOVIMENTO UNIDOS PELA TERRA	PR
55º	OAC	OGANIZAÇÃO AGRÁRIA CAMPONESA	PR
56º	OLC	ORGANIZAÇÃO DA LUTA NO CAMPO	PE
57º	SEM SIGLA	QUILOMBOLAS	PR, PE
58º	SEM SIGLA	UNIÃO FORÇA E TERRA	MS
59º	SINPRA	SINDICATO DOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS ASSENTADOS	PA
60º	STL	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA LAVOURA	RN
61º	TUPÃ 3E	TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÁ	RS
62º	UAPE	UNIÃO DOS AGRICULTORES DE PERNAMBUCO	PE
63º	USST	UNIÃO DOS SANTANENSES SEM TERRA	RS

8. Considerações Finais

O texto apresentado constitui-se em uma tentativa de estudo dos movimentos socioterritoriais brasileiros em escala nacional. Seu objetivo é originar subsídios que fomentem o debate e a reflexão a respeito da questão agrária. Compreender esses processos é

importante para a superação de pré-conceitos contra os sujeitos que lutam para a conquista de seus territórios. Esperamos a partir da construção conceitual dos movimentos socioterritoriais, contribuir com a criação de um novo tipo de leitura e abordagem sobre os dados de ocupações.



Foto: Maristela Vitória

Ocupações

Tabela 5: Ocupações

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Alagoas					
Água Branca	Fazenda Cobra II	4/7/2005	300	60	CPT
Atalaia	Fazenda Ouricuri	17/4/2005	900	100	MST
Branquinha	Fazenda Nincho	16/5/2005	220	86	MLST
Branquinha/ Chã Preta	Fazenda Jundiá	6/7/2005	800	150	MLST
Delmiro Gouveia	Faz. São Vicente/Acamp. Geninho	19/7/2005	2137	200	MST
Delmiro Gouveia	Fazenda Piçarra	14/11/2005	2137	220	MST
Delmiro Gouveia	Fazenda Bom Nome	19/7/2005		200	MST
Flexeiras	Fazenda Duas Barras	11/7/2005	900	120	MST
Inhapi	Acamp. Frei Damião/Faz. Capim	17/1/2005		140	MST
Jacuípe	Fazenda Duas Bocas	11/7/2005		135	MST
Maragogi	Fazenda Aquidabam	29/9/2005	1200	120	MST
Maragogi	Fazenda Alaisa	11/7/2005	435	60	MST
Maragogi	Fazenda Carão	14/10/2005		45	MST
Maragogi	Fazenda Santa Luzia	13/6/2005	600	62	MLST
Messias	Fazenda Barra Funda	3/2/2005	120	80	CPT
Murici	Fazenda Aruais/Arroais/Us. São Simeão	15/2/2005	750	148	MLST
Murici	Fazenda Siridó/Us. São Simeão	15/1/2005	600	232	MLST
Murici	Fazenda Cansanção/Us. São Simeão	9/2/2005		170	MLST
Murici	Fazenda São Simeão/Us. São Simeão	16/2/2005		25	MLST
Passo do Camaragibe	Fazenda Pecuária	25/5/2005	58	16	MTL
Porto Calvo	Fazenda Boa Esperança	27/8/2005		87	MLST
Porto Calvo	Fazenda Boa Esperança	27/9/2005	600	80	MTL
Porto de Pedras	Fazenda Boa Sorte	5/7/2005	500	50	CPT
São Luís do Quitunde	Fazenda São Tibúrcio	14/4/2005	100	20	MTL
Traipu	Fazenda Balança	17/4/2005	1000	250	MST
Traipu	Fazenda Santa Lúcia	20/7/2005		50	MST
União dos Palmares	Fazenda Brejinho/Us. São Simeão	13/2/2005			MLST
União dos Palmares	Fazenda Pedra Redonda	17/4/2005		246	MST
União dos Palmares	Faz. Mirigonha/Serrana	17/4/2005	500	80	MST
Subtotal:		29	13857	3232	
Amapá					
Porto Grande	Gleba Platon/Amcel	31/8/2005	4525	70	Ampa
Subtotal:		1	4525	70	
Bahia					
Abaré	Fazenda Tarapá	15/7/2005	9000	150	MST
Almadina	Fazenda Águia Branca	1/5/2005	400	60	Fetag/BA
Almadina	Fazenda Paraíso	10/4/2005	600	200	MST
Anagé	Área do Dnoc's	5/3/2005		200	MST
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	9/6/2005			MST
Arataca	Faz. Santa Luzia/Viúva	10/10/2005	613	200	MST
Baianópolis	Fazenda Agropon	15/4/2005		350	MST
Baianópolis	Fazendas Lagoa do André e Milagres	15/5/2005	10000	220	MST
Boa Vista do Tupim	Fazenda Rio Bonito	18/2/2005		180	MST
Bonito	Fazenda Juliana	29/3/2005		120	MST
Buerarema	Fazenda Linda Flor	5/7/2005			MST
Buerarema	Fazenda Linda Flor	5/10/2005	250	200	MST
Cachoeira	Fazenda Imbiara	25/4/2005		50	MST
Campo Alegre de Lourdes	Fazenda Volta da Serra	15/7/2005		100	MST
Conceição do Almeida	Fazenda Água Branca	17/2/2005	63	35	Fetag/BA
Curaçá	Fazenda Amizade	2/5/2005	1200	250	MST
Dias D'Ávila	Fazenda Moita	4/4/2005		150	MST
Eunápolis	Fazenda Boa Vista/Veracel Celulose	29/12/2005	150	120	Fetag/BA
Eunápolis/ Itabela	Faz. Água Vermelha/Bom Jardim/Veracel Celulose/Pataxó	27/9/2005	157	40	Índios
Floresta Azul	Fazenda Santa Luzia	14/8/2005			MST
Floresta Azul	Fazenda Santa Luzia	23/9/2005	270	100	MST
Guaratinga	Fazenda Nossa Senhora do Socorro	9/4/2005	600	200	MST
Ibicaraí	Faz. Boa Esperança/São Bento	18/5/2005	400	200	MST
Ilhéus	Fazenda Terra Nova	5/4/2005	480	50	Fetag/BA
Ipiaú	Fazenda Dois Amigos	14/4/2005	1000	300	MST

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Iramaia	Área em Iramaia	10/8/2005			MST
Itabela	Área em Itabela	8/8/2005			MST
Itabuna	Fazenda Conjunto Vitória	29/3/2005	190	200	MST
Itamaraju	Fazenda Fibrasa	18/4/2005	5400	700	MST
Itamaraju	Área em Itamaraju	8/8/2005			MST
Jandaíra	Fazenda Bela Vista	29/6/2005	2000	80	MST
Jussari	Fazenda Serra Verde	6/4/2005			MST
Jussari	Fazenda Serra Verde	18/4/2005	383	250	MST
Lagedinho	Fazenda Sítio Velho	23/9/2005	420	20	Ceta
Maraú	Fazenda Rio Branco	5/4/2005	420	50	Fetag/BA
Mulungu do Morro	Fazenda Suíça Bonito	5/3/2005		150	MST
Muquém de São Francisco	Fazenda Grande	26/6/2005	6000	36	Ceta
Nilo Peçanha	Fazenda Retiro	30/3/2005	800	200	MST
Nova Redenção	Fazenda Tarantan	29/3/2005		150	MST
Nova Redenção	Área em Nova Redenção	10/8/2005			MST
Nova Redenção	Fazenda Pilões	24/1/2005			MST
Nova Redenção	Fazenda Pilões	28/2/2005			MST
Nova Redenção	Fazenda Pilões	30/3/2005			MST
Nova Redenção	Fazenda Pilões	29/8/2005	2838	120	MST
São Desidério	Fazenda Vitória	3/8/2005		20	MST
Senhor do Bonfim	Fazenda Umburana	2/5/2005	1800	100	MST
Senhor do Bonfim	Fazenda Suissa	16/3/2005	782	200	Ceta
Sento Sé	Faz. dos Mamões/Distrito da Tapera	2/5/2005	11000	150	MST
Simões Filho	Fazenda Guerreiro	25/4/2005	200	150	MST
Souto Soares	Fazenda Coqueiral Bonito	5/3/2005		180	MST
Taperoá	Fazenda Marimbu	29/3/2005	800	200	MST
Una	Fazenda Valmonte	5/4/2005	500	50	Fetag/BA
Subtotal:		52	58716	6481	
Ceará					
Quixeramobim	Fazenda Canhotinho	1/9/2005	5000	100	MST
Subtotal:		1	5000	100	
Distrito Federal					
Brazlândia	Área do Incra	8/3/2005	50	60	MST
Brazlândia	Reserva F do Incra	27/2/2005	160	350	MST
Sobradinho	Fazenda Chapadinha	5/6/2005	800	80	Fetraf
Sobradinho	Faz. Sávila/Sálvia	18/7/2005		200	MST
Subtotal:		4	1010	690	
Espírito Santo					
Aracruz	Aracruz/Tupinikim/Guarani M'Bia	17/5/2005	18070	80	Índios
Aracruz	Agril Agropecuária/Vila do Riacho/Aracruz	26/9/2005	8695	135	MST
Conceição da Barra	Fazenda São João	11/4/2005	966	140	MST
Muqui	Fazenda Capoeirão	21/11/2005		60	MST
Pinheiros	Área em Pinheiros	26/9/2005		50	MST
Subtotal:		5	27731	465	
Goiás					
Alto Paraíso de Goiás	Com. Filantrópica Cidade da Fraternidade	4/9/2005	2500	120	MST
Aruanã	Faz. Ilha Redonda/Ariká	28/2/2005	705	50	Índios
Aruanã	Faz. Santa Luzia/Viplan	29/7/2005	36000	350	Fetaeg
Campestre de Goiás	Faz. Florzeira/Acamp. Palmares	13/2/2005	9000	1000	MST
Campestre de Goiás	Fazenda Fundão	2/8/2005		350	MST
Campinorte	Fazenda Estrela	28/10/2005		100	SI
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Canadá	2/7/2005	900	200	MST
Chapadão do Céu	Faz. Santa Tereza/Terezinha/Isidoro	30/7/2005			MST
Chapadão do Céu	Faz. Santa Tereza/Terezinha/Isidoro	8/8/2005		350	MST
Flores de Goiás	Faz. Ilha Bela/Acamp. Dorcelina Folador	27/2/2005	3600	300	MST
Formosa	Área do Exército/BR-020	2/8/2005	128000	150	STR
Formosa	Fazenda Tropicália	16/7/2005		200	Contag
Ipameri	Faz. Buriti/Corumbá Velho	27/9/2005		250	MST
Itaberaí	Fazenda São José	13/6/2005	370	100	MST
Itaberaí	Fazenda Califórnia	4/6/2005		50	MST
Itapuranga	Faz. Capim Puba/Lagoa Grande/Ressaca	27/9/2005	1800	150	MST
Jataí	Faz. Sertãozinho/Ariranha	6/8/2005	3100	150	MTL
Nova Crixás	Fazenda Juliana	15/8/2005		300	MST
Urutaí	Faz. Santa Onofre/Engenho Bom Jesus da Cana Verde	25/11/2005	221	60	MST
Varjão	Agropecuária Quinta da Bicuda	25/9/2005	1200	860	MST
Subtotal:		20	187396	5090	

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Maranhão					
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	22/6/2005			SI
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	15/7/2005	240	88	SI
Porto Franco	Fazenda Santa Maria	27/5/2005			300 MST
Subtotal:		3	240	388	
Mato Grosso					
Aripuanã	Gleba Conselvam/Guará	21/2/2005			120 SI
Chapada dos Guimarães	Acamp. do Ribeirão do Itambé	12/9/2005	16000	200	CPT
Jaciara	Gleba Jatobá/Faz. Colorado	30/7/2005	4000	120	CPT
Jaciara	Faz. Liberdade/Jatobá	30/5/2005	300	120	CPT
Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	1/4/2005	18500	25	CPT
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	18/4/2005	16000	200	CPT
Poxoréu	Fazenda Santa Cecília	1/6/2005	2500	100	CPT
Santo Antônio do Leverger	Fazenda Serra Verde	25/7/2005	1000	55	CPT
Sinop	Sinop Agroquímica/Acamp. Claudinei de Barros	28/9/2005	12000	600	MST
Sinop/ Cláudia	Faz. Continental/Panorama/Acamp. Nova Aliança	16/4/2005	4840	60	MST
Subtotal:		10	75140	1600	
Mato Grosso do Sul					
Angélica	Fazenda Macaco	7/5/2005			75 FAF
Antônio João	Antiga Faz. Mosquiteiro/Índios da Aldeia Campestre	7/6/2005			80 Índios
Douradina	Faz. Irmão Spessatto/Guarani - Kaiowá	29/8/2005	400	40	Índios
Douradina	Faz. Quexevi/Guarani - Kaiowá	29/8/2005	200	30	Índios
Douradina	Sítio em Douradina/Guarani - Kaiowá	29/8/2005	30	30	Índios
Douradina	Fazenda Travessão da Promessa	29/8/2005			60 Índios
Itaquiraí	Fazenda Santa Adelaide	24/5/2005			83 FAF
Japorá	Sítio São João	19/1/2005	50		Índios
Laguna Carapã	Fazenda Rincão	26/5/2005			20 Índios
Miranda	Faz. Santa Vitória/Terra Indígena Cachoeirinha	28/11/2005	600	200	Índios
Ponta Porã	Fazenda Ouro Verde	4/4/2005			30 Índios
Ponta Porã	Fazenda Cambará	3/4/2005			40 Índios
Ponta Porã	Fazenda Patata	1/6/2005			500 MST
Rio Brilhante	Fazenda Rancho Grande III	3/11/2005			30 Índios
Sete Quedas	Fazenda Sombreiro/Floresta	26/6/2005	480	200	Índios
Sidrolândia	Sítio Santo Antônio	14/5/2005	54	200	Índios
Subtotal:		16	1814	1618	
Minas Gerais					
Bambuí	Faz. de Cláudio Minicucci	30/12/2005	400	60	MST
Buritiz/ Unai	Faz. São Miguel/Agrorserva	25/9/2005	45000	400	MST
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	10/10/2005	6000	30	MST
Capitão Enéas	Faz. Brejinho/Acamp. Darci Ribeiro	29/10/2005	1060	20	MST
Capitão Enéas	Fazenda Orion	30/12/2005	1169	30	SS
Frei Inocêncio	Faz. Monte Azul/Acamp. Maria da Penha	11/6/2005	1902	120	MST
Ituiutaba	Área do DNIT	25/1/2005			56 MST
Jequitai	Faz. Correntes/Acamp. Erivan	29/10/2005	11000	250	MST
Jequitinhonha/ Felisburgo/ Joaíma	Faz. São Geraldo/Acamp. Cinco Mártires	17/7/2005	1562	150	MST
Manga	Faz. Marilândia/Acamp. Valdir Júnior	16/9/2005	1000	100	MST
Pirapora	Fazenda Cocal	28/9/2005	1200	80	MST
Prata	Fazenda Cachoeirinha	12/5/2005			120 MTL
Prata	Fazenda Sidamar	12/5/2005			2 MTL
Resplendor	Faz. Bananeira/Acamp. Chico Mendes	10/7/2005	968	250	MST
Sacramento	Faz. Marimbondo/Acamp. Vinte de Novembro	20/11/2005	600	70	MST
Santa Helena de Minas/ Bertópolis	Ald. Água Boa/Maxakali/Faz. Monte das Oliveiras	18/8/2005	5305	43	Índios
Santa Vitória	Fazenda Jacaré Curiango	16/10/2005	984	18	Fetaemg
São João da Ponte	Fazenda Aurora	1/9/2005			SS
Uberlândia	Fazenda Boa	25/6/2005	378	30	MTR
Uberlândia	Faz. São José/Acamp. Roseli Nunes	26/7/2005	350	150	MST
Uberlândia	Fazenda Boa Esperança	26/7/2005			150 MST
Varzelândia	Fazenda Bonanza/Brejo dos Crioulos	1/7/2005			10 LCPNM
Varzelândia	Fazenda Bonanza/Brejo dos Crioulos	28/8/2005	1500	70	ACRQBC
Veríssimo	Fazenda Califórnia	30/5/2005			100 FST
Veríssimo	Fazenda Santa Cruz	30/5/2005			100 FST
Visconde do Rio Branco	Comunidade de Resistência Olga Benário	14/6/2005			35 MST
Subtotal:		26	80378	2444	
Pará					
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	13/12/2005	55000	150	STR
Belterra	Gleba do Bota	1/3/2005	2400	43	Fetagri/PA

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	11/4/2005		200	MST
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Bacuri	15/9/2005		80	STR
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Goiana	2/8/2005			STR
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Goiana	25/11/2005		110	STR
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Progresso	21/6/2005		136	STR
Breu Branco	Faz. João do Óculos/Faz. CCM	6/8/2005	1200	1200	STR
Conceição do Araguaia	Fazenda Batente	30/4/2005	3388	70	STR
Cumaru do Norte	Faz. Lua Nova/Rio Cangalha	25/12/2005		150	STR
Eldorado dos Carajás	Fazenda Bagoá/Baguá	3/8/2005			Fetagri/PA
Eldorado dos Carajás	Fazenda Bagoá/Baguá	2/11/2005	3000	80	Fetagri/PA
Goianésia do Pará	Fazenda Braspar	2/11/2005	900	90	Fetagri/PA
Itaituba	Área da Indusolo	1/6/2005		300	STR
Mãe do Rio	Fazenda Reunidas	18/2/2005	5444	300	MST
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibirica	18/8/2005	3200	100	STR
Marabá	Fazenda Ponta da Serra	5/5/2005		80	STR
Marabá	Fazenda Balão	20/8/2005		120	Fetagri/PA
Marabá	Fazenda Cabo de Aço/Acamp. Zumbi dos Palmares	1/2/2005		90	STR
Marabá	Fazenda Estrela da Manhã	31/1/2005			Fetagri/PA
Marabá	Fazenda Estrela da Manhã	21/8/2005	3000	90	Fetagri/PA
Marabá	P.A. Malha II	3/2/2005	550	22	STR
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Bandeirantes	8/4/2005			Fetagri/PA
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Bandeirantes	5/9/2005	5000	120	Fetagri/PA
Pacajá	Fazenda Boa Sorte	31/5/2005	30000	400	Fetagri/PA
Parauapebas	Faz. União	3/4/2005	1200	32	Fetagri/PA
Parauapebas/ Canaã dos Carajás	Faz. São Luis	27/7/2005		50	Fetagri/PA
Parauapebas/ Itupiranga	Faz. Tapete Verde	27/7/2005	3900	90	STR
Parauapebas/ Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	8/8/2005	1200	123	Fetagri/PA
Portel	Fazenda Jutaituba	15/7/2005	164000	1000	MCNT
Redenção	Faz. Arraiaporã/Inajaporã	20/2/2005	3520	110	STR
Rondon do Pará	Fazenda Garrafão	27/12/2005		300	STR
Rondon do Pará	Fazenda Santa Cruz	28/12/2005	15000	200	STR
Santa Maria das Barreiras	Faz. Inajaporã/Pouso Alegre	20/2/2005		100	STR
Santa Maria das Barreiras/ Salvaterra	Faz. Forkilha/Assent. Agropec	13/1/2005	15000	300	MPA
Santana do Araguaia	Faz. Santa Maria e Shalon	1/1/2005		80	STR
São João do Araguaia	Fazenda Landi	15/8/2005			STR
São João do Araguaia	Fazenda Landi	8/12/2005		80	STR
Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	20/10/2005		100	Fetagri/PA
Uruará	Comunidade São Sebastião do Tutuí	31/1/2005		25	STR
Subtotal:		40	316902	6521	
Paraíba					
Alcantil	Fazenda Serra Verde	8/4/2005	707	12	CPT
Barra de São Miguel	Fazenda Almas	8/4/2005	1161	24	CPT
Barra de São Miguel	Fazenda Melancia	4/5/2005	1474	44	CPT
Barra de São Miguel	Fazenda Conceição	9/5/2005	2520	63	CPT
Campina Grande	Fazenda Caterina/Catirina	19/7/2005	700	140	MST
Livramento	Fazenda Boa Ventura	27/3/2005		30	MST
Mogeiro	Fazenda Monte Sinai	27/3/2005		206	MST
Pilar	Fazenda Novo Mundo/Cascatinha	27/3/2005		35	MST
Remígio	Fazenda Jacaré	31/7/2005		150	MST
Serraria	Engenho Martins/Martiniano	27/3/2005		163	MST
Subtotal:		10	6562	867	
Paraná					
Abatiá	Fazenda Linda Flora	20/7/2005			OAC
Abatiá	Fazenda Linda Flora	5/8/2005	180	50	OAC
Abatiá/ Santa Amélia	T. I. Yvyporã Laranjinha/ Guarani Nhandeva	6/12/2005	1238	40	Índios
Amaporã	Fazenda São José	28/9/2005		200	MST
Barbosa Ferraz	Fazenda São Paulo	22/11/2005	960	80	MST
Boa Ventura de São Roque	Fazenda Volta Grande	13/11/2005	87	40	OAC
Cascavel	Fazenda Kely	7/9/2005	840	200	MST
Cascavel	Fazenda Nazari	1/10/2005	200	300	MST
Centenário do Sul	Fazenda Quem Sabe	1/3/2005		100	MST
Centenário do Sul	Fazenda Quem Sabe	14/6/2005	468	39	MAST
Conselheiro Mairink	Área em Conselheiro Mairink	21/10/2005	80	50	MAST
Guarapuava	APA Serra da Esperança	21/11/2005		50	MST
Icaraíma	Fazenda Monte Azul/Agrop. Café no Bule	15/10/2005	1372	120	Fetaep

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Jundiá do Sul	Fazenda Balsa Nova	24/3/2005			MST
Jundiá do Sul	Fazenda Balsa Nova	9/9/2005	960	400	MAST
Jundiá do Sul	Fazenda Ana Fraga	17/4/2005			MST
Jundiá do Sul	Fazenda Ana Fraga	18/4/2005	919	320	MST
Luiziana	Fazenda Laranjeiras	16/10/2005	317	141	MST
Mangueirinha	Faz. Santa Rosa/Rita/Mamborê	11/10/2005	1936	130	MST
Nova Laranjeira	Acamp. Alto da Serra/Xagu I/Faz. Sta. Lúcia	7/8/2005			MST
Nova Laranjeira	Acamp. Alto da Serra/Xagu I/Faz. Sta. Lúcia	30/10/2005	800	100	MST
Ortigueira/ Faxinal	Faz. Nossa Sra. do Carmo/Brasileira	16/7/2005	4400	800	MST
Paranacity	Fazenda Fartura	23/12/2005	1452	300	MST
Paula Freitas	Acamp. Reduto do Caraquatá	16/2/2005			80 MST
Ponta Grossa	Fazenda São Francisco	16/7/2005	250	200	MST
Quedas do Iguaçu	Fazenda Três Elos	20/9/2005	167	50	MST
Quedas do Iguaçu	Fazenda Dona Hilda	20/9/2005	2040	250	MST
Ramilândia	Fazenda Boito	31/8/2005	900	500	MST
Ramilândia	Fazenda Formiga	14/8/2005	1132	140	MST
São Miguel do Iguaçu	Parque Nacional/Res. Sta. Rosa do Ocui/T.I. Avá Guarani	4/9/2005	231	55	Índios
Sapopema	Fazenda Bom Sucesso	8/10/2005			Fetaep
Sapopema	Fazenda Bom Sucesso	5/11/2005	1200	120	Fetaep
Tamarana	Fazenda Tamoio	31/3/2005			30 MST
Tamarana	Fazenda Tamoio	21/9/2005	160	30	Índios
Tamarana	Fazenda Mota	10/11/2005	2904	60	SI
Tibagi	Chácara Canaã	9/5/2005	97	40	SS
Subtotal:		36	25290	5015	
Pernambuco					
Água Preta	Engenho Campo Frio	2/2/2005	1200	80	MST
Água Preta	Fazenda Cavaco	17/4/2005			40 MST
Águas Belas	Fazenda Mata Escura	8/2/2005			10 Fetape
Águas Belas	Fazenda Caruá	13/2/2005	1000	50	Fetape
Águas Belas	Fazenda Quilombo	10/2/2005	3000	100	Fetape
Alagoinha	Faz. Brocotó	2/4/2005			80 OLC
Aliança	Usina Aliança	29/5/2005			100 MST
Aliança	Usina Aliança	24/9/2005			60 MST
Altinho	Fazenda Santo Antônio	9/3/2005	650	60	MST
Amaraji	Engenho Ponta de Pau	2/2/2005			100 MST
Arcoverde	Engenho Queimada da Onça	12/6/2005	900	20	Fetape
Arcoverde	Fazenda Atravessada	10/11/2005	800	16	Fetape
Arcoverde	Fazenda Malhada	26/11/2005	1400	20	Fetape
Barreiros	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	5/12/2005	1800	150	MST
Belém de Maria	Engenho Cangaia	3/4/2005	450	82	MST
Bezerras	Fazenda Bezerras	13/4/2005	1600	83	MST
Bom Jardim	Engenho Lagoa Comprida	20/3/2005			100 OLC
Bonito	Fazenda Varig	27/7/2005	163	150	MST
Bonito	Fazenda Uberaba	6/4/2005			MST
Bonito	Fazenda Uberaba	26/9/2005	580	200	MST
Bonito	Engenho Jardim	20/3/2005			150 OLC
Bonito	Fazenda Pedrinha	17/4/2005	800	106	OLC
Bonito	Fazenda Águas Compridas	20/3/2005	600	100	Fetraí
Bonito/ Cortês	Engenho Baé/Bagé	5/4/2005			180 MST
Brejo da Madre de Deus	Faz. Brejinho	12/6/2005			30 Fetape
Brejo da Madre de Deus	Fazenda Garrote	5/4/2005			85 MST
Buíque	Fazenda Sanharó	27/8/2005			Fetape
Buíque	Fazenda Sanharó	26/11/2005	400	25	Fetape
Camocim de São Félix	Fazenda Bonfim	26/3/2005	400	80	MST
Caruaru	Fazenda Serraria	22/4/2005	600	60	MST
Caruaru	Fazenda Lago Azul	6/1/2005	600	40	MST
Cupira	Fazenda Serra Verde	27/3/2005	800	95	Fetraí
Custodia	Fazenda Tamboril	13/6/2005	1050	20	Fetape
Custodia	Fazenda Cavaco	13/6/2005	4100	60	Fetape
Custodia	Fazenda Jardim	14/6/2005	3500	45	Fetape
Escada	Engenho São José	4/6/2005	460	60	MST
Feira Nova	Fazenda Dois Irmãos	3/4/2005	4200	100	MST
Flores	Fazenda Brejinho	12/6/2005			25 Fetape
Gameleira	Engenho Paca	1/8/2005			150 MST
Garanhuns	Fazenda Paulista	28/2/2005			MST

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Garanhuns	Fazenda Paulista	18/4/2005	1200	20	MST
Glória do Goitá	Fazenda Berra Boi	4/9/2005	390	100	MST
Gravatá	Fazenda Santo Antônio	2/3/2005			MST
Gravatá	Fazenda Santo Antônio	2/4/2005	450	50	MST
Iati	Engenho Poço da Cabra	13/2/2005	1200	20	Fetape
Iguaraci	Faz. Socorro	13/5/2005	4620	70	CPT
Itaíba	Fazenda Salobrinho	4/2/2005	800	40	Fetape
Itaíba	Fazenda Santa Ana	5/2/2005	1200	25	Fetape
Jaboatão dos Guararapes	Engenho Goiabeira	18/4/2005	480	100	MST
Lagoa Grande	Faz. Pontal de Lima	10/4/2005	900	200	MST
Lagoa Grande	Fazenda Vermelhos	10/4/2005		300	MST
Moreno	Engenho Bom Dia	2/2/2005	900	75	
Ouricuri	Faz. Cruz/Cruzinha	5/4/2005	1500	50	MST
Ouricuri	Fazenda Pitombeira	12/6/2005		40	Fetape
Ouricuri	Engenho Jacaré	12/6/2005		30	Fetape
Paranatama	Fazenda Rancho Verde	3/5/2005	1350	50	MST
Passira	Faz. Candeias	31/7/2005	900	143	MST
Passira	Fazenda Carcará	28/3/2005	800	100	MST
Passira	Faz. Independência/Dependência	28/8/2005			MST
Passira	Faz. Independência/Dependência	22/12/2005	470	63	MST
Passira	Fazenda Santa Helena	17/4/2005	800	107	OLC
Paudalho	Usina Mussurepe	4/10/2005		100	MST
Pedra	Faz. Veneza	28/4/2005		50	MST
Pedra	Fazenda Santo Antônio	8/4/2005	850	50	MST
Pesqueira	Fazenda Jardim Jatobá	9/4/2005	2200	150	MST
Pesqueira	Fazenda Nossa Sra. do Rosário	8/4/2005	3000	150	MST
Pombos	Eng. Cajoca/Us. N. Sra. do Carmo	10/4/2005	400	50	MST
Pombos	Fazenda Lagoa Danta	12/6/2005	600	93	Fetape
Quipapá	Engenho Serra Verde	26/3/2005		95	Fetape/ OLC
Quipapá	Fazenda Correntes	2/2/2005		70	MST
Quipapá	Engenho Uruçu	13/6/2005		20	Fetape
Riacho das Almas	Faz. São Francisco	11/9/2005	1114	250	MST
Salgueiro	Fazenda Boa Vista	13/2/2005	1500	50	Fetape
Santa Cruz do Capibaribe	Faz. Garrote	24/4/2005	4000	60	MST
Santa Cruz do Capibaribe	Fazenda Tanquinhos	3/4/2005	500	63	MST
Santa Cruz do Capibaribe	Fazenda Quixaba	26/9/2005		63	MST
Santa Maria da Boa Vista	Faz. Catalunha	2/4/2005	5650	900	MST
São Bento do Una	Quilombo Serrote do Gado Brabo	13/2/2005	2500	150	Quilombolas
São Caitano	Fazenda Papagaio	31/7/2005	753	88	MST
São Joaquim do Monte	Engenho Jaboticabal	16/8/2005	2000	295	MST
São Joaquim do Monte	Fazenda Formigueiro	28/9/2005		100	Fetraf
São José do Belmonte	Fazenda Feijão	5/4/2005		60	MST
Serra Talhada	Fazenda Barra de Exu	22/6/2005		50	Fetape
Sertânia	Faz. Cachoeira dos Guilhermes	19/5/2005		60	CPT
Sertânia	Fazenda Laranjeiras	11/8/2005		80	Fetape
Sertânia	Fazenda Juá	23/5/2005	5500	70	MST
Vertentes	Faz. Moreira	27/7/2005	449	90	MST
Vertentes	Fazenda Milhões	28/9/2005	180	20	MST
Subtotal:		88	80209	7772	
Piauí					
Currupinós	Jenipapeiro/Acamp. Dorothy	1/7/2005	400	250	MST
Demerval Lobão	João Paulo/Acampamento 26 de Maio	26/5/2005	900	70	CPT/ MST
João Costa	Fazenda Pajeú	8/10/2005	2000	280	MST
Nova Santa Rita	Fazenda São José	8/10/2005	500	280	MST
Subtotal:		4	3800	880	
Rio de Janeiro					
Barra do Pirai	Faz. Estrela Branca/Acamp. Nova Vida	14/6/2005	975	120	MST
Campos dos Goytacazes	Faz. Boianga/Acamp. Leonel Brizola/Outeiro	22/3/2005	2176	180	Fetaerj
Campos dos Goytacazes	Faz./Sto. Amaro/S. José/Acamp. Coaf	18/6/2005	4000	110	MST
Quatis	Faz.da Pedra/Acamp. Irmã Dorothy	22/10/2005	1800	100	MST/ Quilombolas
São Francisco do Itabapoana	Faz. Arroz Dourado/Acamp. Madre Cristina	12/7/2005	360	80	MST
Valença	Fazenda São Paulo	21/8/2005	1570	100	MST
Subtotal:		6	10881	690	
Rio Grande do Norte					
Mossoró	Fazenda Pedra Preta	16/3/2005	600	400	MST
Subtotal:		1	600	400	

Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Rio Grande do Sul					
Boa Vista do Incra	Fazenda Santo Izidoro	13/8/2005	620	82	Tupã 3E
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	3/2/2005	9000	50	MST
Eldorado do Sul	Faz. Agropecuária e Cabanha Dragão	27/6/2005	760	350	MST
Lagoa Vermelha/ Sananduva	Faz. Três Pinheiros/Granja Três Pinheiros	25/7/2005	1500	700	MPA/ MST
Nova Santa Rita	Faz. Santa Rita/Montepio/Acamp. na BR-386	19/10/2005	1600	101	MST
Palmares do Sul	Área às margens da RST-101/Índios Guarani e Caingangue	22/4/2005	214	42	Índios
Palmeira das Missões	Faz. Bom Sossego/Copalma	26/9/2005	1100	100	MPA/ MST
Santana do Livramento	Fazenda Alto Alegre	22/7/2005	920	450	MST
Santana do Livramento	Fazenda Santa Rita	26/9/2005	958	150	MST
São Borja	Fazenda Palermo	12/9/2005	1200	200	MST
Tupanciretã	Fazenda Boqueirão	25/6/2005			MST
Tupanciretã	Fazenda Boqueirão	16/9/2005	1442	180	MST
Subtotal:		12	19314	2405	
Rondônia					
Ariquemes	Fazenda Santa Cruz	13/6/2005		55	MSTR
Ariquemes	Fazenda Mapal	30/1/2005			SI
Ariquemes	Fazenda Mapal	4/12/2005	1200	120	SI
Chupinguaia	Faz. São Domingos/Serra Negra/Porto Rico	2/1/2005	2400	60	LCPR
Chupinguaia	Fazenda Dois Pinguins	5/2/2005		70	SI
Machadinho d'Oeste	Fazenda Majuru	8/8/2005	1000	25	MST
São Francisco do Guaporé	Faz. Entre Rios/Noma/Linha 7/Km 3	1/8/2005		50	SI
Theobroma	Fazenda Seringal	15/1/2005		250	LCPR
Theobroma	Fazenda Marsal	3/1/2005		120	LCPR
Vilhena	Fazenda Cabixi II	13/3/2005	3600	30	MST
Subtotal:		10	8200	780	
Santa Catarina					
Abelardo Luz	T. I. Kaingang Toldo Embu	9/11/2005	1965	41	Índios
Campo Erê	Área em Campo Erê	4/9/2005		150	MST
Campo Erê/ Palma Sola	Fazenda Caldatto	1/1/2005			SI
Campo Erê/ Palma Sola	Fazenda Caldatto	6/8/2005	7500	150	MST
Catanduvas	Fazenda da Usina Perdigão	9/1/2005	930	16	MST
Correia Pinto	Faz. S. Roque/Acamp. em Águas Sulfurosas	6/8/2005	1224	80	MST
Fraiburgo	Área da Empresa Agrícola Fraiburgo	22/8/2005	1000	150	MST
Ireneópolis	Fazenda da Família Rocha	11/7/2005	1200	300	MST
Paial/ Arvoredo/ Seara	T. I. Kaingang Toldo Pinhal	7/11/2005	4800	50	Índios
Rio Negrinho	Fazenda Santa Cecília	25/4/2005	800	40	MST
Subtotal:		10	19419	977	
São Paulo					
Agudos/ Iaras	Fazenda Globo	10/9/2005	1089	200	MST
Andradina/ Castilho	Acamp. União da Vitória III/Faz. Arizona	10/12/2005	726	200	MST
Araraquara	Área da Ceasa/Ceagesp	28/11/2005		16	SS
Avaré	Horto Andrade e Silva	1/1/2005		70	MST
Birigüi/ Brejo Alegre/ Glicério	Assentamento São José I	11/3/2005	5000	60	SS
Buri	Fazenda Duratex	9/10/2005		40	MST
Buri	Fazenda Santa Fé	28/11/2005		100	MST
Caiuá	Faz. N. Sra das Graças/Acamp. Figueiras	1/6/2005		150	MST
Caiuá	Fazenda Santa Maria	30/5/2005		150	MST
Cajamar/ Pirapora do Bom Jesus	Fazenda São Luiz	20/1/2005	100	60	MST
Iaras	Fazenda São Domingos do Tupã	18/4/2005	14000	250	MST
Itaberá	Fazenda Cambará	14/4/2005	1100	50	MST
Itapura	Faz. Lagoão/Tapir	16/6/2005		250	MST
Limeira	Granja Malavazi/Acamp. Milton Santos	12/11/2005	230	350	MST
Martinópolis	Fazenda Santo Antônio	30/5/2005		60	MST
Martinópolis	Fazenda Santo Antônio	20/8/2005	3000	10	MLT
Martinópolis	Fazenda Virginia	14/6/2005		80	MST
Martinópolis	Faz. Saza/Acamp. Vitória	9/9/2005			MST
Martinópolis	Faz. Saza/Acamp. Vitória	9/10/2005	7500	200	MST
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	15/6/2005	900	40	MST
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Rita	6/8/2005	13000	850	MST
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Luzia	28/1/2005			MST
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Luzia	3/6/2005	1257	60	MST
Paraguaçu Paulista	Fazenda Rancho Alegre	5/3/2005	2000	60	MST
Paraguaçu Paulista	Fazenda Água das Antas	5/3/2005		60	MST
Paraguaçu Paulista	Fazenda do Horto Florestal	15/5/2005	2000	240	MST

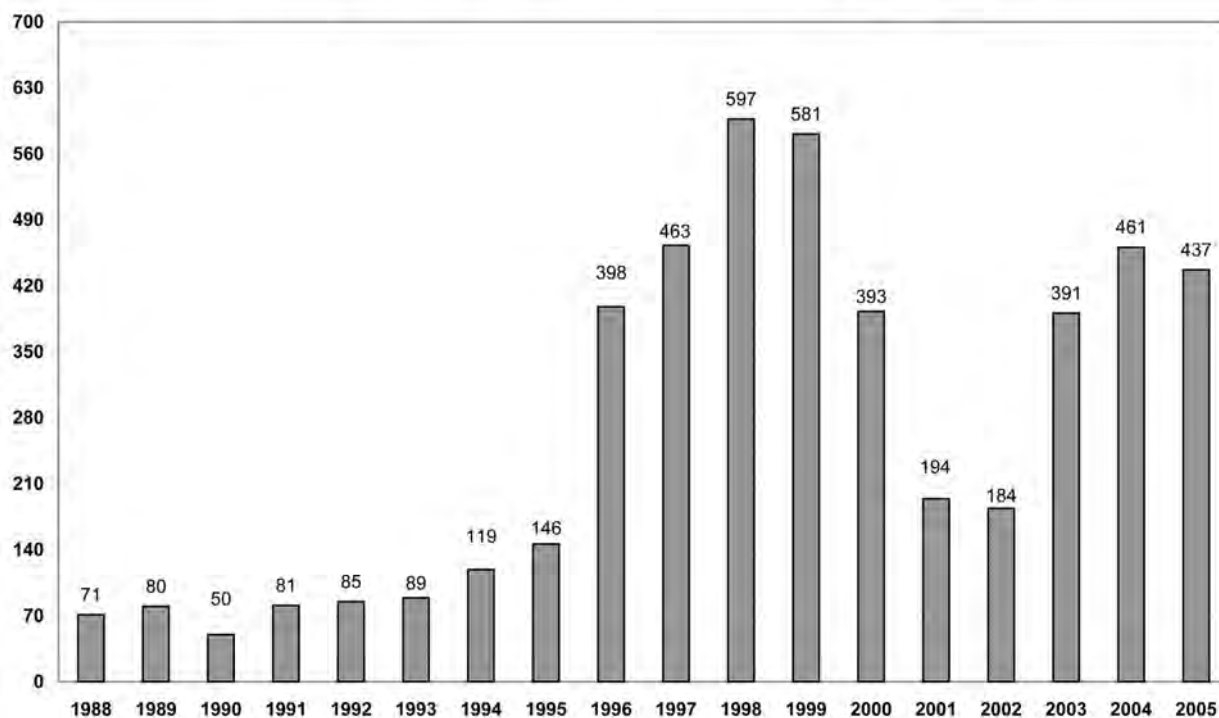
Municípios	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Organização
Paraguaçu Paulista	Fazenda São Mateus	24/12/2005		50	MST
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	13/3/2005			MST
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	28/4/2005			MST
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	20/8/2005	678	80	MST
Presidente Bernardes	Fazenda Santa Isabel	13/4/2005		50	SS
Presidente Eptácio	Fazenda Tupiconã	11/2/2005			MST
Presidente Eptácio	Fazenda Tupiconã	4/3/2005	2013	70	MST
Presidente Prudente/ Martinópolis	Fazenda Bartira	14/11/2005	14400	20	MST
Presidente Prudente/ Rancharia	Fazenda São José	1/5/2005		400	MST
Presidente Venceslau	Fazenda São Camilo	27/1/2005			MST
Presidente Venceslau	Fazenda São Camilo	2/6/2005	665	40	MST
Rancharia	Fazenda do Aprumado	17/8/2005	487	50	MST
Sabino/ Guaiçara	Faz. Independência/Acamp. Simon Bolivar	2/11/2005	5000	400	MST
Sandovalina	Fazenda Ipezal	25/9/2005	800	300	MST
Santo Anastácio	Fazenda Santa Terezinha	11/3/2005	3773	200	SS
Santo Anastácio	Fazenda Estância Brasília	5/3/2005	585	146	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda Santo Expedito	1/2/2005		120	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda Santo Expedito	4/3/2005		120	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda Santo Expedito	29/5/2005	661	120	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda Copacabana	20/3/2005		40	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira-Rio	5/3/2005		20	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda Curumirim	4/6/2005	495	10	MST
Tremembé	Fazenda Corumirim/Camburi	7/1/2005			MST
Tremembé	Fazenda Corumirim/Camburi	26/2/2005			MST
Tremembé	Fazenda Corumirim/Camburi	27/4/2005			MST
Tremembé	Fazenda Corumirim/Camburi	3/7/2005	758	60	MST
Tremembé	Fazenda São José	21/2/2005		40	MST
Subtotal:		53	82217	5942	
Total:		437	1029201	54427	



Foto: João Ripper

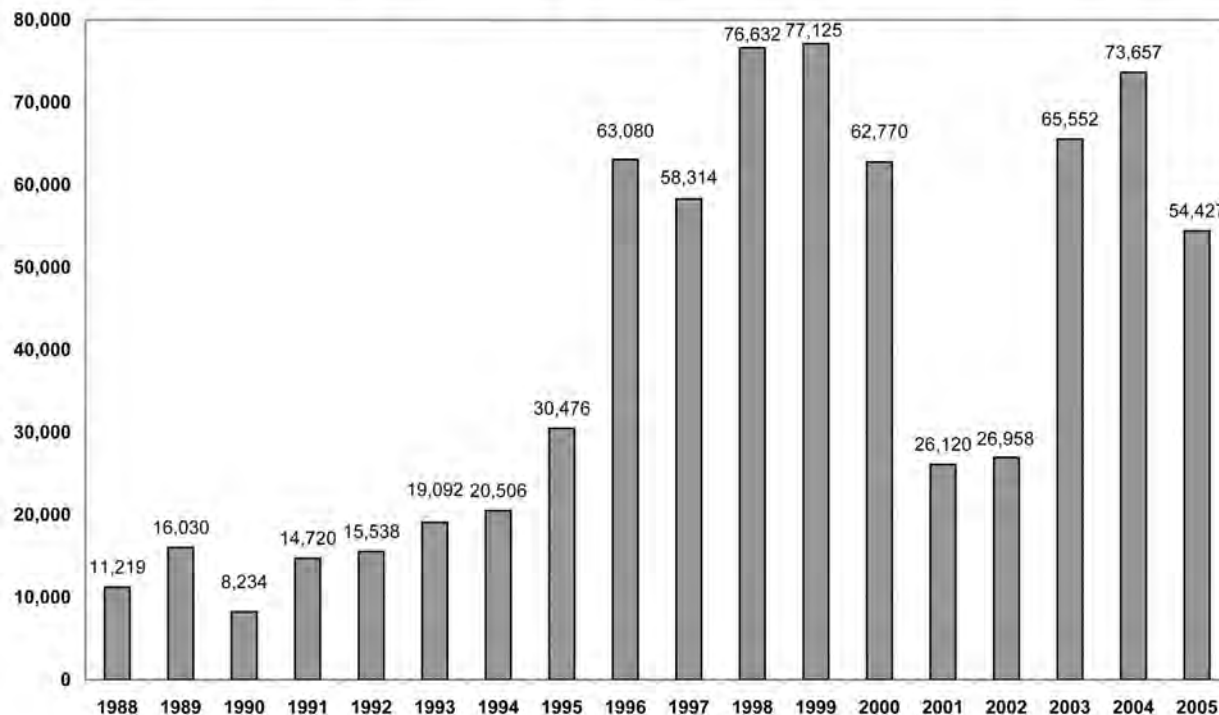
Geografia das Ocupações e Violência

Gráfico 01 - Brasil - Número de Ocupações de Terra - 1988 - 2005



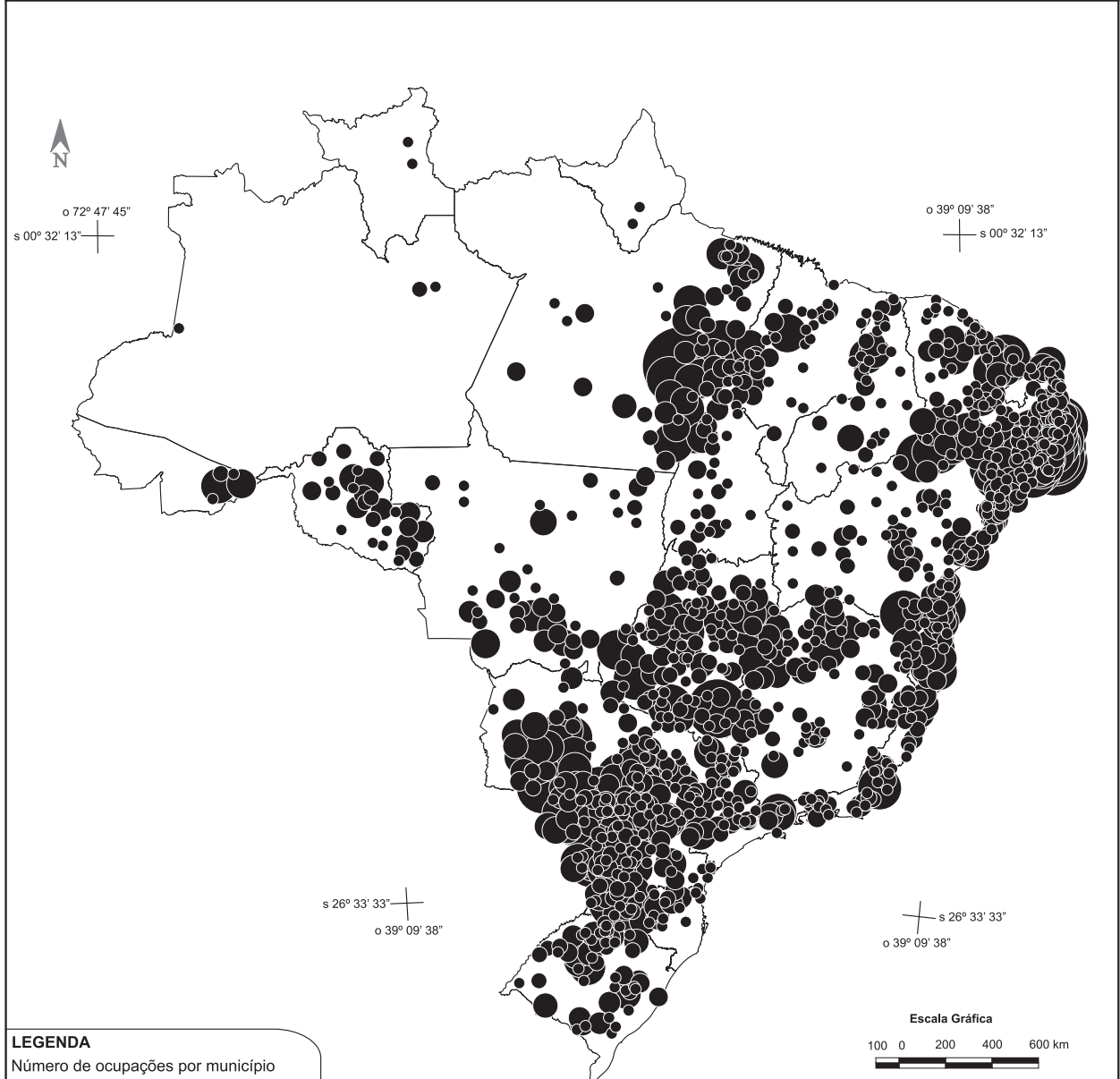
Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional, 2005

Gráfico 02 - Brasil - Ocupações de Terra - Número de Famílias 1988 - 2005



Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional, 2005

Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2005 Número de Ocupações



LEGENDA
Número de ocupações por município

- 48
- 30
- 15
- 5
- 1

ocupações

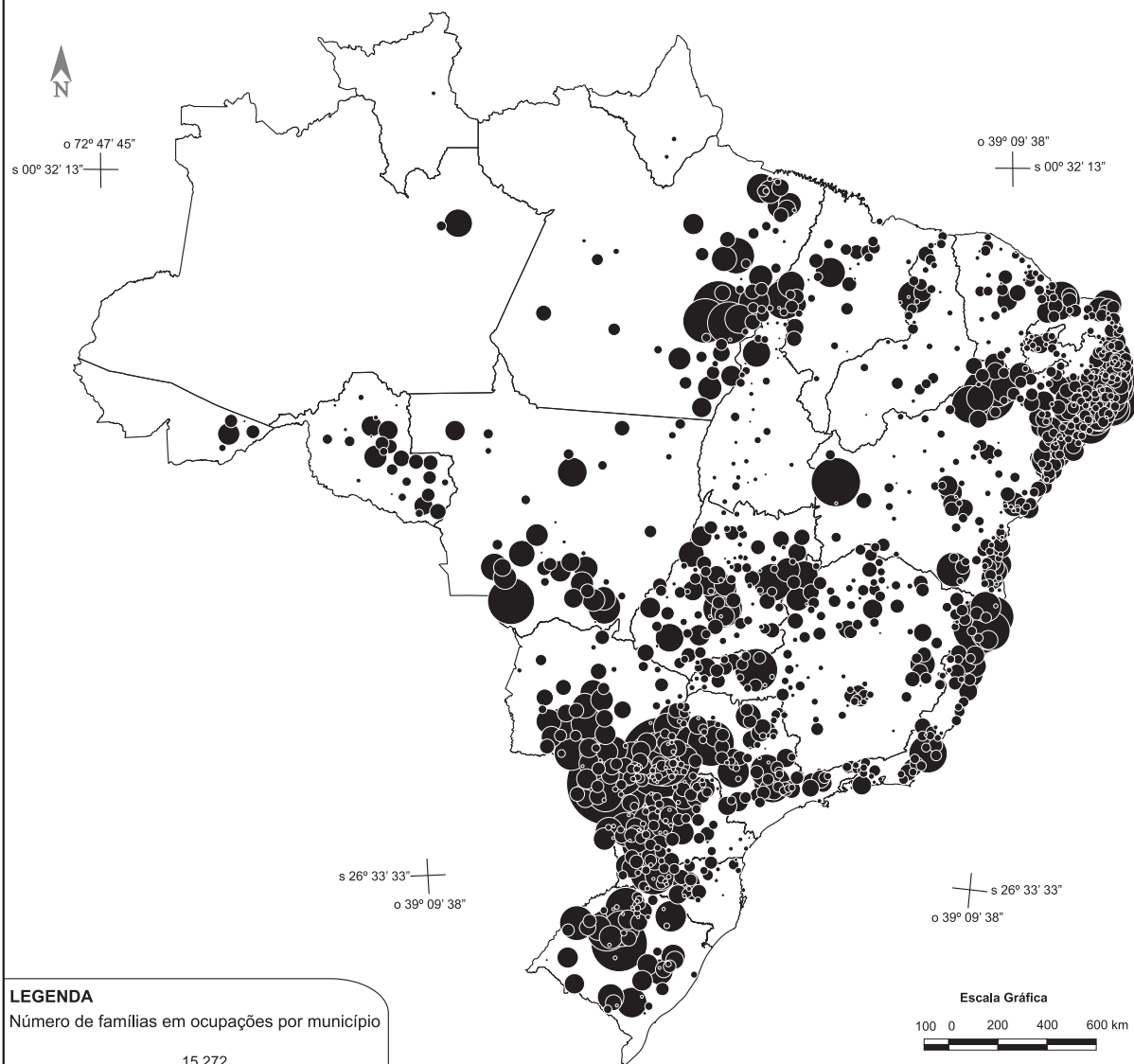
Dados: CPT - Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra

Escala Gráfica
100 0 200 400 600 km

© Eduardo Paulon GIRARDI
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra
Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente
Software de Cartomática: Philcarto
Software de SIG: SPRING
Base Cartográfica adaptada de: IBGE/INPE - 2001
Março de 2006

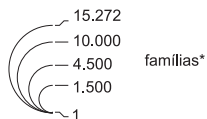
Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2005

Famílias em Ocupações



LEGENDA

Número de famílias em ocupações por município



*Calcula-se a média de cinco pessoas por família

Dados: CPT - Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra

© Eduardo Paulon GIRARDI

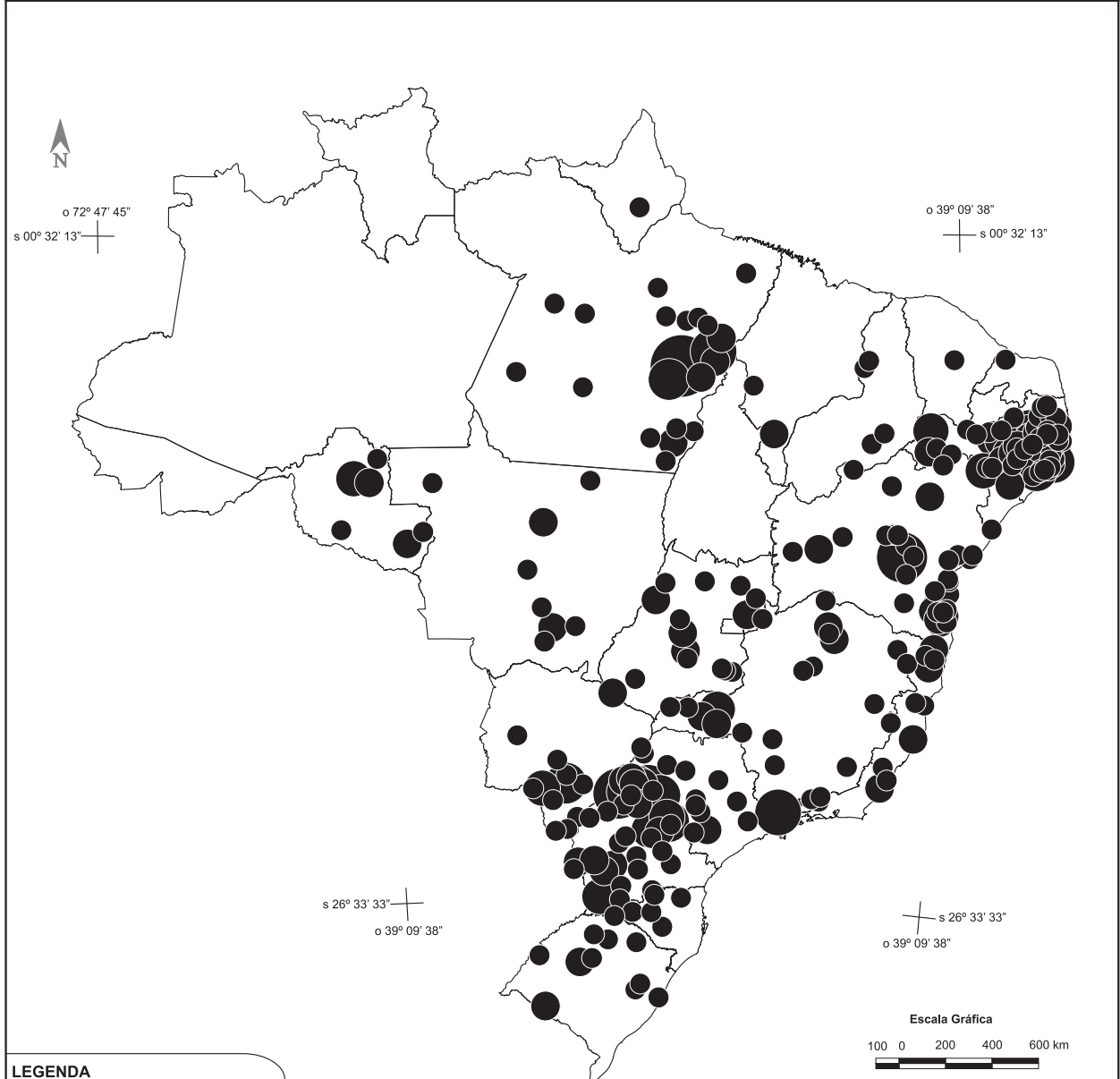
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra
Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes

FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente

Software de Cartomática: Philcarto
Software de SIG: SPRING
Base Cartográfica adaptada de: IBGE/INPE - 2001

Março de 2006

Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 2005 Número de Ocupações



LEGENDA
Número de ocupações por município

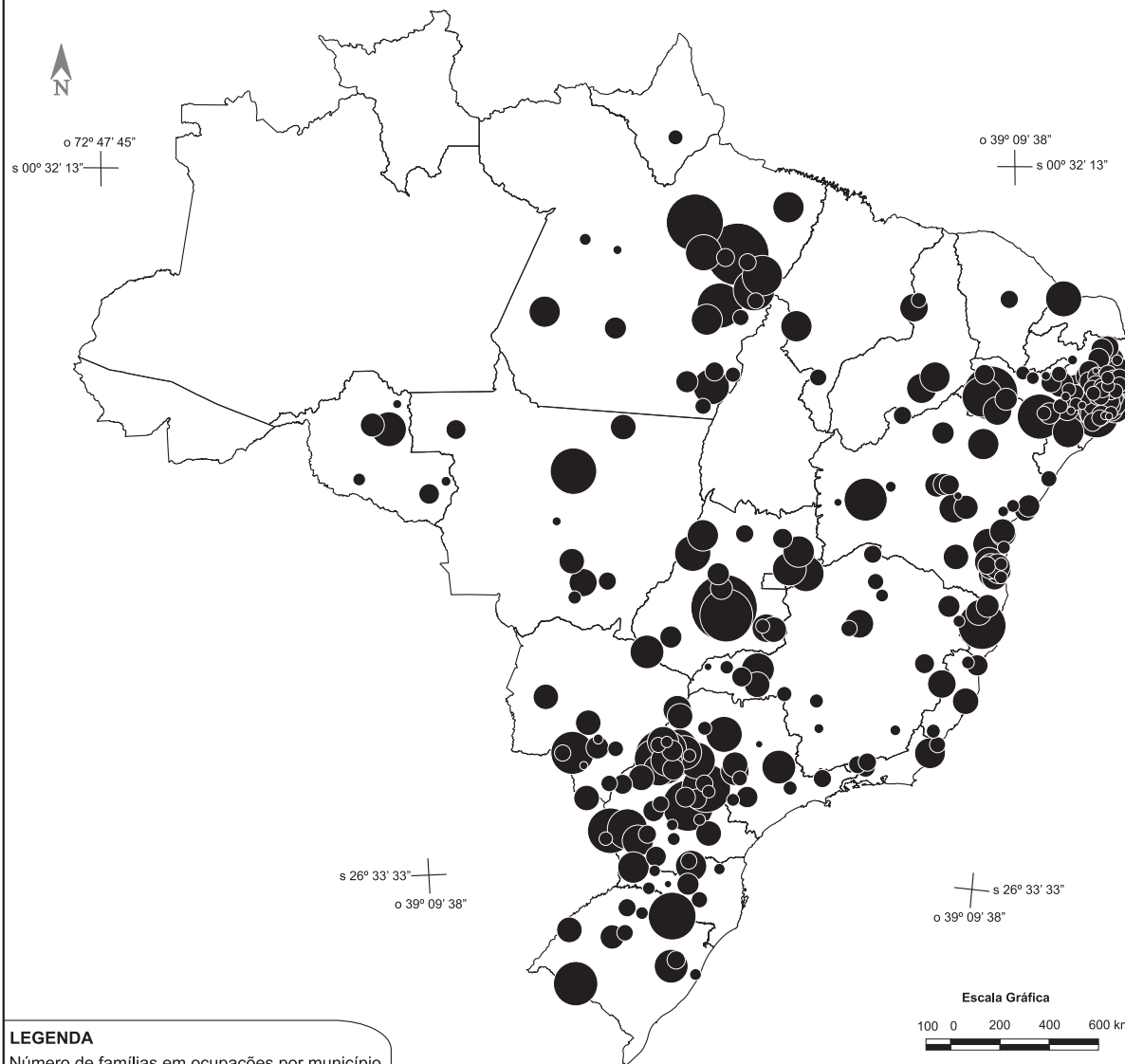


Dados: CPT - Comissão Pastoral da Terra

© Eduardo Paulon GIRARDI
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra
Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente
Software de Cartomática: Philcarto
Software de SIG: SPRING
Base Cartográfica adaptada de: IBGE/INPE - 2001
Março de 2006

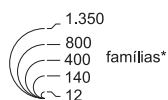
Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 2005

Famílias em Ocupações



LEGENDA

Número de famílias em ocupações por município



*Calcula-se a média de cinco pessoas por família

Dados: CPT - Comissão Pastoral da Terra

© Eduardo Paulon GIRARDI

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra
Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes

FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente

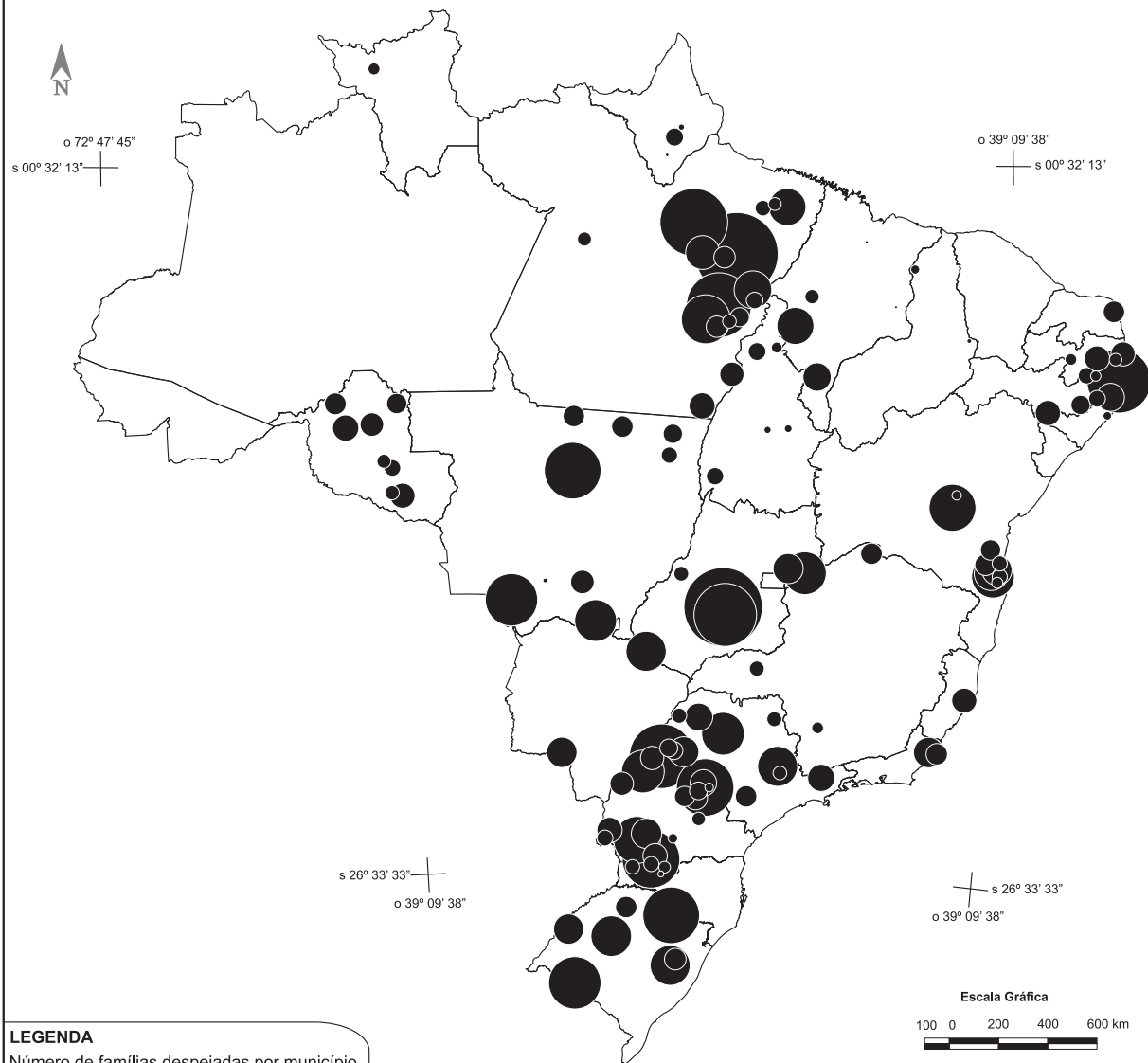
Software de Cartomática: Philcarto
Software de SIG: SPRING
Base Cartográfica adaptada de: IBGE/INPE - 2001

Março de 2006



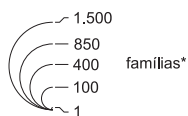
Brasil - Geografia dos Despejos da Terra - 2005

Famílias Despejadas



LEGENDA

Número de famílias despejadas por município



*Calcula-se a média de cinco pessoas por família

Dados: CPT - Comissão Pastoral da Terra

© Eduardo Paulon GIRARDI

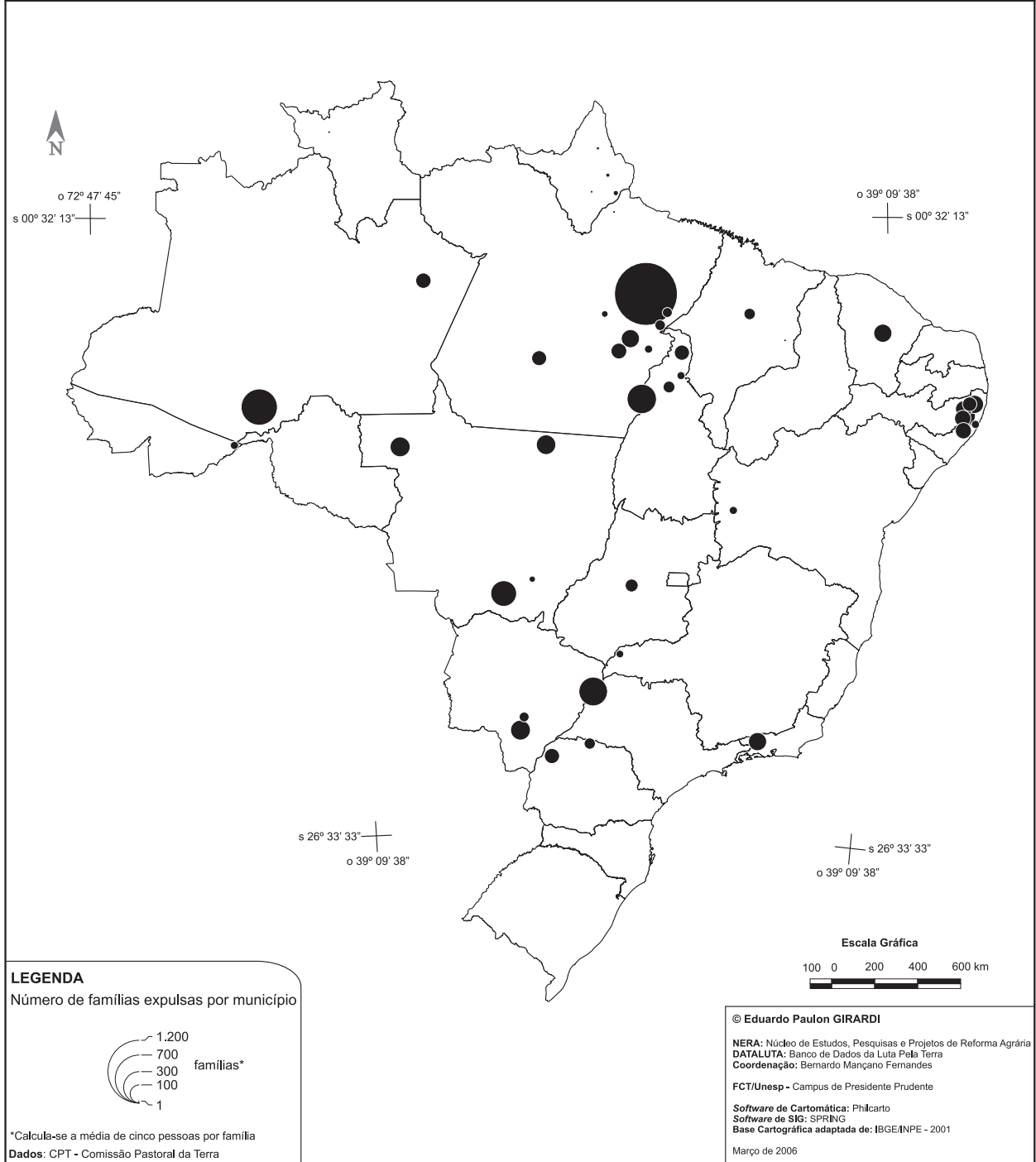
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra
Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes

FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente

Software de Cartomática: Philcarto
Software de SIG: SPRING
Base Cartográfica adaptada de: IBGE/INPE - 2001

Março de 2006

Brasil - Geografia das Expulsões da Terra - 2005 Famílias Expulsas



Brasil - Geografia dos Acampamentos - 2005

Famílias que acamparam em 2005*

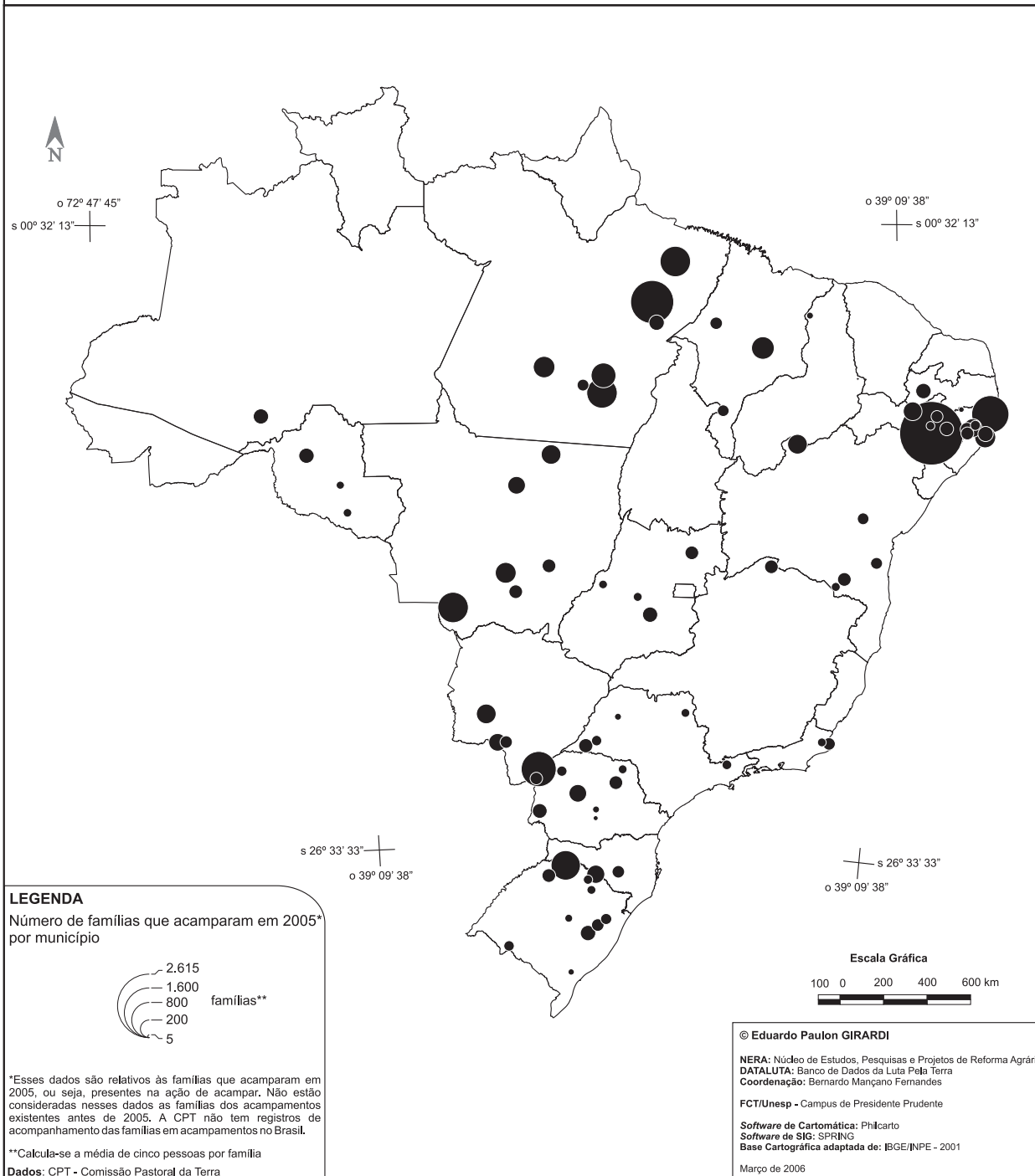




Foto: João Ripper

Acampamentos

Tabela 6: Acampamentos

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Alagoas				
Maragogi/ Porto Calvo	Acamp. às margens da AL-101 Norte/Faz. Junco e Prazeres	28/4/2005	286	MTL
Subtotal:		1	286	
Amazonas				
Lábrea	Acamp. no Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150	30/4/2005	150	SI
Subtotal:		1	150	
Bahia				
Campo Alegre de Lourdes	Acamp. diante da Faz. Mundo Novo	12/6/2005	250	STR
Cândido Sales	Área perto da Faz. Renascer	12/10/2005	52	MST
Gongogi	Acamp. às margens da Rod. Ubatã - Gongogi/Faz. São Jorge	12/1/2005	90	Ceta
Itaberaba	Acamp. às margens da BR-242	2/7/2005	88	MST
Vitória da Conquista	Acamp. Santo Dias/BA - 415/Faz. Felícia	28/8/2005	120	MTD
Subtotal:		5	600	
Goiás				
Alto Paraíso de Goiás	Acamp. perto da Com. Filantrópica Cidade da Fraternidade	5/9/2005	120	MST
Aparecida de Goiânia/ Hidrolândia	Acamp. Irmã Dorothy	12/3/2005	150	MST
Itaberaí	Acamp. perto da Faz. Califórnia	7/6/2005	50	MST
Jussara	Acamp. às margens da BR-070/Faz. Palmeiras	17/5/2005	48	Fetaeg
Subtotal:		4	368	
Maranhão				
Balsas	Acamp. perto do Jd. Iracema/Gleba Bebedouro	21/7/2005	88	SI
Bom Jesus das Selvas	Acamp. às margens da BR-050/Faz. Monte Cristo	14/2/2005	100	MLST
Tuntum	Acamp. diante da Fazenda OLS	5/10/2005	32	STR
Tuntum	Acamp. às margens da MA-226/Pov. Cigana	10/11/2005	300	SS
Subtotal:		4	520	
Mato Grosso				
Cáceres	Acamp. às margens da BR-070/Faz. Nova Mutum	6/6/2005	600	MST
Chapada dos Guimarães	Acampamento do Ribeirão do Itambê	1/1/2005	230	SS
Chapada dos Guimarães	Acampamento Gleba Concisão	1/1/2005	50	SS
Cláudia	Acampamento Nova Aliança	1/1/2005	200	CPT
Jaciara	Acampamento Gleba Jatobá	8/9/2005	120	SS
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Acampamento Gleba Gama	17/11/2005	250	CPT
Santo Antônio do Leste	Acampamento Gleba Cinco Lanças	8/8/2005	120	SS
Subtotal:		7	1570	
Mato Grosso do Sul				
Amambai/ Tacuru	Acamp. Vale da Esperança/Faz. Macaúba	13/10/2005		FAF
Antônio João	Acamp. às margens da MS-384/Nhanderu Marangatu	15/12/2005	200	Índios
Bonito	Acampamento em Bonito	20/3/2005	250	SS
Eldorado/ Mundo Novo	Acamp. 27 de Janeiro	27/1/2005	100	SI
Itaquiraí	Acamp. no Retiro Carrapicho/Faz. Santo Antônio	13/2/2005	400	MST
Itaquiraí	Acamp. às margens da BR-487/Faz. Santo Antônio	27/6/2005	400	MST
Ponta Porã	Acamp. diante da Faz. Silvestre	4/7/2005	100	CUT
Subtotal:		7	1450	
Minas Gerais				
Manga	Acamp. ao lado da Faz. Marilândia	17/10/2005	120	MST
Subtotal:		1	120	
Pará				
Acará/ Tailândia	Acamp. às margens de Urucuré	20/2/2005	600	SS
Altamira	Acamp. Bartolomeu Moraes da Silva/BR-163	1/3/2005	300	STR
Breu Branco	Acamp. ao lado da Faz. CCM/João do Óculos	6/8/2005	1200	STR
Jacundá	Acamp. próximo ao Rio Jacundá/PA-150	5/4/2005	150	STR
Ourlândia	Acamp. às margens da PA-279/Ao Lado Aeroporto	12/2/2005	600	Fetagri/PA
Portel	Acamp. ao lado da Faz. Jutaituba	30/8/2005	1000	MCNT
São Félix do Xingu	Acampamento Sumaúma	31/1/2005	90	SS
Tucumã	Acampamento Reforma Agrária Já	28/2/2005	400	SS
Subtotal:		8	4340	
Paraíba				
Piancó	Acamp. no Vale do Piancó	24/3/2005	152	MST
Subtotal:		1	152	

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Paraná				
Abatiã	Acamp. ao lado da Faz. Linda Flora	28/7/2005	50	OAC
Alto Paraíso	Acamp. ao lado da Faz. Estrela	15/5/2005	23	MUT
Guarapuava	Acamp. diante da Faz. Faxinal das Pedras	19/11/2005	16	MST
Luiziana	Acamp. na APA no Rio Valinho	14/8/2005	200	MST
Nova Olímpia	Acamp. às margens da PR-480	31/1/2005	67	SI
Ramilândia	Acamp. às margens da PRT-495/Faz. Formiga	20/9/2005	140	MST
Sapopema	Acamp. às margens da BR-369/Faz. Bom Sucesso	27/10/2005	120	Fetaep
Turvo	Acamp. às margens da PR-466	23/8/2005	30	SS
Subtotal:		8	646	
Pernambuco				
Barreiros	Acamp. às margens da PE-60/Eng. Manguinho	5/12/2005	150	MST
Belém de Maria	Acamp. ao lado da Faz. Barra de Estiva	28/9/2005	110	FetraF
Belém de Maria	Acamp. ao lado da Faz. Alto Alegre	28/9/2005	110	FetraF
Bonito	Acamp. ao lado do Eng. Tróia	18/4/2005	65	FetraF
Ibimirim	Acamp. ao lado da Faz. Tapuio	12/6/2005	50	Fetape
Manari	Acamp. Dorothy Stang/Faz. Lagoa	2/4/2005	2615	MST
Panelas	Acamp. ao lado da Faz. Pedra do Veado	20/3/2005	120	OLC
Pedra	Acamp. ao lado da Faz. Lagoa Seca	2/4/2005	120	OLC
Quipapã	Acamp. ao lado da Faz. Engenho Velho	17/4/2005	106	OLC
Santa Cruz do Capibaribe	Acamp. ao lado do Eng. Tanquinhos	12/6/2005	20	Fetape
São Lourenço da Mata	Acamp. no Codai/Eng. São João	17/7/2005	900	MST
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Faz. Serrinha	24/5/2005	50	Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Faz. Carnaúba	12/6/2005	100	Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Faz. Três Irmãos	12/6/2005	13	Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado do Eng. Encantado	12/6/2005	12	Fetape
Serra Talhada	Acamp. ao lado da Faz. Cachoeirinha	24/5/2005	50	Fetape
Sertânia	Acamp. ao lado da Faz. N. Sra. do Carmo	8/6/2005	20	MST
Sertânia	Acamp. ao lado da Faz. Juá	27/5/2005	70	MST
Subtotal:		18	4681	
Piauí				
Miguel Alves	Acamp. perto da Área Bom Princípio	30/8/2005	30	CPT/ Fetag/PI
Pio IX	Acamp. perto da Fazenda São Luís	24/11/2005	5	STR
Subtotal:		2	35	
Rio de Janeiro				
Campos dos Goytacazes	Acamp. Leonel Brizola/Faz. Boianga/BR-356	24/5/2005	50	Fetaerj
São João da Barra	Acamp. Mário Lago/Martinho Lage/Cambahyba	23/7/2005	100	MST
Subtotal:		2	150	
Rio Grande do Sul				
Arroio dos Ratos	Acampamento Unidos Venceremos	4/2/2005	150	MST
Barracão	Acampamento em Barracão	31/5/2005	210	MST
Capão do Leão	Acampamento em Capão do Leão	31/10/2005	25	MST
Coronel Bicaco	Acampamento em Coronel Bicaco	31/3/2005	120	MST
Ibiraiaras/ Muliterno	Acamp. às margens da BR-285/Índios Kaingang	18/7/2005	50	Índios
Nonoai	Acamp. às margens da RS-408/Km 21	30/9/2005	560	MST
Nova Hartz	Acamp. Jair Antônio da Costa/RS-239/Km 39/Daer	26/9/2005	80	MST
Nova Santa Rita	Acamp. Roseli Nunes/BR-386	21/10/2005	101	MST
Sananduva/ Cacique Doble	Acamp. às margens da RS-126/Índios Kaingang	31/3/2005	55	Índios
Santana do Livramento	Acampamento Novo	30/11/2005	70	MST
Vale do Sol	Acamp. Filhas da Terra/RS-287	12/2/2005	40	MST
Subtotal:		11	1461	
Rondônia				
Alta Floresta do Oeste	Acamp. perto da Faz. Itamar/Linha 70 com a 148	5/12/2005	46	SI
Alvorada do Oeste	Acamp. no Distrito de Nova Aliança/Linhas 48 e 44	4/10/2005	42	SI
Buritis	Acamp. na Sede da Asproprio/Faz. Cinco Estrelas e Indiana	7/10/2005	150	SI
Subtotal:		3	238	
Santa Catarina				
Correia Pinto	Acamp. em Águas Sulfurosas/Faz. S. Roque	27/3/2005	100	MST
Subtotal:		1	100	
São Paulo				
Álvares Machado	Acamp. Zumbi dos Palmares/Rod. Abílio Notari	29/1/2005	70	MST
Araçatuba	Acamp. às margens da Estrada do Angai/Faz. Araçã	12/9/2005	30	MST
Batatais	Acamp. Salete Strozake	17/2/2005	50	MST
Mirante do Paranapanema	Acamp. Zumbi dos Palmares/Faz. Sta. Luzia	2/2/2005	130	MST
Tremembé	Acamp. na SP-123/Rod. Floriano Rodrigues Pimenta	16/6/2005	60	MST
Subtotal:		5	340	

Municípios	Local do Acampamento	Data	Famílias	Organização
Tocantins				
Babaçulândia	Acampamento São Domingos	26/9/2005	26	SS
Subtotal:		1	26	
Total:		90	17233	



Foto: João Zinclar

Conflitos pela água

São Francisco: Rio da integração nacional ou da divisão regional?

No mês de setembro o Brasil foi pego de surpresa. Um bispo do interior da Bahia, da Diocese de Barras, recolhia-se numa pequena capela, em Cabrobó, PE, às margens do São Francisco e se declarava em greve de fome, anunciando ir até as últimas conseqüências. O motivo deste gesto: chamar a atenção de toda a sociedade brasileira sobre um projeto faraônico que consumiria bilhões de reais para transpor as águas do rio São Francisco para os Estados do Nordeste, assolados por constantes secas. Para a maior parte dos brasileiros, influenciados pela mídia, uma obra de redenção do Nordeste. Mas para Frei Luiz Cappio, que desde 1974 convive com os ribeirinhos do São Francisco, que entre 1992 e 1993, percorreu todo o rio desde sua nascente até sua foz, discutindo com as populações ribeirinhas a situação do rio, o projeto não é aquilo que se anuncia. Não melhorará em nada a realidade da população do semi-árido nordestino. Por isso seu gesto inusitado. “Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho”, afirmou ele ao iniciar este jejum.

Com seu ato dom Luiz conseguiu colocar para a opinião pública nacional que muitas pessoas sérias, muitos movimentos populares e grupos não concordavam com o projeto que era anunciado e estava sendo empurrado goela abaixo da nação brasileira. O grande rio da “integração nacional” na verdade estava se tornando o rio da divisão regional.

Depois de 11 dias desta greve de fome, dom Luiz suspendeu-a diante do compromisso do governo de efetuar o debate proposto.

Nos dias 14 e 15 de dezembro, dom Luiz convocou um Seminário “Pela Vida”. Reuniu pessoas interessadas - intelectuais, membros de movimentos sociais, ambientalistas. Dos debates surgiram três documentos que foram levados e entregues nas mãos do presidente Lula, na audiência que concedeu no final da tarde de 15 de dezembro:

o primeiro documento fala do Rio São Francisco, o processo de degradação em que se encontra, a farsa das propostas de revitalização existentes e propõe um profundo processo de revitalização.

O segundo expõe os motivos pelos quais muitos no Brasil todo são contra o projeto de transposição.

E o terceiro apresenta propostas para uma convivência saudável com o semi-árido: A necessidade de se fazer uma reforma hídrica para que todas as famílias tenham água, uma reforma agrária apropriada às condições do semi-árido que garanta o acesso à terra àqueles que delas necessitam para seu sustento, a demarcação e titulação das terras dos indígenas, dos quilombolas e das comunidades ribeirinhas. Apresenta ainda propostas socioculturais, como a necessidade de políticas públicas que permitam a participação popular, a defesa, preservação e a recuperação da cultura. O projeto traz ainda propostas institucionais que garantam o controle da sociedade sobre as políticas para o semi-árido e políticas para o desenvolvimento sócio-ambiental sustentável.

Apresentamos a seguir o segundo documento:

Por que somos contrários ao Projeto de Transposição de águas do Rio São Francisco proposto pelo governo federal ¹

A água se tornou o tema principal de todas as agendas que se preocupam com o meio ambiente e com o futuro da vida no planeta Terra.

A escassez de água no mundo preocupa a todos. Cresce a consciência do valor da água de boa qualidade, da necessidade de preservar suas fontes, racionalizar seu uso e promover a recuperação dos mananciais danificados.

Hoje, com todo processo de degradação da água disponível, e considerando a realidade de 1,2 bilhão de pessoas sem acesso à água potável no planeta (ONU), sendo 45 milhões no Brasil (Ministério das Cidades), se exige uma nova concepção na gestão da água, de cuidado e aproveitamento de cada gota d'água disponível.

Esse Projeto de Transposição representa um modo retrógrado de gestão das águas. É uma obra na contramão da História.

1. Uma obra socialmente injusta.

É consenso mundial que a prioridade no uso das águas deve ser o abastecimento humano e animal, bem como a garantia da biodiversidade. No Semi-Árido brasileiro, temos 2,2 milhões de famílias espalhadas no meio rural (aproximadamente 13 milhões de pessoas), a chamada população difusa. Essa população não tem acesso à água com segurança biológica (2 litros de água/pessoa/dia), nem com segurança doméstica (40 litros de água/pessoa/dia). Do ponto de vista ético, essa é a população prioritária no investimento público na questão da água.

O Projeto, de custos iniciais de R\$ 4,5 bilhões de reais, deverá comprometer grande parte dos recursos públicos de muitos anos no Nordeste. Entretanto, as águas desviadas vão passar dis-

tante da grande maioria da população rural do sertão atingida pela seca, sendo essa a população sem acesso à água.

O Projeto de Transposição não prioriza o abastecimento humano e animal, que o governo federal divulga como o objetivo do Projeto. Na verdade, as águas transpostas destinam-se a irrigação, criação de camarão, usos industriais, invertendo a prioridade do acesso à água e da utilização dos recursos públicos.

Do mesmo modo, o Projeto também é injusto para as populações da Bacia do São Francisco, que embora estejam próximas do rio sofrem com a falta d'água.

2. Uma obra espacialmente insignificante.

A abrangência espacial da obra é insignificante no contexto do Semi-Árido. O Projeto de Transposição, segundo consta no RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), deverá abranger no máximo a área de 7% do Semi-Árido. Assim, mais de 90% do território do Semi-Árido e suas populações continuarão na mesma situação de abandono e indigência em que se encontram hoje. Levando em consideração o padrão da ONU, de que a água a um quilômetro de distância das famílias já é um problema, a obra revela sua irrelevância espacial. A população difusa continuará marginalizada do acesso à água.

3. Existe água no Nordeste Setentrional.

A região possui água suficiente para atender plenamente e com segurança as demandas urbanas e agrícolas atuais. O atendimento das

1. Documento produzido no Seminário "Pela Vida", 14 e 15/12/2005.

demandas futuras decorrentes de usos econômicos, como novos projetos de irrigação, industriais, carcinicultura, etc., deve ser considerado no contexto do desenvolvimento sustentável.

Dados oficiais dos Planos de Recursos Hídricos dos estados da região revelam um quadro bastante favorável em termos de disponibilidade hídrica. O Ceará tem potencial para atender com segurança até quatro vezes as demandas atuais por água para todos os usos; o Rio Grande do Norte, mais de duas vezes; e a Paraíba, uma vez e meia. Portanto, pode-se afirmar com segurança que, ao contrário do discurso oficial, não existe déficit hídrico nos estados beneficiados que justifique um projeto da magnitude do que está sendo proposto para a transposição.

A problemática das secas no Nordeste Setentrional é a mesma do Semi-Árido brasileiro como um todo. Reflete a falta de uma política adequada e efetiva que promova a adaptação do homem, principalmente de sua economia, ao desenvolvimento sustentável, e que desenvolva instrumentos de gestão e infra-estrutura que possibilitem o acesso à água.

4. O Projeto de Transposição manipula e omite dados oficiais.

A divergência entre os dados apresentados pelo Projeto e outras fontes oficiais aponta indícios de manipulação e omissão de dados com o intuito de demonstrar a existência de déficit hídrico nas bacias receptoras e justificar a necessidade da obra. Os estudos apresentados desprezaram as águas subterrâneas no balanço hídrico das bacias receptoras, de relevância para comprovar a oferta realmente existente.

No estudo de impacto ambiental apresentado, não foi considerada a possibilidade de se fazer transposições internas nas bacias receptoras, de regiões com superávit para outras com déficit hídrico. O governo federal adotou critérios diferenciados para o cálculo das ofertas de água na Bacia do Rio São Francisco e nas bacias receptoras.

5. O Projeto de Transposição não trará desenvolvimento socioambiental sustentável para o Nordeste.

O Projeto de Transposição será um verdadeiro “presente de grego” para a região. Tal Projeto significa um retrocesso, pois vai na contramão das políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas na região nos últimos anos, cujo alvo é o desenvolvimento sustentável a partir da democratização do acesso à água e da gestão participativa dos recursos hídricos.

Ao contrário, com o Projeto de Transposição cria-se uma dependência da região em relação à água do Rio São Francisco, um recurso natural escasso, em visível processo de degradação, caro e conflitante.

Hoje, no Nordeste, não se cobra pela água bruta. Os custos da água para uso agrícola dizem respeito apenas ao bombeamento da fonte de suprimento até a área agrícola. Com a transposição, vai-se pagar muito caro pelo uso da água transposta. Será, no mínimo, cinco vezes maior que os valores atualmente praticados na região. Este fato deverá restringir bastante a inserção dos produtos hidroagrícolas das bacias receptoras no mercado globalizado, atual e futuro, extremamente competitivo. Nesse sentido, é um projeto economicamente inviável.

Para garantir o uso econômico da água, o Projeto supõe o mecanismo de subsídio cruzado, pelo qual serão as populações urbanas a garantir o pagamento do seu elevado custo.

6. O Projeto de Transposição privilegia os grandes em detrimento dos pequenos.

Os verdadeiros beneficiários do Projeto constituíram um fortíssimo lobby para arrancar dos cofres públicos e da sociedade brasileira esta obra. O governo alega que 12 milhões de pessoas, população das bacias receptoras em 2005, serão beneficiadas pela transposição. Entretanto, na prática,

as pessoas dessas bacias já poderiam estar sendo atendidas pelas águas existentes. Atualmente, 3/4 das populações dessas bacias moram em cidades que são assistidas por sistemas públicos de água, com uma cobertura superior a 90%.

A infra-estrutura atual na região teria capacidade para distribuir a água do Rio São Francisco para apenas 1/4 dessa população. A rota da água, no Projeto, passará a dezenas e até a centenas de quilômetros das regiões mais necessitadas. Na prática, o Projeto deverá “chover no molhado”, transferindo águas do Rio São Francisco para os leitos, a maior parte já perenizados, dos maiores rios do Nordeste Setentrional, ampliando os estoques de água dos maiores reservatórios da região, como é o caso dos reservatórios Castanhão, no Ceará (6,7 bilhões m³), e Eng. Armando Ribeiro Gonçalves, no Rio Grande do Norte (2,4 bilhões de m³).

7. Uma filosofia perversa norteia a obra.

O próprio governo reconhece que a transposição não é para levar água a quem tem sede. Na “Caracterização do Projeto” (n.2.1.2.1), segundo o site do Ministério da Integração, se lê: “Embora o abastecimento doméstico possa ser, em princípio, suprido com os açudes existentes, o fato é que, em algumas bacias, o nível de comprometimento com os usos múltiplos da água vão se tornando críticos, com a prioridade dada aos usos urbanos interferindo com as atividades produtivas da população rural e até do consumo industrial. A inibição de atividades produtivas já aparece clara, por falta de planejamento de médio prazo ou por inviabilidade de novas outorgas d’água, na medida em que usuários já estabelecidos pressionam por manter seus direitos de uso, mesmo quando não prioritários para consumo humano. Os conflitos tendem a se agravar, tornando a gestão da água complexa e afastando o investimento privado, em face dos riscos envolvidos”.

Está implícita neste parágrafo toda a filosofia da obra. O próprio Ministério diz “que há água para o abastecimento doméstico na região”. Portanto, o problema fundamental não é a sede humana, tão decantada na propaganda oficial. O problema é a “inibição de atividades produtivas”, porque “usuários já estabelecidos pressionam por manter seus direitos de uso, mesmo quando não prioritários para consumo humano”. Ora, se toda vez que usuários forcem para garantir mais água para suas atividades econômicas o consumo humano for sacrificado, estabeleceremos a inversão definitiva das prioridades.

Enfim, o uso econômico da água tem limite, e a nova gestão das águas exige que ela seja gerenciada dentro dos limites. Rompidos estes limites se estabelece o caos.

8. O Projeto de Transposição viola direitos das populações tradicionais.

Os Estudos de Impacto Ambiental do Projeto desconsideraram a existência dos 34 povos indígenas e das 156 comunidades quilombolas, e de um sem-número de populações ribeirinhas, ignorando sua interação com a bacia do São Francisco, sua cultura e sua história de respeito à natureza, esquecendo que esses povos contribuem para o contorno da identidade nacional, com a diversidade e a riqueza étnico-cultural da população do Brasil.

Mais que isso, os estudos desconsideraram os impactos sociais que existirão com a realização da obra, por exemplo, a redução de território de povos indígenas, como aconteceu nos processos de implantação de hidroelétricas no São Francisco, tendo o deslocamento provocado a desagregação desses povos.

Considerando a importância da interação entre os povos indígenas com os elementos da natureza, a Constituição Federal de 1988 lhes assegura, no art. 231, o direito de serem ouvidos formalmente em casos de utilização de recursos natu-

rais em suas terras. O ponto de captação do Projeto para o Eixo Norte passa a menos de cem metros da Ilha de Assunção em Cabrobó, território do Povo Truká, que não está sendo respeitado. Ainda, a Constituição prevê, no art. 49, XVI, a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar a utilização de recursos hídricos em terra indígena, e o Congresso Nacional não foi chamado a falar sobre o assunto.

9. O Projeto de Transposição é ilegal e vem sendo conduzido arbitrariamente.

O diálogo do governo federal com a sociedade civil nunca existiu. O governo se dirige à população da bacia ou a qualquer brasileiro que tenha críticas à transposição como egoístas, desinformados, opositores políticos, não sendo respeitado nenhum posicionamento contrário.

O governo, todas as vezes que apresentou para algum segmento da sociedade o Projeto, não incorporou nenhuma crítica. Embora diga que a sociedade civil da bacia não quis debater o Projeto nas audiências públicas, essa não é a verdade. O que a sociedade não aceitou foi a convocação de audiências apenas de modo formal, sem garantir a participação efetiva das comunidades da bacia, pois foram convocadas para as capitais dos estados, distantes mais de 800 quilômetros da bacia, em datas, locais e horários inapropriados.

O Projeto contraria a legislação de recursos hídricos, pois pela Lei n. 9433/97 determina que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, e que os usos da água sejam estabelecidos no Plano de Bacia e aprovados pelo Comitê de Bacia. O Comitê da Bacia do São Francisco decidiu no Plano Decenal que possíveis alocações externas de água somente poderão ocorrer em casos de abastecimento humano e dessedentação animal, comprovada a escassez. O Projeto, contrariando a decisão, prevê outros usos, como irrigação, criação de camarão, etc., já autorizados pela ANA (Agência Nacional de Águas) ilegalmente.

As leis de proteção ambiental são frontalmente desrespeitadas. Os estudos realizados desconsideram o diagnóstico da Bacia do São Francisco e os impactos negativos do Projeto na própria bacia, faltando importantes informações quanto aos impactos sobre o meio físico, sobre animais e vegetação, e sobre o meio social.

Os estudos realizados são insuficientes. Esse é o pensamento de professores universitários, militantes do movimento ambientalista, técnicos das mais diversas áreas, inclusive da equipe técnica do Ibama, de advogados e promotores da Justiça, de procuradores da República, tanto assim que foram propostas ações judiciais que pedem a complementação dos estudos, e todas ainda se encontram sem decisão final. Mas as obras estão impedidas, desde dezembro de 2004, em razão dessas omissões.

10. O Projeto de Transposição gera desarmonia e divisão nacional.

O Projeto de Transposição conseguiu criar uma grande desarmonia nacional e uma divisão entre um pretense Nordeste Setentrional contra um Nordeste Meridional. Na realidade, não existem dois Nordeste. Existe apenas um, com regiões semi-áridas que apresentam especificidades, mas que têm grandes problemas comuns, cujas soluções devem ser buscadas conjuntamente. Um projeto de desenvolvimento sustentável para o Semi-Árido brasileiro deve abranger o espaço compreendido pelos “dois” Nordeste, sem dividi-los nem criar animosidade entre as respectivas populações, como a concepção do atual Projeto sugere.

O São Francisco é o Rio da Integração e Unidade Nacional, e a Vida para seu povo deve ser buscada dentro desse princípio salutar de comunhão e jamais de divisão.

Esperamos que o governo federal tenha a grandeza de ouvir os apelos e as contribuições salutarres e inteligentes da Nação, que deseja ardentemente a Paz e o Bem para todos os brasileiros.

Tabela 7: Conflitos pela água

Municípios	Nome do Lugar	Data	Famílias	Tipo do Conflito	Situação do Conflito
Acre					
Brasiléia	Resex Chico Mendes	10/8/2005	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	300		
Alagoas					
Água Branca	Fazenda Chupete	16/1/2005	150	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Porto Real do Colégio	Transposição do Rio São Francisco	22/3/2005		Uso e preservação	Divergência
Subtotal:		2	150		
Amapá					
Ferreira Gomes	Rio Tracajatuba/Igarapé Mirim/Sólida Mineração	12/5/2005		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mazagão/ Porto Grande	Rio Vilanova/Amapari	1/1/2005	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pedra Branca do Amapari	Vilagem do Meio/Igarapé William/MPBA/EBX	30/8/2005	30	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		3	330		
Amazonas					
Iranduba	Comunidade Lago do Limão	15/1/2005	300	Uso e preservação	Pesca predatória
Itacoatiara	Lago do Serpa	30/8/2005	5	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Tefé	Resex do Catuá/Ipixuna/Com. Stª, Luzia e Bela Conquista	1/10/2005	5	Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:		3	310		
Bahia					
Bom Jesus da Lapa	Com. Remanescente de Quilombo de Piranhas	8/9/2005	70	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Capim Grosso/ Caém	Barragem de Pedras Altas	1/6/2005	223	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Eunápolis/ Itabela	Faz. Água Vermelha/Bom Jardim/Veracel Celulose/Pataxó	21/9/2005	40	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Igaporã	Barragem de Lagoa da Torta	22/8/2005	120	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Jaguaripe	Povoado Ilha da Ajuda	22/11/2005	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Queimadas/ Ponto Novo	Barragem de Ponto Novo	30/8/2005	120	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Salinas da Margarida	Empresa Maricultura Valença	17/3/2005	2	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Subtotal:		7	775		
Ceará					
Jaguaribara	Barragem Castanhão	17/3/2005	1847	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
São João do Jaguaribe	Assentamento Charneca	12/3/2005	80	Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Tabuleiro do Norte	Comunidade Cajueiro	12/3/2005	270	Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		3	2197		
Distrito Federal					
Ceilândia	Núcleo Rural Boa Esperança/Chácara Cajueiro	19/6/2005	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	300		
Goiás					
Minaçu	Usina Hidrelétrica de Cana Brava	25/5/2005	986	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Minaçu/ Uruaçu	Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa	23/5/2005	925	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Subtotal:		2	1911		
Maranhão					
São Luís	Rio Flores	20/10/2005		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Vila Nova dos Martírios	Assentamento Deus Proteja/Gleba 01	25/9/2005	140	Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:		2	140		
Mato Grosso					
Cáceres	Assentamento Corixinha	12/8/2005		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água

Municípios	Nome do Lugar	Data	Famílias	Tipo do Conflito	Situação do Conflito
Cáceres	Assentamento Bom Sucesso	12/8/2005		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Cáceres	Assentamento Nova Esperança	12/8/2005		Sem Informação	Diminuição do acesso à Água
Cáceres	Assentamento Rancho da Saudade	12/8/2005		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Cáceres	Assentamento Barraqueira	12/8/2005		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Cáceres	Assentamento Katira	12/8/2005	80	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Cáceres	Assentamento Jatobá	12/8/2005		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Canarana	Aldeira Tuatuari/H. Paratininga/Rio Kuluene	29/12/2005	42	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Chapada dos Guimarães	Us. de Manso/Mamede/Campestre/Água Branca/Bom Jardim/Quilombo	12/11/2005	1065	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Subtotal:		9	1187		
Mato Grosso do Sul					
Ponta Porã	Assentamento Dorcelina Folador	29/7/2005	58	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Subtotal:		1	58		
Minas Gerais					
Aimorés/ Manhuaçu/ Resplendor/ Itueta	Usina Hidrelétrica de Aimorés	23/7/2005	50	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Berizal/ Taiobeiras	Barragem de Berizal	21/5/2005	456	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Grão Mogol/ Berilo/ José Gonçalves de Minas/ Leme do Prado	Usina de Irapé/Porto Coris/42 Comunidades	9/4/2005	1500	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Indaiabira	Pivôs no Rio Pardo/Faz. de Ronaldo Pena	21/5/2005	30	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Nova Lima	Mina de Ferro Capão Xavier	8/3/2005		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Rio Casca	PCH Jurumirim	8/3/2005	90	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Salinas/ Turmalina/ Coronel Murta	Usina Hidrelétrica de Murta	10/4/2005	924	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Santa Cruz do Escalvado/ São Sebastião de Soberbo	US. H. Risoleta Neves/Candongá	14/2/2005	1000	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Três Marias	Barragem Três Marias/Cia. Mineira de Metais	1/11/2005		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		9	4050		
Pará					
São Félix do Xingu/ Redenção	T.I. Kayapó-Crocaimoro/Grupo CR Almeida	19/4/2005	792	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte	14/3/2005	4000	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		2	4792		
Paraíba					
Aroeiras	Barragem Acauã	23/2/2005	500	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		1	500		
Paraná					
Adrianópolis/ Cerro Azul/ Doutor Ulysses	UHE Tijuco Alto	27/7/2005	580	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Clevelândia	Barragem do Rio Chopim	19/4/2005	1300	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Saudade do Iguaçu	Barragem de Salto Santiago e Salto Osório	28/6/2005	5000	Uso e preservação	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		3	6880		
Pernambuco					
Cabrobó	Índios Truká	22/5/2005	700	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Cabrobó	Transposição do Rio São Francisco	26/9/2005		Uso e preservação	Divergência
Iguaraci	Fazenda Varzinha	1/1/2005	18	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		3	718		
Piauí					

Municípios	Nome do Lugar	Data	Famílias	Tipo do Conflito	Situação do Conflito
Gilbués	Boqueirão	26/4/2005	50	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Queimada Nova	Com. Quilombola Sumidouro	30/8/2005	26	Apropriação Particular	Divergência
Várzea Branca	Área em Várzea Branca	9/6/2005	20	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		3	96		
Rio de Janeiro					
Itaboraí/ Guapimirim/ Magé	APA Guapimirim/Colônia Z-8	27/4/2005		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itaboraí/ Guapimirim/ Magé	APA Guapimirim/Colônia Z-8	3/9/2005	600	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Rio de Janeiro	Colônia Vila do Sangue	28/8/2005	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		3	670		
Rio Grande do Sul					
Barracão	Usina Hidrelétrica de São Bernardo	6/2/2005	150	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Palmares do Sul	P. A na Granja Vargas	25/2/2005	62	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Pinhal da Serra	Usina Hidrelétrica de Barra Grande	26/1/2005	1500	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Subtotal:		3	1712		
Rondônia					
Candeias do Jamari	Usina Hidrelétrica de Samuel	15/3/2005	620	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		1	620		
Santa Catarina					
Águas de Chapecó/ Caxambu do Sul	Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó	22/5/2005	3500	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Campos Novos	Usina de Campos Novos	12/3/2005		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Campos Novos	Usina de Campos Novos	1/11/2005	247	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Doutor Pedrinho/ José Boiteux/ Vítor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/La Klão/B. Norte	24/1/2005	403	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		4	4150		
São Paulo					
Capivari	Quilombo Capivari/Sítio Santa Rita	6/12/2005	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Ribeira/ Itaoca	Barragem do Tijuco Alto	18/4/2005	576	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Santo Antônio de Posse	Aterro Mantovani	26/5/2005		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		3	577		
Tocantins					
Formoso do Araguaia/ Cristalândia/ Piúm	T. I. Iñawébohona/Aldeia Boto Velho/Javaé	10/8/2005	20	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Goiatins/ Itacajá	Reserva Indígena Kraolândia	17/3/2005	20	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	40		
Total:		71	32463		

Os Conflitos pela Água

Roberto Malvezzi (Gogó)

Membro da Coordenação Nacional da CPT

As guerras pela água se tornam a cada dia uma possibilidade mais real. Afinal, estamos lidando com um dos sustentáculos da vida. A guerra entre árabes e israelenses, a batalha civil de Cochabamba, a situação crítica da Turquia, são algumas situações dramáticas que passam pelo uso e preservação da água.

O uso intenso da água na irrigação de produtos que não são de primeira necessidade - o caso da cana-de-açúcar no Nordeste para produzir álcool e açúcar -, a poluição dos mananciais, o sobreuso dos mananciais de superfície e subterrâneos, o próprio aquecimento global, são ações humanas que interferem no ciclo das águas e na qualidade das águas disponíveis. Os últimos dados da ONU já afirmam que até a metade do século sete bilhões de pessoas terão escassez de água em 60 países, mas que se as políticas corretas forem tomadas, esses números poderão ser reduzidos "a meros dois bilhões de pessoas em 48 países".

A Comissão Pastoral da Terra, que desde 1985 registra os conflitos pela terra nesse país, há quatro anos passou também a registrar os conflitos pela água, particularmente no meio rural. A evolução do número de conflitos é assombrosa, mesmo com a ressalva que nos primeiros anos a falta de prática nessa temática influenciou diretamente o baixo registro dos casos. O aumento dos registros se dá pela atenção dos agentes nesse tipo de conflito, mas também pelo aumento real dos casos. A disputa pela água nesse país, ilustrada pelo caso simbólico do rio São Francisco, é fato real.

Ano	N. Conflitos	Famílias Atingidas
2002	8	227
2003	20	9601
2004	60	21949
2005	71	32463

No ano de 2005, a CPT registrou 71 conflitos, envolvendo 32.463 famílias, aproximadamente 160 mil pessoas, portanto, números extremamente significativos. Do ponto de vista espacial, os conflitos estendem-se por todo território brasileiro. Vinte e três unidades da Federação registram conflitos pela água, portanto, muito além da idéia vulgar de que o problema da água situa-se no Nordeste brasileiro. O Mato Grosso e Minas Gerais registram nove casos em cada Estado.

As causas são múltiplas, mas uma predomina. São 29 conflitos cuja causa é a construção de açudes ou barragens. Esses dados revelam e confirmam a experiência prática vivida pelos atingidos por barragens também durante esse governo. O MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), movimento organizado que mais "tem apanhado", é vítima exatamente de uma política que privilegia a água como matriz energética brasileira.

Mas não é só. A apropriação particular da água é fonte de sete conflitos. Além disso, a causa de 19 conflitos é o mau uso e a má preservação dos mananciais. Assim a população torna-se excluída do uso da água seja por destruição do manancial, seja por poluição ou

simplesmente por impedimento ou diminuição do acesso à água.

A Campanha da Fraternidade de 2004, “Água, Fonte de Vida”, já registrava a reflexão internacional de que a ganância e a irresponsabilidade no uso da água poderiam levar a conflitos e guerras. Entretanto, ressaltava que, o mesmo fator que pode gerar guerras pode gerar a fraternidade e a solidariedade entre os povos. Propunha que a água fosse um instrumento de paz, não de guerras. Esse é o dilema cada vez mais palpável para a humanidade, isto é, fazer da água um objeto de cobiça e fonte de guerras, ou fazer da água um meio de fraternidade e paz entre os povos. O Brasil terá que escolher.

O que vai definir o rumo brasileiro na gestão das águas será nossa política de águas. Constitucionalmente a água é um bem da União, portanto, de todo povo brasileiro. Porém, a Campanha da Fraternidade já evidenciava as contradições da nossa Lei de Recursos Hídricos, que

também instituiu a política nacional de recursos hídricos, fundada exclusivamente no “valor econômico” e na visão “recursista” da água. “É uma visão reducionista”, já acusava o texto-base da Campanha. Os desdobramentos vão comprovando que os bispos tinham razão.

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, uma dimensão boa dessa lei, ainda em implantação, foi profundamente abalado pela decisão do governo federal de menosprezar as decisões do Comitê de Bacia do São Francisco, insistindo na transposição de águas para o Nordeste Setentrional, sem comprovar a necessidade para consumo humano.

Portanto, embora pese o discurso brasileiro de “uma nova cultura da água” e a construção de um “Plano Nacional de Recursos Hídricos”, a prática é ambígua e com muitas contradições. Nada está perdido, nada está ganho. Cabe ao povo brasileiro, se necessário em conflito com seus governos, decidir o destino de nossas águas. O número crescente de conflitos é um mau sinal.



Foto: João Zinclar

Conflitos Trabalhistas

Erradicação do Trabalho Escravo? Ficou para outra vez.

Xavier Plassat

Frei dominicano e membro da coordenação nacional da Campanha Nacional de Combate e Prevenção do Trabalho Escravo.

O inesperado surto de febre aftosa em rebanhos do Centro-Oeste do Brasil, no final de 2005, despertou no mundo uma onda de preocupação que foi bem além do fato em si. Mais de 50 países fecharam suas portas à carne bovina brasileira. Num setor que ia bater mais um recorde de exportação, o clima despencou da euforia para o desespero. Pela primeira vez, o 'mercado' externalizou sua desconfiança em termos que ultrapassam a mera precaução face ao risco sanitário. Grandes jornais internacionais não pouparam manchetes para concentrar numa única reprovção o desastre ambiental, o descontrole sanitário e a vergonhosa escravização praticada por expoentes do latifúndio brasileiro.

Por ter sido um dos primeiros países da comunidade internacional a reconhecer a existência da chaga do trabalho escravo neste início do século 21, o Brasil tem assumido, interna e externamente, uma colossal responsabilidade, explicitada inclusive em política de Estado, bem como em compromisso internacional: com a aprovação do Plano Nacional de Erradicação de março de 2003, a eliminação do trabalho escravo passou a ter status de meta presidencial, a ser alcançada até o final do atual mandato. Mesmo compromisso foi firmado perante a Corte de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), e confirmado em Genebra perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONU. Nos últimos dez anos e mais firmemente nos últimos três, o Brasil tornou-se referência internacional na luta contra a escravidão contempo-

rânea, adotando programas considerados inovadores, elogiados pela OIT.

O que tem de tão inovador no "louvado esforço" do Brasil para acabar com o mal do trabalho escravo é, pela primeira vez, uma abordagem integrada do problema, visando quebrar na raiz uma cadeia sistêmica que produz e reproduz o trabalho escravo. Que alicia populações assoladas pela miséria a serviço de empregadores calculistas, obcecados pelo lucro a qualquer custo, e inacessíveis ao rigor da lei. Ao tripé vicioso da impunidade, da ganância e da miséria, a idéia é de contrapor o tripé virtuoso da fiscalização, da repressão e da prevenção, e de articular ações do Estado e da sociedade. Em que pesem as insuficiências do Plano aprovado (falta de propostas concretas na área de prevenção e de políticas efetivas de inclusão social), este é o bojo do dispositivo esboçado, e ainda em construção, pelo esforço conjugado das várias instituições do Estado e da sociedade civil.

Embora parabenizados por muitos, os resultados do plano ainda são mitigados. Pior: são sujeitos a sofrer um revés se determinadas tendências negativas já observadas não forem rapidamente combatidas. Entre elas estão: a resistência do legislador em aprovar textos importantes como a proposta de emenda constitucional determinando o confisco das terras onde forem flagradas práticas escravistas; a impotência do judiciário, preso a jurisprudências superadas, para pôr na cadeia os criminosos envolvidos nessas práticas; o pensamento suicida de setores patronais que continuam negando o óbvio; as limitações da máquina burocrática, espremida na ditadura do superávit primário e incapaz de atender a contento à demanda existente.

O caso da fiscalização é um bom exemplo. Nos últimos três anos foram libertados cerca de 13.000 trabalhadores encontrados em situação de escravidão em mais de 400 fazendas, geralmente denunciadas por fugitivos. Isto representa 69% dos quase 19.000 trabalhadores resgatados desde 1995, quando foi criado o Grupo Móvel de Fiscalização. Certo: a fiscalização ganhou inegável fôlego a partir de 2003. Certo: cerca de 180 proprietários acabaram sendo incluídos na temida 'lista suja', como é conhecido o Cadastro dos Empregadores flagrados, criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): por dois anos no mínimo, os incluídos têm barrado o acesso a financiamentos públicos subsidiados. Certo: vários deles amargam hoje uma merecida rejeição pelo mercado, na medida em que vem sendo desvendada a cadeia produtiva escravista. Certo: depois de concluída a maioria dessas operações de resgate, o Ministério Público do Trabalho, presente em todas, tem acionado a Justiça do Trabalho, pleiteando e conseguindo a condenação do infrator por danos morais coletivos com pagamento de indenizações não pequenas. Certo: isso tem contribuído sumamente a melhorar nosso conhecimento do perfil e das demandas dessas vítimas, jogando bases para futuras ações positivas de prevenção e inserção. Certo: isso tudo mudou realmente o clima preexistente de total impunidade, incentivando as vítimas da escravidão moderna a correrem, com certa expectativa de resultado, o risco de denunciar.

Aqui, justamente, está um dos pontos críticos a ser destacado. Nos últimos três anos, as denúncias de trabalho escravo envolveram mais de 21.300 trabalhadores (de um total de 34.600 trabalhadores envolvidos desde 1996), em 700 casos identificados por meio de denúncia formalizada ou de fiscalização. Foram 426 fiscalizações exitosas do Ministério do Trabalho e Emprego, libertando 12.800 trabalhadores. É sabido que a maioria das denúncias (dois terços) transitou pelo movimento social, essencialmente pela Comissão Pastoral da Terra que, há

anos, é responsável por uma Campanha Nacional de Combate e Prevenção ao Trabalho Escravo ("De Olho Aberto para não Virar Escravo"). Os demais casos são detectados por meio de denúncia via outros canais ou, casualmente, por ocasião de fiscalizações de rotina.

Causa estranheza e indignação a constatação de que a taxa de atendimento às denúncias encaminhadas tenha caído nesses três anos, de 57% (2003) para 33% (2004) e 29% (2005) - ficando numa média de 40% nesse período. Isso mostra que foi deixado sem fiscalização um número crescente de casos (72 em 2003, 97 em 2004, 113 em 2005), mantendo em situação provável de cativeiro temporário o inaceitável número de 2.500 a 3.000 pessoas a cada ano. Isso malgrado as desesperadas e arriscadas iniciativas tentadas pelos denunciantes (maioria deles fugitivos) para procurar socorro, sendo muitas vezes expostos a ameaças, perseguição e, se interceptados pelos seguranças da fazenda, submetidos a retaliação, humilhação, surra, e até liquidação. Cada denúncia não atendida mina a credibilidade do Estado, torna inúteis os custosos e também arriscados esforços de centenas de agentes do movimento social e das Igrejas para acolher e amparar as vítimas, e abala a esperança destas de sair do inferno que lhes é imposto, contrariando precisamente o chamado que todas as campanhas - promovidas pelo Estado, pela OIT, pela CPT - tentam popularizar entre os trabalhadores: 'Diga não à escravidão! Denuncie!'

Motivo dessa falta de atendimento? O empenho da Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE, que coordena as operações do Grupo Móvel, está acima de qualquer suspeita, como está o dos fiscais - todos voluntários e cumprindo com louvável abnegação sua missão. Eles compõem as sete equipes existentes de fiscalização (por sinal três a mais que antes de 2003). Dificuldades recorrentes permanecem em relação à disponibilidade e agilidade da Polícia Federal que até hoje não se estruturou de forma a priorizar essas ações, nem tem orçamento específico para

isso. Mas o problema essencial é mesmo o do descompasso gritante entre a altura da demanda e a estreiteza dos meios disponibilizados pelo Estado. Uma meta mínima de curto prazo deveria ser a de elevar para 70% a taxa de atendimento das denúncias encaminhadas ao Grupo Móvel. Para isso se faz necessária uma estruturação adequada dos serviços responsáveis e uma conseqüente dotação de recursos humanos, materiais e financeiros.

Faltando menos de doze meses para 'erradicar' o trabalho escravo de acordo com a meta presidencial estabelecida, os recursos orçamentários do MTE destinados ao combate a esse crime, submetidos à apreciação do Congresso, sofreram corte de 20% pelo Ministério do Planejamento. O número de auditores fiscais do trabalho solicitado para o novo concurso de 2006 que era de 300 fora rebaixado para 100 no cálculo orçamentário - um número que não compensa nem a metade das saídas naturais do quadro funcional. Só depois das manifestações indignadas da CONATRAE, foram restabelecidos os valores inicialmente reivindicados pelo MTE (R\$4.412.000), os quais incorporam um reajuste de 25%: mesmo assim não deve possibilitar ampliação significativa da fiscalização. É que depois de muitos anos de cobrança para um merecido reajuste, os custos operacionais da fiscalização devem incorporar em 2006 a elevação em 50% do valor das diárias pagas aos fiscais no exercício de suas missões.

Embora longe de ser perfeita, a arquitetura do Plano de Erradicação é um conjunto coerente. A ação repressiva por si só é incapaz de eliminar as práticas escravistas. É evidente que a prevenção - e com ela, a educação, a geração de emprego, e de forma cabal a reforma agrária - têm papel preponderante do ponto de vista do tratamento das causas estruturais. Mas é claro que o alicerce de todo o edifício reside na efetividade da fiscalização. Só com ela não se erradica, sem ela não se faz mais nada.

Questão: a timidez do engajamento governamental não seria mais um preço a pagar para os

donos do agronegócio continuarem de bem com a 'base aliada' do governo?

De fato o governo não parece muito interessado em aprovar algumas das medidas que poderiam gerar irritação entre estes. É o caso da Proposta de Emenda Constitucional do confisco das terras de escravistas (PEC 438). Apesar do compromisso formal assumido pelo Governo Lula em 13 de março de 2003, quando lançou o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, a impressão é que somente alguns setores do governo, sem influência decisiva e peso suficiente, têm torcido a favor dessa PEC: o ministro do Desenvolvimento Agrário, o ministro do Trabalho e o secretário Especial de Direitos Humanos que, em algumas ocasiões, se manifestaram explicitamente sobre o assunto. Dos outros, só ouvimos o silêncio. Nem a chacina de Unaí e a comoção que provocou conseguiram mudar o quadro. Na época foi preciso cobrar do governo que incorporasse a matéria da PEC na pauta da sessão extraordinária. Espontaneamente a idéia não lhe tinha vindo. A pauta da controvertida sessão extraordinária do final de 2005 também não comportou essa matéria.

Entre os poucos setores mobilizados podem ser citados particularmente, além da Secretaria Especial de Direitos Humanos (que priorizou o apoio a vários projetos de prevenção e combate), a Fiscalização Móvel (mas nem em todas as Delegacias Regionais do Trabalho); o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que entrou em 2005 com um plano específico de combate ao trabalho escravo; o Ministério Público do Trabalho e setores da Justiça do Trabalho; alguns setores do Ministério Público Federal. Entre os pouco mobilizados continua a Polícia Federal, que até hoje não tem nem orçamento próprio para esse combate específico. E boa parte do Judiciário: não fosse a atuação corajosa de juizes do Trabalho nas ações de indenização por danos morais promovidas pelo Ministério Público do Trabalho, a impunidade continuaria total: permanece até hoje, quanto à competência

para julgar, a mesma indefinição que prevalecia no início do Plano de Erradicação. Por incrível que pareça ainda não se sabe quem deve julgar penalmente os escravistas deste país: se a Justiça comum ou se a Justiça Federal. Por efeito de um pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes no processo que iria dirimir essa questão no Supremo Tribunal Federal, a decisão tão esperada continua atolada há mais de um ano. Também continua parado no STF o caso emblemático do deputado Inocêncio Oliveira denunciado em 16/10/2003 pelo então procurador-geral da República, Cláudio Fonteles (caso que seu predecessor, Geraldo Brindeiro, havia arquivado e colocado sob sigilo). A ministra Ellen Gracie não aceitou a denúncia considerando que o crime não era de trabalho escravo, porque eles não estariam "algemados". O ministro Eros Grau votou também a favor do deputado e o ministro Joaquim Barbosa pediu vistas. Resultado: passados mais de 4 anos após o crime, a denúncia ainda não foi 'recebida'. Mas, na esfera trabalhista, a condenação do deputado foi confirmada pelo TRT do Maranhão. Mesma situação em relação ao senador João Ribeiro: com condenação confirmada no TRT do Pará, embora com pena atenuada, o senador foi denunciado perante o STF em junho de 2004, sem julgamento até agora.

Neste contexto, não há de estranhar que até hoje ninguém foi para a cadeia pelo crime de trabalho escravo (art. 149CP).

Na condução do país, o peso do setor do agonegocio é desmedido: considerado salvador da pátria, para ele tudo vale e a ele tudo é permitido. A opção do governo tem sido por este modelo de desenvolvimento 'exógeno', de enorme custo social e ambiental.

Escreve a editorialista Miriam Leitão²: "Vários casos de trabalho escravo foram encontrados em fazendas que grilam, desmatam e queimam a floresta, para depois a área ser utilizada para a produção pecuária. Pior do que isso: a maioria absoluta dos integrantes da lista suja do Ministério do Trabalho é pecuarista. Esses empresários da era da pedra lascada são grandes produtores do Sul do Pará, de Mato Grosso, Rondônia, Maranhão e Tocantins. Os relatórios dos fiscais, mesmo quando não registram trabalho análogo à escravidão, revelam uma escala de valores totalmente invertida.

'O gado tem ração controlada, vacinação garantida, pasto separado por idade, água tratada, e os trabalhadores não têm água potável, quase nunca se alimentam adequadamente. Quando têm o direito de comer mais de uma vez por dia pagam valores muito maiores pela alimentação do que o salário inicialmente acordado. Muitos estão desnutridos ou doentes. Foram encontrados vários casos de malária ou de trabalhadores acidentados ou intoxicados pelos produtos utilizados'. Produtores modernos, que cumprem suas obrigações patronais e ambientais, fingem não ver seus companheiros da pedra lascada. Assim estão cavando as próprias barreiras comerciais mais adiante. Como a aftosa, a denúncia de trabalho escravo ou maus-tratos aos trabalhadores também contamina a todos. A solução não é calar a denúncia, acusar o fiscal ou reclamar do jornalista. A única solução é mudar a atitude e as práticas trabalhistas."

Escreve o jornalista Augusto Nunes³: "uma inspeção nas terras da Gameleira, incrustada em Mato Grosso, localizara [no início de junho de 2005] mais de mil brasileiros submetidos ao trabalho escravo. Diferentemente dos fazendeiros

1. Quando esta edição estava em fase final de diagramação, o Supremo Tribunal Federal - STF, no dia 27/03/2006, arquivou a denúncia criminal contra Inocêncio de Oliveira, sem examinar o mérito da questão. A alegação para o arquivamento foi a de que o procurador-geral da República não poderia ter apresentado nova denúncia, sem novas provas.

2. Coluna de Miriam Leitão, O Globo, 28/10/2005.

3. 'Escravos do Terceiro Milênio', 28/11/2005: Grupo Móvel terá menos verba em 2006, site No Mínimo.

do século 19, os escravagistas modernos não chegam a acorrentar empregados, nem colocam à venda os que rendem pouco. Mas, como os antepassados, revogam a liberdade dos trabalhadores, violência que fundamenta a conceitualização da Organização Internacional do Trabalho. Segundo a OIT, a supressão desse direito fundamental resulta da convergência de quatro perversidades: a apreensão de documentos dos trabalhadores, a presença de guardas armados ou jagunços promovidos a carcereiros, a imposição de dívidas ilegais e as sufocantes características geográficas do lugar. As distribuidoras de combustíveis suspenderam a compra de produtos da Gameleira. E então Severino recorreu a ameaças, espertezas e moedas para conseguir o recuo das distribuidoras. O pernambucano Armando Monteiro Filho não é o primeiro parlamentar punido por manter uma bota no Brasil anterior à Abolição. Pilhados em práticas escravagistas, o senador João Ribeiro (PFL-TO), o deputado federal Inocêncio de Oliveira (PMDB-PE) e o deputado estadual Jorge Picciani, presidente da Assembléia Legislativa do Rio, perderam o direito a crédito em instituições oficiais. Juram inocência, como todos os que mantêm subjugados cerca de 40 mil trabalhadores espalhados pelo Brasil. Os delinqüentes agem em silêncio. No ano passado (2004), grupos que lutam pela Segunda Abolição fizeram caminhar no Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC) indispensável à erradicação da monstruosidade: escravocratas comprovados seriam punidos com o confisco das fazendas. Aprovada no Senado, a PEC pousou na Câmara. Duas votações bastariam para que entrasse em vigor. Retocada por deputados

conservadores, foi bem no primeiro turno. Na segunda rodada, previsivelmente, a bancada ruralista mudou de idéia. O que não se previa era que o governo cruzasse os braços. Ainda na chefia da Casa Civil, o ministro José Dirceu ignorou os apelos para entrar em ação. A PEC foi engavetada."

É um verdadeiro escândalo que 188 anos após sua promulgação, a abolição da escravidão possa ainda ser um tema de debate partidário, com seus prós e seus contras.

Os grupos ruralistas teimam ainda em vender seu tradicional discurso negacionista, apelando para argumentos insustentáveis para tentar derubar as evidências mostradas diariamente pela fiscalização: dizem que as normas impostas no campo são abusivas e importadas da realidade urbana, dizem que esta 'maneira antiga' - segundo as palavras do senador João Ribeiro em discurso perante o Senado - é a maneira de trabalhar no campo, que os peões vivem em casa realidades ainda mais cruéis. Ou seja, numa demonstração de cinismo impressionante, tentam justificar o tratamento que dão pela miséria que "já" prevalece entre as vítimas (quando a miséria evidentemente se perpetua graças a essas práticas de dominação secular)⁴. Suicida cegueira! Quantas matérias da BBC ou do Daily Telegraph serão necessárias para acordar nossos exportadores de carne bovina e levá-los a tomar a iniciativa de mudar?

Poucos setores produtivos são tão cegos. Porém algo já está mudando: o Grupo Amaggi anunciou em dezembro passado que vai assinar o Pacto Nacional contra a Escravidão proposto pelo Instituto Ethos e pela Organização

4. No recente acordão do TRT do Pará que resultou na redução em 90% do valor da condenação do senador João Ribeiro (indenização por danos morais coletivos), os desembargadores usam do mesmo argumento: para descaracterizar a existência de trabalho escravo, listaram uma série de condições que configurariam um trabalho 'somente' degradante. Na lógica do relator, o desembargador Lúcio Castiglioni, "as condições da fazenda eram semelhantes às condições do restante do distrito, não podendo caracterizar a intenção do empregador em submeter os seus empregados à condição análoga à de escravo". Ora, como bem lembrou o Ministério Público do Trabalho, que deve entrar com recurso contra a decisão: "Para efeitos penais, as condições degradantes de trabalho hoje se equiparam a trabalho em condições análogas a de escravo, conforme o artigo 149 do Código Penal. Às vezes, as situações degradantes são até mais ofensivas aos direitos humanos do que o próprio cerceamento de liberdade". (Dr Lóris Rocha Pereira, PRT).

Internacional do Trabalho (OIT), a partir do estudo da cadeia produtiva do trabalho escravo realizado pela ONG Repórter Brasil. Interessante para um grupo cujo maior expoente - o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi - costumava dizer até agora que nunca encontrou escravidão no MT.⁵ Segundo o cientista político Leonardo Sakamoto, 'mais de 60 grandes empresas já assinaram o pacto até agora, se comprometendo a adotar medidas para manter suas cadeias produtivas longe do trabalho escravo. Com varejistas, atacadistas, industriais e exportadores negando-se a comprar produtos que tenham trabalho escravo na origem, outros fornecedores intermediários, como os próprios frigoríficos, estão se mobilizando para excluir o produtor que utiliza essa prática. Dessa forma, o corte de custos trazido ao empresário rural pela utilização desse tipo de mão-de-obra vai deixar de ser um bom negócio.' O mesmo observa ainda que 'as operações de libertação de trabalhadores do governo federal demonstram que quem escraviza no Brasil não são proprietários desinformados, escondidos em propriedades atrasadas e arcaicas. Pelo contrário, são grandes latifundiários, que produzem com alta tecnologia para o grande mercado consu-

midor interno ou para o mercado internacional. E essa pequena fração de grandes propriedades rurais monocultoras está inserida em nossa economia. É difícil lutar contra a apropriação do discurso desenvolvimentista que prega a expansão, a qualquer preço, da área plantada de soja, algodão e pimenta, do aumento da pastagem e da produção de álcool, do carvão para a exportação do aço. Na maioria das vezes, é a defesa cega do agronegócio, repetindo a já desgastada justificativa de que o combate ao trabalho escravo vai gerar prejuízos à balança comercial do país.'

Erradicar o trabalho escravo neste contexto exige mudanças mais profundas do que se imaginava. Pena que não entraram ainda na ordem do dia.

Em recente solenidade no Palácio do Planalto, por ocasião do lançamento de nova fase da Campanha da OIT e Conatrae 'Trabalho escravo: Diga não!', o público presente emocionou-se com o contundente depoimento de um trabalhador ex-escravo no Iriri, hoje precariamente assentado no Tocantins, quando apelando para o presidente, o conclamou: 'Olha para nós, Sr. presidente!, vista essa camisa!'

O presidente entrou mudo e saiu calado.⁶

5. O mesmo Estado de Mato Grosso que, no início de 2006, chegou ao extremo de deixar que sua polícia militar enfrente a bala as forças federais envolvidas na fiscalização de uma denúncia de trabalho escravo (policiais federais, fiscais do MTE e procurador do trabalho, integrantes do Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo em missão de inspeção na Fazenda Sankara, município de Nova Lacerda).

6. Cf Leonardo Sakamoto: 'Vive la France !', 03/02/2006. Setores do governo vem fazendo sua parte, mas o silêncio ainda constrange. Em dezembro do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve presente no lançamento da nova fase da campanha nacional de combate ao trabalho escravo. Entrou mudo e saiu calado. Apesar das entidades governamentais e da sociedade civil presentes esperarem uma manifestação de apoio do presidente a uma série de assuntos relacionados ao tema, como o projeto de lei que prevê o confisco de terras em que escravos forem encontrados, ele preferiu não se pronunciar. É triste constatar que o discurso que Lula deveria ter feito ficou a cargo de Chirac: 'Cabe a nós, enfim, vigiar para que as empresas ocidentais, quando investirem nos países pobres ou emergentes, respeitem os princípios fundamentais do direito do trabalho tais quais constam no direito internacional. As empresas que, conscientemente, tenham recorrido ao trabalho forçado devem poder ser processadas e condenadas pelos tribunais nacionais, mesmo em relação a fatos ocorridos no exterior.').

Tabela 8: Trabalho Escravo

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
Acre							
Rio Branco	Fazenda Piracema	Gilberto Afonso Lima de Moraes	26/9/2005	12	12		
Subtotal:		1		12	12	0	
Bahia							
Barreiras	Fazenda Roso	Nelson Luis Roso	19/5/2005	67	67		
Correntina	São José Agropecuária Empreendimentos e Participações Ltda	São José Agrop. e Empreendimentos Ltda	20/5/2005	34	34		
Correntina	Fazenda Gaio	Ruy Luís Gaio	19/5/2005	33	33		
Correntina	Fazenda Paranã	Dino Rômulo Faccioni	15/6/2005	26	26		
Formosa do Rio Preto	Faz. Austrália/Unidade da Faz. Estrondo	Cia. Melhormentos do Oeste da Bahia	18/10/2005	39	39		
Formosa do Rio Preto	Fazenda Indiana	Paulo Kenji Shimohira	27/5/2005	52	52		
Luiz Eduardo Magalhães	Faz. Nova Esperança/Shirabe	Antônio Tadao Shirabe	20/9/2005	6	6		
São Desidério	Fazenda Ipiranga	Osmar Rafaeli	15/9/2005	8	8		
São Desidério	Fazenda Pontual	Márcia Cremozzi	15/9/2005	27	27		
Wanderley	Fazenda Patricia	Antônio Carlos Osório Filho	15/10/2005	22	22		
Subtotal:		10		314	314	0	
Espirito Santo							
	Fazenda de Heleodoro Gon	Heleodoro Gon	16/5/2005	50	50		
São Gabriel da Palha	Fazenda Córrego Dume	Evaristo Tamanini	10/6/2005	30	30		
Subtotal:		2		80	80	0	
Goiás							
Cristalina	Fazenda Paineiras	Arioaldo Vignoto Peres	11/11/2005	24	24		
Doverlândia	Fazenda Faustinos	Alberto Vilela	15/10/2005	8	8		
Formoso	Fazenda Três Irmãos	Oswaldo Borges	27/5/2005	5	5		
Formoso	Fazenda Santa Helena	Isaias Gonçalves e Cássio Garcia	20/5/2005	10	10		
Mara Rosa	Fazenda da Serra/Vão da Serra	Genny Souza Oliveira	27/5/2005	4	4		
Mara Rosa	Fazenda Bocaina	Genny Souza Oliveira	27/5/2005	8	8		
Minaçu	Assentamento Vale do Bijuí	Área de Assentamento	18/11/2005	62	62		
Mineiros	Fazenda Córrego Dantas	José Carlos Porfírio	15/10/2005	11	11		
Mineiros	Fazenda Barra da Farofa	Alonso Clarestino de Rezende	15/10/2005	2	2		
Mineiros	Fazenda Boa Vista	Célio José de Rezende	20/10/2005	10	10		
Mineiros	Fazenda Morada	Maria José Carrijo Carvalho	20/10/2005	3	3		
Mineiros	Fazenda Diamantino	Luiz Roberto da Silva	15/10/2005	5	5		
Mineiros	Fazenda Matrinchã	José Maia de Oliveira	15/10/2005	8	8		
Mineiros	Fazenda Três Pilões	Márcio Pedro de Souza	15/10/2005	4	4		
Mineiros	Fazenda Diamantino	José Rezende Cruvinel	15/10/2005	14	14		
Mineiros	Fazenda Salto Diamantino	Enauro Clarestino de Rezende	20/10/2005	3	3		
Mineiros/ Santa Rita do Araguaia	Fazenda Conquista	Roberto Gonçalves da Silva	15/10/2005	8	8		
Mutunópolis	Fazenda Nova	Elisete Pereira de Faria	27/5/2005	6	6		
Pirenópolis	Fazenda Buriti	Odilon Ferreira Garcia	28/9/2005	162	162	15	
Portelândia	Fazenda São Marcos	Agenor Rodrigues Resende	15/10/2005	12	12		
Portelândia	Fazenda Salto Diamantino	Vilma Ferreira Rodrigues Martins	15/10/2005	2	2		

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
Santa Rita do Araguaia	Fazenda Santana	Sérgio Noel de Melo Martins	15/10/2005	5	5		
Santa Terezinha de Goiás	Fazenda Catingueiro	Sílvio Alves da Costa	27/5/2005	3	3		
Santa Terezinha de Goiás	Fazenda Recanto das Aranhas	Fuede Tuma	27/5/2005	4	4		
Santa Terezinha de Goiás	Fazenda Rio do Peixe	Paulo Roberto	27/5/2005	2	2		
São Miguel do Araguaia	Carvoaria na Fazenda Califórnia	Moreira Osvando e Antônio Adélio T. da Silva	5/7/2005	19	19		
Subtotal:	26			404	404	15	
Maranhão							
Açailândia	Carv. do Hiran Bosh/Hiran Abif Rosa da Cunha/Faz. Pedro Soares/P. Sidepar	Hiran Abif Rosa da Cunha	13/5/2005	6	8		
Açailândia	Faz. Auto da Zona/Siderúrgica Viena	Manoel Salomão/Siderúrgica Viena	14/6/2005	30			
Açailândia	Fazenda Sempre Viva	Amarante	26/7/2005	12			
Açailândia	Fazenda São Francisco	Miguel do Ó de Andrade	5/10/2005	6	6		
Açailândia	Fazenda Boa Sorte	Sérgio Marcos Santos de Assis	5/10/2005	2	2		
Açailândia	Siderúrgica do Maranhão S.A/Simasa	Osmar Gomes de Carvalho	5/3/2005	26	26		
Açailândia	Fazenda do Toinho	Toinho	24/8/2005	19			
Açailândia	Fazenda Açúcar Melo	Jurandir	12/5/2005	20			
Açailândia	Carvoaria do Eronildo Pereira/Simara	Eronildo Pereira	24/10/2005	8	9		
Alto Alegre do Pindaré	Fazenda Piçarreira	Francisco Dantas Ribeiro Filho	26/7/2005	34	12		
Amarante do Maranhão	Fazenda Sapucaia	João Batista de Souza Lima	15/9/2005	18	18		
Balsas	Fazenda Carolina do Norte	Fernando Ribas	10/12/2005	20	20		
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Reluz	Antônio Barbosa Passos	16/10/2005	21	21		
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Palácio	Guilherme Palácio Bezerra	5/3/2005	12	12		
Buritirana	Fazenda Brasil	Raimundo Geraldo Ribeiro	5/10/2005	15	15		
Carutapera/ Centro Novo do Maranhão	Faz. Boa Fé/ Caru/Serra Negra/Serra Morena/Taboca	Gilberto Andrade	30/5/2005	20	37		
Cidelândia	Fazenda Eldorado	Firma Optopo	1/12/2005	53			
Codó	Sagrisa	José Augusto Vieira/Grupo Maratá	15/11/2005	27	27		
Codó	Agronos/Sanganhá	Rui Carlos Dias Alves da Silva	15/11/2005	52	52		
Grajaú	Carvoaria do Antônio Camelo/Faz. São Mateus	Antônio Camelo	1/4/2005	31			
Imperatriz	Fazenda dos Anjos	Sem informação	22/4/2005	6	13		
Imperatriz	Fazenda San Maria	Maria dos Anjos Alchaar Costa	30/5/2005	13	13	13	
João Lisboa	Fazenda São Francisco	Auréo Március Ramalho Murta	15/8/2005	7	7		
João Lisboa	Fazenda Brejo das Araras	Vital Ferreira da Costa	15/8/2005	5	5		
João Lisboa	Fazenda Vista Bonita	Ghazi Suleiman	3/3/2005	21	21		
Novo Bacabal	Faz. da Senhora Valdete/Faz. Nova Esmeralda	Valdete Soares Castro de Oliveira	6/3/2005	10	10		
Porto Franco	Fazenda Santa Elisa	Florisval Protásio da Silva	5/10/2005	1	1		
Região Vale do Gurupi	Formosa do Vale do Gurupi	Udson Gusmão	20/5/2005	15			
Santa Luzia	Fazenda Thâmia	Nyedja Rejane Tavares Lima	15/8/2005	30	30		

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
São Pedro da Água Branca	Fazenda Monte Cristo do Gaton	Gladstone Antônio Pimenta	23/2/2005	10	12		Humilhação
São Raimundo das Mangabeiras	Agroserra	Pedro Augusto Ticianelli - Agroserra	20/10/2005	103	103		Agressão
Vila Nova dos Martírios	Fazenda do Senhor Dezim Paulista	Dezim Paulista	29/7/2005	23			
Vila Nova dos Martírios	Fazenda Reunidas	Modesto Pereira Prates	15/8/2005	4	4		
Subtotal:	33			680	484	13	
Mato Grosso							
Alta Floresta	Fazenda Membeca	Sedni Lucas Locks	20/6/2005	3	3		
Alto da Boa Vista	Fazenda São Francisco	"Chapéu Preto"	10/3/2005	40			Agressão
Alto da Boa Vista	Fazenda Jordão	"Alemão"	20/1/2005	25			
Campos de Júlio	Fazenda Mattana	Marco Antônio Mattana Sebben	2/9/2005	35	35		
Colniza	Fazenda do Antônio Devaniz	Antônio Devaniz	5/5/2005	16			
Confresa	Destilaria Gameleira	Eduardo Queiroz Monteiro	17/6/2005	1003	1003		
Confresa	Fazenda Mata Azul	Itamar Ribeiro da Silva	16/3/2005	10	10		Intimidação
Confresa	Fazenda Pomar 3	Valdir José Rosseto	8/4/2005	15			
Confresa	Fazenda Tapaciguara	SI	29/5/2005				
Guarantã do Norte	Fazenda Camila II	Américo Viana de Almeida	28/5/2005	51			
Nova Bandeirantes	Fazenda Santa Luzia	Sebastião Douglas Xavier	20/11/2005	16	16		
Nova Bandeirantes	Fazenda Procampo	Erque	11/2/2005	50			
Nova Guarita	Gleba Gama	Giacomelli e outros	25/4/2005	9			
Nova Ubiratã	Fazenda Rio Ferro	Kiko, Toninho e Eudes	24/4/2005	6			
Nova Ubiratã	Carvoaria na Fazenda Sta. Terezinha	A. S. Carvão e Logística Ltda.	20/6/2005	12	9		
Nova Ubiratã	Fazenda Iberê	Jomade Imp. e Exp. de Madeira Ltda. EPP	20/6/2005	6	6		
Poconé	Usina da Alcopan	Álcool do Pantanal Ltda	16/6/2005	400	400		
Pontal do Araguaia	Fazenda do Juvelino	Juvelino	16/5/2005	16			
Santa Terezinha	Fazenda Itumbiara	Dr. Queiroz	10/2/2005	25			Intimidação
São Félix do Araguaia	Fazenda Rio Preto	Romão Ribeiro Flores	24/6/2005	8			
São José do Rio Claro	Fazenda Horizontina Oeste	SI	29/4/2005	25			
São José do Xingu	Fazenda Estrela		24/11/2005	5			
Sapezal	Fazenda Globo	SI	24/5/2005	70			
Sapezal	Fazenda Ventania	Lindolfo	25/8/2005	50			
Sorriso	Fazenda Cristo Rei	Sem informação	1/6/2005	30			
Tapurah	Fazenda Santa Eulália	Renato Bernardes Figueiras	30/4/2005	10	10		
Várzea Grande	Fazenda Ferro Velho	José Nilson dos Santos	4/11/2005	2	2		
Vila Rica	Fazenda Monte Cristo	Flávio Paiava Carvalho	6/7/2005	10			
Vila Rica	Fazenda do Valdir	Valdir	25/6/2005				
Vila Rica	Fazenda do Abel	Abel	13/7/2005	10			
Subtotal:	30			1958	1494	0	
Mato Grosso do Sul							
Bonito	Fazenda Palmares dos Peixes	José Mauricio dos Santos	10/8/2005	8	8		
Camapuã/ Alcinópolis/ Cassilândia	Faz. Hema/Rio Branco/Alto Alegre/Vista Bonita	Ivaldir Antônio	1/10/2005	1	1		
Caracol	Fazenda Lageado/São Vitor	Agrop. Cinco CS & Paulo Gai	6/1/2005	10	10		
Chapadão do Sul	Fazenda Pedra Branca	Lúdio Garcia de Freitas	1/10/2005	7	7		
Subtotal:	4			26	26	0	
Pará							
Abel Figueiredo	Fazenda São Marcos	Marcos Nogueira Dias	1/5/2005	43	43		
Água Azul do Norte	Fazenda Franciscana	Jesus Batista	11/3/2005	13			
Água Azul do Norte	Fazenda Mundial	Júnior	21/6/2005	8	5		

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
Água Azul do Norte	Faz. Floresta/Boca Rica	SI	23/4/2005	30			
Água Azul do Norte	Fazenda do Zeca Batista	Zeca Batista	7/1/2005	15	5		Ameaça de Morte
Altamira	Gleba Leito/Resex R. do Anfrísio	SI	27/11/2005	53	53		
Altamira	Faz. de Eviládio/A. F. Trigueiro e J. C. Ramires	Eviládio G.J.-A.F. Trigueiro e J.C. Ramires	29/11/2005	47	47		
Anapu	Área em Anapu	Gerente: Nego/Cantilho	17/10/2005	42		17	
Baião	Fazenda Bacabal	SI	1/8/2005	100			
Bannach	Fazenda Amazonas	Lourival	14/11/2005	21		3	
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Uberaba	Dep. Est. José Carlos Antunes	15/3/2005	11			
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Curitiba	Marcão do Boi	6/4/2005	16			
Brejo Grande/ Palestina do Pará	Fazenda Serra Grande	Manoel Caldo	25/10/2005	12			
Brejo Grande/ São Geraldo do Araguaia	Faz. Bela Vista/Consolação/Sta. Maria	Walderez Eduardo Resende Barbosa	15/6/2005	35	79		
Canaã dos Carajás	Fazenda Santa Helena	Danilo e Helena	6/12/2005	10			
Cumaru do Norte	Fazenda São João	João Dué Assunção Coelho	28/6/2005	10			
Cumaru do Norte	Fazenda Santa Cecília	Ediganate	5/6/2005	40			
Dom Eliseu	Carvoaria do Osmar	Osmar Gomes de Carvalho	8/3/2005	33	26		
Dom Eliseu	Fazenda do Sasamoto	Sasamoto	20/6/2005	18			
Dom Eliseu	Fazenda do Osmar	Osmar Gomes de Carvalho	9/3/2005	8	8		
Dom Eliseu	Fazenda Pantera	Ines Feurstein	25/5/2005	18	18		
Dom Eliseu	Carvoaria Siderúrgica Gusa Nordeste S/A	Maria Rosario da Silva	10/8/2005	18	18		
Dom Eliseu	Carvoaria do Alex	Alex	22/2/2005	33			Ameaça de Morte
Dom Eliseu	Fazenda Pratinha	Quizzi	15/3/2005	14			Ameaça de Morte
Dom Eliseu	Carvoaria do Sr. Pedro	Pedro	18/3/2005	7			Ameaça de Morte
Dom Eliseu	Carvoaria AJ	SI	27/4/2005	16			
Dom Eliseu	Carvoaria do Carleone	Carleone	29/7/2005	14		2	
Dom Eliseu	Fazenda Progresso	Alexssandro Ramalho Silva	1/3/2005	28	27		
Dom Eliseu	Carvoaria Simasa	Alexssandro Ramalho da Silva e Menandro S. Freire	4/3/2005	13			
Dom Eliseu	Fazenda Carvalho	Antônio Carlos Carvalho da Silva	18/4/2005	5	5		
Dom Eliseu	Fazenda Quatorze	Jorge	14/11/2005	32			
Dom Eliseu	Fazenda Mandarai	Paulo Mota	24/8/2005	15			
Dom Eliseu	Carvoaria na Faz. Boa Sorte	Joel	10/10/2005				
Eldorado dos Carajás	Estância Gaúcha	Gaúcho	15/3/2005	17			Danos
Eldorado dos Carajás	Fazenda Serafim	Edelson "Baiano"	30/3/2005	17			
Eldorado dos Carajás	Fazenda Portão do Inferno	"Chico Careca"	18/5/2005	9			
Floresta do Araguaia	Fazenda do Itamar Mendonça	Itamar Mendonça	19/1/2005	22		4	
Floresta do Araguaia	fazenda Sete Barracas	Dimas	18/7/2005	21			
Goianésia do Pará	Fazenda do Adão	Adão	13/1/2005	10		1	Ameaça de Morte
Goianésia do Pará	Faz. Piçarreira/Rio Verde/benedito/CCM/Trev o	JR Carvão Vegetal - José Régis	9/5/2005	168	178	8	
Ipixuna do Pará	Fazenda Santa Cecília	Marcos Barros	22/11/2005	20			
Ipixuna do Pará	Fazenda Santa Rita	Walder Machado	16/6/2005	23	23		
Itaituba	Faz. de Antônio Feitosa	Antônio Feitosa	20/11/2005	5	5		
Itaituba	Faz. de José Carlos	José Carlos	20/11/2005	10	10		
Itaituba	Faz. de Antônio Bezerra	Antônio Bezerra	20/11/2005	13	13		
Itupiranga	Fazenda Urtigão	João Andrade Barroso	15/8/2005	17	17		
Marabá	Fazenda Nova Olinda	Eduardo Ferreira	25/1/2005	20	22		
Marabá	Fazenda Araguaína	SI	6/4/2005	6			

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
Marabá	Fazenda Pacajá	Dimar	4/4/2005	11			
Marabá	Fazenda Água Limpa	Sebastião "Tião"	16/9/2005	6			
Marabá	Fazenda do Beto Basílio	Beto Basílio	22/4/2005	15			
Marabá	Fazenda da Vila Capistrana	SI	26/8/2005	15			
Medicilândia	Fazenda Pentecal	José Biancardi	11/1/2005	13			
Novo Repartimento	Faz. Nossa Senhora de Fátima	José de Souza	22/8/2005	12			
Ourilândia do Norte	Fazenda São Luiz	Mário Cândido de Moura	26/9/2005	13	13		
Ourilândia do Norte	fazenda Coqueiral	Natal	3/5/2005	16			
Pacajá	Fazenda do Paulo Malacar	Paulo Malacar	5/12/2005	13			
Pacajá	Fazenda Amazonas	Valdir Leandro de Sá - Lacerda	6/9/2005	70	32		
Pacajá	Fazenda Tucunaré (ex-Suvil)	Valdir Leandro de Sá - Lacerda	12/9/2005	80	32		
Pacajá	Fazenda Helvétia	Markus Josef	10/12/2005	23	23		
Paragominas	Carvoeira Planterra/Faz. Bela Vista	Planterra Comercial/Emanuele Grecchi Moreira/Marle	27/10/2005	52	52	2	
Paragominas	Cikel Brasil/Verde Madeiras	José Pereira Dias	1/6/2005	32			
Piçarra	Fazenda Trampolim	Valto Garcia de Deus	25/5/2005	13			
Piçarra	Fazenda Santa Tereza	Berto	18/1/2005	16		1	
Piçarra	Faz. São Lucas/Marco Junho	"João da Granja" e Marco Junho Filho	30/6/2005	20			
Piçarra	Fazenda São José	José Donizete de Souza	1/6/2005	4			
Piçarra	Fazenda Santa Terezinha	"Chicão Baiano"	27/6/2005	20		1	
Redenção	Fazenda Santa Maria	SI	30/3/2005	5			
Rio Maria	Fazenda Rio Maria	Eduardo Kroef Corbetta/	10/11/2005	7	7		
Rio Maria	Fazenda Santa Leonina	Dr. Moacir	3/5/2005	16			
Rio Maria	Faz. Sagarama/Dos Cariocas	Faz. Reunidas/Júlio Avelino S.A. (os Cariocas)	16/8/2005	22	17		
Rio Maria	Faz. Pedra Azul/Pantaneira	Cezar Augusto de Oliveira	24/8/2005	22	22		
Rio Maria	Fazenda Primavera	Marcos Carioca	13/1/2005	15			Humilhação
Rondon do Pará	Fazenda Itajuba/Itajubá Serviços	Marcos Antônio Nogueira	1/11/2005	8			
Rondon do Pará	Fazenda Piatã	Sérgio Ramos de Andrade	4/8/2005	6	6		
Rondon do Pará	Carvoaria do Carlito na Faz. Quarto de Milha	Carlito Correia Alexandre	4/8/2005	15	7		
Rondon do Pará	Fazenda do Toninho	Toninho	16/11/2005	50			
Rondon do Pará	Fazenda Limãozinho	Quibaldo	17/8/2005	14			
Rondon do Pará	Fazenda do Peroba	Peroba	5/9/2005	17			
Rondon do Pará	Fazenda Córrego do Limão	Agropecuária Rio do Ouro S. A.	24/8/2005	41	41		
Santana do Araguaia	Fazenda Nova Orleans	Mário Biernaski	15/3/2005	29	29		
Santana do Araguaia	Fazenda Vale dos Sonhos	Arújo Motos/Carlo lavé e Josué Furtado de Araújo	15/3/2005	6	6		
Santana do Araguaia	Fazenda do Gerente Maurício	SI	31/5/2005	350			
Santana do Araguaia/ Santa Maria das Barreiras	Faz. Campelobo/Sussuapara/Manah/Agropastoril	Adelino Gomes de Freitas	25/2/2005	38	56		
São Domingos do Araguaia	Fazenda Boa Vista	Mário Tavares de Lira	20/10/2005	17	11		Humilhação
São Domingos do Araguaia	Fazenda Berrante de Ouro	Aldo	24/8/2005	12			
São Félix do Xingu	Faz. Iriri	Onofre Marques	18/2/2005	4			
São Félix do Xingu	Faz. Taboca/Paredão	"Ceará do Paredão"	1/4/2005	4			
São Félix do Xingu	Fazenda Girassol	Manoelito	31/8/2005	40			

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
São Félix do Xingu	Fazenda Monello	Ailton de Paula Souza	15/4/2005	90	90		
São Félix do Xingu	Fazenda N. Sra. da Abadia	Osmar Rodrigues da Cunha	22/6/2005	22			
São Félix do Xingu	Faz. Três Corações/Tibórnia	Divino Ferreira (Pontalina)	10/5/2005	50			
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Maria	Mário Martins	1/8/2005	8			
São Félix do Xingu	Fazenda Terra da Sombra	Irmãos de Iris Rezende Machado	13/4/2005	40			
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Fé	SI	4/5/2005	11			
São Félix do Xingu	Faz. Barra Mansa/Do Toninho da Ladeira	Antônio do Nascimento	28/7/2005	17			
São Félix do Xingu	Fazenda Santo Expedito	Luiz da Norsat	9/9/2005	12		4	
São Félix do Xingu	Fazenda do Ceará	"Ceará"	4/4/2005	1			
São Félix do Xingu	Fazenda Lagoa da Serra	Valtinho	6/6/2005	12			
São Félix do Xingu	Fazenda do Alaércio	Alaércio	25/7/2005	10			
São Félix do Xingu	Fazenda do Sr. Élcio	Élcio	22/8/2005	7			
São Félix do Xingu	Fazenda São Cristóvão	Antônio (pref. de Cristalina - TO)	29/8/2005	12			
São Félix do Xingu	Fazenda de Luiz Pires	Luiz Pires	17/10/2005	25			
São Félix do Xingu	Faz. Bela Vista/Consolação/Santa Maria	Coraci Machado Kenn (ex-PF)	29/8/2005	13			
São Félix do Xingu	Fazenda Tabapuã	Aldo	22/4/2005	17			
São Geraldo do Araguaia	Carvoaria na Faz. Bamerindus	Altamir Soares da Costa	11/11/2005	25			
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Eldorado	Egton de Oliveira Pajáro Júnior	20/2/2005	22	22		
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Cachoeirinha	Raimundo Dias	8/11/2005	4			
São Geraldo do Araguaia	Fazenda de Marcos Fernandes	Marcos Fernandes	24/5/2005	35			
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Água Azul	Carlos Paula	11/5/2005	6		3	
Taiândia	Carvoaria de José Luis	José Luis	17/1/2005	9			Ameaça de Morte
Tucumã	Fazenda Imperial	José Martins "Português"	18/8/2005	57			
Tucuruí	Carvoaria JR Carvão Vegetal	José Régis	23/3/2005	10			Ameaça de Morte
Tucuruí/ Pacajá	Fazenda Colatina	José Carlos Tardin do Carmo Jr	23/3/2005	50	22		Danos
Ulianópolis	Fazenda Colônia	Isaac Aguiar	10/1/2005	50	64	7	Intimidação
Ulianópolis	Fazenda Santa Luzia	Lindomar Resende Soares	24/5/2005	21	31	5	
Uruará	Fazenda Panorama	Ervino Gutzeit	11/10/2005	25	35		
Uruará	Fazenda Pousada	SI	11/10/2005				
Uruará	Fazenda Linha Dura	SI	11/10/2005				
Uruará	Faz. Uruará/Grupo Tapajós	Vicente Nicolodi	25/2/2005	29	29		Ameaça de Morte
Xinguará	Faz. Espora de Prata/Retiro Santa Rita	SI	18/2/2005	60			
Xinguara	Fazenda Juliana	Gilberto Ferreira de Assis	8/6/2005	30	17		
Xinguara	Fazenda Santa Rita	SI	18/2/2005	80			
Subtotal:	123			3198	1266	58	
Paraná							
Tunas do Paraná	Faz. Ribeirão das Pdras de Baixo	Itamarati Ind. de Compensados Ltda.	23/5/2005	82	82		
Subtotal:	1			82	82	0	
Piauí							
Manoel Emidio	Fazenda Vista Verde	Inova Investimentos S/A	20/11/2005	18	18		
Subtotal:	1			18	18	0	
Rio Grande do Sul							
Cambará do Sul	Fazenda Tainhas	Luiz Carlos Berti	8/5/2005	35	35	5	
Subtotal:	1			35	35	5	
Rondônia							
Chupinguaia	Faz. Água Boa/São João/Pedra Alta	Carlos Eduardo Sartor	15/3/2005	19	19		

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Liber-tados	Meno-res	Violência contra a pessoa
Corumbiara	Fazenda Ivipita	Braulino Bailio Maia Filho	14/9/2005	13	13		
Corumbiara	Fazenda Tropical	Braulino Bailio Maia Filho	14/9/2005	10	10		
Subtotal:		3		42	42	0	
Tocantins							
Ananás	Fazenda Floresta	Joaquim de Faria Daflon Filho	29/6/2005	7			
Ananás	Fazenda Castanhal	Joaquim de Farias Daflon	28/1/2005	41			
Ananás	Fazenda Castanhal	Joaquim de Farias Daflon	2/5/2005	12			
Ananás	Fazenda Sertaneja	Marco Túlio Andrade Barbosa	9/5/2005	37	32		
Ananás	Faz. Recanto do Araguaia/Pedra Amada	Aluizio Vieira de Melo	20/5/2005	5			
Ananás	Fazenda Santana	Leonardo Jácomi Patriota e Laurita Patriota	22/3/2005	30	22	2	
Ananás	Fazenda do Gomes	Gomes	11/11/2005	1			
Angico	Empresa Enterminas	Interminas	24/1/2005	43			
Araguaína	Fazenda Caite	SI	30/8/2005	6			
Araguaína	Canteiro da Eletronorte	Beneficiária da Eletronorte	6/6/2005	14			
Araguaína	Fazenda Minuano	Dona Maria	30/8/2005	24			
Araguaína	Fazenda Boa Esperança	Epson Douglas Zum Bach	7/6/2005	10	4		
Arapoema	Fazenda Jardim	Walderes Fernando Resende Barbosa	25/5/2005	27	10		
Arraias	Carvoaria em Arraias	Um senador de Minas Gerais	30/6/2005	15			
Axixá do Tocantins	Fazenda Bacuri	Marco Aurélio Andrade Barbosa	7/4/2005	30	40	2	
Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Santa Teresa	José Euzébio Gomes Filho	22/8/2005	20			
Campos Lindos	Fazenda São Simeão	Iakov e Romil Iakov Kalhugin	26/1/2005	12			Danos
Campos Lindos	Fazenda Santos Dumont	Raimundo Brasil	14/10/2005	15			
Campos Lindos	Fazenda Mato Seco	Paulo Barbosa e Sebastião Ferraz	18/1/2005	9			3 Intimidação
Colméia	Fazenda Palac	José Simão	24/6/2005	14			
Darcinópolis	Fazenda Campo Bom	Enterminas Florestal Ltda.	30/6/2005	60			
Formoso do Araguaia	Fazenda Santa Helena	Isaias Gonçalves da Cruz/Rede Gusa Invisi/tamínas	27/5/2005	10	10		
Guarai/ Tupiratins	Carvoaria do Washington	Washington (Beneficiada Empresa Pindaré)	14/6/2005	15			
Juarina	Fazenda São Luiz	Luizão	30/8/2005	8			
Luzinópolis	Fazenda Mata dos Bois	Leontino Labre	14/1/2005	7			Ameaça de Morte
Luzinópolis/ Cachoeirinha	Agropecuária Caracol	Carlos Henrique de Almeida	30/6/2005	20			
Nova Olinda	Fazenda Belo Horizonte	Dr. Antônio Eustáquio Alves	29/3/2005	7			
Novo Jardim	Carvoaria Jardim	Roberto do Carmo Trevisan e outros	16/11/2005	11	11		
Palmeirante	Fazenda Paraná	Osvino Ricardi	23/6/2005	21			
Pau D Arco	Fazenda São Geraldo	Cidadão norte-americano	15/8/2005	11			
Pau D Arco/ Garimpinho	Fazenda Anajá	Grande	3/1/2005	5			2 Humilhação
Ponte Alta do Bom Jesus	Carvoaria na Faz. Poções	Wagner Furiati Nabarete	16/11/2005	3	3		
Porto Nacional	Fazenda Dom Augusto	Alcides Rebesquini	13/9/2005	100	100		
Recursolândia	Fazenda Três Irmãos/Areia	Marco	24/6/2005	40	16		

Municípios	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Data da Denúncia	Trab. na denúncia	Libertados	Menores	Violência contra a pessoa
Recursolândia	Faz. Sta. Luzia/Taboca/Morada do Boi	Emival Pereira Bueno	24/6/2005	30	7		
Santa Rosa do Tocantins	Agropecuária Capixaba	Batista Mancini	25/11/2005	8	8		
Santa Rosa do Tocantins	Fazenda Itajuba	Aurélio Jung	25/11/2005	6	6		
Silvanópolis	Carvoaria na Fazenda São Judas Tadeu	Wilson Duarte de Oliveira	17/11/2005	7	7		
Sucupira	Carvoaria na Faz. Tayná	João Sidair Meneghetti (Itasider-Itaminas SA)	20/5/2005	50	36		
Tocantinópolis	Fazenda Santana	Teobaldo	18/5/2005	30		3	
Xambioá	Fazenda São Bento	Dione Pinho Mourão	4/3/2005	37	16	17	
Subtotal:		41		858	328	29	
Total:		276		7707	4585	120	

Tabela feita em parceria com a Campanha Nacional de Combate e Prevenção ao Trabalho Escravo.



Foto: João Ripper

Superexploração

Mortes dos “severinos” nos canaviais paulistas

Maria Aparecida de Moraes Silva

Pesquisadora do CNPq e professora visitante do PPG/Geografia da UNESP/PP e do PPG/Geografia da USP.

Desde o século passado, a macrorregião de Ribeirão Preto é conhecida como uma das mais desenvolvidas do País. Primeiramente, o café foi o responsável pela produção de enormes riquezas. No início dos anos de 1960, surgem as usinas de cana-de-açúcar e álcool, cuja expansão da produção, ao longo destas últimas décadas, coloca esta região (além de outras) no mais alto *ranking* da economia brasileira, sem contar a capacidade de competição adquirida no mercado externo, algo comprovado pelas recentes conquistas na OMC, por meio das futuras vendas de açúcar para os países da União Européia. Ademais, nesses últimos meses, o etanol (álcool) tem sido visto como a alternativa para a solução dos problemas energéticos futuros em razão do esgotamento das reservas petrolíferas mundiais. Grandes empresas como Microsoft e Google já se mostraram interessadas em investir neste negócio, que coloca o Brasil como um dos mais competitivos do mundo. Segundo a Unica (União dos Canavieiros do Estado de São Paulo), neste ano de 2006 serão instaladas mais 19 usinas e destilarias em todo o Estado, o que corresponderá à ocupação de milhares de hectares em cana.

Para o viajante que percorre as rodovias paulistas, após a cidade de Campinas, indo em qualquer direção, a impressão que terá é de estar no meio de um gigantesco canavial. A história objetivada desta região - caracterizada pelas marcas das antigas fazendas de café, das moradias dos colonos e sitiantes, do multicolorido de plantações de milho, algodão, amendoim, feijão, além de pastagens, das estradas

vicinais, das reservas de matas, de pequenos córregos - está em vias de desaparecimento, cedendo lugar ao monocromático dos canaviais, exceto as áreas ocupadas pelos laranjais. Durante os meses de abril a novembro, até mesmo o firmamento aparece enegrecido pelas gigantescas nuvens de fumaça, advindas das queimadas da cana, prática predatória ao meio ambiente e à saúde das populações rurais e urbanas que aí vivem.

Nos últimos anos, esta enorme riqueza vem sendo exposta nas vitrines dos agrishows, feiras realizadas com o intuito de revelar o Brasil moderno, avançado tecnologicamente e cuja agricultura é movida tão-somente por máquinas. No entanto, há uma outra realidade situada atrás do palco deste show. Um mundo invisível, escondido no meio dos canaviais e laranjais que compõem a gigantesca produção desta região: **o trabalho e os trabalhadores.**

Grande parte destes trabalhadores é proveniente das áreas mais pobres do País: Nordeste e Vale do Jequitinhonha/MG. Segundo estimativas, são em número de 50 mil migrantes, na sua maioria jovens, que se deslocam todos os anos a partir do mês de março e aqui permanecem em alojamentos construídos pelas usinas ou nas pensões das cidades-dormitórios, até o início do mês de dezembro. São os chamados migrantes temporários, embora esta migração seja permanentemente temporária, pois esta situação existe desde o início da década de 1960. Para o conjunto do Estado de São Paulo, estimam-se 210 mil migrantes no ano de 2005.

Em geral são trazidos pelos *gatos*, e, em alguns momentos são submetidos a condições análogas às de escravo, segundo denúncias da Promotoria Pública e da Pastoral do Migrante, veiculadas pela imprensa local e regional, nacional

e até mesmo internacional. As condições de trabalho são marcadas pela altíssima intensidade de produtividade exigida. Na década de 1980, a *média* (produtividade) exigida era de **cinco a oito toneladas de cana cortada/dia; em 1990, passa para oito a nove; em 2000 para 10 e em 2004 para 12 a 15 toneladas!** Este fato caracteriza esse trabalho como extremamente árduo e estafante, pois exige um dispêndio de força e energia, que, muitas vezes, o trabalhador não possui, tendo em vista o fato de serem extremamente pobres, senão doentes e subnutridos.

A carência nutricional, agravada pelo esforço excessivo, contribui para o aumento de acidentes de trabalho, além de doenças das vias respiratórias, dores na coluna, tendinites, câibras, produzidas pela perda de potássio, em razão dos suores. De 2004 a 2005, a Pastoral do Migrante registrou 13 mortes, ocorridas supostamente em função do desgaste excessivo da força de trabalho. Segundo depoimentos de médicos, a sudorese, provocada pela perda de potássio, pode conduzir à parada cardiorrespiratória. Outros casos se referem à ocorrência provocada por aneurisma, em função de rompimento de veias cerebrais. Em alguns lugares, os trabalhadores denominam por *birola*, a morte provocada pelo excesso de esforço no trabalho. Para este trabalho, o piso salarial é de R\$ 410,00, sendo que o ganho é medido pelos níveis de produtividade.

Os nomes dos mortos são os seguintes:

- José Everaldo Galvão, 38 anos, natural de Araçuaí/MG, falecido em abril de 2004, no hospital de Macatuba/SP. A causa da morte foi parada cardiorrespiratória;
- Moisés Alves dos Santos, 33 anos, natural de Araçuaí/MG, falecido no hospital de Valparaíso/SP, devido a uma parada cardiorrespiratória;
- Em maio de 2004, o trabalhador Manoel Neto Pina, 34 anos, natural de Caturama/BA, faleceu após uma parada cardiorrespiratória no hospital de Catanduva/SP.
- Lindomar Rodrigues Pinto, 27 anos, natural de Mutans/BA, falecido em março de 2005, em Terra Roxa/SP;
- Ivanilde Veríssimo dos Santos, 33 anos, natural de Codó/MA, teve morte súbita; trabalhava para a usina São Martinho, faleceu em Pradópolis/SP;
- Valdecy de Paiva Lima, 38 anos, natural de Codó/MA, falecido no hospital São Francisco de Ribeirão Preto/SP, em julho de 2005, devido a um acidente cerebral hemorrágico;
- Natalino Gomes Sales, 50 anos, natural de Berilo/MG, falecido em agosto de 2005, por parada cardiorrespiratória, num hospital em Batatais/SP;
- Domício Diniz, 55 anos, natural de Santana dos Garrotes/PE, falecido em setembro de 2005 no trajeto para o hospital em Borborema/SP; teve morte súbita;
- Em 04 de outubro de 2005, faleceu o trabalhador Valdir Alves de Souza, 43 anos; a causa da morte foi enfarte.
- Ainda no mês de outubro, dia 21, faleceu o trabalhador José Mário Alves Gomes, 47 anos, natural de Araçuaí/MG; a causa da morte foi enfarte, após cortar 25 toneladas de cana; morava no alojamento Jibóia, mantido pela Usina Santa Helena, do Grupo Cosan., no município de Rio das Pedras/SP.
- No dia 21 de novembro faleceu Antônio Ribeiro Lopes, 55 anos, natural de Berilo/MG, residente há 20 anos em Guariba, durante o trabalho na Usina Engenho Moreno no município de Luiz Antônio.
- Duas outras mortes estão sendo averiguadas, pois as denúncias ocorreram após os corpos terem sido enterrados em seus locais de origem, no Vale do Jequitinhonha/MG.

Entretanto, desde o ano 2000, durante a realização de pesquisa de campo, alguns trabalhadores rurais mencionavam a morte de parentes em função de câibras. Rumin¹ encontrou

situação similar na região da Alta Paulista, em função da “birola”: morte pelo esforço excessivo no trabalho.

Estas denúncias, inicialmente encaminhadas ao Ministério Público, chamaram a atenção da Procuradoria Geral da República de São Paulo, da Plataforma DHESC - Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais - DHESC Brasil, com apoio institucional do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV/PNUD) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PGR/MPF - as quais organizaram duas audiências públicas, na cidade de Ribeirão Preto, durante o mês de outubro de 2005, e também da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, representada pela Comissão de Agricultura e Pecuária, que se responsabilizou pela organização da terceira audiência pública, na cidade de São Paulo, em dezembro de 2005. No início do ano de 2006, já houve mais duas audiências, chamadas pela Procuradoria Pública: em Ribeirão Preto e em Piracicaba.

Acompanhando desde há 30 anos a situação do trabalho nesta região, por meio de muitas pesquisas, constato que, sobretudo a partir da década de 1990 - quando se consolida o processo de tecnificação desta agricultura, pelo uso intensivo de máquinas colhedoras de cana, capazes de substituir até 120 trabalhadores -, ocorreram vários processos simultâneos: aumento da precarização das relações de trabalho, existência de alguns casos de condições análogas à de escravo, aumento abusivo da exploração da força de trabalho, por meio da produtividade em torno hoje de 12 toneladas de cana cortada por dia, ocorrência de mortes súbitas, supostamente em função da fadiga e de mortes lentas, simbolizadas por uma verdadeira legião de mutilados.

O trabalho na cana não inclui somente o corte, mas também o plantio, limpeza de curvas de

níveis, muitas vezes, repletas de mato, folhas de cana e água das chuvas. Ademais, antes de a distribuição de venenos ser feita por máquinas ou aviões, esta atividade era realizada manualmente, inclusive por mulheres, até mesmo grávidas, muitas vezes, sem máscaras protetoras. Casos de alergias, câncer de pele não são notificados como doenças laborais, nestes casos. O uso de veneno é muito intenso nas estufas que preparam as gemas de cana para o plantio, atividade que emprega basicamente mulheres.

No que tange à colheita da laranja, há muitos acidentes de trabalho, como queda da escada, furos nos olhos, provocados por galhos ou espinhos e, sobretudo, casos de alergias, coceiras, doenças respiratórias e câncer de pele, em virtude do uso indiscriminado de venenos nos pomares. Presenciamos trabalhadores colhendo laranjas, totalmente cobertas de veneno. Muitos deles reclamaram de inapetência, além de alergias, insônias, etc.

Quanto ao corte da cana, trata-se de uma atividade extremamente pesada e dilapidadora, pois para lograr um bom desempenho, a cana precisa ser cortada ao rés-do-chão, exigindo a total curvatura do corpo. Após abraçar as canas, é necessário apenas um golpe forte de facão, seguido do corte dos ponteiros, que contêm pouca sacarose e que, por isso, não são levados para a moagem. Em seguida, as canas são lançadas em montes - leiras - e, novamente, o ciclo é recommençado, sem contar que, quando as canas ainda estão com folhas, as mesmas são retiradas pela perna esquerda do trabalhador, impondo-lhe mais um movimento. Cálculos agrônômicos registram que para um total de dez toneladas de cana, há a necessidade de 9.700 golpes de facão, portanto quase 1.000 golpes por tonelada. A este cenário podem ser acrescentados: o calor excessivo, pois a jornada

1. RUMIN, C. RUMIN. C. R. *Trabalho rural e saúde: um estudo das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos cortadores de cana no município de Pacaembu/SP*. Dissertação de Mestrado. PPG/Medicina Social/USP/Ribeirão Preto, 2003.

de trabalho inicia-se às 7:00h e termina por volta das 17:00h; a fuligem que é aspirada no momento do corte; a má alimentação; a violência simbólica existente no ambiente laboral, no sentido de considerar frouxo, fraco, aquele que não consegue atingir a produtividade (média) exigida, além da ameaça de perder o emprego, caso isto ocorra.

A grande discussão que envolve neste momento, de um lado, a Promotoria Pública e do outro lado, os usineiros e representantes sindicais, é o trabalho por produção, cuja abolição é defendida pelos promotores, os quais acreditam que é a imposição da alta produtividade a responsável pelas mortes. Tal medida não é aceita nem pelos usineiros, que alegam que seriam lesados e nem pelos representantes sindicais, cujas afirmações são as de que os trabalhadores não aceitariam trabalhar na diária (pagos por dia), porque o piso salarial é baixo, aquém de suas reais necessidades de reprodução da força de trabalho e do sustento de suas famílias. Segundo uma sindicalista, os trabalhadores não aceitam diminuir o ritmo de trabalho porque não conseguiriam cortar cana devagar, pois correriam riscos de serem acidentados!

O leitor poderia se perguntar sobre razões que levam as pessoas a aceitar esta situação. Segundo Amartya Sen, a liberdade somente existe quando, diante de no mínimo duas alternativas, a pessoa pode escolher uma delas. Se houver apenas uma única alternativa, não se pode falar em liberdade, mas em imposição, já que a possibilidade de escolha é inexistente. Esta é a situação dos migrantes que se destinam a este trabalho nos canaviais e laranjais paulistas e também

dos chamados bóias-frias locais. São pessoas que não possuem outra alternativa de sobrevivência, senão esta. Quanto ao ritmo acelerado de trabalho, ele foi sendo imposto e, ao mesmo tempo, incorporado pelos trabalhadores, durante estas últimas décadas. Ainda que sujeitos à morte e às mutilações - a vida útil de um cortador de cana é de 15 anos e a do escravo no Brasil era de 10 anos -, os trabalhadores, ao “preferirem” este ritmo, consideram-no natural, sem questionar as conseqüências para suas próprias vidas.

Portanto, a migração, assim como este trabalho, é resultante do sistema econômico-social vigente, que se traduz pela imposição, pelo atrelamento de milhares de pessoas a um processo de trabalho, que não pode ser definido como livre, que possui as características da escravidão, porém com novas correntes, invisíveis, sob a capa do salário em dinheiro, do contrato e do chamado direito de ir e vir. Qualquer forma de recusa, de resistência, individual ou coletiva, é traduzida em ameaças, dispensas, medo e perseguições. O capataz dos confins deste País é substituído pelos feitores, fiscais e gatos. As armas são substituídas pelas listas negras e rescisões de contratos.

Enquanto esta barbárie ocorre no mundo do trabalho, o mundo do mercado internacional coloca este mesmo País no patamar do sucesso absoluto do *agribusiness*. Este é o paradoxo dos dois mundos da sociedade contemporânea. O trabalho que produz esta enorme riqueza é o mesmo que mutila e pode matar os “Severinos”, que deixam suas terras em busca da sobrevivência individual e familiar.

Tabela 9: Superexploração

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho
Tabela 9 - Superexploração				
Alagoas				
Messias	Fazenda Serra Verde	17		
Subtotal:		1	17	0
Distrito Federal				
Gama	Fazenda Tamanduá	50		
Subtotal:		1	50	0
Goiás				
Aruanã	Faz. Village do Araguaia/Carvoaria Borin	9		
Serranópolis	Energética Serranópolis Ltda	400		
Vila Boa	Agropecuária Prelúdio I	25		
Subtotal:		3	434	0
Maranhão				
Açailândia	Siderúrgica do Maranhão S.A/Simasa	13		
Açailândia	Fazenda Arizona	30		
Açailândia	Fazenda Capaíba	17		
Açailândia	Fazenda do Joaquim Mineiro			
Amarante do Maranhão	Fazenda do Juscelino			
Boa Vista do Gurupi	Carvoaria do Jaizinho			
Buriticupu	Fazenda Maratá	12		
Carolina	Fazenda Recreio	10		
Imperatriz	Fazenda Princesa	18		
Não informado	Fazenda São Francisco	8		
Não informado	Carvoaria Barroso	5		
São Francisco do Brejão	Fazenda Boa Vista/Bela Vista	18		
Vila Nova dos Martírios	URB Topo Engenharia e Construções/Carvoaria Primavera	33		
Subtotal:		13	164	0
Mato Grosso				
Confresa	Fazenda Agrisia			
Confresa	Fazenda do Jailson Parreira	1		
Confresa	Fazenda Mata Verde	3		
Itiquira	Fazenda Iguaçu	25		
Ouro Branco do Sul	Fazenda Algodoeira Marinho	16		
Santa Cruz do Xingu	Fazenda Xingu			
São Félix do Araguaia	Fazenda Princesa do Xingu	8		
São Félix do Araguaia	Fazenda Dallas	10		
São José do Xingu	Estância Diva			
Vila Rica	Fazenda Maria	20		
Subtotal:		10	83	0
Minas Gerais				
Jequitinhonha/ Felisburgo/ Joaima	Faz. São Geraldo/Acamp. Cinco Mártires	3		
Subtotal:		1	3	0
Pará				
Abel Figueiredo	Faz. Terra Seca/Carvoaria	10		
Brejo Grande do Araguaia	Fazenda São José	7		
Coaxi	Carvoaria do Petoso	12		
Curionópolis	Fazenda do Abmael	13		
Itupiranga	Fazenda do Alberto	7		
Marabá	Fazenda Apucarana	1		
Marabá	Fazenda Cabo de Aço	12		
Marabá	Fazenda União Transporte	8		
Marabá	Fazenda do Francineto	7		
Marabá	Fazenda de Renildo Zucатели	9		
Marabá	Carvoaria Apucarana	23		
Marabá/ Eldorado dos Carajás	Faz. Iraque/Água Azul	20		
Pacajá	Faz. Real/Tabuleiro	4		

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho
Paragominas	Fazenda Greste	18		
Rondon do Pará	Fazenda do Jamim	12		
Rondon do Pará	Carvoaria de João da Silva	7		
Santana do Araguaia	Fazenda Tangará	6		
Santana do Araguaia	Fazenda do Dr. Vagner	13		
São Félix do Xingu	Fazenda do Juvenal	9		
Xinguara	Fazenda São José	8		
Subtotal:		20	206	0
Rio de Janeiro				
Campos dos Goytacazes	Usina Cupim	200		
Subtotal:		1	200	0
São Paulo				
Araraquara	Usina Citro Maringá	100		
Flórida Paulista	Usina Floralco	1500		
Guariba	Usina Bonfim/Grupo Cosan	250		1
Piracicaba	Usina Santa Helena	50		1
Subtotal:		4	1900	2
Tocantins				
Ananás	Fazenda São Francisco	5		
Ananás	Faz. Colorada/Vale do Diamante/ Brasília	6		
Ananás	Empresa WP Engenharia	5		
Angico	Empresa Entermimas			
Aragominas	Fazenda Travessão	15		
Aragominas	Fazenda Viliquim	7		
Aragominas/ Carmolândia	Chácara de Aldo Fonte Nova			
Araguaína	Empresa Tocantins Agroflorestal	9		
Araguaína	Faz. Mariari/Serra Azul	1		
Araguaína	Empresa Construtora L & M/Umuarama	14		
Araguaína	Fazenda Felicidade	8		
Araguaína	Chácara Assolana	5		
Araguaína	Fazenda Pedra Branca	7		
Araguaína	Fazenda Jardim	3		
Araguaína	Fazenda Santa Rosa	5		
Araguaína	Empresa Saenge	19		
Araguatins	Carvoaria na Fazenda Maria Isabel	23		
Araguatins	Empresa Entermimas na Fazenda Sta. Isabel	47		
Arapoema	Fazenda Jardim	9		
Arapoema	Faz. Itaúna/Montaria Gaúcha	5		
Arapoema	Faz. Itaúna/Montaria Gaúcha	10		
Arapoema	Fazenda Fênix	9		
Axixá do Tocantins	Fazenda do Adão Mineiro	14		
Axixá do Tocantins	Fazenda Floresta	15		
Cachoeirinha	Faz. Terra Norte/Terra Nostra	20		
Campos Lindos	Fazenda Santos Dumont	30		
Campos Lindos	Fazenda Leidiane	3		
Caseara	Fazenda Veneza	9		
Colinas do Tocantins	Fazenda Buriti	9		
Darcinópolis	Fazenda Santa Maria	40		
Formoso do Araguaia	Fazenda Lagoa da Prata	20		
Itacajá	Carvoaria na Fazenda Lagoa	15		
Itaguatins	Fazenda Sonho Verde	17		
Itaporã do Tocantins	Fazenda Jóia Rara	2		
Muricilândia	Fazenda Andorinha	2		
Nazaré	Fazenda Encontro das Águas	1		
Pau D Arco	Fazenda Minuano	1		
Pau D'Arco/ Garimpinho	Faz. Vale do Jenipapo/Palmares			
Pequizeiro	Fazenda Santa Maria	15		
Piraquê	Fazenda La Grande	8		
Porto Nacional	Fazenda Planaltina	10		
Presidente Kennedy	Fazenda Planalto	18		
Riachinho	Empresa CRC/WP Engenharia	4		
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Maria Rosa	2		

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho
Santa Fé do Araguaia	Faz. Caldas Novas/Pai Eterno	10		
São Bento do Tocantins	Fazenda Estrela de Davi	20		
São Bento do Tocantins	Empresa Porto Val Construtora	12		
Tocantínópolis	Empresa Cellins	9		
Wanderlândia	Empresa Engenharia WP/Umuarama	7		
Xambioá	Fazenda Bela Vista	12		
Xambioá	Garimpo de Beto Pereira	10		
Xambioá	Fazenda Chiqueirão	5		
Subtotal:		52	552	0
Total:		106	3609	0

Tabela 10: Desrespeito trabalhista

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho
Tabela 10 - Desrespeito Trabalhista				
Bahia				
Catu	Fazenda Boa Sorte	40		
Subtotal:		1	40	0
Minas Gerais				
Indaiabira	Pivôs no Rio Pardo/Faz. de Ronaldo Pena	30		
Subtotal:		1	30	0
Paraná				
Cambará	Usina Casquel		26	
Subtotal:		1	0	26
Pernambuco				
Água Preta	Fazenda Santa Helena			
Aliança	Engenho Ajudante			
Aliança	Eng. Mata Limpa/Us. Cruangi			
Aliança	Eng. Quitara/Us. Cruangi			
Aliança/ Carpina	Eng. Sítio Novo/Us. Aliança			
Amaraji	Engenho Guloso			
Amaraji	Engenho Riacho de Pedra			
Amaraji/ Barra de Guabiraba	Engenho Cana Verde			
Amaraji/ Cortês	Engenho Meia Léguas			
Barreiros	Engenho Jardim/Belo Jardim			
Barreiros	Engenho Una			
Belém de Maria/ Jaqueira	Engenho Barro Branco			
Buenos Aires	Engenho Boa Fé			
Buenos Aires	Tamataúpe de Flores			
Buenos Aires	Engenho Conceição			
Carpina	Engenho Santa Terezinha			
Carpina	Engenho Nova Aurora			
Carpina	Engenho Caramuru			
Cortês	Usina Pedrosa/Barra de Jangada			
Escada	Usina Liberdade			
Escada	Eng. Mameluco/Destilaria JB			
Escada	Eng. Caçupim/Destilaria JB			
Escada	Engenho Três Braços			
Escada	Engenho Cabrunema			
Escada/ Pombos	Engenho Camaçari			
Ferreiros	Engenho Araçá			
Ferreiros	Engenho Pará			
Ferreiros	Engenho Santa Marta			
Gameleira	Engenho Cachoeira Lisa			
Gameleira	Engenho Paca			
Gameleira	Engenho Contabi			
Gameleira	Engenho Jacaré			
Goiana	Usina Santa Tereza/Engenho Terra Rica			
Goiana	Engenho Mega Ó			
Goiana	Engenho Calugi			
Goiana	Fazenda Tabatinga			
Itambé	Engenho Figueiredo			
Itaquitinga	Engenho Jardim			
Itaquitinga	Engenho Santo Antônio do Norte			
Itaquitinga	Engenho Tabairé			
Joaquim Nabuco	Engenho Serra Nova			
Nazaré da Mata	Engenho Paji			
Palmares	Engenho Goiabeira			
Palmares	Engenho Palmares			
Primavera	Us. União/Erigs. Aurora e Pilões			
Primavera	Enq. Sete Ranchos/Us. União Indústria			

Municípios	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho
São Benedito do Sul	Engenho Bom Destino			
São Benedito do Sul	Engenho Cobra			
São Lourenço da Mata	Usina Petribu			
Sirinhaém	Usina Trapiche	270		
Tamandaré	Engenho Paraíso			
Tamandaré	Engenho Tabô			
Vicência	Engenho Suruagí			
Vicência	Engenho Ribeira			
Vicência	Engenho Tamanduá			
Subtotal:		60	270	0
Rio de Janeiro				
Campos dos Goytacazes	Acidente em Canavial		1	
Subtotal:		1	1	0
São Paulo				
Batatais	Usina Batatais		1	1
Itápolis	Usina Pamiro Malosso		1	
Jardinópolis	Canavial em Jardinópolis			
Luis Antônio	Engenho Moreno		3	3
Ribeirão Preto	Canavial em Ribeirão Preto		1	1
Ribeirão Preto	Cerp/Usina Galo Branco			
Ribeirão Preto	Usina São Martinho		1	
Ribeirão Preto/ Guariba	Usina MB		1	
Subtotal:		8	8	5
Total:		72	349	5

Tabela 11: Ações de Resistência

Municípios	Nome da Ação dos Trabalhadores	Data	Nº de Participantes	Tipo de Trabalho	Tipo de Reivindicação	Tipo de Violência
Bahia						
Itaberaba	Greve dos Trabalhadores da Faz. Canaã/Volto do Rio	1/11/2005	115	Fruticultura	Melhoria salarial	Agressão
Subtotal:		1	115			
Paraná						
Engenheiro Beltrão	Greve dos Trabalhadores da Usina Sabarácool	1/11/2005	80	Corte de cana	Cumprimento de acordo	
Subtotal:		1	80			
Pernambuco						
Recife	Greve de Canaveiros	20/10/2005	110000	Cana de açúcar	Melhoria salarial	
Subtotal:		1	110000			
Rio de Janeiro						
Campos dos Goytacazes	Greve contra Más Condições de Trabalho/Usina Cupim	9/11/2005	200	cana de açúcar	Melhores condições de trabalho	
Subtotal:		1	200			
São Paulo						
Flórida Paulista	Greve contra Superexploração/Usina Floralco	13/10/2005	1500	Cana de açúcar	Melhoria salarial	Intimidação
Guariba	Ato contra Mortes por Birota/Usina Bonfim	24/11/2005	250	Cana de açúcar	Melhores condições de trabalho	
Sertãozinho	Greve por Reajuste Salarial/Usina São Francisco	9/6/2005	200	SI	Cumprimento de acordo/ Melhoria salarial	
Subtotal:		3	1950			
Total:		7	112345			



Foto: João Ripper

Conflitos em Tempo de Seca

Estiagem no Rio Grande do Sul

Frei Sérgio Antônio Görgen

Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, assessor de Movimentos Sociais

Nos últimos 30 anos, as estiagens passaram a se repetir com maior frequência na região Sul do País. Não há dúvida, tanto do ponto de vista da sensibilidade popular, como do da análise científica, que a intensificação dos períodos de seca no Rio Grande do Sul tem a ver com a brutal destruição ambiental que o modelo de agricultura que as multinacionais implantaram, através da chamada revolução verde, provoca nesta região. “Nosso clima está ficando igual ao do Nordeste” - repetem com frequência os camponeses gaúchos.

A cada 10 anos, sete apresentam insuficiências de chuvas no verão. Este fato vem ocorrendo nas últimas duas décadas no Rio Grande do Sul. Algumas estiagens, longas e dramáticas, como as ocorridas em 1995, 2000 e 2005, causaram enormes prejuízos aos camponeses e à economia do Estado. A estiagem de 2005 que, na verdade, iniciara em fins de 2004, provocou uma enorme onda de protestos no Rio Grande do Sul. Na época, a Via Campesina produziu um diagnóstico da seca, considerada desesperadora e de calamidade pública, que afetou também os pequenos agricultores e assentados da reforma agrária. É adequado reproduzir o diagnóstico:

As características da atual estiagem

A atual estiagem tem algumas características diferentes daquelas vividas por nós, nos últimos anos no Estado do Rio Grande do Sul:

- O inverno gaúcho foi seco, teve baixos índices de precipitação pluviométrica. Entramos no verão gaúcho já com “as águas baixas” como dizem os camponeses.

- As poucas chuvas que ocorreram no verão foram irregulares, atingiram apenas algumas regiões do Estado e foram fracas.
- É uma seca longa. Vem se estendendo desde o mês de novembro.
- Tem sido um verão de calor impiedoso, com uma incidência de sol muito intensa e muito quente.
- A atual seca é generalizada. Atingiu praticamente todas as regiões do Estado.
- Provocou uma diminuição e até esgotamento de rios, riachos e nascentes em proporções até hoje nunca vistas pela população camponesa gaúcha, segundo o relato dos mais idosos.
- Constata-se a morte de grande número de árvores em plena mata, fato totalmente desconhecido até hoje na história natural do Rio Grande do Sul.
- Dificuldades de acesso à água para consumo humano e animal, no meio rural gaúcho, em todas as regiões, em proporções até hoje não constatadas.

O documento da Via Campesina ainda destacou os efeitos sobre as comunidades, tomadas pelo desânimo e o desespero. Houve um grande risco de êxodo em massa para as cidades, a desestabilização emocional e alguns suicídios. Ainda se registraram disputas fratricidas entre vizinhos pelo controle da pouca água e alimento disponível.

Em relação à produção, o diagnóstico identificou:

- **A fome** - a produção de subsistência, para o autoconsumo, faz parte da cultura campo-

nesa. Ela está totalmente comprometida com a atual seca. A maioria das famílias terá dificuldades de ter alimentos suficientes para passar o ano. As principais culturas de autoconsumo foram totalmente dizimadas pela estiagem. Poderá haver uma situação de fome generalizada se medidas corretas e urgentes não forem tomadas.

- **Produção para o mercado** - também está comprometida em quase todos os produtos. A maioria das culturas tem hoje altos custos de produção que foram suportados com recursos próprios e recursos financiados nos bancos públicos, em empresas privadas e cooperativas. Haverá um grande empobrecimento e descapitalização dos pequenos agricultores. Isto significa que os pequenos agricultores não terão renda, nem para pagar dívidas, nem para comprar alimentos, pagar contas cotidianas (luz, etc), nem para garantir outras despesas (saúde, material escolar, etc).
- **As sementes** - a produção de sementes é sempre uma garantia da alimentação dos próximos anos e gerações; na atual situação, está sendo perdida e em algumas situações os agricultores estão perdendo até algumas variedades crioulas.
- **Alimentação animal** - um dos pilares de sustentação da produção camponesa é a produção animal, e essa está muito comprometida. As pastagens de verão foram totalmente destruídas pela seca e as reservas de alimentação e água para o inverno não estão garantidas. Por isso, são necessárias políticas públicas para a recuperação de pastagens para que, assim que recomecem as chuvas, possam recuperar os rebanhos e a produção pecuária em geral.
- **Dívidas** - as dívidas contraídas pelos agricultores são de dois tipos: dívida pública, com o sistema bancário, fundos estaduais, programas federais e outras com empresas privadas e cooperativas, que, na maioria das vezes,

comprometem suas terras que são dadas em garantias, penhoradas mediante promissórias ou confissão de dívida. Além disso, os agricultores, que financiaram no Pronaf Custeio, têm seguro das atividades (Proagro Mais). Mas no sistema atual de levantamento das perdas através de laudos individuais, é impraticável, inviável e em descompasso com as características da atual seca.

- **Produção leiteira** - a diminuição da produção do leite não garante a renda mensal. Um fator da economia dos pequenos agricultores é a produção de leite e essa diminuição é significativa, está prejudicando a renda mensal e inviabilizando o pagamento de despesas mensais como luz elétrica, alimentação, despesas de saúde, etc”.

Somavam-se aos efeitos imediatos da seca, a crise estrutural da agricultura camponesa, abandonada em nome da proclamada pujança do agronegócio, e a falta de ações estruturantes do Estado brasileiro em favor da produção camponesa e das comunidades rurais. “Não é só a seca que seca, a política agrícola dos governos e a exploração das multinacionais secam mais do que a seca” - diziam os camponeses.

Diante desta realidade, os camponeses e os movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dos Pequenos Agricultores (MPA) e dos Atingidos por Barragens (MAB), se mobilizaram e, ainda em 2004, apresentaram aos governos a seguinte pauta de reivindicações:

III PAUTA IMEDIATA

Governo Federal

- 1 Rebate proporcional às perdas para todos os financiamentos de custeio do Pronaf independente de Proagro para todos os pequenos agricultores.
- 2 Quando a perda na cultura financiada for superior a 70%, que seja considerada perda total, pois o custo da colheita é maior do que a renda da produção.

- 3 Laudos da Assistência Técnica, credenciada por microrregiões ou comunidades, quando houver perdas diferenciadas dentro de um mesmo município.
- 4 Prorrogação das Prestações de Investimento para um ano, após a última prestação prevista em contrato, com as mesmas condições atualmente contratadas.
- 5 Custeio pecuário emergencial, com subsídio, para produção de leite.
- 6 Bolsa Estiagem - implementação de um crédito de manutenção familiar ou um Programa de Renda Mínima para as famílias atingidas pela seca, com R\$ 300,00 por família durante 12 meses.

III PAUTA IMEDIATA

Governo do Estado

- 1 Rebate no troca-troca proporcional às perdas.
- 2 Prorrogação das dívidas de investimento do Feapper e de outros Programas Estaduais, programando a parcela devida em 2004 para o ano seguinte a última prestação prevista em contrato, mantidas as atuais condições.
- 4 Determinação à Emater para detalhamento dos Laudos especificando percentual de perdas por comunidades em municípios com perdas diferenciadas em seu território.
- 5 Participação do Estado assumindo 40% do valor do BOLSA ESTIAGEM.
- 6 Implementação de Programa de Abastecimento de Água potável para consumo humano em todas as comunidades rurais do Estado.
- 7 Implementação de Programa para armazenamento e retenção de água para consumo animal e irrigação de pequeno porte na produção de subsistência.

O cenário, porém, não era favorável para os pequenos agricultores que passavam por um processo de empobrecimento. Este se gravou com os altos subsídios destinados às culturas de exportação e monoculturas, como a soja; e com a própria seca. Em 2004 ela provocou perdas irreparáveis na produção de milho, de feijão, de leite, de soja e na produção de subsistência. Para alguns camponeses, a solução foi deixar a terra.

Os movimentos, diante da grave situação, indicaram alguns caminhos estruturais, como a implantação de um Seguro Agrícola Nacional, Público, e com subsídio para a Agricultura Camponesa; o Programa de apoio à produção de subsistência, diversificação e combate à monocultura; o Programa de apoio à produção de leite, incluindo custeio pecuário; o Programa de recuperação da mata nativa e a proibição do plantio de transgênicos, porque aumenta a monocultura e a dependência das multinacionais.

Os movimentos da Via Campesina ainda realizaram assembleias e mobilizações em todo o Estado. Como a resposta do governo foi tímida, bloqueios de rodovias se intensificaram em todo o Rio Grande do Sul. Avolumaram-se conflitos, inclusive com um carro do grupo RBS de Comunicações sendo incendiado pela revolta popular

Enfim, após um longo período de mobilizações, algumas medidas foram implementadas efetivamente, a principal delas, o Seguro Agrícola, na forma de Proagro Mais, ainda com inúmeros limites, mas que contribuíram para minimizar a situação. Porém, muitos ficaram excluídos desta conquista, prolongando seu endividamento.

Mas em relação às causas estruturais da seca, que indica a mudança do modelo de produção, pouco foi feito. Em relação aos efeitos de médio e longo prazo, tampouco. E um programa efetivo de redução de efeitos de novas estiagens, de convivência com a seca e de

mudança de modelo tecnológico, com a superação das monoculturas e retomada de cobertura florestal nativa, também ficou a desejar.

O grande saldo foi a luta popular e a elevação do nível de consciência em relação aos limites e a perversidade da política econômica do governo Lula e seus antecessores e da necessi-

dade de mudança das práticas agrícolas dos camponeses. Também ficou claro que é preciso haver uma melhor organização para a luta pela implementação do Plano Camponês, revolucionando as relações sociais e as relações de produção no campo brasileiro, eliminando o agronegócio e suas perversidades.

Tabela 12: Conflitos em Tempos de Seca

Municípios	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Ação	Reivindicação
Ceará					
Acopiara	Manifestação no Depósito Escolar	25/4/2005	70	Saque	Alimentos
Canindé	Manifestação na BR-020 km 308	24/5/2005	800	Bloqueio de estrada	Fronte de emergência/ Alimentos
Canindé	Protesto na Frente da Prefeitura	15/5/2005	2000	Acampamento	Fronte de emergência/ Alimentos
Canindé	Protesto na Frente da Prefeitura	3/7/2005	800	Acampamento	Fronte de emergência/ Alimentos
Cariús	Protesto dos Atingidos pela Seca	10/6/2005	2000	Manifestação	Fronte de emergência/ Alimentos
Granjeiro	Protesto dos Atingidos pela Seca	28/3/2005	130	Manifestação	Fronte de emergência/ Alimentos
Icó	Manifestação na BR-116 km 378	14/6/2005	3000	Bloqueio de estrada	Fronte de emergência/ Crédito
Iguatu	Grito dos Agricultores	10/6/2005	500	Manifestação	Fronte de emergência/ Alimentos
Iguatu	Protesto dos Atingidos pela Seca	19/4/2005	60	Manifestação	Fronte de emergência/ Alimentos
Jaguaribara	Protesto dos atingidos pela Seca	30/4/2005	500	Manifestação	Fronte de emergência/ Crédito
Madalena	Protesto na Frente da Prefeitura	25/4/2005	800	Acampamento	Alimentos/ Renegociação de dívidas
Massapê	Protesto no Incra	26/10/2005	100	Ocupação	Crédito
Quixelô	Protesto no Depósito Escolar	13/5/2005	1000	Saque	Fronte de emergência/ Alimentos
Tauá	Protesto dos Atingidos pela Seca	27/4/2005	100	Manifestação	Fronte de emergência/ Alimentos
Subtotal:		14	11860		
Piauí					
Capitão Gervásio Oliveira	Vítimas da Seca	2/9/2005		Pedido de ação do governo estadual	Água
Caridade do Piauí	Vítimas da Seca	4/9/2005		Pedido de ação do governo estadual	Água
Conceição do Canindé	Vítimas da Seca	3/9/2005		Pedido de ação do governo estadual	Água
Coronel José Dias	Protesto dos Atingidos pela Seca	23/9/2005	400	Pedido de ação do governo municipal	Alimentos/ Água
Curral Novo do Piauí	Vítimas da Seca	30/8/2005		Pedido de ação do governo estadual	Água
Dirceu Arcoverde	Protesto dos Atingidos pela Seca	30/3/2005	115	Pedido de ação do governo federal	Água/ Crédito
Dom Inocêncio	Vítimas da Seca	31/8/2005		Pedido de ação do governo estadual	Água
Jaicós	Vítimas da Seca	2/9/2005		Pedido de ação do governo estadual	Água
Jurema	Vítimas da Seca	1/9/2005		Pedido de ação do governo estadual	Água
Lagoa do Barro do Piauí	Vítimas da Seca	4/9/2005		Pedido de ação do governo estadual	Água
Paulistana	Vítimas da Seca	15/8/2005		Pedido de ação do governo estadual	Água
São João da Canabrava	Vítimas da Seca	3/9/2005	500	Pedido de ação do governo municipal	Água
Simões	Vítimas da Seca	2/9/2005		Pedido de ação do governo estadual	Água

Municípios	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Ação	Reivindicação
Subtotal:		13	1015		
Rio Grande do Sul					
Boa Vista das Missões	Bloq. no Entrocamento da BR-386 com a RS-158	8/3/2005	2000	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas/ Crédito
Canguçu	Protesto dos Atingidos pela Seca	14/3/2005	2000	Manifestação	Renegociação de dívidas/ Crédito
Capão do Leão	Ato diante da Cesa	15/3/2005	350	Manifestação	Renegociação de dívidas/ Crédito
Cruz Alta	Bloqueio na BR-158	8/3/2005	500	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas/ Crédito
Erechim	Bloqueio na BR-153	8/3/2005	800	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas/ Crédito
Frederico Westphalen	Protesto dos Atingidos pela Seca	18/3/2005	6000	Manifestação	Renegociação de dívidas/ Crédito
Girúá	Bloqueio na RS-344	4/4/2005	200	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas
Passo Fundo	Protesto dos Atingidos pela Seca	15/3/2005	1500	Manifestação	Renegociação de dívidas/ Crédito
Pelotas	Bloqueio na BR-116	8/3/2005	800	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas/ Crédito
Porto Alegre	Acamp. diante do Palácio Piratini	9/3/2005	250	Manifestação	Renegociação de dívidas/ Crédito
Porto Alegre	Ato diante do Palácio Piratini	15/3/2005	1000	Manifestação	Renegociação de dívidas/ Crédito
Santa Cruz do Sul	Acamp. às margens da BR-471	9/3/2005	600	Acampamento	Renegociação de dívidas/ Crédito
Santa Rosa	Protesto dos Atingidos pela Seca	17/3/2005	1500	Manifestação	Renegociação de dívidas/ Crédito
Santana do Livramento	Bloqueio nas BR's 293 e 158	8/3/2005	300	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas/ Crédito
Santana do Livramento	Bloqueio nas BR's 293 e 158	15/3/2005	150	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas/ Crédito
Santo Augusto	Bloqueio na BR-468	8/3/2005	500	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas/ Crédito
Sarandi	Bloqueio na BR-386	8/3/2005	1100	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas/ Crédito
Sarandi	Bloqueio na BR-386	14/3/2005	4000	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas/ Crédito
Subtotal:		18	23550		
Santa Catarina					
Chapecó	Acampamento às margens da BR-282	8/3/2005	200	Acampamento	Renegociação de dívidas/ Crédito
Chapecó	Ato na Agência do Banco do Brasil	3/3/2005	1300	Ato público	Renegociação de dívidas/ Crédito
Chapecó	Bloqueio do Trevo da BR-282	9/3/2005	800	Bloqueio de estrada	Renegociação de dívidas/ Crédito
Concórdia	Manifesto de Pequenos Agricultores	3/3/2005	700	Ato público	Renegociação de dívidas/ Crédito
Maravilha	Ato na Agência do Banco do Brasil	3/3/2005	3000	Ato público	Renegociação de dívidas/ Crédito
Mondai	Manifesto de Pequenos Agricultores	3/3/2005	600	Ato público	Renegociação de dívidas/ Crédito
Pinhalzinho	Manifesto de Pequenos Agricultores	3/3/2005	500	Ato público	Renegociação de dívidas/ Crédito
Subtotal:		7	7100		
Total:		52	43525		



Foto: João Ripper

Violência contra a pessoa

Tabela 13: Violência contra a Pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Agredidos Fisicamente	Presos	Feridos
Centro-Oeste										
DF	9	6700			1					
GO	72	58438	1						14	44
MS	58	33976	2	5	29	1		2		1
MT	117	85351	5	1	6	22	3	4	7	1
Subtotal:	256	184465	8	7	35	23	3	6	21	46
Nordeste										
AL	46	22772	1		2	5		1	21	2
BA	111	64179	2	3	1	6		1	1	
CE	20	24245								2
MA	146	50304	2	11		28	13	6	19	4
PB	26	10565		4			2		18	18
PE	200	84385	4	1		18		1	3	4
PI	57	14433		3	3	14			1	
RN	4	4850					2			
SE										
Subtotal:	610	275733	9	22	6	71	17	9	63	30
Norte										
AC	10	6887					1			
AM	16	11750					26			
AP	44	5220								
PA	328	157104	16	16	5	96	9	4	76	
RO	44	21692	1			3	1		11	
RR	20	32605		1		21		4	4	
TO	143	15445			3	2				
Subtotal:	605	250703	17	17	8	149	10	8	91	0
Sudeste										
ES	11	6190								1
MG	61	42943	2	6	1	3	3	37	12	36
RJ	23	11391	2	3		14				1
SP	123	59943			13			3	14	
Subtotal:	218	120467	4	9	14	17	3	40	26	38
Sul										
PR	95	85217			1	5			35	8
RS	61	66855				1			1	19
SC	36	37915			1				24	25
Subtotal:	192	189987	0	1	1	6	0	0	60	52
Total:	1881	1021355	38	56	64	266	33	63	261	166

Índices de Violência no Campo Brasil 2005

Carlos Walter Porto Gonçalves

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal Fluminense

Os índices da violência e conflitividade no campo são elaborados relacionando os conflitos e a violência nos diferentes Estados da Federação, com sua população rural.

Esta tabela mostra um quadro diferente de uma leitura dos números absolutos. Assim um Estado com um número elevado de conflitos, mas com uma população rural grande, tem um índice menor que um Estado com menor número de conflitos, mas com uma população rural pequena.

A construção dos índices baseia-se em três eixos. O primeiro analisa a Conflitividade e o Envolvimento da população em conflitos. O segundo analisa a ação do poder público (judiciário e executivo) e o terceiro a ação do poder privado.

No primeiro eixo analisam-se 1º o Índice de Conflitividade que é a proporção do número de Conflitos de cada Estado em relação à sua participação na população rural brasileira; e 2º o Índice de Envolvimento que é a proporção do Número de Pessoas Envolvidas em Conflitos de cada Estado em relação à sua participação na população rural brasileira.

No eixo para medir a intensidade da ação do poder público utilizam-se dois indicadores. 1º o de pessoas presas e 2º o de famílias despejadas. Isso tudo em relação à população rural de cada Estado.

Já no terceiro eixo é medido o índice de violência do poder privado, baseado em três indicadores: 1º número de assassinatos, 2º número de pessoas expulsas e 3º número de trabalhadores submetidos a condições análogas ao trabalho escravo.

Como são estabelecidos os índices?

Os índices são estabelecidos da seguinte forma. Para cada situação calcula-se a porcentagem de cada Estado em relação ao total (por exemplo Mato Grosso com 117 conflitos, representa 3,8% do total de 1881 conflitos do Brasil em 2005). O resultado desta porcentagem é dividido pela porcentagem que a população rural do Estado representa do total da população rural brasileira. Quando o resultado desta divisão é igual a 1.0, isto significa que a porcentagem referente àquela situação, por exemplo o número de conflitos, é igual à porcentagem que a população rural do Estado representa no conjunto da população rural brasileira. Deste modo, se um Estado tem uma porcentagem de pessoas despejadas por ações judiciais do total do Brasil, digamos 10%, e tem a mesma proporção de população rural, assim também 10%, seu Índice será de 1.0 ($10.0\% \div 10.0\% = 1.0$).

Assim, todos os Estados cujos indicadores estão abaixo de 1.0 é porque a porcentagem do evento sob análise daquele Estado no total nacional é inferior à porcentagem da população rural desse mesmo Estado no total nacional.

Desta forma estabeleceram-se as seguintes faixas de classificação:

Índice ALTO - Estados que participaram no evento sob análise de 1.0 a 2.0. Isto até duas vezes a sua participação na população rural do Brasil.

MUITO ALTO, de 2.1 a 4.0. Estados que até dobraram a faixa anterior.

ALTÍSSIMO - 4.1 a 8.0. Estados em que os índices foram entre quatro e oito vezes a sua participação na população rural do país.

EXCEPCIONALMENTE ALTO. Estados que ultrapassam, em determinada situação, mais de 8 vezes de sua participação na população rural do país.

Levando em conta o exposto acima podemos destacar:

1) Conflitividade e Envolvimento das Pessoas.

Ao analisarmos a tabela Índices de Violência 2005 percebemos o seguinte:

a) Conflitividade

11 Estados brasileiros apresentaram índices de conflitividade significativos no ano de 2005. Destaque especial para os Estados do Amapá (14,2) e de Tocantins (8,1) com índices Excepcionalmente Altos. O Estado de Roraima apresentou um índice de conflitividade Altíssimo (4,4).

Quatro Estados apresentaram Índices Muito Altos, a saber, MT (3,8), MS (2,96), PA (2,68) e GO (2,01).

Quatro Estados apresentaram ainda índices Altos, a saber: PE (1,82), DF (1,7), RO (1,5) e MA (1,08).

b) Envolvimento das Pessoas

Roraima apresentou índice Excepcionalmente Alto (13,14) e Mato Grosso, índice Altíssimo 5,15.

Com índice Muito Alto estão os Estados de MS (3,20), AP (3,11), GO (3,00), PA (2,36) e o DF (2,33).

Já os Estados de TO (1,62), PR (1,49), PB (1,41), RO 1,37, AC (1,15), RS (1,11) e SC (1,04) apresentaram índice Alto.

2) Violência do Poder Privado

Entende-se por Violência do Poder Privado quando os proprietários resolvem os

conflitos sem a mediação do poder público, simplesmente assassinando os que se interpõem no seu caminho, expulsando as famílias das terras das quais se autoproclamam proprietários, ou reduzindo trabalhadores a condições análogas ao trabalho escravo.

a) Assassínatos

O Estado de Mato Grosso se destacou por seu Índice Excepcionalmente Alto (8,11).

Dois Estados apresentaram índice Altíssimo, a saber: PA (6,47) e MS (5,05). O Rio de Janeiro apresentou índice Muito-Alto (2,94).

Cinco Estados ainda apresentaram índice Alto, a saber: PE (1,82), RO (1,69), Goiás (1,38).

b) Famílias Expulsas

A partir do indicador Número de Famílias Expulsas, quatro Estados apresentaram índice Altíssimo: PA (6,34), MT (6,32), AM (4,88) e MS (4,84). Dois Estados ainda apresentaram índice Muito Alto: TO (3,85) e AP (2,36) e dois Estados apresentaram índice Alto, PE (1,83) e RJ (1,28).

c) Trabalho Escravo

Dois Estados se destacam pelo índice Excepcionalmente Alto, Mato Grosso (15,66) e Tocantins (11,93). O Pará (6,37) apresentou índice Altíssimo. Goiás índice Muito Alto (2,75). O Estado do Maranhão apresentou índice Alto (1,22).

Estado	Índice
Mato Grosso	10,03
Pará	6,39
Tocantins	5,26
Mato Grosso do Sul	3,41
Amazonas	1,68
Goiás	1,57
Rio de Janeiro	1,40
Pernambuco	1,21
Maranhão	0,69
Rondônia	0,68

d) Ranking da Violência do Poder Privado

Com os índices estabelecidos, podemos elaborar um ranking da violência do poder privado. Somando-se os números relativos aos três indicadores - assassinatos, famílias expulsas e trabalho escravo - divididos por três, encontramos os dez Estados onde a violência do poder privado foi maior.

3) Violência do Poder Público

Entende-se por Violência do Poder Público a ação que envolve o Judiciário na determinação da ação a ser feita e o Executivo na sua execução. Dois indicadores foram levados em conta para estabelecer este índice de Violência. Prisão dos trabalhadores, ordenada pelo juiz e executada pela polícia e as Ações de Reintegração de Posse, determinada pelo juiz e o despejo executado pela ação policial.

a) Número de Prisões.

Os Estados de Roraima e Pará apresentaram índice Altíssimo, a saber, 6,30 e 4,47 respectivamente no que se refere a trabalhadores presos. Índice Muito Alto foi encontrado nos Estados de Alagoas (2,83), Goiás (2,81), Rondônia (2,71), SC (2,57), Paraná (2,40) e Paraíba (2,20). Índice Alto se encontra nos Estados de Mato Grosso (1,65) e Maranhão (1,01).

b) Número de Famílias Despejadas.

Apresentaram índice Altíssimo os Estados de Goiás (5,75) e Mato Grosso (5,15). Muito Alto, os Estados do Pará (3,35) e Paraná (2,48) e índice Alto, Amapá (1,92), Rondônia (1,88), Rio Grande do Sul (1,60) e São Paulo (1,35).

b) Ranking da Violência do Poder Público

Com os índices estabelecidos o ranking da Violência do Poder Público, a soma do índice de trabalhadores presos, mais o índice das famílias despejadas, divididos por dois, fica assim constituído:

Estado	Índice
Goiás	4,28
Pará	3,91
Mato Grosso	3,40
Roraima	3,40
Paraná	2,44
Rondônia	2,29
Alagoas	1,52
Paraíba	1,33
Santa Catarina	1,31
São Paulo	1,02

4) Índice geral da Violência

Somando-se os Índices da Violência do Poder Privado com o da Violência do Poder Público temos o seguinte quadro dos dez Estados que apresentaram a maior violência contra os trabalhadores.

Estado	Índice
Mato Grosso	6,71
Pará	5,15
Goiás	2,92
Tocantins	2,82
Mato Grosso do Sul	1,89
Roraima	1,70
Rondônia	1,48
Paraná	1,32
Alagoas	1,02
Pernambuco e Amapá	0,87

A análise simples destes dados confirma o que desde 2003 vimos denunciando. A violência é mais intensa nos Estados onde a dinâmica sociogeográfica está fortemente marcada pela influência da expansão dos modernos latifúndios monocultores (autodenominados agronegócio). O Centro-Oeste, paraíso do agronegócio, no seu conjunto se destaca neste campo. O Pará, primeiro em números absolutos, sofre também as conseqüências do avan-

ço do agronegócio, da exploração madeireira e da grilagem das terras públicas. É no Centro-Oeste e no Norte que as últimas fronteiras

agrícolas são conquistadas às custas do sofrimento e do sangue dos trabalhadores e dos que os apóiam.

Índices de Violência 2005

	Total	%	N. de Conflitos	%	Índice	Pessoas Eiv.	%	Índice	Assass Inatos	%	Índice	Fam. Exp.	%	Índice	Presos	%	Índice	Famílias Desp.	%	Índice	Ocor. de Trab. Escravo	%	Índice
Brasil.....	31 845 211		1881	100		1021355	100	100	38	100		4366	100		261			25618	100		7707	100	
Norte.....	3 886 339	12.2	605	32.164	2.636	250703	24.55	2.01	17	44.737	3.666	2468	56.528	4.632	91	34.866	2.857	6641	25.923	2.124	4110	53.328	4.370
Roraima.....	77 381	0.2	20	1.063	4.376	32605	3.19	13.14		0.000	0.000	1	0.023	0.094	4	1.533	6.307	31	0.121	0.498		0.000	0.000
Pará.....	2 071 614	6.5	328	17.438	2.681	157104	15.38	2.36	16	42.105	6.472	1801	41.251	6.341	76	29.119	4.476	5595	21.840	3.357	3198	41.495	6.379
Amazonas.....	705 335	2.2	16	0.851	0.384	11750	1.15	0.52		0.000	0.000	472	10.811	4.881		0.000	0.000		0.000	0.000		0.000	0.000
Acre.....	187 260	0.6	10	0.532	0.904	8887	0.67	1.15		0.000	0.000	20	0.458	0.779		0.000	0.000		0.000	0.000		0.156	0.265
Paraná.....	1 777 374	5.6	95	5.051	0.905	85217	8.34	1.49		0.000	0.000	100	2.290	0.410	35	13.410	2.403	3559	13.893	2.489		1.064	0.191
S. Catarina.....	1 138 429	3.6	36	1.914	0.535	37915	3.71	1.04		0.000	0.000		0.000	0.000	24	9.195	2.572	53	0.207	0.058		0.000	0.000
S. Paulo.....	2 439 552	7.7	123	6.539	0.854	59943	5.87	0.77		0.000	0.000	250	5.726	0.747	14	5.364	0.700	2651	10.348	1.351		0.000	0.000
Sul.....	4 785 617	15.0	192	10.207	0.879	189987	18.60	1.24	0	0.000	0.000	100	2.290	0.152	80	22.989	1.530	6023	23.511	1.564	117	1.518	0.101
R. Janeiro.....	569 816	1.8	23	1.223	0.683	11421	1.12	0.62	2	5.263	2.941	100	2.290	1.280		0.000	0.000	300	1.171	0.654		0.000	0.000
M. G. do Sul.....	330 895	1.0	58	3.083	2.968	33976	3.33	3.20	2	5.263	5.065	220	5.039	4.849		0.000	0.000	200	0.781	0.751	26	0.337	0.325
Mato Grosso.....	516 627	1.6	117	6.220	3.834	85351	8.36	5.15	5	13.158	8.111	448	10.261	6.325	7	2.682	1.653	2143	8.365	5.156	1958	25.405	15.660
Goiás.....	606 583	1.9	72	3.828	2.010	58438	5.72	3.00	1	2.632	1.382	50	1.145	0.601	14	5.364	2.816	2808	10.961	5.754	404	5.242	2.752
D. Federal.....	89 647	0.3	9	0.478	1.700	6700	0.66	2.33		0.000	0.000		0.000	0.000		0.000	0.000		0.000	0.000		0.000	0.000



Foto: Greenpeace

Assassinatos

Tabela 14: Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Alagoas					
Atalaia	Faz. Timbozinho/Assent. Canudos	29/11/2005	Jaelson Melquiades dos Santos	A	Liderança
Subtotal:		1			
Bahia					
Malhada	Quilombos Pau d' Arco e Parateca/Faz. Bauru	15/4/2005	Alvino Mendes de Almeida	54	Quilombola
Salinas da Margarida	Empresa Maricultura Valença	17/3/2005	Paulo Marinho de Almeida	33	Pescador
Subtotal:		2			
Goiás					
Luziânia	Assentamento Líder	31/7/2005	Antônio Nascimento da Silva, "Toinzinho"	45	Liderança
Subtotal:		1			
Maranhão					
Cajapió	Itapunhenga	2/8/2005	Eustáquio Carvalho	55	Posseiro
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	João Araújo Guajajara	70	Índio
Subtotal:		2			
Mato Grosso					
Aripuanã	Gleba Conselvam/Guará	20/2/2005	José Luiz da Silva Filho	35	Posseiro
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	9/3/2005	Jerônimo	74	Sem - terra
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	16/11/2005	Mauro Gomes Duarte	27	Sem - terra
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	16/11/2005	Vanderlei Macenas Cruz	30	Sem - terra
Santo Antônio do Leverger	Fazenda Serra Verde	25/7/2005	Itamir Barbosa Lagare	30	Sem - terra
Subtotal:		5			
Mato Grosso do Sul					
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Stª. Creuza	24/12/2005	Dorvalino Rocha	45	Índio
Sete Quedas	Fazenda Sombrento/Floresta	26/6/2005	Dorival Benites	26	Índio
Subtotal:		2			
Minas Gerais					
Buritis	Faz. Barriguda/Ass. Mãe da Conquista	1/11/2005	Miguel José Caetano	56	Assentado
Joanésia	Fazenda Beira Rio	27/5/2005	José Francisco Pereira	51	Trab. Rural
Subtotal:		2			
Pará					
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	12/2/2005	Ir. Dorothy Mae Stang	73	Religioso
Anapu	Gleba Belo Monte/PDS Virola Jatobá	13/5/2005	Raimundo Nonato Pereira de Moraes	A	Liderança
Anapu	Gleba Manduacari/Lotes 4-5-6-7/Cospel	15/2/2005	Claúdio Dantas Muniz	29	Assentado
Canaã dos Carajás	Fazenda Santa Fé/Pampulha	15/6/2005	José Pereira da Silva	32	Sem - terra
Castanhal	Cupiúba/Cachoeira	9/1/2005	Ivandro Rodrigues	A	Presidente de STR
Itupiranga	Faz. Mineira/Gleba Cajazeira	8/11/2005	Domingos Farias dos Santos	A	Sindicalista
Marabá	Faz. Remanso/Talismã	19/2/2005	Rony Silva da Conceição	A	Assentado
Marabá	Fazenda Cabo de Açol/Acamp. Zumbi dos Palmares	17/11/2005	Pedro Laurindo da Silva	46	Liderança
Marabá	Fazenda Macaúba	1/3/2005	José dos Reis Conceição	41	Trab. Rural
Parauapebas	Faz. Carajás/Assent. Carlos Fonseca/Palmar	15/2/2005	Daniel Soares da Costa Filho	43	Sindicalista
Parauapebas	Assassinato de Antônio Matos Filho	8/6/2005	Antônio Matos Filho	A	Sindicalista
Parauapebas/ Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	26/1/2005	Carlos Coelho de Freitas	50	Sem - terra
Parauapebas/ Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	15/6/2005	José Ribeiro do Nascimento	41	Sem - terra
Santarém	Assentamento Piá Moju	20/5/2005	Raimundo Moraes Pinheiro	A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
São Félix do Xingu/ Altamira	Faz. Bom Jardim/Gleba Assurini	18/2/2005	Jailton da Silva Lago	31	Trab. Rural
Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	8/1/2005	Francinalva Conceição Silva (Grávida)	16	Sem - terra
Subtotal:		16			
Pernambuco					
Cabrobó	Índios Truká	30/6/2005	Adenilson dos Santos	38	Índio
Cabrobó	Índios Truká	30/6/2005	Jorge dos Santos	17	Índio
Itaíba	Assentamento Baixa Verde	27/10/2005	Anilton Martins da Silva	A	Liderança
Tacaimbó	Faz. Mandacaru	29/10/2005	Antônio José dos Santos	50	Sem - terra
Subtotal:		4			
Rio de Janeiro					
Campos dos Goytacazes	Faz. Cambahyba/Acamp. Oziel Alves	4/7/2005	Manuel de Souza	47	Sem - terra
Nova Iguaçu	Reserva Ecológica do Tinguá	22/2/2005	Dionísio Júlio Ribeiro Filho	59	Ag. Ambiental
Subtotal:		2			
Rondônia					
Parecis	Faz. Brotys/Linha 95/Acamp. Caramuru/Gleba Corumbiara	15/5/2005	José Freitas de Melo	A	Posseiro
Subtotal:		1			
Total:		38			

Tabela 15: Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Bahia						
Bom Jesus da Lapa	Com. Remanescente de Quilombo de Piranhas	8/9/2005	Cláudio Pereira da Silva		A	Liderança
Malhada	Quilombos Pau d' Arco e Paraleca/Faz. Bauru	15/4/2005	Joaquim Deodato		A	Quilombola
Salinas da Margarida	Empresa Maricultura Valença	17/3/2005	Pescador da Com. de Salinas da Margarida		26	Pescador
Subtotal:		3			3	
Distrito Federal						
Sobradinho	Fazenda Chapadinha	13/6/2005	Marco Antônio da Silva		23	Sem - terra
Subtotal:		1			1	
Maranhão						
Araioses	P. A. Água Fria	27/6/2005	Antônio Gomes dos Santos		23	Assentado
Araioses	P. A. Água Fria	27/6/2005	Raimundo Nonato Silva		38	Assentado
Araioses	P. A. Água Fria	27/6/2005	Raimundo Nonato Araújo Barreto		27	Assentado
Araioses	P. A. Água Fria	27/6/2005	Sebastião		60	Assentado
Araioses	P. A. Água Fria	27/6/2005	José Cleimar Lopes		41	Assentado
Araioses	P. A. Água Fria	27/6/2005	Anastácio Pereira Sales Neto		27	Assentado
Araioses	P. A. Água Fria	27/6/2005	Nestor da Silva Santos		22	Assentado
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	Wilson Araújo de Souza Guajajara		28	Índio
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	Edmar Mendes Guajajara		A	Índio
Tuntum	Fazenda OLS	17/11/2005	Valdeni Araújo Lima		A	Sem - terra
Tuntum	Povoado Cigana	10/11/2005	W. R. F. Araújo Lima		A	Sem - terra
Subtotal:		11			11	
Mato Grosso						
Santo Antônio do Leverger	Fazenda Serra Verde	25/7/2005	Celso Benedito de Oliveira		47	Sem - terra
Subtotal:		1			1	
Mato Grosso do Sul						
Sete Quedas	Fazenda Sombreiro/Floresta	26/6/2005	Silvio Iturbe		46	Índio
Sete Quedas	Fazenda Sombreiro/Floresta	26/6/2005	Ari Benites		A	Índio
Sete Quedas	Fazenda Sombreiro/Floresta	26/6/2005	Jaime		A	Índio
Sete Quedas	Fazenda Sombreiro/Floresta	26/6/2005	Rosana Gonçalves		42	Índio
Sete Quedas	Fazenda Sombreiro/Floresta	26/6/2005	Eugênio		A	Índio
Subtotal:		5			5	
Minas Gerais						
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	12/5/2005	Carlinhos		A	Sem - terra
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	12/5/2005	André Carlos Jesus da Silva		A	Liderança
Santa Helena de Minas/Bertópolis	Ald. Água Boa/Maxakali/Faz. Monte das Oliveiras	28/8/2005	Nária Reis		A	Missionário
Santa Helena de Minas/Bertópolis	Ald. Água Boa/Maxakali/Faz. Monte das Oliveiras	28/8/2005	Markus Breuss		31	Missionário
Santa Helena de Minas/Bertópolis	Ald. Água Boa/Maxakali/Faz. Monte das Oliveiras	28/8/2005	Gilce Freire		44	Missionário
Santa Vitória	Fazenda Jacaré Curiango	18/10/2005	Francisco Gouveia		41	Sem - terra
Subtotal:		6			6	
Pará						
Altamira	Índios Xipaia-Curuaiá/Gril. CR Almeida	4/10/2005	Luiz Xipaya		A	Índio
Parauapebas	P.A. Valentim Serra	4/2/2005	Osmarino Neres da Silva		A	Liderança
São Félix do Xingu	Faz. Buriti/Est. Eco. Terra do Meio	15/9/2005	Norberto Neves de Souza		A	Ag. Ambiental
São Félix do Xingu	Faz. Buriti/Est. Eco. Terra do Meio	15/9/2005	Agentes ambientais		11	Ag. Ambiental
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	18/8/2005	Geraldo Sebastião dos Santos		A	Assentado
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	18/8/2005	Maria das Graças		A	Assentado
Subtotal:		6			16	
Paraíba						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Conde	Assent. D. Antônia/Antiga Lundreegh	28/2/2005	Valter Alves de Luna		36	Liderança
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	23/2/2005	Edmilson Tavares Andrade		43	Posseiro
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	1/9/2005	Josias Pereira Nunes		57	Posseiro
Santa Rita	Faz. Tambauzinho	1/9/2005	José Sabino da Silva		47	Posseiro
Subtotal:				4		
Paraná						
Nova Laranjeira	Acamp. Alto da Serra/Xagu I/Faz. Sta. Lúcia	15/3/2005	Samir Ribeiro		A	Sem - terra
Subtotal:				1		
Pernambuco						
Gameleira	Assent. Alegre/São Gregório/Us. Estreliana	9/12/2005	Josivaldo Ferreira Santana		20	Liderança
Subtotal:				1		
Piauí						
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	21/11/2005	Francisco Altino da Silva		A	Posseiro
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	17/4/2005	Antônio Oliveira		A	Pequeno arrendatário
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	17/4/2005	Francisco Marcos de Oliveira		A	Pequeno arrendatário
Subtotal:				3		
Rio de Janeiro						
Niterói	Tentativa de Assassinato contra Alexandre Moraes	28/2/2005	Alexandre Moraes		46	Ag. Ambiental
Nova Iguaçu	Reserva Ecológica do Tinguá	28/2/2005	Paulo Malvino		A	Ag. Ambiental
Nova Iguaçu	Reserva Ecológica do Tinguá	28/2/2005	Márcio Castro das Mercês		A	Ag. Ambiental
Subtotal:				3		
Roraima						
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	19/4/2005	Fábio Almeida de Carvalho		A	Professor
Subtotal:				1		
Total:				46		56

Tabela 16: Ameaçados de morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Acre						
Brasiléia	P. A. Extrativista Porto Carlo	24/2/2005	Manoel Lima			A Dirigente sindical
Subtotal:		1			1	
Alagoas						
Água Branca	Fazenda Chupete	3/11/2005	Manoel Messias G. dos Santos			A Sem - terra
Atalaia	Faz. Timbozinho/Assent. Canudos	29/11/2005	José Cícero Ferreira da Silva			A Assentado
Atalaia	Faz. Timbozinho/Assent. Canudos	29/11/2005	Jorge Antônio dos Santos			A Assentado
Atalaia	Faz. Timbozinho/Assent. Canudos	29/11/2005	José Cícero da Silva Melo			A Assentado
Atalaia	Faz. Timbozinho/Assent. Canudos	29/11/2005	José Cícero Santino			A Assentado
Subtotal:		5			5	
Amazonas						
Apuí	Comunidade Pe. Cicero	30/7/2005	Antônio Rozeno da Silva		47	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	José dos Santos Oliveira		46	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Maria José Pinheiro Campos		42	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Armando Barbosa dos Santos		53	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Antônio Peixoto de Oliveira		54	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Francisco Chaves Colares		55	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Erivan Belchior de Souza		6	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Raimunda Barbosa da Silva		52	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Johnson Lima da Silva		12	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Pedro Pio de Souza		33	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Luziete Chaves Colares		51	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Rubens de Souza Castro		44	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Alcino Pinheiro Ribeiro		44	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Leila Barbosa da Silva		28	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	José Estelito Colares		38	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Alessandro Lima da Silva		8	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Francisco Jacob Alves		47	Ribeirinho

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Ludimar F. do Rego		50	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Josivan Belchior de Souza		12	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Manoel Colares Chaves		59	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Valmir de Souza Queiroz		50	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	José Ivan Fernandes Rodrigues		50	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Evanildes Alencar de Souza		48	Ribeirinho
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Srª. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/3/2005	Anderson Alfaia Freitas		12	Ribeirinho
Lábrea	Área na Região do Rio Coiti	31/7/2005	Brito Gomes da Silva		76	Castanheiro
Lábrea	Área na Região do Rio Coiti	31/7/2005	Edymilton Batista Freire		36	Castanheiro
Subtotal:		26			26	
Bahia						
Curaçá	Comunidades Cacimba Nova/Cachaqui/Lagoa da Tábua	28/8/2005	Manoel Evangelista Almeida		A	Posseiro
Curaçá	Comunidades Cacimba Nova/Cachaqui/Lagoa da Tábua	28/8/2005	Manoel Gomes da Silva		A	Posseiro
Malhada	Quilombos Pau d' Arco e Parateca/Faz. Bauru	29/9/2005	José Gonzalez Acedo		A	Ag. pastoral
Malhada	Quilombos Pau d' Arco e Parateca/Faz. Bauru	29/9/2005	Isac Tolentino de Araújo Júnior		A	Advogado
Malhada	Quilombos Pau d' Arco e Parateca/Faz. Bauru	29/9/2005	Maria Del Pilar Martin		A	Ag. pastoral
Malhada	Quilombos Pau d' Arco e Parateca/Faz. Bauru	29/9/2005	José Pereira Vilassa, "Zé Totó"		A	Quilombola
Subtotal:		6			6	
Maranhão						
Alto Alegre do Maranhão/ Monção	Gleba Canaã	18/3/2005	Antônio Malaquias		A	Posseiro
Arari	Gleba Data Santa Inês	3/11/2005	Elias Maciel Mendes		A	Posseiro
Arari	Povoado Belém/Barreiro	7/1/2005	Eucilene Fernandes Silva		A	Posseiro
Arari	Povoado Belém/Barreiro	7/1/2005	Antônio Félix do Nascimento		A	Posseiro
Bom Jesus das Selvas	Assentamento São Francisco	31/1/2005	Sheila Rodrigues Pereira		42	Liderança
Buriticupu	P.A. Lago Azul/Pov. Real Brasil	13/7/2005	Antônio Alves		69	Assentado
Cajari	Pov. Camaputua/Engenho Tramaúba	1/8/2005	Maria Antônia		A	Quilombola
Cajari	Pov. Camaputua/Engenho Tramaúba	1/8/2005	José Raimundo		A	Quilombola
Cajari	Pov. Camaputua/Engenho Tramaúba	1/8/2005	Edinaldo		A	Quilombola
Codó	Com. Quilombola Matões dos Moreira/Matões dos Cabloco	30/8/2005	Ana Emilia Moreira Santos		43	Quilombola
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	18/5/2005	João Araújo Guajajara +		70	Índio
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	Maruzan Camorai/Kamura'y		A	Índio
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	Judite Marizé Lopes		A	Índio
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	Edmar Mendes Guajajara		A	Índio
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	Antônio Guajajara		A	Índio
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	Maria de Jesus Fernandes		A	Missionário

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	Damião Araújo Guajajara		A	Índio
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	José Arão Marizê Lopes Guajajara		A	Índio
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	21/5/2005	Alderico Lopes Guajajara		A	Índio
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	3/10/2005	José Arão Marizê Lopes Guajajara		A	Índio
Raposa	P. A. Cumbique	6/10/2005	Manoel de Araújo Costa		A	Liderança
São Bento	Povoado Pedrinhas	1/9/2005	Raimundo de Inácio		70	Pequeno proprietário
Tuntum	Fazenda OLS	10/11/2005	Maria Luzia Ivonete		A	Sem - terra
Tuntum	Fazenda OLS	10/11/2005	Pedro Inácio Lima		48	Ag. pastoral
Tuntum	Fazenda OLS	10/11/2005	W. R. F. Araújo Lima		M	Sem - terra
Tuntum	Fazenda OLS	10/11/2005	Maria de Sousa Moreira		A	Sem - terra
Tuntum	Fazenda OLS	10/11/2005	Valdivino Rodrigues dos Santos		48	Presidente de STR
Vitorino Freire	Povoado Ariranal	5/4/2005	Sebastião Alves de Oliveira		A	Trab. Rural
Subtotal:		28			28	
Mato Grosso						
Cuiabá	Ameaça a Michéle Sato	5/5/2005	Michéle Sato		A	Ag. Ambiental
Nova Canaã do Norte	Gleba Santa Edwirges I	20/7/2005	José Roberto Nazaret, "Zé Timbó"		A	Liderança
Nova Mutum/ Lucas do Rio Verde	Gleba Ribeirão Grande	12/7/2005	Nilfo Wansdcheer		A	Presidente de STR
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	14/4/2005	Irmã Leonora Brunetto		60	Religioso
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	22/6/2005	Antônio Máximo		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	22/6/2005	Lauro Penzkoski		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	22/6/2005	Nevair José Rodrigues de Almeida		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	22/6/2005	Dorvalino Savi Veronezi		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005	Giovano Alves Martins		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005	Marlene Bispo da Silva		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005	Ivair "Bugirão"		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005	José Serafim		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005	Fernando Rasenheski		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005	Gilberto Rodrigues Soares		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005	Vilma Yoshiko Takahashi Cardoso		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005	José Gomes Cardoso		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005	Dorvalino da Silva		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/7/2005	Jacinto Marconi		A	Político
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	22/7/2005	Ananias Marques Gregório		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	22/7/2005	Urias Marques Gregório		40	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/10/2005	Mauro Gomes Duarte		A	Liderança
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P.A. Renascer	12/10/2005	Antônio José Zanatta		A	Político
Subtotal:		22			22	
Mato Grosso do Sul						
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Stª. Creuza	23/10/2005	Hamilton Guarani Kaiowá		A	Índio

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Subtotal:		1		1		
Minas Gerais						
Buritit	Faz. Barriguda/Ass. Mãe da Conquista	31/10/2005	Assentado do P.A. Mãe da Conquista		A	Assentado
Nova Lima	Mina de Ferro Capão Xavier	8/3/2005	Frei Gilvander Luis Moreira		41	Religioso
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. Pirapora	12/5/2005	André Carlos Jesus da Silva		A	Liderança
Subtotal:		3		3		
Pará						
Abel Figueiredo/ Rondon do Pará	Faz. Santa Mônica	28/11/2005	Manoel		A	Liderança
Abel Figueiredo/ Rondon do Pará	Faz. Santa Mônica	28/11/2005	José Soares de Brito		54	Sindicalista
Afuá	Região das Ilhas**	1/1/2005	Maria do Carmo Santos		57	Ribeirinho
Afuá	Região das Ilhas**	1/1/2005	Maria Aldenir Santiago		55	Dirigente sindical
Afuá	Região das Ilhas**	1/1/2005	Anna Maria Rizzante Gallazzi		50	Ag. pastoral
Afuá	Região das Ilhas**	1/1/2005	Pe. Valentino Berlingheri		66	Religioso
Afuá	Região das Ilhas**	1/1/2005	Francisco Armando de Souza		65	Liderança
Afuá	Região das Ilhas**	1/1/2005	Alessandro Gallazzi		59	Ag. pastoral
Afuá	Região das Ilhas**	1/1/2005	Manoel de Nazaré Oliveira da Silva		46	Liderança
Água Azul do Norte	Faz. Cosme e Damião	28/11/2005	Sebastião Rodrigues de Castro		A	Liderança
Água Azul do Norte	Fazenda do Zeca Batista	7/1/2005	Benedito Sanches		37	Trab. Rural
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	1/1/2005	Maria de Fátima da Silva Nunes		A	Liderança
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos	28/11/2005	Antônio Ferreira de Almeida Silva		A	Posseiro
Altamira	Ameaçados de morte de Altamira	10/3/2005	Dom Erwin Krautler		A	Religioso
Altamira	Ameaçados de morte de Altamira	10/3/2005	Antônia Melo da Silva		A	Liderança
Altamira	Riozinho do Anfrísio/Grileiro CR Almeida	16/2/2005	Tarcísio Feitosa da Silva		A	Ag. pastoral
Altamira	Riozinho do Anfrísio/Grileiro CR Almeida	28/11/2005	Raimundo Deumiro de Lima dos Santos		A	Liderança
Altamira	Riozinho do Anfrísio/Grileiro CR Almeida	28/11/2005	Dionísio Pereira		A	Liderança
Altamira	Riozinho do Anfrísio/Grileiro CR Almeida	28/11/2005	Benedito Freire		A	Liderança
Altamira	Riozinho do Anfrísio/Grileiro CR Almeida	28/11/2005	Raimundo Pereira do Nascimento		A	Liderança
Altamira/ Novo Progresso	Gleba Curuá	28/11/2005	Ivanilde Maria Prestes Alves		36	Trab. Rural
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	25/8/2005	Pe. José Amaro		A	Religioso
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	28/11/2005	Cícero Pinto da Cruz		A	Assentado
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	28/11/2005	Geraldo Margela de Almeida Filho		A	Liderança
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	28/11/2005	J.L.S.		53	Assentado
Anapu	Gleba Manduacari/Lotes 4-5-6-7/Cospel	27/8/2005	Elias Pereira de Sousa		A	Liderança
Anapu	Gleba Manduacari/Lotes 4-5-6-7/Cospel	28/11/2005	Ondino Ferreira da Conceição		A	Liderança
Anapu	Ameaçados de morte em Anapu	21/2/2005	Filhos de Gabriel Domingos	3		Aliados
Anapu	Ameaçados de morte em Anapu	21/2/2005	Gabriel Domingos Nascimento		A	Sindicalista
Anapu	Ameaçados de morte em Anapu	21/2/2005	Francisco de Assis Santos Sousa		A	Presidente de STR
Anapu	Ameaçados de morte em Anapu	7/3/2005	Geraldo Magela de Almeida Filho		A	Liderança
Anapu	Ameaçados de morte em Anapu	28/11/2005	Gabriel de Moura		A	Sindicalista
Anapu	Ameaçados de morte em Anapu	28/11/2005	Eloina Estevão de Araújo		A	Liderança
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Bacuri	20/9/2005	Raimundo Modesto da Costa		A	Liderança
Castanhal	Ameaça de morte de Raimundo Nonato dos Santos "Índio"	28/11/2005	Raimundo Nonato dos Santos "Índio"		A	Liderança
Dom Eliseu	Carvoaria do Alex	22/2/2005	Antônio Francisco Mota		27	Trab. Rural
Goianésia do Pará	Fazenda do Adão	13/1/2005	Jorge Dias Reis		28	Trab. Rural
Itupiranga	Ameaçados de Morte em Itupiranga	1/9/2005	Raimundo Costa de Oliveira		A	Liderança
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibirica	5/8/2005	Sr. Williamsom Brasil		A	Sindicalista
Marabá	Fazenda Pimenteira/Tibirica	22/8/2005	De Assis		A	Sindicalista

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Marabá	Fazenda Cabo de Aço/Acamp. Zumbi dos Palmares	31/3/2005	Pedro Laurindo da Silva +		46	Liderança
Marabá	Fazenda Cabo de Aço/Acamp. Zumbi dos Palmares	5/4/2005	Raimundo		A	Liderança
Marabá	Ameaçados de morte em Marabá	20/2/2005	Antônio Gomes		45	Sindicalista
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Bandeirantes	27/7/2005	Francisco		A	Sem - terra
Marabá/ Itupiranga	Fazenda Bandeirantes	27/7/2005	Acampado da Faz. Bandeirantes		A	Sem - terra
Monte Alegre	Grilagem em Monte Alegre	6/3/2005	Jorge Braga		A	Político
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passé Bem/Mamona	10/2/2005	José Cláudio Ribeiro da Silva		47	Liderança
Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passé Bem/Mamona	10/2/2005	Maria do Espírito Santo		46	Liderança
Pacajá	Ameaçados de morte em Pacajá	19/2/2005	Deurival Xavier Santiago		A	Presidente de STR
Paragominas	Vale do Jurupi/Colônia Providência	28/11/2005	Genival Soares dos Santos		A	Liderança
Paragominas	Vale do Jurupi/Colônia Providência	28/11/2005	Raimundinho		A	Liderança
Parauapebas	Gleba Ampulheta/Projeto Carajás	28/11/2005	Raimundo Nonato Costa Silva "Italiano"		A	Liderança
Parauapebas	Ameaçados de morte em Parauapebas	25/2/2005	Carmelita Félix		65	Sindicalista
Parauapebas/ Itupiranga	Faz. Tapete Verde	28/11/2005	Sandra Barbosa Sena		A	Sem - terra
Parauapebas/ Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	28/11/2005	Ednalva Rodrigues Araújo		A	Liderança
Parauapebas/ Marabá/ Rondon do Pará/ Castanhal	Ameaças de Morte	28/11/2005	Sebastião Alves de Sousa		A	Sindicalista
Parauapebas/ Marabá/ Rondon do Pará/ Castanhal	Ameaças de Morte	28/11/2005	Francisco de Assis Solidade da Costa		A	Sindicalista
Porto de Moz	Reserva Extrativista Verde para Sempre	16/2/2005	Adernei Gemaque Leal		A	Ag. pastoral
Porto de Moz	Reserva Extrativista Verde para Sempre	28/11/2005	Idalino Nunes		A	Presidente de STR
Porto de Moz	Reserva Extrativista Verde para Sempre	28/11/2005	Claudio Wilson Soares Barbosa		A	Liderança
Redenção	Faz. Arraiaporã/Inajaporã	22/2/2005	Cícero Francisco		A	Liderança
Redenção	Faz. Arraiaporã/Inajaporã	28/3/2005	Domingos Dias dos Santos		A	Sindicalista
Rio Maria	João Canuto	27/10/2005	Luzia Canuto de Oliveira		A	Liderança
Rio Maria	João Canuto	27/10/2005	Orlando Canuto de Oliveira		A	Liderança
Rondon do Pará	Ameaçados de morte em Rondon do Pará	15/2/2005	Maria Joel Dias da Costa *		41	Sindicalista
Rondon do Pará	Ameaçados de morte em Rondon do Pará	28/11/2005	Cordolino José de Andrade		A	Sindicalista
Rondon do Pará	Ameaça de morte a Geraldo Soares Fernandes	28/11/2005	Geraldo Soares Fernandes		A	Sindicalista
Santa Maria das Barreiras/ Conceição do Araguaia	União Cinzeiro/Região do Coco	3/7/2005	Gino Ribeiro da Silva		A	Posseiro
Santa Maria das Barreiras/ Conceição do Araguaia	União Cinzeiro/Região do Coco	3/7/2005	Antônio P. Luz		A	Posseiro
Santana do Araguaia/ Conceição do Araguaia	Faz. Bradesco/P.A. Pe. Josimo	5/5/2005	Otilio Ferreira		A	Sindicalista
Santarém	Ameaçados de morte em Santarém	8/12/2005	Maria Iveté Vieira		A	Sindicalista
Santarém	Ameaçados de morte em Santarém	8/12/2005	Pe. Edilberto Sena		A	Religioso
São Félix do Xingu	Assent. São Francisco/Gleba São José	1/8/2005	Jânio Ferreira da Silva		A	Liderança
São Félix do Xingu	Tribo Apyterena/Apyterewa/Paracanã	25/4/2005	Tikoa Paracanã		A	Índio

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
São Félix do Xingu/ Altamira	Faz. Bom Jardim/Gleba Assurini	28/11/2005	Tereza Ferreira da Silva		A	Posseiro
São Félix do Xingu/ Altamira	Faz. Bom Jardim/Gleba Assurini	28/11/2005	Raimundo Vicente da Silva		A	Posseiro
São Félix do Xingu/ Altamira	Faz. Bom Jardim/Gleba Assurini	28/11/2005	José Agrício da Silva		A	Posseiro
São Félix do Xingu/ Altamira	Faz. Bom Jardim/Gleba Assurini	28/11/2005	Gilson José da Silva		A	Posseiro
São Félix do Xingu/ Altamira	Faz. Bom Jardim/Gleba Assurini	28/11/2005	Quatro Filhos de José Agrício	4		Posseiro
São Geraldo do Araguaia	Ameaçados de Morte em São Geraldo do Araguaia	31/5/2005	Rosinete Lima da Silva		A	Presidente de STR
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	19/8/2005	Geraldo Sebastião dos Santos		A	Assentado
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	19/8/2005	José Orlando da Silva Dias		A	Liderança
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	19/8/2005	Manoel Campos da Silva		A	Liderança
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	19/8/2005	José César de Souza		A	Liderança
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	19/8/2005	Manoel Messias Sobral Silva		A	Assentado
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	28/11/2005	Maria Gorete Barradas		A	Liderança
Tailândia	Carvoaria de José Luis	13/1/2005	José de Arimatéia da Silva		A	Trab. Rural
Tucumã/ Ourilândia	Fazenda Santa Clara	28/11/2005	Raimundo Paulino da Silva		A	Liderança
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte	15/3/2005	Roquevan Alves Silva		39	Liderança
Uruará	Faz. Uruará/Grupo Tapajós	18/2/2005	Inaldo Lima Costa		A	Trab. Rural
Xinguara	Ameaçados de morte em Xinguara	22/2/2005	Frei Henri Burin dez Roziers*		75	Advogado
Subtotal:		91			96	
Paraná						
Mangueirinha	Faz. Santa Rosa/Rita/Mamborê	30/11/2005	Gentil Couto Vieira		A	Sem - terra
Mangueirinha	Faz. Santa Rosa/Rita/Mamborê	30/11/2005	Adir da Luz		A	Sem - terra
Mangueirinha	Faz. Santa Rosa/Rita/Mamborê	30/11/2005	Dirceu		A	Sem - terra
Paula Freitas	Acamp. Reduto do Caraquetá	21/2/2005	Antônio Ediomar Diniz		A	Sem - terra
Paula Freitas	Acamp. Reduto do Caraquetá	21/2/2005	Valdenir dos Santos		A	Sem - terra
Subtotal:		5			5	
Pernambuco						
Barreiros	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	6/12/2005	Antônio Fernandes		60	Sem - terra
Gameleira	Assent. Alegre/São Gregório/Us. Estreliana	9/12/2005	Josivaldo Ferreira Santana		20	Liderança
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	17/11/2005	Ivaldo Martins		42	Sem - terra
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	17/11/2005	Maria Betânia Silva Cardoso		28	Sem - terra
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	17/11/2005	Maria José de Barros		22	Sem - terra
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	17/11/2005	José Marion Oliveira de Lima		30	Sem - terra
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	17/11/2005	José Bernardo de Sena		40	Sem - terra
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	17/11/2005	João Batista		41	Sem - terra
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	17/11/2005	Maria José Rodrigues		40	Sem - terra
Garanhuns	Quilombo Timbó/Barragem Inhumas	28/2/2005	Vagner Porto		A	Quilombola
Garanhuns	Quilombo Timbó/Barragem Inhumas	28/2/2005	Expedito Ferreira da Silva		51	Quilombola
Iguaraci	Fazenda Varzinha	27/11/2005	Josefa Edjane Lima Araújo		23	Sem - terra
Itaíba	Assentamento Baixa Verde	1/11/2005	José Evanildo Ferreira da Silva		28	Assentado
Itaíba	Assentamento Baixa Verde	1/11/2005	Maria Martins da Silva		57	Assentado
Itaíba	Assentamento Baixa Verde	1/11/2005	Mônica Cibele Martins de Albuquerque		24	Assentado
Itaíba	Assentamento Baixa Verde	1/11/2005	Ernani Martins Albuquerque		50	Assentado

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª. Tereza	7/1/2005	Pe. Tiago Thorlby		A	Ag. pastoral
Tracunhaém	Engenho Prado/Us. Stª. Tereza	7/1/2005	Pe. Tom Hayden		A	Religioso
Subtotal:		18				18
Piauí						
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	11/2/2005	Trab. da Comunidade Barra do Taquari	2	A	Trab. Rural
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	11/2/2005	Francisco Freitas da Silva, "Chico Vicente"		54	Liderança
Barras	Barra do Taquari/Mundo Novo/Barreira	11/2/2005	Antônio Carvalho Pereira		A	Dirigente sindical
Barras	Fazenda Crioli	29/7/2005	José do Egito Santos		43	Trab. Rural
Barras	Fazenda Crioli	25/9/2005	Rosa Maria da Conceição		62	Quebradeira de coco
Barras	Fazenda Crioli	25/9/2005	Antônio Eugênio Filho		20	Trab. Rural
Buriti dos Lopes	Fazenda Tinguís	31/5/2005	Juvenal Peres Fontenelle		44	Dirigente sindical
Esperantina	Nova Conquista	28/2/2005	Luis Ferreira, "Luisana"		39	Presidente de STR
Nossa Senhora dos Remédios	Comunidade Santarém	19/10/2005	Agente da CPT(Não divulgado)		27	Ag. pastoral
Nossa Senhora dos Remédios	Comunidade Santarém	19/10/2005	Antônio Carlos		A	Liderança
Nossa Senhora dos Remédios	Comunidade Santarém	19/10/2005	Manoel de Jesus Silva		40	Posseiro
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	28/3/2005	José Benedito		A	Posseiro
Pio IX	Data Condado/Fazenda São Luís	1/12/2005	Manoel Augusto de Sousa		40	Político
Subtotal:		13				14
Rio de Janeiro						
Angra dos Reis	Soc. Angrense de Proteção Ambiental (Sapê)	26/2/2005	Ivan Marcelo Neves		A	Ag. Ambiental
Angra dos Reis	APA Tamoios	26/2/2005	Silvia Chada		A	Ag. Ambiental
Niterói	Ameaças a Rogério Rocco	26/2/2005	Rogério Rocco		A	Ag. Ambiental
Nova Iguaçu	Reserva Ecológica do Tinguá	15/2/2005	Dionísio Júlio Robeiro Filho +		59	Ag. Ambiental
Nova Iguaçu	Reserva Ecológica do Tinguá	23/2/2005	Denilson dos Anjos		A	Ag. Ambiental
Nova Iguaçu	Reserva Ecológica do Tinguá	23/2/2005	Márcio Castro das Mercês		A	Ag. Ambiental
Nova Iguaçu	Reserva Ecológica do Tinguá	26/2/2005	Luis Henrique Santos Teixeira		A	Ag. Ambiental
Paraty	Parque da Bocaina	26/2/2005	Daniel Tofolli		A	Ag. Ambiental
Paraty	APA de Cairuçu	26/2/2005	Ney Pinto França		A	Ag. Ambiental
Petrópolis	Ameaças a Iara Valverde	26/2/2005	Iara Valverde		A	Ag. Ambiental
Rio de Janeiro	Ameaças a Walter Plácido	26/2/2005	Walter Plácido		A	Ag. Ambiental
Rio de Janeiro	Ameaças a Diogo Chevallier	26/2/2005	Diogo Chevallier		A	Ag. Ambiental
Seropédica	Floresta Nacional Mário Xavier	26/2/2005	Álvaro Freire da Motta		A	Ag. Ambiental
Silva Jardim	Reserva Biológica de Poço das Antas	26/2/2005	Rodrigo Lopes Varela		A	Ag. Ambiental
Subtotal:		14				14
Rio Grande do Sul						
Palmeira das Missões	Copalma	20/5/2005	Virgilio da Rosa		A	Presidente de STR
Subtotal:		1				1
Rondônia						
Candeias do Jamari	Fazenda Urupá	13/4/2005	Geraldo Pedro de Oliveira		A	Posseiro
Candeias do Jamari	Fazenda Urupá	13/4/2005	Manoel Pereira do Nascimento		A	Posseiro
Seringueiras	Aldeia Puruborá	26/4/2005	Hosana Puruborá		43	Liderança
Subtotal:		3				3
Roraima						
Alto Alegre	Vicinal 10 do P. A. Paredão	28/2/2005	José Severino dos Anjos		A	Assentado
Alto Alegre	Vicinal 10 do P. A. Paredão	28/2/2005	Marinho Gomes Rocha		A	Liderança
Alto Alegre	Vicinal 10 do P. A. Paredão	1/10/2005	Assentado do P. A. Paredão		A	Assentado
Bonfim	Assent. Renascer/Fazenda Caju	15/10/2005	Rosaildo Crispim Brasil		38	Liderança
Bonfim	Assent. Renascer/Fazenda Caju	15/10/2005	Raimundo Alves Bezerra		35	Liderança
Bonfim	Assent. Renascer/Fazenda Caju	15/10/2005	Antônio Marcos Vieira		30	Liderança
Bonfim	Assent. Renascer/Fazenda Caju	15/10/2005	Domingos Barbosa Costa		35	Liderança
Bonfim	Assent. Renascer/Fazenda Caju	15/10/2005	Thindaro da Silva Santos		35	Liderança
Bonfim	Assent. Renascer/Fazenda Caju	15/10/2005	Leôncio Oliveira Filho		62	Liderança
Bonfim	Assent. Renascer/Fazenda Caju	15/10/2005	Juscelino Cecílio de Araújo		46	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	19/4/2005	Filhas de Fábio Almeida de Carvalho	2	M	
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	19/4/2005	Esposa de Fábio Almeida de Carvalho		A	
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	21/4/2005	Integrante da CUT		A	Liderança
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	21/4/2005	Filho de Pierlângela Nascimento da Cunha		11	
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	21/4/2005	Filha de Telmo Ribeiro Paulino		11	
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	21/4/2005	Telmo Ribeiro Paulino		32	Professor
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	21/4/2005	Pierlângela Nascimento da Cunha		29	Professor
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	14/8/2005	Nildo Macuxi		20	Índio
Uiramutã/ Normandia	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	17/9/2005	Funcionários da Funai	2	A	Funcionário Público
Subtotal:		19			21	
Tocantins						
Nova Olinda	Assentamento Remansão/Ilha II	24/2/2005	André Luiz Pereira		27	Assentado
Nova Olinda	Assentamento Remansão/Ilha II	24/2/2005	Fernando dos Santos Pereira		22	Assentado
Subtotal:		2			2	
Total:		258			266	

Tabela 17: Violência contra a pessoa: detalhamento

Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
Centro-Oeste		
Distrito Federal		
	Tentativa de Assassinato	1
Goias		
	Assassinato	1
	Ferimento	44
	Intimidação	500
	Prisão	14
Mato Grosso		
	Agressão	4
	Ameaça de Morte	22
	Assassinato	5
	Ferimento	1
	Intimidação	1
	Morte em consequência	6
	Prisão	7
	Tentativa de Assassinato	1
	Tortura	3
Mato Grosso do Sul		
	Agressão	2
	Ameaça de Morte	1
	Assassinato	2
	Cárcere privado	1
	Danos	1
	Ferimento	1
	Morte em consequência	29
	Seqüestro	1
	Tentativa de Assassinato	5
Nordeste		
Alagoas		
	Agressão	1
	Ameaça de Morte	5
	Assassinato	1
	Ferimento	2
	Morte em consequência	2
	Prisão	21
Bahia		
	Agressão	1
	Ameaça de Morte	6
	Ameaça de prisão	5
	Assassinato	2
	Danos	1
	Morte em consequência	1
	Prisão	1
	Tentativa de Assassinato	3
Ceará		
	Ferimento	2
Maranhão		
	Agressão	6
	Ameaça de Morte	28
	Ameaça de prisão	3
	Assassinato	2
	Danos	1
	Ferimento	4
	Intimidação	1
	Prisão	19
	Tentativa de Assassinato	11
	Tortura	13
Paraíba		
	Ferimento	18
	Prisão	18

Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
	Tentativa de Assassinato	4
	Tortura	2
Pernambuco		
	Agressão	1
	Ameaça de Morte	18
	Assassinato	4
	Ferimento	4
	Intimidação	2
	Prisão	3
	Tentativa de Assassinato	1
Piauí		
	Ameaça de Morte	14
	Danos	46
	Intimidação	2
	Morte em consequência	3
	Prisão	1
	Tentativa de Assassinato	3
Rio Grande do Norte		
	Tortura	2
Norte		
Acre		
	Ameaça de Morte	1
Amazonas		
	Ameaça de Morte	26
	Ameaça de prisão	1
	Intimidação	21
Pará		
	Agressão	4
	Ameaça de Morte	96
	Ameaça de prisão	5
	Assassinato	16
	Danos	1
	Humilhação	10
	Morte em consequência	5
	Prisão	76
	Tentativa de Assassinato	16
	Tortura	9
Rondônia		
	Ameaça de Morte	3
	Assassinato	1
	Intimidação	1
	Prisão	11
	Tortura	1
Roraima		
	Agressão	4
	Ameaça de Morte	21
	Prisão	4
	Seqüestro	7
	Tentativa de Assassinato	1
Tocantins		
	Ameaça de Morte	2
	Danos	1
	Morte em consequência	3
Sudeste		
Espírito Santo		
	Ferimento	1
Minas Gerais		
	Agressão	37
	Ameaça de Morte	3
	Assassinato	2
	Danos	3
	Ferimento	36
	Morte em consequência	1
	Prisão	12
	Tentativa de Assassinato	6
	Tortura	3
Rio de Janeiro		

Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
	Ameaça de Morte	14
	Assassinato	2
	Ferimento	1
	Tentativa de Assassinato	3
São Paulo		
	Agressão	3
	Ameaça de prisão	11
	Morte em consequência	13
	Prisão	14
Sul		
Paraná		
	Ameaça de Morte	5
	Ferimento	8
	Prisão	35
	Tentativa de Assassinato	1
Rio Grande do Sul		
	Ameaça de Morte	1
	Ferimento	19
	Prisão	1
Santa Catarina		
	Ferimento	25
	Morte em consequência	1
	Prisão	24

Justiça para a irmã Dorothy¹

David Stang

Ex-missionário na Tanzânia, é o irmão mais jovem da irmã Dorothy Stang.

Emily S. Goldman

Trabalha no Centro Memorial Robert F. Kennedy de Direitos Humanos, em Washington.

Já se passou um ano desde que uma das filhas adotivas do Brasil, a irmã Dorothy Stang, foi assassinada por pistoleiros no Pará, a mando de fazendeiros e madeireiros ricos que temiam sua luta em prol dos direitos humanos dos pobres e dos sem-terra.

Os dois pistoleiros foram julgados e condenados no início de dezembro, tendo recebido sentenças pesadas, uma raridade em casos semelhantes no Brasil, envolvendo o acesso à terra. Aplaudimos esse julgamento bem-sucedido e o vemos como passo positivo no sentido de ser feita a justiça nesse caso. É a primeira vez que um crime dessa natureza é levado a julgamento em menos de um ano e que o julgamento resulta em sentenças significativas.

Exortamos o governo brasileiro a implementar as mudanças sistêmicas às quais a irmã Dorothy dedicou sua vida

O caso da irmã Dorothy é um entre centenas de assassinatos semelhantes de líderes religiosos, sindicais e comunitários que lutam para acabar com a injustiça social e econômica no Brasil. É preciso que a justiça seja feita e que seja criado um precedente legal para que o Brasil possa começar a combater sistematicamente a violência largamente disseminada contra os sem-terra, além da impunidade que cerca esses crimes.

Irmã Dorothy enfrentou desafios avassaladores com coragem e determinação. Sua visão de longo prazo dizia respeito à dignidade dos mais

pobres e ao uso sustentável dos recursos naturais. Dorothy lutou pelos direitos humanos daqueles que a sociedade deixa de lado. Em seus esforços para combater a ação ilegal dos fazendeiros e madeireiros, irmã Dorothy perdeu a vida.

Ao mesmo tempo em que o Brasil é uma das maiores economias do mundo, também é marcado pela grave desigualdade econômica e por uma disparidade gritante entre os que têm terra e os que não a têm. Menos de 3% da população brasileira é dona de dois terços das terras aráveis do país. Fazendeiros e madeireiros ilegais tomam posse de terras públicas por meio da grilagem, criando escrituras falsas para “provar” que são “proprietários” dessas terras. Com frequência, eles agem em conluio com as autoridades locais e estaduais.

Nunca houve no País uma reforma agrária que resolvesse plenamente esses problemas.

A impunidade continua viva e ativa no Brasil. Entre 1985 e 2002, ocorreram 1.280 assassinatos registrados e 6.390 prisões de trabalhadores rurais, advogados, sindicalistas e religiosos ligados à luta pela terra no Brasil. Foram levados a julgamento os responsáveis por apenas 121 desses assassinatos. Entre os mandatários dos crimes, apenas 14 foram acusados, sendo que sete foram condenados. Dos intermediários, quatro foram acusados, e dois, condenados. Dos 96 pistoleiros julgados, 58 foram condenados.

Embora o assassinato de Chico Mendes, em 1988, tenha sido mundialmente condenado, a irmã Dorothy foi morta no ano passado por razões semelhantes e de maneira também semelhante.

Uma parte significativa do problema é formada por questões estruturais. Há mais de uma década

1. Folha de São Paulo, 10.02.2006. Tendências/Debates.

da, o Banco Mundial vem financiando sua reforma agrária “baseada no mercado”, visando facilitar as transferências de terra, ao mesmo tempo em que vem deixando de levar em conta questões sociais e ambientais urgentes.

Muitos dos movimentos sociais brasileiros se opõem fortemente a esse modelo, e, em lugar dele, defendem uma reforma agrária baseada nos direitos humanos, que assegure a dignidade dos sem-terra e o emprego de práticas ambientais sustentáveis.

O Incra conta com financiamento grosseiramente insuficiente e é incapaz de fazer uma diferença no problema avassalador dos sem-terra.

O presidente Lula não conseguiu assegurar o financiamento vital necessário de agências multilaterais e de outros doadores para poder promover plenamente a reforma agrária prevista na Constituição brasileira e pela qual a irmã Dorothy lutou.

Que cara deveria ter a justiça no caso da irmã Dorothy?

Embora os procedimentos legais bem-sucedidos até agora nos dêem motivos para acreditar que existe o potencial de ser criado um precedente legal no Brasil, ainda falta ser feito muito mais para assegurar a justiça neste caso e para

romper com o padrão histórico de impunidade.

Pedimos o julgamento conjunto e pronto dos dois fazendeiros e um intermediário diretamente implicados pelos pistoleiros, no tribunal, como tendo lhes prometido US\$ 50 mil para matarem Dorothy. Exortamos o governo brasileiro a conduzir uma investigação completa para identificar os outros membros do grupo que ajudou a planejar e financiar o crime.

Ademais, exortamos o governo brasileiro a implementar as mudanças sistêmicas às quais Dorothy dedicou sua vida, como maneira de enfrentar e superar os problemas históricos da desigualdade fundiária, da destruição ambiental, da impunidade e do desrespeito pela lei. Uma reforma agrária baseada na justiça socioeconômica e na sustentabilidade ambiental ajudaria em muito a reduzir a violência nos casos de disputa pela terra.

O presidente Lula teve a oportunidade de demonstrar seu compromisso com aquilo que vem buscando há mais de uma geração: terra e dignidade para os sem-terra. As medidas concretas que ele tomar agora vão ajudar a assegurar o legado de justiça social da irmã Dorothy.



Foto: Aurisberg Matutino

Manifestações

Camponeses e indígenas estão se mexendo

João Pedro Stédile

Economista, Coordenador Nacional do MST

Não me proponho a fazer uma análise sociológica desses dados. Por isso, gostaria que os leitores vissem apenas como um depoimento, um testemunho de quem está envolvido no ativismo dessas mobilizações e, de certa forma, não consegue ter o distanciamento necessário para um olhar analítico mais profundo.

1. O contexto socioeconômico-histórico.

Em primeiro lugar, acho que as estatísticas das mobilizações precisam ser compreendidas dentro de um contexto socioeconômico mais amplo, que afinal é o que as determina e as condiciona. Ou seja, é o marco da luta de classes geral da sociedade brasileira que atua e condiciona a luta de classes no campo. As mobilizações sociais são apenas expressões da força social organizada do povo que mora no interior e que precisa lutar por seus direitos e interesses imediatos e históricos.

O Brasil vive um momento da sua história muito complexo e difícil para os interesses da classe trabalhadora em geral e, em particular, para os que vivem no campo. Os elementos que caracterizam esse período histórico, de forma sucinta, se referem ao fato de que estamos vivendo uma grave crise econômica, em que os capitalistas tentam consolidar as políticas neoliberais, mas elas não representam um modelo de desenvolvimento nacional. Portanto, não conseguem resolver os problemas fundamentais da população, apenas os agravam. O segundo elemento fundamental, é que há uma disputa permanente no meio rural, em torno de que modelo de pro-

dução agrícola vai predominar. De um lado, a proposta do capital internacional, representado por suas poucas empresas transnacionais que controlam as sementes, os agrotóxicos, o comércio agrícola e a agroindústria, que se juntaram aos fazendeiros exportadores do Brasil e construíram o modelo do agronegócio. Esse modelo é a modernização da grande propriedade para que produza para a exportação, com alta tecnologia, desempregando os trabalhadores, expulsando-os para as cidades e utilizando técnicas agrícolas agressoras ao meio ambiente.

De outro lado, as propostas da agricultura familiar e camponesa, que priorizam a policultura, a produção de alimentos, a distribuição de renda, a fixação das pessoas no meio rural e o desenvolvimento de técnicas respeitadas ao meio ambiente.

Esse enfrentamento permanente tem mudado o caráter das mobilizações que se vêem nas estatísticas. A natureza das classes sociais que se confrontam nesses projetos são mais amplas, e as formas de enfrentamento também foram mudando.

O terceiro elemento do contexto é que o povo brasileiro, as classes trabalhadoras em geral, vivem um momento de refluxo dos movimentos de massa em todo o País. Ou seja, as cidades não se mobilizam. As forças sociais e políticas do capital estão na ofensiva, com sua política econômica neoliberal, com seu modelo para a agricultura e com o controle absoluto que têm dos meios de comunicação, para manipular e anestesiar as massas.

O quarto elemento é a eleição do governo Lula, que representou uma esperança nos primeiros anos, mas que no ano de 2005, se consolidou como um desânimo para as massas do campo,

já que há uma luta permanente também dentro do governo em torno de qual é o projeto predominante para o campo. As forças populares do campo se deram conta de que dentro do governo estão ganhando as posições que defendem o modelo do agronegócio, portanto, contra o modelo da agricultura familiar e camponesa. Isso foi perceptível, na lentidão da reforma agrária, na falta de atualização dos índices de produtividade, na Lei de Biossegurança, na Lei de Florestas, no uso do crédito rural, etc.

Da avaliação desses elementos, os setores sociais organizados no campo devem ter analisado e compreendido que para alterar a atual correlação de forças e conseguir avanços na melhoria das condições de vida e na luta contra o modelo neoliberal, só haveria um caminho principal: a luta de massas.

2. As características principais das mobilizações de massa no período.

Olhando para os acontecimentos de 2005, alguns deles refletidos nas estatísticas, gostaria de chamar a atenção apenas de alguns aspectos gerais, que parecem caracterizar o momento atual.

- Houve uma generalização de lutas de massas em praticamente todos os Estados. Ou seja, as mobilizações, as lutas no campo, não estão mais regionalizadas, como em outros períodos históricos em que havia regiões rurais do País, onde predominavam os conflitos, e as mobilizações. Agora, há uma generalização em todos os Estados e regiões, resultantes precisamente do processo de territorialização do modelo neoliberal para a agricultura. Ou seja, a proposta do capital chega a todo o País. E avançou nesses anos, apesar do governo Lula.
- A luta e as formas de mobilização se ampliaram em métodos e diversidade. Antigamente, era mais usual tratar como conflitos as ocupações de terra, os casos de assassinatos, os casos de resistência na terra. Agora, percebe-se a amplitude das formas que vão desde passeatas, marchas, protestos em órgãos públicos, caminhadas, idas à cidade, greve de fome, etc.
- Há um processo de unidade entre as diversas categorias e setores que vivem no campo. Notam-se mobilizações mais unitárias em que se juntam camponeses, povos indígenas, homens e mulheres, ribeirinhos, pescadores, posseiros e outros setores que vivem na cidade.
- Aparecem com mais força formas de mobilização que visam atingir o modelo, o sistema, e não apenas uma determinada fazenda, uma determinada situação ou reivindicação. É nesse marco que aparecem os protestos em rodovias, paradas de pedágios, o protesto do movimento de mulheres, levantando temas mais estratégicos do que reivindicações imediatas.
- Há uma intensificação de mobilizações de mulheres rurais. Chama a atenção como em quase todos os Estados houve manifestações massivas, pelo menos no dia 8 de março, com ampla participação de mulheres camponesas. Há um salto de qualidade e de mobilização em torno dos temas que envolvem as mulheres do campo.
- Há um recrudescimento da luta dos agricultores atingidos por barragens. Nesse ano, já começamos a enfrentar as consequências do processo de privatização da energia elétrica e da construção das barragens. Os grupos privados, nacionais ou estrangeiros, desrespeitam completamente os direitos das populações atingidas pelo lago ou pela obra, no caso das hidrelétricas. Agem dessa forma para diminuir custos e aumentar lucros, sem nenhum respeito aos direitos humanos. Por outro lado, os atingidos ficam sem interlocução, pois essas grandes empresas simplesmente ignoram os movimentos sociais, por-

que sua força é extremamente superior à do grupo de famílias atingidas. Finalmente, essas empresas introduziram no conflito, componentes de inteligência, de perseguição prévia, de criminalização do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), com métodos sofisticados de repressão para garantir seus interesses. Por isso, o nível de repressão, prisões, inquéritos, processos, no caso da construção de barragens, aumentou significativamente. E o governo se manteve inerte, de forma até irresponsável.

- As mobilizações relacionadas com a luta pela reforma agrária também adquiriram, em 2005, uma nova situação. De um lado, percebe-se que os trabalhadores não acreditaram mais em apenas pressionar o Incra. Mesmo quando alguns movimentos foram pressionar as sedes do órgão, foi mais no sentido de protesto, do que com interrupção do trabalho dos servidores públicos ou de ocupação do prédio. Parece que há uma consciência de que o Incra não tem força suficiente para fazer avançar a reforma agrária. E as ações acabam sendo mais para chamar a atenção para a lentidão da reforma agrária do que para efetivamente conseguir alguma coisa a mais das superintendências do Incra. Durante o ano de 2005, houve um certo desânimo nos acampamentos. Nos dois primeiros anos do governo Lula, houve avanço e consolidação dessa forma de mobilizar-se, realizando acampamentos. Já no ano de 2005, praticamente a maioria das ocupações foi realizada pelas famílias que aguardavam acampadas há muito tempo. A forma de acampamento não conseguiu sensibilizar o governo, apesar das péssimas condições de sobrevivência e do sofrimento resultante. Daí também, resulta na estatística uma maior ocorrência de interrupções de rodovias, em geral praticadas pelas famílias acampadas na beira das estradas, cansadas de esperar pelo cumprimento das promessas.
- Assim, os processos de mobilização pela reforma agrária em âmbito local entraram num verdadeiro impasse, pois há mais de 140 mil famílias acampadas, que representam um contingente de mais de 600 mil pessoas em condições subumanas, mas ao mesmo tempo, o acampamento não resultou em forma de pressão suficiente.
- Fatos que representaram acontecimentos novos e nacionais. Dentro das características gerais das mobilizações havidas em todo o País, pelos diferentes setores sociais, destacaram-se durante 2005, alguns fatos que marcaram nacionalmente e que em certo tempo alteraram a correlação de forças e obrigaram o governo e as classes dominantes a responder. Gostaria de destacar três mobilizações importantes que tiveram esse papel de proeminência.
- A Marcha Nacional de Goiânia a Brasília, de 1 a 17 de maio, que reuniu mais de 12 mil militantes do MST. Essa marcha foi um marco para a sociedade brasileira, em termos de mobilização, porque reuniu militantes de todo o País, por seu grau de organização, de disciplina, pela ausência de qualquer problema social ou individual durante os 17 dias em que as pessoas usaram seu corpo e caminharam quase 300 quilômetros para chamar a atenção da sociedade. A Marcha foi um sucesso, ganhou simpatia da sociedade, da imprensa e arrancou do governo um acordo com sete compromissos, que depois, a crise político-administrativa do governo Lula se encarregou de anular. E dos sete compromissos, os mais importantes, como a publicação da portaria que atualiza os índices de produtividade e a prioridade no assentamento das famílias acampadas, não ocorreram.
- O segundo fato nacional importante foi a greve de fome organizada pelo bispo Dom Luiz Cappio, de Barra- BA, em protesto contra a transposição do Rio São Francisco, que

embora tenha sido uma iniciativa pessoal, acabou aglutinando milhares de pessoas e entidades. A greve foi um marco, que se tornou pauta obrigatória para a sociedade, a imprensa e o governo. Além disso, chamou a atenção para um tema que estava absolutamente fora dos debates. Essa greve exerceu um papel de pedagogia de massas, pois com um pequeno, embora heróico exemplo, estimulou a mobilização das massas relacionadas com o caso. Embora o governo federal considere encerrado o assunto, e já tenha colocado os recursos no orçamento de 2006 para iniciar as obras, é claro que o problema está longe de ser resolvido, na ótica das populações do semi-árido.

- O terceiro fato importante é o nível de mobilização de povos indígenas que retomaram com força sua luta, em vários Estados, destacando-se a luta dos Xavante, no Mato Grosso, dos Guarani, no Mato Grosso do Sul, dos Guarani e outros povos no Espírito Santo e região Nordeste. Chama também a atenção o grau de violência na repressão aos povos indígenas, praticado pelos fazendeiros e empresas como a Aracruz, inclusive com o beneplácito da Polícia Federal.

Esses são alguns elementos, que como disse e repito, não têm a pretensão de ser uma análise sociológica, mas chamar a atenção a partir do que os movimentos sociais interpretaram de suas próprias mobilizações.

Tabela 18: Manifestações

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Acre					
Acrelândia	Protesto por Luz Elétrica/P. A.Orion	11/11/2005	50	Infra-estrutura	SI
Acrelândia	Bloq. de Vicinal/Projeto Porto Luiz	13/12/2005	100	Contra a injustiça e a violência	SI
Rio Branco	Protesto no Aud. do Incra/Ramal Espinhara	15/5/2005	150	Cumprimento de acordos/ Assentamento de famílias	Fetacre
Subtotal:		3	300		
Alagoas					
Arapiraca	Saque na AL-115/Pov. Sementeira	19/4/2005	300	Cesta básica	MST
Arapiraca	Protesto pela Liberdade dos Presos/Pov. Sementeira	13/6/2005	1000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	MST
Arapiraca	Protesto diante do Fórum/Pela Liberdade dos Presos/Pov. Sementeira	27/4/2005	500	Contra a injustiça e a violência	MST
Arapiraca	Protesto pela Liberdade dos Presos/Pov. Sementeira	28/4/2005	400	Contra a injustiça e a violência	MST
Arapiraca	Protesto pela Liberdade dos Presos/Pov. Sementeira	14/7/2005	500	Contra a injustiça e a violência	MST
Atalaia	Caminhada de Protesto/Assent. São Pedro	5/12/2005	600	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Atalaia	Dia Internacional de Luta pela R.A./Bloq. BR-316	18/4/2005		Reforma Agrária	MST
Delmiro Gouveia	Ocupação da Prefeitura	20/10/2005	200	Infra-estrutura/ Incentivos à pequena produção	MST
Delmiro Gouveia	Protesto pela Revitalização do Rio S. Francisco	4/10/2005	150	Contra transp. do Rio São Francisco	SS
Flexeiras	Bloqueio da BR-101	14/4/2005	400	Reforma Agrária	MTL
Flexeiras	Dia Internacional de Luta pela R.A./Bloq. BR-316	18/4/2005		Reforma Agrária	MST
Flexeiras	Bloqueio BR-101	11/8/2005		Reforma Agrária	MLST
Flexeiras	Bloqueio da BR-101	17/10/2005	200	Desapropriação/ Infra-estrutura/ Renegociação de dívidas	MTL
Girau do Ponciano	Dia Internacional de Luta pela R.A./Bloq. BR-220	18/4/2005		Reforma Agrária	MST
Inhapi	Manif. pela Libertação dos Presos/Faz. Capim	19/1/2005	700	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	MST
Joaquim Gomes	Bloq. da BR-101/Us. São Simeão	15/9/2005	100	Desapropriação	MLST
Joaquim Gomes	Bloq. BR-101/Contra o Corte no Orçamento	1/3/2005		Crédito	MLST
Joaquim Gomes	Dia Internacional de Luta pela R.A./Bloq. BR-101	18/4/2005		Cesta básica/ Reforma Agrária	MST
Joaquim Gomes	Bloq. BR-101/Dia do Índio	19/4/2005	350	Infra-estrutura	Índios
Joaquim Gomes	Protesto contra Má Gestão de Políticas Públicas	15/9/2005	800	Reforma Agrária	MLST
Maceió	Ocup. da Funai/Índios Kariri-Karapotó	23/8/2005	50	Direitos humanos	Índios
Maceió	Protesto por Ref. Agrária/Faz. Prazeres	21/7/2005	1500	Desapropriação	MLST
Maceió	Ocup. do Incra/Faz. Prazeres e Serrana	15/8/2005	100	Desapropriação	MLST
Maceió	Ocup. Bc.do NE/Assent. Camaçari	5/5/2005	30	Crédito	MLST
Maceió	Caminhada de Protesto/Assent. São Pedro	30/11/2005	600	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Maceió	Ato contra a Violência/Assent. São Pedro	15/12/2005	2000	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CPT/ MST
Maceió	Ocup. do INSS/Us. Simeão	15/8/2005	100	Desapropriação	MLST
Maceió	Ocup. Pça. Sinimbu/Acamp. Laranjeiras e Juçara	30/1/2005		Desapropriação/ Reforma Agrária	MLST
Maceió	Protesto/Saida do Superintendente Gino Cezar	28/2/2005	2700	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Maceió	Ocup. Secret. do Incra/Saída do Superint. Gino Cezar	3/3/2005	1300	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Maceió	Saque no Armazém da Conab	4/3/2005	50	Cesta básica	MST
Maceió	Ato das Trabalhadoras Rurais/Contra Violência	6/3/2005	100	Contra a injustiça e a violência	Índios/ MST/ STR
Maceió	Ocup. Secret. Assistência Social/Saída do Superint. Gino	15/3/2005		Cumprimento de acordos	MST
Maceió	Manif. em Apoio ao Superintendente Gino Cezar	15/3/2005	4000	Cumprimento de acordos	Ceapa/ MLST/ MTL
Maceió	Protesto Contra o Corte do Orçamento para R.A.	16/3/2005	200	Reforma Agrária	MST
Maceió	Greve de Fome	17/3/2005	11	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Maceió	Caminhada pelo Fim da Violência no Campo	18/3/2005	300	Contra a injustiça e a violência	Cimi/ CPT/ MST/ STR
Maceió	Ocupação do Ministério da Fazenda	14/4/2005	1200	Crédito/ Reforma Agrária	MLST
Maceió	Acamp. diante da Penitenciária Cyridião	28/4/2005	2000	Contra a injustiça e a violência	CPT/ MST/ MTL
Maceió	Ocup. da Secretaria Estadual de Agricultura	29/4/2005	500	Incentivos à pequena produção	CPT/ MLST/ MST
Maceió	Dia do Trabalhador Rural/Contra Corrupção	25/7/2005	2000	Regularização fundiária/ Reforma Agrária	CPT/ CUT/ MST
Maceió	Ocup. do Incra e do INSS	17/8/2005	200	Desapropriação/ Regularização fundiária	MLST
Maceió	Ocupação do Incra	6/9/2005	200	Crédito/ Cesta básica	CPT
Maceió	Jornada Nacional pela Reforma Agrária	26/9/2005	3500	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Maceió	Greve de Fome em Solidariedade a Dom Cappio	4/10/2005		Contra transp. do Rio São Francisco	CPT
Maceió	Ocupação do Incra	17/10/2005	200	Desapropriação/ Infra-estrutura/ Renegociação de dívidas	MTL
Maceió	Acamp. na Praça Sinimbu	2/11/2005	1000	Infra-estrutura/ Educação	MLST
Maceió	Ocupação da Seagri	22/11/2005		Infra-estrutura/ Cesta básica/ Renegociação de dívidas/ Reforma Agrária	CPT/ MLST/ MST/ MTL
Maceió	Ocupação do Seinfra	22/11/2005		Infra-estrutura/ Cesta básica/ Renegociação de dívidas/ Reforma Agrária	CPT/ MLST/ MST/ MTL
Maceió	Ocupação do Ceal	22/11/2005		Infra-estrutura/ Cesta básica/ Renegociação de dívidas/ Reforma Agrária	CPT/ MLST/ MST/ MTL
Maceió	Ocupação do Incra	22/11/2005	6000	Infra-estrutura/ Cesta básica/ Renegociação de dívidas/ Reforma Agrária	CPT/ MLST/ MST/ MTL
Maceió	Ocup. da Delegacia Regional da Agricultura	22/11/2005		Infra-estrutura/ Cesta básica/ Renegociação de dívidas/ Reforma Agrária	CPT/ MLST/ MST/ MTL
Maceió	Ocup. do Ministério do Desenv. Agrário	22/11/2005		Infra-estrutura/ Cesta básica/ Renegociação de dívidas/ Reforma Agrária	CPT/ MLST/ MST/ MTL
Maceió	Ato por Cesta Básica/Hipermercado Bompreço	23/11/2005		Cesta básica	CPT/ MLST/ MST/ MTL
Maceió	Marcha pela Paz no Campo/Us. Agrisa	4/10/2005	400	Contra a injustiça e a violência	MST
Maceió	Greve de Fome em Solidariedade a D. Cappio/Contra Transp. do Rio S. Francisco	4/10/2005	10	Contra transp. do Rio São Francisco	CPT
Maragogi	Dia Internacional de Luta pela R.A/Bloq. BR-101	18/4/2005	100	Cesta básica	MST
Maragogi	Bloqueio da AL-101	17/10/2005	250	Desapropriação/ Infra-estrutura/ Renegociação de dívidas	MTL
Messias	Saque na BR-101	13/1/2005	150	Cesta básica	MLST
Messias	Bloq. BR-101/Contra o Corte no Orçamento	1/3/2005		Crédito	MLST
Messias	Bloqueio da BR-101	11/4/2005	400	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	CPT
Murici	Bloq. da BR-105/Us. São Simeão	15/9/2005	100	Desapropriação	MLST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Murici	Bloq. BR-101/Contra o Corte no Orçamento	1/3/2005		Crédito	MLST
Murici	Dia Internacional de Luta pela R.A./Bloq. BR-104	18/4/2005		Cesta básica/ Reforma Agrária	MST
Murici	Ocupação do Cartório	13/6/2005	300	Reforma Agrária	MLST
Murici	Bloq. BR104/Faz. Cavaleiros Dois	19/12/2005	120	Cesta básica/ Reforma Agrária	MTL
Paripueira	Dia Internacional de Luta pela R.A./Bloq. BR101	18/4/2005		Cesta básica/ Reforma Agrária	MST
Piranhas	Protesto por Reforma Agrária	28/3/2005	1500	Reforma Agrária	MST
Porto Calvo	Bloq. BR-101/Contra o Corte no Orçamento	1/3/2005		Crédito	MLST
Porto Real do Colégio	Dia Intern. da Água/Contra Transp. do Rio S. Francisco	22/3/2005	2400	Contra transp. do Rio São Francisco	CPP/ CPT
São Miguel dos Milagres	Ocup. da Prefeitura/Assent. Jubileu	22/7/2005		Infra-estrutura	CPT
Traipu	Ato contra Violência/Faz. Sta. Lúcia	18/8/2005	250	Contra a injustiça e a violência	MST
Subtotal:		72	42021		
Amapá					
Macapá	Celebração Ecumênica em Memória da Ir. Dorothy	18/2/2005		Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT/ CRB
Subtotal:		1	0		
Amazonas					
Atalaia do Norte	Ocupação da Funasa	15/10/2005		Saúde	Índios
Boca do Acre	Ocupação do Incra e do Ibama	20/6/2005	300	Questões ambientais	SI
Manaus	Ocupação da Funai	3/1/2005	300	Demarcação de área indígena	Índios
Manaus	Bloq. na Rua da Sede da Funai/Ocup. da Funai	21/1/2005	300	Demarcação de área indígena	Índios
Parintins	Ocupação da Funasa	15/10/2005	40	Saúde	Índios
Tefé	Ocupação da Funasa	19/10/2005		Saúde	Índios
Subtotal:		6	940		
Bahia					
Arataca	Ocupação da Prefeitura	15/8/2005	300	Desapropriação	MST
Baianópolis	Protesto/Fazendas Lagoa do André e Milagres	14/9/2005	400	Assentamento de famílias	MST
Barra	Ato de Repúdio às Carvoarias	25/9/2005	62	Questões ambientais/ Questões trabalhistas	CPT
Barreiras	Ocupação do Ibama	15/3/2005	450	Contra Desmatamento	Ceta/ MAB/ MST
Barreiras	Ato de Repúdio à Construção de Barragem	15/3/2005	350	Contra monocultura/ Contra Desmatamento/ Contra privatização da água/ Contra barragens	MAB
Boa Vista do Tupim	Ocupação da Prefeitura	21/2/2005	650	Infra-estrutura/ Educação	MST
Bom Jesus da Lapa	Ocupação do Incra	11/7/2005	500	Reforma Agrária	SI
Bom Jesus da Lapa	Ocupação do Incra	25/7/2005	2000	Regularização fundiária/ Crédito	SI
Bom Jesus da Lapa	Romaria da Terra e das Águas	1/7/2005	8000	Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT
Bom Jesus da Lapa	Bloq. BR-349/Rio S. Francisco/Romaria da Terra e das Águas	2/7/2005		Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT
Caém	Acamp. na Faz. do Senhor César/Com. de Oiteiro e Outras	1/6/2005	223	Infra-estrutura	MPA
Camacan	Ocupação da Prefeitura	15/8/2005	200	Educação/ Saúde	MST
Eunápolis	Caminhada dos Índios Tupinambá	27/12/2005	50	Educação/ Saúde/ Demarcação de área indígena	Índios
Eunápolis	Protesto na BR-101/Acamp. Sebastião Salgado	22/6/2005	200	Cesta básica/ Educação/ Saúde	MST
Eunápolis	Protesto na BR-101/Acamp. Sebastião Salgado	25/7/2005	200	Crédito	MST
Eunápolis	Ocup. da Prefeitura/Acamp. Sebastião Salgado	22/8/2005	200	Cumprimento de acordos/ Educação/ Saúde	MST
Eunápolis	Ocupação da Prefeitura	25/10/2005	100	Cumprimento de acordos	Fetag/BA

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Vitória da Conquista	Ocupação da Coelba	18/5/2005	400	Infra-estrutura	MPA
Subtotal:		54	30403		
Ceará					
Altaneira	Celebração da Colheita	25/5/2005	2000	Crédito/ Incentivos à pequena produção	CPT/ STR
Brejo Santo	Bloqueio da BR-116/10º Grito da Terra	15/7/2005	2000	Incentivos à pequena produção	Contag/ CUT/ Fetraece/ STR
Canindé	Grito dos Excluídos/Assent. Salgado	7/9/2005	400	Incentivos à pequena produção/ Reforma Agrária	MST
Gaucaia	Ocupação da Funai	28/2/2005	300	Demarcação de área indígena	Índios
Crato	Ocupação da Prefeitura/Grito da Terra Municipal	26/9/2005	500	Cumprimento de acordos/ Cesta básica	STR
Fortaleza	Ocupação do Dnocs/Barragem Castanhão	26/10/2005	500	Crédito/ Cumprimento de acordos	MAB
Fortaleza	II Encontro Est. de Mulheres Sem Terra	6/3/2005		Educação/ Saúde/ Reforma Agrária	MST
Fortaleza	Ocupação do Banco do Ceará	30/8/2005		Crédito	MST/ STR
Fortaleza	Jornada Nacional de Luta pela Terra	26/9/2005	1000	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Fortaleza	Grito da Pesca Artesanal	22/11/2005	300	Questões ambientais	SS
Fortaleza	10º Grito da Terra Brasil	26/7/2005	1000	Reforma Agrária	Fetraece
Fortaleza	Ocupação do Incra	15/2/2005	600	Cumprimento de acordos/ Assentamento de famílias	Fetraece
Itatira	Bloqueio da CE-366/Faz. O Marizeira	10/5/2005	400	Assentamento de famílias	STR
Jaguaribara	Ato contra a Barragem Castanhão	17/3/2005	500	Crédito/ Cumprimento de acordos	MAB
Limoeiro do Norte	Ocup. da Sede do Dnocs	2/3/2005	200	Desapropriação/ Infra-estrutura	MST
Quixeramobim	12ª Romaria da Terra	4/9/2005	8000	Regularização fundiária/ Reforma Agrária	CPT
Subtotal:		16	17700		
Distrito Federal					
Brasília	Protesto Indígena/Guarani - Kaiowá	28/4/2005	600	Saúde/ Direitos humanos	Índios
Brasília	Ocupação do BID/Hid. de Cana Brava e Serra da Mesa	31/5/2005	350	Reassentamento/ Indenização	MAB
Brasília	Ato na Esplanada dos Ministérios/Dia do Índio	19/4/2005	200	Educação/ Saúde/ Direitos humanos/ Demarcação de área indígena	Índios
Brasília	Acampamento Terra Livre	25/4/2005	800	Educação/ Saúde/ Demarcação de área indígena	Índios
Brasília	Protesto diante do Ministério da Justiça	17/2/2005	120	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Brasília	Protesto pelo Preço do Leite	26/10/2005	300	Preços	MPA
Brasília	Protesto contra Liberação dos Transgênicos	17/3/2005	100	Contra Transgênicos	Via Campesina
Brasília	Protesto contra Liberação dos Transgênicos	22/3/2005	20	Contra Transgênicos	Greenpeace
Brasília	Ocupação do Ministério da Fazenda	14/4/2005	1200	Contra impunidade/ Reforma Agrária	MLST
Brasília	Grito da Terra Brasil	2/6/2005	6000	Crédito/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	Contag
Brasília	Ocupação do Incra	15/2/2005	50	Assentamento de famílias	Contag
Brasília	1ª Jornada Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária	23/5/2005	3000	Crédito/ Preços	Fetraef
Brasília	Ato Paralelo ao Desfile 7 de Setembro	7/9/2005	450	Cumprimento de acordos/ Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	MST
Brasília	Ocup. do Incra/Jornada Nacional de Lutas	28/9/2005	200	Crédito/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Brasília	Protesto pelo Preço do Leite	20/10/2005	2000	Preços	MPA
Brasília	Ato de Solidariedade a D. Cappio/Contra Transp. S. Francisco	4/10/2005	35	Contra transp. do Rio São Francisco	SS
Brasília	Ato Ecumênico em Memória da Ir. Dorothy	18/2/2005	50	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	Cáritas/ CNBB/ MNDDH/ MST
Brasília	Protesto pela Federalização do Caso Dorothy	7/6/2005	200	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CDH/ CPT/ FNRAJC/ Greenpeace

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Feira de Santana	1ª Jornada de Luta da Agricultura Familiar	25/5/2005	400	Crédito/ Infra-estrutura/ Assistência técnica/ Educação/ Saúde/ Reforma Agrária	Fetraf
Ibotirama	Caminhada e Bloq. da Ponte sobre o Rio S. Francisco	4/10/2005	2000	Contra transp. do Rio São Francisco	Ceta/ CPT/ MST
Ibotirama	Ocup. da Funasa/Tribo Kiriri	9/5/2005	80	Saúde	Índios
Igaporã	Protesto contra a Constr. da Barrag. de Lagoa da Torta	22/8/2005	300	Contra barragens	MAB
Ilhéus	Ocup. da Funai/Pataxó Hã - Hã - Hãe/Aldeia Caramuru	1/8/2005	30	Sem Informação	Índios
Ilhéus	Ocup. da Funasa/Tribo Tupinambá	18/4/2005	200	Saúde	Índios
Itabela	Ocupação da Ceplac	11/4/2005	100	Reforma Agrária	MST
Itabuna	Ocup. da Diretoria Reg. de Educação/Pataxó Hã - Hã - Hãe	16/9/2005	59	Educação	Índios
Itabuna	Ocupação do Incra	30/8/2005	200	Desapropriação	MVAB
Itabuna	Protesto diante da Coelba	16/8/2005		Infra-estrutura	MLT
Itabuna	Manif. na frente do Fórum Ruy Barbosa/Marcha pela R.A.	16/4/2005	500	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Itiúba	Ato Ecumênico/Acamp. de Mulheres Trabalhadoras Rurais	8/3/2005	100	Saúde/ Direitos humanos	Ceta
Jaguaripe	Bloqueio da Estrada de Acesso ao Pov. Ilha da Ajuda	22/11/2005	200	Infra-estrutura/ Questões ambientais	SI
Juazeiro	Ocup. da Est. de Abastec. de Água do Projeto Salitre	29/3/2005	600	Assentamento de famílias	MST
Juazeiro	Repúdio à Transposição do Rio São Francisco	7/5/2005	84	Contra transp. do Rio São Francisco	ASA*/ CPT/ STR
Juazeiro	Ato pela Revitalização do Rio S. Francisco/Assemb. Popular	9/10/2005	1200	Contra transp. do Rio São Francisco	Ceta/ CPT/ MPA/ MST
Juazeiro	Ocup. da Funasa/Nação Indígena Atikun	5/6/2005	200	Infra-estrutura/ Saúde/ Demarcação de área indígena	Índios
Monte Santo	Manif. diante do Fórum Municipal/Contra Prisão de Nelson de Jesus Lopes	21/6/2005	1000	Contra a injustiça e a violência	Ceta
Porto Seguro	Acamp. na Praça da Câmara Municipal/Acamp. Lulão	30/5/2005	350	Infra-estrutura/ Educação/ Saúde	MST
Porto Seguro	Ocup. da Funasa/Tribo Pataxó	29/11/2005	85	Saúde	Índios
Porto Seguro	Acamp. na Praça ACM/Ato diante da Câmara Municipal	30/5/2005	350	Infra-estrutura/ Educação/ Saúde	MST
Prado	Ocup. da Prefeitura/Ass. Três Irmãos	16/2/2005	750	Educação/ Saúde	MST
Salvador	Grito da Água/Rio São Francisco	22/3/2005	300	Contra transp. do Rio São Francisco	SI
Salvador	Acamp. de Mulheres Trabalhadoras Rurais	6/3/2005	1500	Educação/ Saúde/ Direitos humanos	MST
Salvador	Protesto no Incra	15/2/2005	80	Desapropriação/ Crédito/ Infra-estrutura	Fetag/BA
Salvador	Ocupação do Incra	11/4/2005	2600	Regularização fundiária/ Reforma Agrária	AEFP/ Ceta/ CRQ/ MPA/ PR
Salvador	Protesto diante da Assemb. Legislativa/Ocup. do Incra	12/4/2005		Crédito/ Assistência técnica	AEFP/ Ceta/ CRQ/ MPA/ PR
Salvador	Bloq. na Avenida Paralela/Ocup. do Incra	13/4/2005		Educação/ Reforma Agrária	AEFP/ Ceta/ CRQ/ MPA/ PR
Salvador	Ocupação do Incra	26/9/2005	300	Reforma Agrária	MLT/ MST
Salvador	Protesto diante da Receita Federal	19/5/2005	400	Outros	Via Campesina
Salvador	Dia Nacional de Luta dos Pescadores e das Pescadoras	22/12/2005	400	Crédito/ Questões ambientais	SS
Salvador	Ato Ecumênico/Caso Dorothy	18/2/2005		Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CNBB/ CPT/ CRB
Senhor do Bonfim	Encontro dos Pequenos Agricultores	14/2/2005	200	Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos/ Renegociação de dívidas	CPT/ MPA
Senhor do Bonfim	Ocup. da Sede da Cerb/Barragem de Pedras Altas	23/7/2005	200	Infra-estrutura	MPA
Senhor do Bonfim	Caminhada/Dia do Trabalhador Rural	24/7/2005	350	Direitos humanos	CPT
Ubaitaba	Ocupação da Usina Hid. de Funil	11/4/2005	1000	Desapropriação/ Crédito/ Infra-estrutura/ Assistência técnica/ Reforma Agrária	Ceta

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Sobradinho	Ocup. da Embrapa/Faz. Sálvia	25/7/2005	200	Desapropriação	MST
Sobradinho	Bloq. na BR-020/Faz. Sálvia	27/7/2005	200	Desapropriação	MST
Subtotal:		20	16075		
Espírito Santo					
Aracruz	Ocupação do Fórum/Tupinikim/Guarani	29/4/2005	150	Demarcação de área indígena	Índios
Vila Velha	Acampamento diante do Incra	12/9/2005	160	Desapropriação/ Reforma Agrária/ Assentamento de famílias	Fetaes
Vila Velha	Jornada de Lutas pela Reforma Agrária	26/9/2005	200	Crédito/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Vitória	Ato pela Demarcação da Área dos Tupinikim e Guarani	2/6/2005	200	Demarcação de área indígena	Índios
Vitória	IV Acampamento Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais	5/3/2005	200	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	CPT/ Fomes/ MST
Vitória	Marcha das Mulheres Trabalhadoras	8/3/2005	350	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	CPT/ Fomes/ MST
Subtotal:		6	1260		
Goiás					
Anápolis	Ato Político e Cultural/Marcha Nac. pela Reforma Agrária	5/5/2005		Reforma Agrária	MST
Caiaipônia	Caminhada de Mulheres Camponesas	8/3/2005	350	Saúde/ Direitos humanos	SI
Campestre de Goiás	Marcha a Trindade/Faz. Florzeira/Acamp. Palmares	15/2/2005	500	Cesta básica/ Questões ambientais	MST
Doverlândia	Ocupação do STR	20/4/2005	100	Outros	Fetaeg
Estrela do Norte	Bloq. na BR-153/Acamp. José Porfírio	29/9/2005	400	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
Goiânia	Protesto diante do Bank Boston/Dia do Trabalhador Rural	25/7/2005	500	Direitos humanos	CUT
Goiânia	Ocupação do Incra	30/3/2005	200	Reforma Agrária	MLST
Goiânia	Ocupação do Incra	26/9/2005	300	Demarcação de área indígena/ Assentamento de famílias	MST
Goiânia	Ato Ecumênico em Memória da Ir. Dorothy	18/2/2005	120	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT/ CRB
Goiânia/Brasília	Marcha Nacional pela Reforma Agrária	1/5/2005	12000	Reforma Agrária	MST
Goiânia/Brasília	Ato na Esplanada dos Ministérios/Marcha Nac. pela Ref. Agrária	17/5/2005		Reforma Agrária	MST
Iporá	Ato de Mulheres Camponesas	8/3/2005	300	Direitos humanos	MMC
Itaberaí	Caminhada de Mulheres	8/3/2005		Saúde/ Direitos humanos	SI
Jataí	Bloqueio na BR-364	8/12/2005	300	Assentamento de famílias	MTL
Minaçu	Ocupação na Barragem de Serra da Mesa	23/5/2005	500	Crédito/ Cesta básica/ Reassentamento/ Indenização	MAB
Minaçu	Ocup. na Hidrelétrica de Cana Brava	23/5/2005	300	Crédito/ Cesta básica/ Reassentamento/ Indenização	MAB
Subtotal:		16	15870		
Maranhão					
Caxias	Ato por Liberação de Áreas para a Reforma Agrária	12/9/2005	120	Crédito/ Infra-estrutura/ Reforma Agrária	STR
Chapadinha	Ato contra Apoio do Itermo ao Agronegócio da Soja	29/8/2005	400	Contra monocultura	Fetaema
Fortuna	Interdição de Rodovia	31/10/2005	400	Desapropriação	STR
Grajaú	Protesto contra o Assassinato de João Araújo Guajajara/Bacurizinho	23/5/2005	70	Contra a injustiça e a violência	Índios
Imperatriz	Ocup. do Incra/Acamp. às Margens da BR-010	31/1/2005	20	Desapropriação	SI
Imperatriz	Ocupação do Incra	29/3/2005	500	Reforma Agrária	MLST
Imperatriz	Ocupação do Incra	26/9/2005	300	Cumprimento de acordos	MST
Imperatriz	Ocup. do Incra/Faz. Santa Maria	7/7/2005	300	Desapropriação	MST
Santa Rita	Ocupação do STR/Pov. Porto Alegre	6/7/2005	45	Crédito	SI
São Bento	Ato diante da Câmara Municipal/Pov. Poleiro/Tucum/Stª. Rita	24/6/2005	300	Questões ambientais	SI
São José de Ribamar	Protesto/Dia do Trabalhador Rural	25/7/2005	200	Questões trabalhistas/ Reforma Agrária	CUT/ MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
São Luis	Ocup. do Incra/Faz. Lorena Saco Grande	8/8/2005	130	Assentamento de famílias	MST
São Luis	Ocup. do Incra/Faz. Aracati/Pov. Bertolino	8/9/2005	43	Regularização fundiária	STR
São Luis	Ocupação do Incra	31/1/2005	100	Desapropriação/ Infra-estrutura	MST
São Luis	Ocupação do Incra	23/2/2005	160	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MST
São Luis	Ocupação do Incra	27/9/2005	400	Cumprimento de acordos	MST
São Luis	Semana Nac. de Luta pela Ref. Agrária/Ato no Incra	15/2/2005	2500	Reforma Agrária	Fetaema
São Luis	Acamp. de Mulheres Trabalhadoras Rurais	5/3/2005	300	Direitos humanos/ Reforma Agrária	MST
São Luis	Caminhada de Mulheres Trabalhadoras Rurais	8/3/2005	1200	Direitos humanos	MST
São Luis	Ocup. do Incra/Faz. Cajazeira	27/7/2005	70	Questões ambientais/ Assentamento de famílias	Fetaema
São Luis	Ato diante da Biblioteca Benedito Leite/Rio dos Cachorros	22/8/2005	120	Direitos humanos	SI
São Luis	Ato Ecumênico em Memória da Ir. Dorolhy	18/2/2005	200		ACRQ/ CPT/ MST/ SMDDH
Vila Nova dos Martírios	Protesto por Liberação de Recursos	31/12/2005	100	Crédito	ATR
Vila Nova dos Martírios	Ato contra as Agressões ao Meio Ambiente/Ass. Deus Proteja	25/9/2005	140	Questões ambientais	ATR
Subtotal:		24	8118		
Mato Grosso					
Alto Araguaia	Bloqueio da BR-364	14/2/2005	200	Crédito/ Reforma Agrária	Contag/ Fetagri/MT/ MTAA/MT
Barra do Garças	Ocupação do Incra/Faz. Ponte Queimada	14/2/2005	300	Reforma Agrária	STR
Cáceres	Manifestação na Prefeitura	15/3/2005	100	Infra-estrutura/ Educação	MST
Cáceres	Bloqueio da BR-070 e BR-174/Faz. Nova Mutum	7/6/2005	600	Reforma Agrária	MST
Cáceres	Ocupação do Incra	26/11/2005	250	Cumprimento de acordos	MST
Campo Verde	Bloqueio da BR-070/Faz. Boa Esperança	23/5/2005	400	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MTAA/MT
Campo Verde	Bloqueio da BR-070/Faz. Boa Esperança	3/11/2005	750	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTAA/MT
Carlinda	Bloqueio da MT-320	14/2/2005	500	Crédito/ Reforma Agrária	Fetagri/MT/ MTAA/MT
Chapada dos Guimarães	Acampamento diante da Usina de Manso	12/11/2005	600	Cumprimento de acordos/ Indenização	MAB
Confresa	Bloqueio da BR-158/Faz. Sta. Terezinha	23/6/2005	400	Reforma Agrária	SS
Cuiabá	Ocupação da Funai/Terena/Iriri	1/6/2005	50	Infra-estrutura/ Demarcação de área indígena	Índios
Cuiabá	Vigília contra a Impunidade	18/4/2005	100	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade/ Reforma Agrária	MST
Cuiabá	Ocupação do Incra	11/2/2005	300	Reforma Agrária	MST
Cuiabá	Acampamento diante do Intermat	16/2/2005	400	Crédito/ Infra-estrutura/ Reforma Agrária	Fetagri/MT/ MTAA/MT
Cuiabá	Ocupação do Incra/Faz. Nova Mutum	2/8/2005	600	Reforma Agrária	MST
Cuiabá	Dia do Trabalhador Rural	25/7/2005	250	Crédito/ Reforma Agrária	CPT/ MAB/ MSST/ Sindsepe
Cuiabá	Ocupação do Incra	26/9/2005	200	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Cuiabá	Ocupação do Incra/Faz. Barra Bonita	7/11/2005	250	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Cuiabá	Ocupação do Incra	21/11/2005	300	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Cuiabá	Ocupação da Funasa	10/10/2005	50	Saúde	MST
Itiquira	Bloqueio da BR-163/Faz. Bica d'Água	23/5/2005	400	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MTAA/MT

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Jangada	Bloqueio da BR-364	14/2/2005	250	Crédito/ Reforma Agrária	Contag/ Fetagri/MT/ MTAA/MT
Mirassol do Oeste	Bloqueio da BR-174/Faz. S. Paulo	2/5/2005	800	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Nossa Senhora do Livramento	Bloqueio da MT-060/Quilombo Mata Cavalo	19/4/2005	150	Regularização fundiária	SS
Pedra Preta	Bloqueio da BR-364	23/5/2005	300	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MTAA/MT
Peixoto de Azevedo	Bloqueio da BR-162	14/2/2005	300	Crédito/ Reforma Agrária	Contag/ Fetagri/MT/ MTAA/MT
Peixoto de Azevedo	Bloqueio da BR-163/Assent. Vila Nova	12/7/2005	1000	Crédito/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	Fetagri/MT/ STR
Peixoto de Azevedo	Bloqueio da BR-163	1/9/2005	150	Reforma Agrária	Fetagri/MT
Ribeirão Cascalheira	Bloqueio da BR-158/Faz. Bordolândia	14/2/2005	150	Crédito/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	STR
Rondonópolis	Ato em Apoio à Marcha Nac. pela Reforma Agrária	29/4/2005	450	Reforma Agrária	MST
São José do Povo	Bloqueio da MT-270	23/5/2005	200	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MTAA/MT
Serra de São Vicente	Bloqueio da BR-364	14/2/2005	500	Crédito/ Reforma Agrária	Contag/ Fetagri/MT/ MTAA/MT
Sinop	Bloqueio da BR-163/Faz. Continental	7/6/2005	150	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Sorriso	Bloqueio da BR-163	20/4/2005	150	Crédito/ Cumprimento de acordos	Fetagri/MT
Tangará da Serra	Ocupação da Sema/Assent. Antônio Conselheiro	29/11/2005	130	Cumprimento de acordos/ Questões ambientais	MST
Várzea Grande	Bloqueio da BR-163	14/2/2005	350	Crédito/ Reforma Agrária	Contag/ Fetagri/MT/ MTAA/MT
Subtotal:		36	12030		
Mato Grosso do Sul					
Amambai	Bloq. na MS-386/Aldeia Amambay	4/7/2005	100	Contra a injustiça e a violência	Índios
Amambai	Ocup. da Funai/Aldeia Limão Verde	22/9/2005	100	Cumprimento de acordos	Índios
Aral Moreira	Bloq. na MS-165/Acamp. Santa Cruz	14/6/2005	60	Cesta básica	SI
Camapuã	Bloqueio na MS-060	15/2/2005		Reforma Agrária	Fetagri/MS
Campo Grande	Ato em Apoio à Marcha Nac. pela Ref. Agrária	17/5/2005	200	Desapropriação/ Crédito/ Renegociação de dívidas	MST
Campo Grande	Ato diante da Gerência da Fazenda/Dia do Trab. Rural	25/7/2005		Reforma Agrária	CUT/ MST
Campo Grande	Ocupação do Incra	27/9/2005	600	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Campo Grande	Bloqueio na MS-060	22/11/2005	300	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	CUT/ FAF/ Fetagri/ MST
Campo Grande	Ocupação do Incra	22/11/2005	500	Crédito/ Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	CUT/ FAF/ Fetagri/ MST
Campo Grande	Ocupação do Incra	13/12/2005	300	Desapropriação	FAF
Campo Grande	Protesto contra as Usinas de Álcool no Pantanal	21/9/2005	500	Questões ambientais	SI
Campo Grande	Protesto contra Usinas de Álcool no Pantanal	12/11/2005	250	Questões ambientais	SI
Coronel Sapucaia	Bloq. na MS-289/Dia Nac. de Luta pela Agricultura Familiar	24/5/2005	70	Reforma Agrária	FAF
Dourados	Ocup. do Incra/Faz. São João/Acamp. Nova Conquista	11/5/2005	100	Assentamento de famílias	CUT
Dourados	Ato diante do Incra/Faz. Coimbra 3M	10/3/2005	350	Assentamento de famílias	MST
Dourados	Bloq. na MS-156/Aldeias Bororo e Jaguapiru	11/10/2005	30	Demarcação de área indígena	Índios
Dourados	Bloq. na MS-156/Aldeias Bororo e Jaguapiru	3/11/2005	30	Demarcação de área indígena	Índios
Dourados	Protesto diante da Funai	11/5/2005		Direitos humanos	Índios
Dourados	Ocup. do Incra/Dia Nac. pela Agricultura Familiar	24/5/2005	80	Crédito/ Assistência técnica	FAF
Dourados	Ato Público/Dia do Trab. Rural	25/7/2005		Reforma Agrária	CUT/ MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Dourados	Ocupação do Incra	27/9/2005	600	Crédito/ Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos/ Assentamento de famílias	MST
Dourados	Protesto diante da Funai	24/11/2005	40	Saúde	Índios
Dourados	Bloq. na MS-156/Faz. Cristal	1/7/2005	120	Demarcação de área indígena	Índios
Eldorado	Bloq. na BR-163/Acamp. 27 de Janeiro	27/1/2005	100	Desapropriação	SI
Eldorado	Bloqueio na MS-389/Km 01	20/10/2005	50	Indenização	SI
Glória de Dourados	Bloqueio na MS-378	15/2/2005		Reforma Agrária	Fetagri/MS
Itaquiraí	Bloqueio na BR-163	5/4/2005	50	Cesta básica	Fetagri/MS
Jardim	Saque/Faz.Figueira	4/1/2005	68	Cesta básica	MST
Jardim	Ocupação do Incra	27/9/2005	500	Crédito/ Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos/ Assentamento de famílias	MST
Miranda	Ocup. do Idaterra/Dia Nac. de Luta pela Agric. Familiar	24/5/2005	30	Reforma Agrária	FAF
Miranda	Bloqueio na BR-262	27/9/2005		Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Mundo Novo	Bloqueio na BR-163	15/2/2005		Reforma Agrária	Fetagri/MS
Mundo Novo	Bloqueio na BR-163	30/5/2005	220	Cesta básica	Fetagri/MS
Naviraí	Bloqueio na BR-163	27/9/2005		Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Naviraí	Ato na Câmara Municipal/Faz. Araguaia	16/5/2005	500	Desapropriação	Fetagri/MS
Nova Alvorada do Sul	Bloq. na BR-163/Dia Nac. de Luta pela Agricultura Familiar	24/5/2005	80	Reforma Agrária	FAF
Nova Andradina	Protesto na Sede da Faz. Teijin	12/4/2005	300	Sem Informação	MST
Nova Andradina	Bloqueio na MS-376	15/2/2005	106	Reforma Agrária	Fetagri/MS
Nova Andradina	Bloqueio na MS-376	22/11/2005	250	Crédito/ Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	CUT/ FAF/ Fetagri/ MST
Paranhos	Ocup. da Prefeitura/Dia Nac. pela Agricultura Familiar	24/5/2005	50	Crédito/ Assistência técnica	FAF
Ponta Porã	Bloq. na Estrada de Acesso à Antiga Faz. Mosquiteiro	7/6/2005	80	Demarcação de área indígena	Índios
Ponta Porã	Bloq. na MS- 164/Faz. Itamarati I	28/11/2005	250	Infra-estrutura	MST
Ponta Porã	Bloq. no Trevo das Rod. MS-164 e MS-384/Faz. Itamarati II	3/5/2005	1100	Cumprimento de acordos	MST
Ponta Porã	Ocup. da Unidade Avançada do Incra/Faz. Itamarati II	4/5/2005	400	Cumprimento de acordos	MST
Ponta Porã	Bloqueio na MS-164	15/2/2005		Reforma Agrária	Fetagri/MS
Ponta Porã	Bloqueio na MS-164	9/8/2005	170	Cesta básica/ Reforma Agrária	Fetagri/MS
Rio Brilhante	Bloq. na BR-163/Faz. Santa Edwirge	24/2/2005	150	Assentamento de famílias	CUT
Rio Brilhante	Bloqueio na BR-163	21/2/2005	30	Reforma Agrária	CUT
Sete Quedas	Bloq. na MS-299/Contra o Assassinato de Dorival Benites	27/6/2005	300	Contra a injustiça e a violência	Índios
Sete Quedas	Bloqueio na MS-160	15/2/2005		Reforma Agrária	Fetagri/MS
Sete Quedas	Bloqueio na MS-160	22/11/2005	307	Cumprimento de acordos/ Assentamento de famílias	CUT/ FAF/ Fetagri/ MST
Sidrolândia	Protesto diante da Prefeitura/Faz. Eldorado	9/12/2005	100	Infra-estrutura	MST
Sidrolândia	Bloqueio na MS-060	15/2/2005		Reforma Agrária	Fetagri/MS
Sidrolândia	Bloqueio na MS-162	22/11/2005	305	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	CUT/ FAF/ Fetagri/ MST
Tacuru	Bloqueio na MS-295	15/2/2005		Reforma Agrária	Fetagri/MS
Tacuru	Bloq. na MS-295/Faz. Água Viva e Cachoeira	14/4/2005	300	Reforma Agrária	FAF
Tacuru	Bloqueio na MS-156	14/4/2005	400	Reforma Agrária	FAF
Tacuru	Bloq. na MS-156/Dia Nac. de Luta pela Agricultura Familiar	24/5/2005	50	Reforma Agrária	FAF
Tacuru	Bloqueio na MS-295	22/11/2005	303	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	CUT/ FAF/ Fetagri/ MST
Tacuru	Ato pela Desapropriação da Faz. Água Viva	5/7/2005	1500	Desapropriação	Fetagri/MS
Tacuru	Bloq. na MS-295/Faz. Água Viva	15/12/2005	300	Desapropriação	Fetagri/MS
Três Lagoas	Bloqueio na MS-395	15/2/2005	80	Reforma Agrária	Fetagri/MS
Subtotal:			62		12759

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Minas Gerais					
Belo Horizonte	Ocupação do Ceas/Hidrelétrica de Candonga	14/2/2005	100	Cumprimento de acordos/ Reassentamento	MAB
Belo Horizonte	Ato contra a Impunidade do Massacre de Felisburgo	18/2/2005	1000	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CPT/ MST
Belo Horizonte	Ato em Memória dos Fiscais de Unai e Contra a Impunidade	28/1/2005	150	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	Fisco-Fórum/ FNF/ Sinait
Belo Horizonte	Ato contra a Transposição do Rio São Francisco	25/1/2005	600	Contra transp. do Rio São Francisco	FMCBH
Belo Horizonte	Ato Público Contra Transp. do Rio São Francisco	4/10/2005	200	Contra transp. do Rio São Francisco	CPT
Belo Horizonte	Ato em Defesa da Vida e contra a Violência em MG	30/3/2005	100	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade/ Direitos humanos	Cebi/ Cimi/ CNBB/ CPT/ CRB/ CUT/ MCXV/ MFP/ MNDDH/ Índios
Belo Horizonte	Caminhada pelo Dia do Índio	19/4/2005	150	Demarcação de área indígena	Índios
Belo Horizonte	Grito da Terra Brasil	24/8/2005	2500	Crédito/ Reforma Agrária	Fetaemg
Belo Horizonte	Jornada Nacional de Lutas/Ocupação do Inkra	26/9/2005	250	Desapropriação/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Belo Horizonte	Jornada Nacional de Lutas/Ocupação do IMA	26/9/2005	800	Crédito/ Cumprimento de acordos/ Incentivos à pequena produção	MST
Belo Horizonte	Ocupação da Cemig	19/10/2005	200	Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos	MAB
Belo Horizonte	Ocup. da Funasa/Índios Pataxó	7/11/2005	30	Saúde	Índios
Belo Horizonte	Protesto em Repúdio ao Assassinato da Ir. Dorothy	18/2/2005	1000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CNBB/ CPT/ CRB/ MST
Campo Florido	Bloqueio da BR-262	30/5/2005	350	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	FST
Canápolis	Bloqueio da BR-365	30/5/2005	400	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	FST
Capitão Enéas	Ocupação de Agência do BB/Faz. Norte América	28/9/2005	120	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Felisburgo	Ato contra a Impunidade do Massacre de Felisburgo	18/2/2005	300	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Felisburgo	Ocupação da Prefeitura/Chacina de Felisburgo	14/4/2005	200	Infra-estrutura/ Educação/ Contra impunidade/ Reforma Agrária	MST
Frei Inocência	Jornada Nacional de Lutas/Bloqueio da BR-116	28/9/2005	400	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MPA/ MST/ STR
Governador Valadares	Ocupação da Receita Federal	26/10/2005	200		MPA/ MST/ Via Campesina
Ituiutaba	Ocupação da Cemig	30/5/2005	300	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	FST
Jequitinhonha	Ato contra a Impunidade do Massacre de Felisburgo	6/1/2005	300	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Jequitinhonha	Ato contra a Impunidade do Massacre de Felisburgo	18/2/2005	300	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	MST
Montes Claros	Ato contra a Transposição do São Francisco	12/4/2005	426	Questões ambientais	FMCBH
Montes Claros	Grito do Cerrado	17/9/2005	1000	Questões ambientais/ Contra Desmatamento	CAA/ RCONGS
Resplendor	Bloqueio da Estrada de Ferro Vitória-Minas/Índios Krenak	1/12/2005	200	Demarcação de área indígena	Índios
Rio Casca	Ato contra a PCH de Jurumirim	8/3/2005	450	Contra barragens	MAB
Rosário de Limeira	Dia do Trabalhador Rural	25/7/2005	2000	Contra a injustiça e a violência	CPT
Santa Cruz do Escalvado/Rio Doce	Caminhada de Protesto/ H. de Candonga	30/8/2005	200	Reassentamento/ Indenização	MAB
Uberaba	Bloqueio da BR-050	14/2/2005	500	Desapropriação/ Reforma Agrária	MLST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Uberlândia	Bloqueio da MG-497	30/5/2005	300	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	FST
Uberlândia	Ocupação da Conab	22/5/2005	1000	Cesta básica/ Reforma Agrária	APR/ CLST/ MLST/ MLT/ MPRA/ MST/ MTL/ STR
Uruana de Minas	Ocupação da Prefeitura	14/7/2005	80	Infra-estrutura/ Cesta básica	FAF*
Veríssimo	Bloqueio da BR-153 com a MG-255	30/5/2005	400	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	FST
Subtotal:		34	16506		
Pará					
Afuá	Protesto/Dia da Mulher	8/3/2005	150	Educação/ Saúde/ Questões ambientais	MMTR/ STR
Afuá	Dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural	25/7/2005	73	Educação/ Saúde/ Questões ambientais/ Contra a injustiça e a violência	MMTR/ STR
Afuá	Protesto/Encontro Geral de Jovens do STR e das CEB's	7/9/2005	300	Educação/ Saúde/ Questões ambientais/ Contra a injustiça e a violência	MMTR/ PJR/ STR
Altamira	Ocupação do Incra	17/2/2005		Regularização fundiária/ Cumprimento de acordos	STR
Anapu	Celebração em Memória da Ir. Dorothy	15/2/2005	2000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT
Anapu	Celebração contra Impunidade/Caso Dorothy	18/2/2005	70	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT
Anapu	Celebração em Homenagem à Ir. Dorothy	24/8/2005	30	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CPT
Anapu	Jornada de Luta pela R.A./PDS Esperança e Virola Jatobá	21/9/2005		Regularização fundiária/ Infra-estrutura/ Reforma Agrária	STR
Anapu	Cerimônia em Homenagem à Ir. Dorothy	21/10/2005		Contra impunidade	Asseefa
Anapu	Ato Público por Justiça e Paz no Campo/Homenagem Dorothy	9/12/2005	1100	Contra a injustiça e a violência	CPT
Baião	Ocupação da Celpa	17/10/2005		Infra-estrutura	MAB
Belém	Vigília em Repúdio ao Assassinato da Ir. Dorothy	13/2/2005	100	Contra a injustiça e a violência	CPT
Belém	Ato Ecumênico/Caso Dorothy	15/2/2005		Contra a injustiça e a violência	CNBB/ Via Campesina
Belém	Ato Público contra Impunidade/Caso Dorothy	18/2/2005	2000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT
Belém	Acamp. na Frente do Fórum/Caso Dorothy	8/12/2005	800	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CNBB/ CPT/ Fetagri/PA/ Greenpeace/ MPA/ MST/ SPDDH
Belém	Ato Ecumênico/Caso Dorothy	9/12/2005	900		CNBB/ CPT/ Fetagri/PA/ Greenpeace/ MPA/ MST/ SPDDH
Belém	Ocup. do Interpa/Jari Celulose	24/4/2005	100	Regularização fundiária	SS
Belém	Ocup. da Funai/Índios Tembê	14/6/2005	80	Contra Desmatamento	Índios
Belém	Ocupação do Incra	21/2/2005	350	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Belém	Dia Nac. de Luta pela R.A./Acamp. na frente do Incra	13/4/2005	400	Desapropriação/ Reforma Agrária	CUT/ Fetagri/PA/ MST
Belém	Grito da Amazônia II	27/6/2005	2000	Regularização fundiária/ Incentivos à pequena produção/ Contra a injustiça e a violência/ Reforma Ag	CNS/ CUT/ Fetagri/PA/ Mopepa
Bom Jesus do Tocantins	Bloq. BR-222/Caso Dorothy	16/2/2005	300	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	Fetagri/PA
Breu Branco	Ocupação da Celpa	17/10/2005		Infra-estrutura	MAB
Cametá	Ocupação da Celpa	17/10/2005		Infra-estrutura	MAB

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Cametá	Bloq. PA- 422/Programa Luz para Todos	21/11/2005		Infra-estrutura	SI
Canaã dos Carajás	Bloq. da PA-160/Faz. Pampulha/Sta. Fé	24/5/2005	100	Desapropriação	Fetagri/PA
Conceição do Araguaia	Ocup. da Incra e Ibama/P.A. Pe. Josimo	2/5/2005	200	Contra a injustiça e a violência	CPT/ MMC/ MPA
Conceição do Araguaia	Bloq. da PA- 287/P.A. Pe. Josimo	5/5/2005	400	Cumprimento de acordos/ Contra a injustiça e a violência	CPT/ MMC/ MPA
Conceição do Araguaia	Dia Nacional de Luta pela R.A./Ocup. Basa	11/4/2005	300	Crédito	Fetagri/PA
Eldorado dos Carajás	Protesto em Memória ao Massacre de Eldorado	17/4/2005	1000	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	CPT/ MST
Eldorado dos Carajás	Mob. contra o Latifúndio pela R.A/Bloq. PA-150	17/2/2005	1500	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Itaituba	Ocupação do Incra	17/2/2005		Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	STR
Itaituba	Ocup. do Incra/Área da Indusolo	25/7/2005	500	Desapropriação/ Infra-estrutura	STR
Mãe do Rio	Bloq. BR-010/Faz. Reunidas 35	21/2/2005	100	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Marabá	Mob. contra o Latifúndio pela R.A/Bloq. BR-230	16/2/2005	100	Desapropriação/ Reforma Agrária	Fetagri/PA
Marabá	Ocup. do Incra/Faz. Rio Verde	18/4/2005	600		CPT/ Fetagri/PA/ STR
Marabá	Protestos das Agricultoras Rurais/Dia da Mulher	7/3/2005	400	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	MST
Marabá	Ocupação do Incra	26/9/2005	500	Desapropriação/ Crédito/ Cesta básica	Fetagri/PA
Marabá	Jornada Nacional de Luta pela Terra	27/9/2005	500	Regularização fundiária/ Reforma Agrária	MST
Marabá	Protesto contra Violência e Impunidade	18/11/2005	1200	Contra a injustiça e a violência	CPT/ Fetagri/PA/ STR
Marabá	Bloq. da Transamazônica/km 9 Marabá-Altamira	6/6/2005	1000	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	Fetagri/PA
Marabá	Bloq. na PA-150/Marabá-Eldorado	6/6/2005	1000	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	MST
Marabá	Bloq. na BR-222 que liga PA-150 a Belém Brasília	6/6/2005	900	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	Fetagri/PA
Marabá	Bloq. da Trasamazônica/km 10 que liga Marabá-Tocantins	6/6/2005	800	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	Fetagri/PA
Parauapebas	Mob. contra o Latifúndio pela R.A/Bloq. PA-160 km39	16/2/2005	130	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	STR
Parauapebas	Ocup. do Incra/Faz. Boa Sorte	20/6/2005	750	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	Fetagri/PA
Parauapebas	Ocupação do Incra	5/9/2005	620	Desapropriação	Fetagri/PA
Parauapebas	Ocupação do Incra	17/2/2005		Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	STR
Redenção	Dia Nacional de Luta pela R.A./Ocup. Basa	11/4/2005	100	Crédito	Fetagri/PA
Rondon do Pará	Ato Público em Memória do Sindicalista Dezinho	21/11/2005	1500	Contra a injustiça e a violência	CPT/ Fetagri/PA/ STR
Rondon do Pará	Ato Público pela Paz	10/4/2005	200	Contra a injustiça e a violência	STR
Rondon do Pará	Ato Público por Reforma Agrária	2/2/2005	1200	Reforma Agrária	CPT/ MST
Rondon do Pará	Ato Público em Apoio à Luta pela Ref. Agrária	10/4/2005	5000	Reforma Agrária	CPT/ Fetagri/PA/ STR
Santarém	Protesto na frente do Fórum	12/7/2005	110	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	STR
São Félix do Xingu	Ocupação do Incra	31/3/2005	80	Desapropriação/ Reforma Agrária	SS
Senador José Porfírio	Ocup. da Vila Empresa Vale do Rio Doce	30/10/2005	280	Infra-estrutura	Índios
Tomé-Açu	Ocupação do Incra	14/3/2005	180	Desapropriação/ Reforma Agrária	STR
Tomé-Açu	Ocupação do Incra	18/10/2005	500	Regularização fundiária/ Cesta básica/ Reforma Agrária	MPA
Tucuruí	Ocup. da Eclusa II da Barragem de Tucuruí	15/3/2005	1200	Infra-estrutura/ Direitos humanos/ Indenização	MAB

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Tucuruí	Acamp. ao lado da Eclusa II da Barragem de Tucuruí	15/4/2005	1000	Infra-estrutura/ Questões ambientais/ Direitos humanos/ Indenização	MAB
Tucuruí	Bloq. BR-422/Barragem de Tucuruí	17/5/2005	300	Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos/ Direitos humanos	MAB
Tucuruí	Ocupação da Celpa/Barragem Tucuruí	17/10/2005	1500	Infra-estrutura	MAB
Tucuruí	Ato por Repasse de Verba	15/3/2005		Infra-estrutura/ Saúde	Índios
Tucuruí	Jornada de Luta pela Reforma Agrária	29/9/2005	300	Regularização fundiária/ Infra-estrutura/ Reforma Agrária	MST
Subtotal:		64	36803		
Paraíba					
Campina Grande	Bloq. da BR-230/Barragem de Acauã	17/3/2005	500	Reassentamento/ Indenização	MAB
Conde	Romaria da Terra	29/10/2005	13000	Contra a injustiça e a violência	CPT
João Pessoa	Ocup. do Incra/Faz. Curral de Cima	19/7/2005	70	Desapropriação	SS
João Pessoa	Protesto por Reforma Agrária	12/5/2005	500	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	MST
João Pessoa	Ocup. do Incra/Faz. Mumbaba	27/3/2005	300	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	MST
João Pessoa	Ocupação do Incra	15/2/2005	1500	Reforma Agrária	Fetag/PB
João Pessoa	Ocupação do Incra	28/3/2005	60	Reforma Agrária	MST
João Pessoa	Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária	18/4/2005	400	Assistência técnica/ Reforma Agrária	MST
João Pessoa	Protesto/Dia do Trabalho	1/5/2005	80	Desapropriação/ Cesta básica	MST
João Pessoa	Ocupação do Incra	20/7/2005	150	Reforma Agrária	CPT
João Pessoa	Marcha da Via Campesina/Barragem Acauã	27/8/2005	700	Reassentamento/ Indenização/ Reforma Agrária	Via Campesina
João Pessoa	Ocup. do Ibama/T.I. Potiguara	22/12/2005	100	Regularização fundiária/ Infra-estrutura	Índios
Mari	Protesto na frente do Fórum pela Libertação dos Presos	15/5/2005	100	Contra a injustiça e a violência	MST
Mari	Bloq. da PB-073/Liberação dos Presos	17/5/2005	100	Contra a injustiça e a violência	MST
Remígio	Protesto por Reforma Agrária	31/7/2005	750	Crédito/ Infra-estrutura	MST
Santa Rita	Bloq. da BR-101/Faz. Mumbaba	2/5/2005	50	Desapropriação/ Contra a injustiça e a violência	MST
Sousa	Protesto pelo Projeto Várzeas de Sousa	16/2/2005	1000	Reforma Agrária	STR
Subtotal:		17	19360		
Paraná					
Arapongas	Ocup. Pça de Pedágio BR-369/Marcha Nac. pela Ref. Agrária	28/4/2005	120	Reforma Agrária	Via Campesina
Arapongas	Ocup. Pça Pedágio PR-444/Jornada Nacional de Luta	26/9/2005	100	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Campo Mourão	Protesto na frente da Coama	30/5/2005	200	Renegociação de dívidas	SS
Campo Mourão	Ocupação Praça de Pedágio	17/12/2005		Reforma Agrária	MST
Candói	Ocupação Praça de Pedágio	17/12/2005		Reforma Agrária	MST
Cascavel	Ocup. Pça de Pedágio BR-277/Marcha Nac. pela Ref. Agrária	28/4/2005	100	Reforma Agrária	Via Campesina
Cascavel	Jornada de Agroecologia	25/5/2005	1000	Contra Transgênicos/ Direitos humanos	Fetrafsul/ MST
Cascavel	Ocup. Pça Pedágio BR-277/Jornada Nacional de Luta	26/9/2005	500	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Cascavel	Ocupação Praça de Pedágio/BR-277	17/12/2005		Reforma Agrária	MST
Céu Azul	Ocupação Praça de Pedágio/BR-277	17/12/2005	300	Reforma Agrária	MST
Cidade Gaúcha	Protesto pela Libertação dos Presos	12/4/2005	20	Contra a injustiça e a violência	MST
Corbélia	Ocupação Praça de Pedágio/BR-369	17/12/2005		Reforma Agrária	MST
Coronel Vivida	Protesto contra Construção da UHE do Rio Chopim	19/4/2005	1200	Contra barragens	MAB
Curitiba	Ocup. do Incra/Faz. Bom Sucesso	23/11/2005	140	Desapropriação	Fetaep
Curitiba	Acamp. na frente do Incra/Faz. Porangaba	30/11/2005	250	Desapropriação	MST

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Curitiba	Ato Público por Indenização	28/6/2005	500	Reassentamento/ Indenização	MAB
Curitiba	Protesto das Trabalhadoras Rurais/Dia da Mulher	6/3/2005	1000	Incentivos à pequena produção/ Reforma Agrária	MST
Curitiba	Celebração dos Mártires	18/4/2005	300	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	CPT/ MST
Curitiba	11º Grito da Terra	21/9/2005	1500	Crédito/ Incentivos à pequena produção/ Questões trabalhistas	Contag
Curitiba	Ocup. do Incra/Jornada Nacional de Luta	26/9/2005	400	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Curitiba	VI Encontro dos Sem Terrinha	10/10/2005	1000	Educação	MST
Curitiba	Ocup. do Incra/Faz. Reserva	22/11/2005	50	Desapropriação	SS
Guarapuava	Ocupação Praça de Pedágio	17/12/2005		Reforma Agrária	MST
Icaraíma	Protesto por Reforma Agrária	8/8/2005	300	Reforma Agrária	SI
Irati	Ocupação Praça de Pedágio	17/12/2005		Reforma Agrária	MST
Lapa	Ocup. Pça de Pedágio PR-427/Marcha Nac. pela Ref. Agrária	28/4/2005	80	Reforma Agrária	Via Campesina
Laranjeiras do Sul	Jornada de Lutas do MPA	13/6/2005	1000	Reforma Agrária	MPA
Laranjeiras do Sul	Ocupação Praça de Pedágio	17/12/2005		Reforma Agrária	MST
Londrina	Ato em Apoio à Marcha Nacional pela Reforma Agrária	29/4/2005	1000	Reforma Agrária	Via Campesina
Mandaguari	Ocup. Pça de Pedágio BR-376/Marcha Nac. pela Ref. Agrária	28/4/2005	83	Reforma Agrária	Via Campesina
Mandaguari	Ocup. Pça Pedágio/Jornada Nacional de Luta	26/9/2005	100	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Manoel Ribas	Protesto em frente ao Banco do Brasil	29/8/2005	300	Reforma Agrária	MST
Mauá da Serra	Ocup. Pça de Pedágio BR-376/Marcha Nac. pela Ref. Agrária	28/4/2005	70	Reforma Agrária	Via Campesina
Mauá da Serra	Ocup. Pça Pedágio BR376/Jornada Nacional de Luta	26/9/2005	100	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Pato Branco	Bloq. de Rodovia em Pato Branco	19/4/2005		Incentivos à pequena produção	MAB
Presidente Castelo Branco	Ocup. Pça de Pedágio BR-376/Marcha Nac. pela Ref. Agrária	28/4/2005	97	Reforma Agrária	Via Campesina
Presidente Castelo Branco	Ocup. Pça Pedágio/Jornada Nacional de Luta	26/9/2005	100	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Ramilândia	Bloq. da Estrada de Acesso à Faz. Boito	22/12/2005	730	Desapropriação	MST
Santa Amélia	Manif. pela Regularização da Área Posto Velho	2/6/2005	300	Demarcação de área indígena	Índios
Santa Amélia	Protesto na frente da Funai	2/8/2005	40	Demarcação de área indígena	Índios
São Luís do Purunã	Ocup. Pça de Pedágio BR-277/Marcha Nac. pela Ref. Agrária	28/4/2005	100	Reforma Agrária	Via Campesina
São Miguel do Iguaçu	Ocup. Pça de Pedágio BR-277/Marcha Nac. pela Ref. Agrária	28/4/2005	78	Reforma Agrária	Via Campesina
São Miguel do Iguaçu	Ocup. Pça Pedágio BR-277/Jornada Nacional de Luta	26/9/2005	200	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
São Pedro do Ivai	20ª Romaria da Terra	21/8/2005	30000	Incentivos à pequena produção/ Reforma Agrária	CPT
São Pedro do Ivai	Ato contra Poluição dos Rios	24/11/2005	100	Questões ambientais	CPT
Tapira	Saque na PR-482/Acamp. Vitória	25/3/2005	335	Cesta básica/ Reforma Agrária	MST
Umuarama	Acamp. em frente à Caixa Econômica	29/8/2005	200	Reforma Agrária	Fetaep
Subtotal:		47		43993	
Pernambuco					
Afogados da Ingazeira	Protesto contra Transposição do Rio São Francisco	10/10/2005		Contra privatização da água	CPT
Afogados da Ingazeira	Ato Público pela Revitalização do Rio São Francisco	11/10/2005	400	Contra transp. do Rio São Francisco	CPP/ CPT
Aliança	Ocup. da Prefeitura/Us. Aliança	28/4/2005	160	Cesta básica/ Educação/ Reforma Agrária	CPT
Arcoverde	Bloqueio da BR-232	11/9/2005	95	Reforma Agrária	MST
Bonito	Protesto pela desap. da Faz. Uberaba	26/9/2005	80	Desapropriação	MST
Cabo de Santo Agostinho	Bloq. BR-101/Eng. Olinda Velha	5/9/2005	100	Reforma Agrária	MTP*
Cabrobó	Caminhada em Apoio a D. L. Cappio/Pela Revitalização do Rio S. Francisco	1/10/2005	100	Contra transp. do Rio São Francisco	CPT

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Cabrobó	Celebração pela Vida de D. Cappio/Contra Transp. Rio São Francisco	4/10/2005	3000	Contra transp. do Rio São Francisco	ASA*/ CPT/ MPA
Cabrobó	Greve de Fome em Solidariedade a D. Cappio	4/10/2005	4	Contra transp. do Rio São Francisco	MPA
Caruaru	Bloqueio na BR-232	11/9/2005	120	Reforma Agrária	MST
Gameleira	Bloq. BR-101/Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	17/11/2005	150	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	MST
Garanhuns	Bloqueio da BR-423	11/9/2005	70	Reforma Agrária	MST
Garanhuns	Marcha Levante Quilombola	18/11/2005		Direitos humanos	CPT/ Quilombolas
Goiana	Bloqueio da BR-101	23/11/2005		Reforma Agrária	MST
Ibimirim	Bloqueio na PE-336	11/9/2005	105	Reforma Agrária	MST
Moreno	Bloqueio da BR-232	23/11/2005	200	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Palmares	Bloqueio da BR-101	11/9/2005	90	Reforma Agrária	MST
Passira	Bloq. da PE-95/Faz. Independência	22/11/2005	150	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	MST
Passira	Bloqueio na PE-95	11/9/2005	85	Reforma Agrária	MST
Paudalho	Bloq. BR-408/Eng. São João	4/8/2005	400	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Petrolândia	Ocupação do Banco do Brasil	11/9/2005	200	Reforma Agrária	MST
Petrolina	Ocupação do Inkra	11/9/2005	200	Reforma Agrária	MST
Petrolina	Ocupação do Banco do Nordeste	26/9/2005	800	Reforma Agrária	MST
Petrolina	Ocupação do Inkra	12/12/2005	500	Crédito/ Infra-estrutura	MST
Petrolina	Contra Transposição Rio S. Francisco/Bloq. de Rodovia	4/10/2005	500	Contra transp. do Rio São Francisco	CPT
Petrolina	Ocup. Inkra/Assent. Virgulino Ferreira	11/9/2005	200	Assentamento de famílias	MST
Recife	Protesto por R.A./Eng. Prado	9/11/2005	150	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	CPT
Recife	Ocup. da Funai/Faz. Berra Boi	26/9/2005	45	Reforma Agrária	MST
Recife	Protesto/Trabalhadoras Rurais	8/3/2005	3000	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	CPT/ Fetraf/ MST/ MTL/ OLC
Recife	Ocupação da Prefeitura	21/7/2005	500	Reforma Agrária	MTL
Recife	Ato pelos Povos Indígenas	8/8/2005	50	Direitos humanos/ Demarcação de área indígena	Índios
Recife	Ocupação do Inkra	16/8/2005	85	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MTL
Recife	Ocupação do Inkra	12/9/2005		Educação	MST
Recife	Ocupação do Inkra	26/9/2005	200	Reforma Agrária	MST
Recife	Bloqueio da BR-101	23/11/2005	650	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MTL
Ribeirão	Ocup. da Sede da Usina Estreliana	15/12/2005	3000	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
São José da Coroa Grande	Protesto contra Injustiça	5/12/2005	750	Contra a injustiça e a violência	MST
São Lourenço da Mata	Protesto por Reforma Agrária	19/4/2005	500	Reforma Agrária	MST
Subtotal:		38	16639		
Piauí					
Curral Novo do Piauí	Ato diante da Prefeitura/Apoio à Marcha Nac. pela R. A	18/5/2005	500	Reforma Agrária	MPA
Floriano	Dia do Trabalhador Rural	25/7/2005	55	Renegociação de dívidas	STR
Francisco Santos	Ato diante da Prefeitura/Apoio à Marcha Nac. pela R. A.	18/5/2005	200	Reforma Agrária	MPA
Itainópolis	Ato diante da Prefeitura/Apoio à Marcha Nac. pela R. A.	17/5/2005	100	Reforma Agrária	MPA
Pio IX	Audiência Pública/Faz. São Luís	23/8/2005	100	Regularização fundiária	SI
Queimada Nova	Ato diante da Prefeitura/Apoio à Marcha Nac. pela R. A.	18/5/2005	100	Reforma Agrária	MPA
Teresina	Ocup. do Inkra/Nova Conceição	5/7/2005	120	Desapropriação/ Cesta básica	SI
Teresina	Grito da Terra Brasil	27/7/2005	2000	Regularização fundiária/ Crédito	Fetag/PI
Teresina	Protesto diante do Inkra	15/2/2005	500	Desapropriação/ Infra-estrutura/ Assistência técnica	Fetag/PI
Teresina	Protesto contra Impunidade/Caso Dorothy	18/2/2005		Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CNBB

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Uruçui	Acampamento diante da Bunge	22/9/2005	5	Contra Desmatamento	SS
Subtotal:		11	3680		
Rio de Janeiro					
Campos dos Goytacazes	Ato no Tribunal de Justiça/Acamp. Oziel Alves	5/7/2005	150	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	CPT/ MST
Campos dos Goytacazes	Marcha contra Despejo/Acamp. Oziel Alves	8/8/2005	150	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	CPT/ MST
Rio de Janeiro	Ato de Repúdio/Reserva do Tinguá	23/2/2005	140	Contra a injustiça e a violência/ Contra impunidade	GDN
Rio de Janeiro	Greve de Fome pela Reserva do Tinguá	25/8/2005	2	Questões ambientais	GDN
Rio de Janeiro	Ato Público no Pátio do Incra	22/3/2005	160	Infra-estrutura/ Cesta básica/ Reforma Agrária	MST
Rio de Janeiro	Manifesto no Incra/Dia Internacional das Mulheres	8/3/2005	200	Cumprimento de acordos/ Educação	MST
Rio de Janeiro	Ato no Banco Central/Dia do Trabalhador Rural	25/7/2005	200	Crédito/ Reforma Agrária	MST
Rio de Janeiro	Caminhada pela Paz e Reforma Agrária	15/4/2005	1200	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária	MST
Rio de Janeiro	Caminhada pela Reforma Agrária/Faz. Ribandá	25/8/2005	250	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MTL
Rio de Janeiro	Ocupação do Incra	26/9/2005	200	Desapropriação/ Reforma Agrária	MST
Rio de Janeiro	Manifesto no Incra	22/3/2005	160	Desapropriação/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Rio de Janeiro	Ocupação da Conab	29/9/2005	100	Cumprimento de acordos/ Cesta básica	MST
Rio de Janeiro	Caminhada por Assentamento/Acamp. União, Terra e Trabalho	25/8/2005	250	Assentamento de famílias	MTL
Rio de Janeiro	Ato em Apoio à Marcha Nac. pela Ref. Agrária	29/4/2005	250	Reforma Agrária	Via Campesina
Rio de Janeiro	Ato em Apoio a D. Cappio/Contra Transposição do Rio São Francisco	4/10/2005	100	Contra transp. do Rio São Francisco	SS
Rio de Janeiro	Celebração em Memória da Ir. Dorothy	18/2/2005	200		CNBB/ CPT/ MNDDH/ MST
Subtotal:		16	3712		
Rio Grande do Norte					
Areia Branca	Bloq. na BR-110/Faz. Garavelo	31/8/2005	170	Desapropriação	SI
Ceará-Mirim	Bloq. BR-226/Jornada Nacional de Luta	27/9/2005		Reforma Agrária	MST
Natal	Protesto das Trabalhadoras Rurais	7/3/2005	400	Infra-estrutura/ Reforma Agrária	MST
Natal	Grito da Terra Brasil	5/7/2005	2000	Reforma Agrária	Fetarn
Natal	Jornada Nacional de Luta pela Terra	27/9/2005	450	Infra-estrutura/ Reforma Agrária	MST
Riachelo	Bloqueio da BR-304	23/2/2005	200	Desapropriação/ Infra-estrutura	MST
Riachelo	Bloq. BR-304/Jornada Nacional de Luta	27/9/2005		Reforma Agrária	MST
Santa Maria	Bloqueio da BR-304	23/2/2005	300	Desapropriação/ Infra-estrutura	MST
Subtotal:		8	3520		
Rio Grande do Sul					
Arroio dos Ratos	Bloq. na BR-290/Jornada Nac. de Luta	18/4/2005		Contra impunidade/ Reforma Agrária	MST
Bagé	Protesto/ Plano Safra 2005	12/7/2005	50	Crédito/ Renegociação de dívidas	STR
Barracão	Interdição do Canteiro de Obras/Hid. de São Bernardo	26/1/2005	100	Cesta básica/ Indenização/ Contra barragens	MAB
Canoas	Protesto diante do Sup. Zaffari/Bourbon/Montepio Seguros	23/6/2005	300	Assentamento de famílias	MST
Coqueiros do Sul	Protesto pela Desapropriação da Faz. Guerra/Coqueiros	3/2/2005	400	Desapropriação	MST
Cruzeiro do Sul	Romaria da Terra	8/2/2005	20000	Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Eldorado do Sul	Ato em Apoio aos Acampados na Faz. Cabanha Dragão	25/7/2005	200	Desapropriação	MST
Eldorado do Sul	Ocup. da Prefeitura/Ass. Monte Belo	5/12/2005	100	Infra-estrutura/ Questões trabalhistas	MTD
Encruzilhada do Sul	Protesto diante da Central Elétrica de Encruzilhada	12/12/2005	200	Infra-estrutura	MPA
Erechim	Bloq. na RS-135/Reserva Indígena de Ventarra Alta	20/6/2005	50	Direitos humanos	Índios
Esteio	Ocup. da Distribuidora Standard Logística/BR-116	26/10/2005	1053	Preços	Via Campesina
Esteio	Bloqueio na BR-116/Pelo Preço do Leite	27/10/2005	1000	Preços	Via Campesina
Faxinalzinho	Ocup. da Escola Munic. Castelo Branco	5/2/2005	50	Demarcação de área indígena	Índios
Girúá	Paralisação do Trânsito no Setor Central	27/9/2005	400	Crédito	Fetag/RS
Hulha Negra	Protesto dos Sem Terrinha	13/10/2005	135	Educação/ Reforma Agrária	MST
Ijuí	Protesto dos Sem Terrinha	13/10/2005	185	Educação/ Reforma Agrária	MST
Ijuí	Protesto de Mulheres Camponesas	12/8/2005	150	Educação/ Saúde/ Direitos humanos	MMC
Lavras do Sul	Ocupação do Banco do Brasil	29/8/2005	25	Crédito	STR
Nonoai	Bloqueio na RS-406	9/12/2005	700	Desapropriação/ Crédito	MAB/ MPA/ MST
Palmares do Sul	Ocup. do Iriga/P. A. na Granja Vargas	25/2/2005	62	Assistência técnica	MST
Palmeira das Missões	Ocupação da Copalma	16/5/2005	400	Outros	MPA/ MST
Palmeira das Missões	Protesto de Camponesas/Dia Intern. da Mulher	8/3/2005	400	Crédito	MMC
Palmeira das Missões	Protesto pela Desapropriação da Faz. de Ari Huning/Copalma	27/9/2005	200	Desapropriação	MPA/ MST
Passo Fundo	Protesto de Mulheres Camponesas	12/8/2005	200	Educação/ Saúde/ Direitos humanos	MMC
Pirralini	Protesto dos Sem Terrinha	13/10/2005	140	Educação/ Reforma Agrária	MST
Porto Alegre	Ocupação do Inkra/Sem Terrinha	13/10/2005	300	Educação/ Reforma Agrária	MST
Porto Alegre	Marcha dos Sem	25/11/2005	5000	Educação/ Saúde/ Reforma Agrária	CUT/ Via Campesina
Porto Alegre	Ato em Apoio à Marcha Nac. pela Ref. Agrária	28/4/2005	500	Reforma Agrária	Via Campesina
Porto Alegre	Ocup. do Pátio da Rec. Federal/Marcha Nac. pela Ref. Agrária	17/5/2005	400	Reforma Agrária	Via Campesina
Porto Alegre	Grito da Terra Brasil	23/6/2005	6000	Crédito/ Questões trabalhistas	Fetag/RS
Porto Alegre	Ocup. da Sede do Ministério do Desenv. Agrário	12/5/2005	80	Crédito	PJR
Porto Alegre	Ocupação do Inkra e do Grac	16/8/2005	400	Desapropriação	MST
Porto Alegre	Ato diante do Trib. Reg. Federal/Jornada Nac. de Luta	18/4/2005	50	Contra impunidade/ Reforma Agrária	MST
Porto Alegre	1ª Marcha Estadual da Juventude Rural	15/7/2005	850	Crédito	STR
Porto Alegre	Protesto contra Lentidão no Processo de Reforma Agrária	16/8/2005	400	Reforma Agrária	MST
Porto Alegre	Protesto contra Milho Transgênico	25/11/2005	300	Contra Transgênicos	Via Campesina
Porto Alegre	Acamp. diante do Grac/Toldo da Serrinha	16/11/2005	40	Reassentamento	SI
Porto Alegre	Ato Ecumênico/Caso Dorothy	15/2/2005		Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CNBB/ Via Campesina
Ronda Alta	Ato em Apoio à Marcha Nac. pela Ref. Agrária	28/4/2005	300	Reforma Agrária	Via Campesina
Ronda Alta	Bloq. na RS-324/Toldo da Serrinha	12/12/2005	80	Reassentamento	SI
Santa Cruz do Sul	Bloq. na BR-471/Acesso à Empresa Souza Cruz	8/3/2005	800	Preços	Via Campesina
Santa Rosa	Protesto de Pequenos Agricultores	4/10/2005	380	Crédito	Fetag/RS
Santana do Livramento	Protesto dos Sem Terrinha	13/10/2005	160	Educação/ Reforma Agrária	MST
Santana do Livramento	Ocup. da Antiga Sede da Inspeção Veterinária	8/4/2005	50	Assistência técnica	MST
São Leopoldo	Protesto dos Sem Terrinha	13/10/2005	200	Educação/ Reforma Agrária	MST
São Luiz Gonzaga	Bloq. na BR-285/Jornada Nac. de Luta	18/4/2005		Contra impunidade/ Reforma Agrária	MST
Sarandi	Protesto dos Sem Terrinha	13/10/2005	180	Educação/ Reforma Agrária	MST
Teutônia	Protesto pelo Preço do Leite	14/9/2005	500	Preços	Fetag/RS

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Três Cachoeiras	Protesto de Camponesas/Dia Internac. da Mulher	8/3/2005	350	Crédito	MMC
Tuparendi	Protesto/Plano Safra 2005	19/7/2005	900	Crédito/ Renegociação de dívidas	STR
Tuparendi	Protesto de Pequenos Agricultores	3/10/2005	2500	Crédito	Fetag/RS
Vacaria	Bloq. na BR-116/Us. Hid. de Barra Grande	27/1/2005	300	Contra Desmatamento/ Contra barragens	MAB
Vale do Sol	Bloq. na RS-287/Jornada Nac. de Luta	18/4/2005	100	Contra impunidade/ Reforma Agrária	MST
Subtotal:		53	47620		
Rondônia					
Alto Alegre do Parecis	Protesto contra Despejo Judicial/Faz. Morimoto	18/3/2005	900	Assentamento de famílias	MST
Ariquemes	Ocupação do Incra	27/9/2005	250	Cumprimento de acordos/ Renegociação de dívidas/ Reforma Agrária	MST
Candeias do Jamari	Interdição/Us. Hidrelétrica de Samuel	15/3/2005	620	Cumprimento de acordos/ Indenização	MAB
Itapuã do Oeste	Ocup. da Prefeitura/Agric. da Margem Direita do Rio Jamari	13/6/2005	800	Infra-estrutura	STR
Jaru	Protesto contra a Prisão de Wenderson Francisco dos Santos	21/9/2005	80	Contra a injustiça e a violência	LCPR
Jaru	Bloq. na BR-364/Produtores de Leite	14/7/2005	2500	Preços	Fetagro
Ji-Paraná	Manifesto diante do INSS e do Fórum	18/5/2005	1200	Questões trabalhistas	MPA
Ji-Paraná	Ocupação do Incra	27/9/2005	250	Cumprimento de acordos/ Renegociação de dívidas/ Reforma Agrária	MST
Nova Mamoré	Bloq. na BR-425/Linha Ribeirão	23/11/2005	150	Assentamento de famílias	SI
Pimenta Bueno	Ocupação do Incra	27/9/2005	250	Cumprimento de acordos/ Renegociação de dívidas/ Reforma Agrária	MST
Porto Velho	Protesto no Incra	15/2/2005	600	Regularização fundiária/ Infra-estrutura/ Educação/ Saúde/ Reforma Agrária	Fetagro
Porto Velho	Ato diante do Trevo do Roque/Jornada Camponesa do MCC	11/5/2005	300	Cumprimento de acordos/ Cesta básica/ Assentamento de famílias	MCC
Porto Velho	Ocupação do Incra	27/9/2005	200	Cumprimento de acordos/ Renegociação de dívidas/ Reforma Agrária	MST
Porto Velho	Bloqueio na BR-364	11/12/2005	250	Regularização fundiária/ Educação/ Saúde	SI
Presidente Médici	Bloqueio na Entrada do Laticínio Flor de Rondônia	11/7/2005	250	Preços	STR
Subtotal:		15	8600		
Roraima					
Boa Vista	Acamp. diante da Funasa/Yanomani	15/9/2005	100	Saúde	Índios
Boa Vista	Ocupação da Funasa/Yanomani	28/11/2005	100	Saúde	Índios
Boa Vista	Marcha do P.A. Nova Amazônia	2/7/2005	110	Infra-estrutura	CAR/ CPT
Boa Vista	Bloqueio da BR-174/Assent. Nova Amazônia	3/7/2005	70	Crédito/ Contra a injustiça e a violência	CAR/ CPT
Boa Vista	Ocupação do Incra e Acamp. no Pátio Incra/Nova Amazônia	4/7/2005	300	Infra-estrutura	CAR/ CPT
Boa Vista	Negociação com Ouvidor Agrário Nacional	12/7/2005	250	Crédito/ Infra-estrutura	CAR/ CPT
Boa Vista	Ocupação do Incra	2/6/2005	100	Crédito/ Infra-estrutura	CAR
Caracarái	Acampamento diante do Incra	4/7/2005	150	Regularização fundiária/ Infra-estrutura	SS
Subtotal:		8	1180		
Santa Catarina					
Abelardo Luz	Ato pela Dmarcação da Aldeia Toldo Embu	1/2/2005	200	Demarcação de área indígena	Cimi/ Índios
Abelardo Luz	Bloqueio de Estradas/Toldo Embu	9/11/2005	50	Demarcação de área indígena	Índios
Águas de Chapecó	Acampamento no Canteiro de Obras/UH Foz do Chapecó	23/5/2005	30	Reassentamento/ Indenização	MAB
Águas de Chapecó	Ato contra a Usina Foz do Chapecó	23/5/2005	300	Reassentamento/ Indenização	MAB

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Caçador	19ª Romaria da Terra e da Água	11/9/2005	6000	Incentivos à pequena produção	Cepagri/ CPT
Campos Novos	Bloqueio da BR-470/UH de Campos Novos	18/1/2005	500	Cumprimento de acordos/ Cesta básica/ Indenização	MAB/ Via Campesina
Campos Novos	Bloqueio da BR-470/UH de Campos Novos	26/1/2005	250	Cumprimento de acordos/ Cesta básica/ Indenização	MAB/ Via Campesina
Campos Novos	Bloqueio da BR-470/UH de Campos Novos	8/3/2005	250	Cumprimento de acordos/ Cesta básica/ Indenização	MAB/ Via Campesina
Campos Novos	Ato pela Libertação das Lideranças/UH de Campos Novos	22/3/2005	1000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT/ MAB/ MPA/ MST/ Via Campesina
Campos Novos	Ato pela Liberação de Recursos/UH de Campos Novos	18/5/2005	700	Cumprimento de acordos/ Indenização	MAB/ Via Campesina
Campos Novos	Ocupação do canteiro de Obras da UH de Campos Novos	27/9/2005	350	Reassentamento/ Indenização	MAB
Campos Novos	Ocupação da Subestação da UH de Campos Novos	28/9/2005	320	Incentivos à pequena produção/ Reassentamento	MAB/ MST
Campos Novos	Ocupação da UH de Campos Novos	1/11/2005	300	Incentivos à pequena produção/ Reassentamento	MAB
Caxambu do Sul	Acampamento de Protesto/UH Foz do Chapecó	22/11/2005	800	Crédito/ Reassentamento	MAB/ MPA
Celso Ramos	Acampamento de Atingidos pela UH de Campos Novos	9/8/2005	1250	Reassentamento/ Indenização	MAB
Chapecó	Bloqueio de Estradas na Linha Sede Trentin/Toldo Chimbanguê	19/12/2005	200	Demarcação de área indígena	Índios
Chapecó	Protesto contra o Governo Estadual/Toldo Pinhal	26/9/2005	200	Demarcação de área indígena	Índios
Chapecó	Protesto por Indenizações/Toldo Pinhal	22/11/2005	60	Reassentamento/ Indenização	SS
Chapecó	Bloqueio da Ponte de Goio-Em/UH de Campos Novos	26/1/2005	600	Cumprimento de acordos/ Cesta básica/ Indenização	MAB/ Via Campesina
Chapecó	Marcha pelas Águas e pela Vida/UH de Campos Novos	16/5/2005	400	Cumprimento de acordos/ Contra barragens	MAB/ MPA/ Via Campesina
Chapecó	Bloqueio do Acesso Plínio Arlindo de Nez/Dia da Mulher	7/3/2005	200	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	MMCQ
Chapecó	Ocupação do Incra	26/9/2005	200	Desapropriação/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Concórdia	Marcha pela Soberania do Povo Brasileiro	17/5/2005	400	Renegociação de dívidas/ Incentivos à pequena produção/ Reforma Agrária	MAB/ MPA/ Via Campesina
Correia Pinto	Marcha pela Reforma Agrária/Faz. São Roque	9/11/2005	600	Cumprimento de acordos/ Assentamento de famílias	MST
Florianópolis	Grito da Terra/1ª Jornada Nacional da Agricultura Familiar e R.A.	24/5/2005	500	Crédito/ Infra-estrutura/ Assistência técnica/ Renegociação de dívidas	Fetaesc/ Fetrafsul
Joaçaba	Marcha pela Soberania do Povo Brasileiro	18/5/2005	400	Renegociação de dívidas/ Incentivos à pequena produção/ Reforma Agrária	MAB/ MPA/ Via Campesina
José Boiteux	Ocupação da Barragem Norte/Xokleng	28/2/2005	300	Infra-estrutura/ Indenização	Índios
Paial	Bloqueio do Acesso de Paial a Arvoredo/Toldo Pinhal	12/9/2005	200	Demarcação de área indígena	Índios
Paial	Bloqueio do Acesso de Paial a Chapecó/Toldo Pinhal	14/9/2005	150	Demarcação de área indígena	Índios
São Joaquim	Dia Internacional da Mulher	8/3/2005	250	Cumprimento de acordos/ Incentivos à pequena produção	MMC
São Miguel do Oeste	Marcha das Mulheres	8/3/2005	200	Cumprimento de acordos/ Incentivos à pequena produção	MMC/ MST
Seara	Bloqueio do Acesso a Seara/Toldo Pinhal	13/9/2005	100	Demarcação de área indígena	Índios
Seara	Ato pela Demarcação de Reserva/Toldo Pinhal	9/11/2005	40	Demarcação de área indígena	Índios
Subtotal:		33	17300		
São Paulo	Acamp. da Solidariedade/Aterro Montalvani	26/5/2005	50	Cumprimento de acordos/ Questões ambientais	SS

Municípios	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Tipo de Reivindicação	Organização
Andradina	Ocupação da Prefeitura/Faz. Timboré	26/9/2005	50	Infra-estrutura/ Cumprimento de acordos	MST
Aparecida	Celebração em Memória da Ir. Dorothy	18/2/2005		Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CNBB
Araçatuba	Bloqueio da Av. Joaquim Pompeu de Toledo/Faz. Sta. Cristina	9/11/2005	200	Desapropriação/ Cumprimento de acordos	MTR/ SER/ Sintraf
Araçatuba	Bloqueio da Rodovia Marechal Rondon	20/9/2005	300	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MTR
Araçatuba	Acampamento diante do Fórum da Justiça Federal	12/12/2005	400	Desapropriação/ Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Euclides da Cunha	Romaria da Terra e das Águas	24/7/2005	1200	Contra privatização da água/ Reforma Agrária	CPT/ MST
Limeira	Ato pela Reforma Agrária	20/11/2005	500	Infra-estrutura/ Reforma Agrária	MST
Presidente Prudente	Marcha pela Reforma Agrária, Políticas Públicas, Vida e contra a Violência	7/3/2005	200	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos/ Reforma Agrária	MST
Presidente Venceslau	Bloqueio da Rodovia Raposo Tavares	24/2/2005	120	Reforma Agrária	ABU
Rancharia	Bloqueio da SP-284/Faz. Santana da Alcídia	3/11/2005	150	Contra a injustiça e a violência	MST
Registro	Caminhada contra a Barragem de Tijuco Alto	19/11/2005	1500	Contra barragens	MAB/ SS
Ribeira	Ato contra a Barragem de Tijuco Alto	18/4/2005	200	Contra barragens	MAB/ SS
Sandovalina	Protesto contra o Preço do Leite/Assent. Bom Pastor	9/8/2005	2500	Preços	SS
São José dos Campos	Bloqueio da Via Dutra	10/1/2005	200	Desapropriação	MST
São José dos Campos	Ato Público contra Impunidade/Caso Dorothy	18/2/2005	100	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	MST
São Paulo	Ato contra a Barragem do Tijuco Alto	18/4/2005	200	Contra barragens	MAB/ SS
São Paulo	Marcha pelo Dia Internacional da Mulher	8/3/2005	30000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos/ Reforma Agrária	Contag/ CUT/ MMC/ MST/ OAB/ UNE
São Paulo	Ocupação do Incra	26/9/2005	500	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
São Paulo	Caminhada pela Reforma Agrária	29/9/2005	500	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
São Paulo	Protesto em Repúdio ao Assassinato da Ir. Dorothy	13/2/2005	400	Contra a injustiça e a violência	MST
São Paulo	Celebração em Memória da Ir. Dorothy	19/2/2005	1000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CNBB
Subtotal:		22	40270		
Sergipe					
Aracaju	Protesto/Dia do Trabalhador Rural	25/7/2005	4000	Reforma Agrária	MST
Aracaju	Ato diante da Esc.Técnica Federal/Contra Transpos. do Rio S. Francisco	1/2/2005	5000	Contra transp. do Rio São Francisco	SI
Aracaju	Ocup. do Incra/Jornada Nacional de Lutas	26/9/2005	400	Crédito/ Cumprimento de acordos/ Cesta básica/ Reforma Agrária	MST
Subtotal:		3	9400		
Tocantins					
Babaçulândia	Bloqueio da TO-222	9/1/2005	300	Regularização fundiária/ Contra a injustiça e a violência	SS
Buriti	19ª Romaria da Terra Pe. Josimo	10/5/2005	1000	Contra a injustiça e a violência/ Direitos humanos	CPT/ CSBP
Palmas	Acampamento diante do Incra	30/3/2005	200	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária	MST
Subtotal:		3	1500		
Total:		688	427559		



Foto: João Ripper

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

II Congresso Nacional da CPT - Carta de Vila Boa de Goiás

“Os pobres herdarão a terra e se deleitarão na abundância da paz” (Sl 37,11)

Documento final do II Congresso Nacional da CPT, realizado na Cidade de Goiás, GO, de 14 a 18 de junho de 2005

A festa

Vindos de todos os cantos do Brasil, na Vila Boa de Goiás, cerca de 1000 companheiros e companheiras, representantes de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de posseiros, de assalariados rurais, de quilombolas, de lideranças indígenas, de ribeirinhos, de agentes de pastoral, de bispos, padres, pastores, pastoras, religiosos e religiosas, o Pastor e membros da Igreja de Goiás, nos congregamos para celebrar o 2º Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra no seu 30º aniversário.

Nos reunimos proclamando a fidelidade ao Deus dos Pobres que se revelou a Moisés, a fidelidade aos pobres de Deus que nossos fundadores prometeram 30 anos atrás, a fidelidade ao serviço aos povos da terra que hoje, nos provoca e convida a escutar.

Abrimos nossos ouvidos e nosso coração se alegrou quando nos contaram das maravilhas que acontecem no meio de nós: a luta teimosa contra o latifúndio, que conquistou a terra para muitas famílias e que alimenta a resistência indomável dos que continuam acampados.

A valorização dos nossos conhecimentos na produção limpa e saudável de alimentos, frutos de nossas sementes e do nosso amor e cuidado com a terra, que não queremos envenenada por agrotóxicos.

O fortalecimento da dignidade e dos direitos culturais das comunidades quilombolas e indígenas; as iniciativas de ribeirinhos e pescadores na defesa e no uso sustentável dos nossos

rios e lagos; a convivência harmoniosa dos extrativistas com a floresta e dos sertanejos com o semi-árido.

Festejamos a presença militante e indômita dos movimentos populares que reúnem, articulam e fortalecem a luta de sem-terra, atingidos por barragens, pequenos agricultores na conquista dos direitos, na defesa do ambiente, na construção popular de um novo projeto para o Brasil e para a América Latina que seja realmente alternativo, solidário e sustentável.

Nos alegramos, também, com o indiscutível protagonismo de mulheres e jovens que contribuem de maneira criativa e generosa com a luta camponesa.

O clamor

Nossos ouvidos, porém, tiveram que escutar também, o clamor que vem do povo oprimido e nosso coração encheu-se de tristeza, indignação e vontade de lutar contra a grilagem das terras devolutas e públicas, a devastação ambiental, o trabalho escravo, o desemprego e o subemprego crescentes.

Nos indignamos por causa das milhares de famílias camponesas expulsas da terra com a conivência do Estado e, sobretudo, do legalismo cego de muitos juízes.

O agronegócio da madeira, dos grãos, do eucalipto, da cana, divulgado como sinal maior do desenvolvimento do Brasil, foi desmascarado neste congresso, por não ter nenhuma utilidade para os brasileiros, não gerar emprego, não

distribuir renda, produzir pouquíssimos alimentos para nossas mesas e, de tabela, devastar as florestas, envenenar as águas, grilar nossas terras, explorar e assassinar trabalhadores e trabalhadoras.

Podemos afirmar, com todas as letras, que, em muitos casos, as terras do agronegócio intensivo e extensivo, não cumprem a necessária e obrigatória função social, exigida pelo art. 186 da Constituição Federal.

O grito do povo ficou ainda mais dramático quando denunciou que a esperança de mudança que a vitória de Lula tinha alimentado, não está se realizando. O desencanto, porém, não significa desânimo. Nossa luta vai continuar, pois acreditamos que é possível e necessário vencer os projetos faraônicos, a exemplo da transposição do São Francisco, superar a lógica de uma política financeira que faz com que o dinheiro do nosso país seja destinado prioritariamente ao pagamento dos juros de uma dívida externa e interna ilegítima e imoral, já paga financeiramente. Dinheiro usado na perversa dinâmica da corrupção e da cooptação que penetram em todas as camadas do poder e, às vezes, também, nas organizações do povo.

A esperança

Os gritos de esperança misturados de angústia foram a tônica destes dias de fraterna convivência, estando nós acampados austera e alegremente, saboreando os produtos trazidos com fartura de todas as nossas regiões e vindos também da generosidade do povo das comunidades e dos 21 assentamentos de Reforma Agrária do município de Vila Boa de Goiás, que aqui nos cabe agradecer.

Momentos inesquecíveis foram todas as celebrações, com destaque para a noite das “testemunhas fiéis” tendo à frente a figura de Dorothy Stang, Irmã da CPT e dos pobres da Amazônia. Nas praças e ruas de Goiás, a multi-

dão dos Congressistas, acompanhados pela população da cidade, tornou-se uma só alma e um só coração na memória, no testemunho e no compromisso, em companhia de todos os nossos mártires.

Nossos compromissos

Foi nesta moldura de fé e de luta, que o Congresso, renovou apelos e compromissos para nós, nossas organizações populares e nossas igrejas:

- arrancar as mordanças de nossas bocas e de nossos corações para não nos envergonharmos de um sonho e de uma utopia que o sistema capitalista e imperialista dominante quer destruir dentro de nós e que as gerações futuras têm direito de receber, já iniciado por nós;
- empenharmo-nos, no trabalho maciço de base, marca registrada da CPT e, ao mesmo tempo, sempre cuidar do projeto maior que, a partir dos valores do campesinato, queremos construir e oferecer ao nosso país e ao nosso mundo globalizado;
- assumir decididamente o apoio à luta, ao protagonismo e à organização dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados, peões, diaristas, bóias-frias vítimas de superexploração, aliciamento e trabalho escravo;
- apoiar as comunidades e os movimentos populares em suas lutas contra a concentração fundiária, contra a devastação ambiental, especialmente contra a privatização, mercantilização e poluição da água, direito humano e patrimônio da humanidade;
- acreditar que o ecumenismo da vida e da dignidade das pessoas e do ambiente deve nos fazer cada vez mais conscientes e corajosos, como os mártires que cultuamos, e que o Evangelho passa necessariamente pelas grandes causas que a realidade mostra para a CPT assumir e implementar.

“Os novos céus”

Na grande plenária, guardaremos as palavras de seu Sebastião, um companheiro, camponês do Ceará que, com seus 67 anos, nos gritou com entusiasmo: “Novos céus e nova terra, a gente é quem faz, com a nossa prática!”

Como CPT queremos dar o que pudermos de nossas vidas à construção destes “novos céus e nova terra” e o mesmo desejamos a vocês, amigos e amigas, que nos acompanharam na leitura desta carta, em fidelidade ao Deus dos Pobres e a serviço aos povos da terra.

Os participantes e as participantes do II Congresso Nacional da CPT

Mataram Irmã Dorothy

Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT ao saber do assassinato de Irmã Dorothy Stang

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, reunida em Goiânia, recebeu com dor e indignação a notícia do assassinato de Irmã Dorothy Stang, de 73 anos, ocorrido hoje (12/02), às 9 horas, em uma emboscada, no município de Anapu, PA, com três tiros.

Irmã Dorothy, de nacionalidade norte-americana, naturalizada brasileira, da Congregação das religiosas de Notre Dame, participa da CPT desde a época da sua fundação e tem acompanhado, com firmeza e paixão, a vida e a luta dos trabalhadores do campo, sobretudo na região da Transamazônica, no Pará.

Por causa de sua atuação, e pela denúncia da ação predatória de fazendeiros e grileiros, Irmã Dorothy, desde 1999, vinha recebendo ameaças de morte. Na quarta-feira da semana passada (09/02), durante Audiência Pública, em Belém, apresentou ao ministro, Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ao ouvidor Agrário Geral, Gercino Filho, e a autoridades do governo do Estado do Pará, as denúncias de ameaça de morte que estava sofrendo.

No ano passado, ela recebeu da Assembléia Legislativa do Pará o título de Cidadã do Pará,

ocasião em que ressaltou que este título representava o reconhecimento que o poder legislativo dava à luta do povo pelos seus direitos.

O inqualificável assassinato de Ir. Dorothy Stang traz para nós a memória de um passado que julgávamos encerrado. É a primeira morte de um agente da Comissão Pastoral da Terra, neste governo do presidente Lula. A sanha de fazendeiros e madeireiros da região não respeita nada, e até a ação de uma religiosa idosa se torna para eles um obstáculo para a consecução dos seus objetivos. Se a vida de uma religiosa indefesa é tirada desta forma, como não são tratados os trabalhadores e trabalhadoras do campo?

Surpresos, chocados e impotentes diante de tanta brutalidade, a CPT continua firme em seu serviço aos povos da terra e das águas. Preferíamos que não fosse assim. Mas infelizmente Ir. Dorothy é mais uma mártir da Pastoral da Terra.

Neste início da Campanha da Fraternidade, em que as igrejas convocam o povo brasileiro para a superação de toda violência e injustiça, pedimos a Deus que a morte de Ir. Dorothy nos ajude a construir a sonhada paz na terra.

A Coordenação Nacional

Goiânia, 12 de fevereiro de 2005

Martírio da Irmã Dorothy denuncia a iniquidade do agronegócio

Nota emitida em conjunto pela Prelazia do Xingu e CPT Nacional

Irmã Dorothy, brutalmente assassinada no sábado, 12 de fevereiro, chocou e encheu de indignação a todos. Sua morte denuncia, diante do Brasil e do mundo, a absurda estrutura rural de concentração da terra em grandes propriedades, ao lado de milhões de famílias que, teimosamente, buscam, sem consegui-lo, um pequeno pedaço de chão que lhes sirva de abrigo e que providencie seu sustento.

O latifúndio, mascarado de agronegócio e modernidade, quer manter esta estrutura fundiária intocada, porque isto lhe garante a manutenção do seu poder hegemônico e seus privilégios sobre todas as instâncias do Estado brasileiro. Fazendeiros, madeireiros, plantadores da soja, acobertados pelo discurso da produtividade, avançam sobre as terras públicas, sobre territórios ocupados pelas populações tradicionais - indígenas, ribeirinhos, posseiros e muitos outros. Promovem a grilagem de terras, a devastação das florestas e do cerrado, a poluição das águas, usando para isso, até com apoio político e policial do governo estadual, muitas formas de violência, que vão desde a intimidação, passando pelo trabalho escravo e chegando ao assassinato.

Do seu lado, a atuação que a Irmã Dorothy vinha desenvolvendo junto às comunidades de Anapu era o anúncio de um novo tipo de sociedade agrária, buscando a terra como lugar de vida e convivência, na preservação dos valores da solidariedade, respeitando e cuidando do meio-ambiente e produzindo o alimento com sustentabilidade. Mas esta forma de vivência afronta o modelo econômico atualmente adotado pelo Brasil e se torna um estorvo para os que buscam, acima de tudo, o lucro imediato.

Em Anapu, com mais de 90% de suas terras consideradas devolutas, os movimentos sociais conseguiram a criação de alguns Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS, onde estavam sendo assentadas 600 famílias. Nestas áreas, onde as comunidades harmonizavam a produção familiar, a coleta florestal e o respeito ao meio ambiente, é que fazendeiros têm usado de todas as formas de terror e violência para expulsá-las, culminando com prisões de lavradores e agora com a morte da Irmã.

Visto que este vil assassinato teve uma inusitada repercussão internacional, será elucidado rapidamente e seus responsáveis julgados e punidos. O governo já está enviando para lá 2.000 soldados do Exército. Mas a profecia da Irmã Dorothy continua apelando, como ela apelou sem ser ouvida, pela atenção do Governo, para o crime organizado na região, com o envolvimento de autoridades e da polícia do governo estadual, na corrida e na disputa pelo domínio, a qualquer preço, daquela área de total desordem fundiária, com claro desafio e enfrentamento da autoridade constituída.

Além disso, do lado do Estado temos um Judiciário cuja praxe na questão da terra tem sido lamentável. Os juízes, na sua maioria, não assimilaram ainda o avanço constitucional da função social da propriedade da terra. Este Poder tem se mostrado extremamente parcial ao expedir liminares de reintegração de posse contra lavradores, sobre áreas com titularidade muitas vezes duvidosa, inclusive contra comunidades tradicionais, que ocupam as terras há dezenas de anos. Em 2003, 35.292 famílias foram despejadas da terra. E dados parciais de 2004 indicam o despejo de outras 34.850 famílias camponesas.

O mesmo Poder é extremamente lento para julgar crimes cometidos contra os lavradores. Das 1.379 mortes no campo, registradas pela CPT, de 1985 a 2004, somente 75 casos foram julgados, tendo sido condenados apenas 15 mandantes e 64 executores. Destes, 523 assassinatos aconteceram no Pará e só foram a julgamento 10 casos, com a condenação de cinco mandantes e oito executores. O massacre de Eldorado de Carajás tem sido paradigmático da forma como são tratados os crimes contra os trabalhadores e de como a Justiça tem agido. Dos 154 levados ao banco dos réus, apenas dois comandantes da tropa foram condenados.

O testemunho de Irmã Dorothy exige que a Reforma Agrária se torne, efetivamente, uma ação prioritária do governo federal, sem medo de desapropriar o latifúndio e com peso financeiro não inferior ao que é prodigamente dado ao agronegócio. Que se retomem as terras públicas invadidas por grileiros e sejam destinadas para projetos de assentamento. Que se ampliem os recursos para o combate ao trabalho escravo; que se rompa o acordo efetuado com os madeireiros, suspendendo todos os planos irregulares de manejo florestal. Também é

indispensável que o Congresso cumpra o artigo 51 das Disposições Constitucionais Transitórias que determina a revisão das doações, vendas e concessões de terras públicas no País e que coloque em pauta para aprovação imediata a proposta de Emenda Constitucional que confisca as terras onde se explora o trabalho escravo.

As Igrejas se lançaram, com feliz inspiração ecumênica, na Campanha da Fraternidade 2005 pela Paz, fundada na Justiça. E a CPT comemora, também neste ano, seu jubileu de trigésimo aniversário e vai celebrá-lo no seu 2º Congresso nacional com o lema: “Fidelidade ao Deus dos pobres, a serviço dos povos da terra”. Nossa Irmã foi assassinada por causa de sua fidelidade a este Deus que tomou o partido dos pobres. Foi por Ele que ela se colocou radicalmente a serviço dos pobres de Anapu.

Que o martírio de Irmã Dorothy, hoje associada a Dema, Brasília, Adelaide, Josimo, Margarida, Gringo e tantos outros, nos faça realmente fiéis ao Espírito de Deus, que agora soprou fortemente este vento da Justiça e da Paz, vento que inflamou a chama da pequena vela de Anapu no coração dos povos da terra e das águas e no coração do povo brasileiro.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005

Dom Erwin Kräutler
Bispo Prelado do Xingu, PA

Dom Tomás Balduino
Presidente da Comissão Pastoral da Terra

CPT, CNBB e entidades denunciam acordo político entre governo federal e o Estado do Pará e apóiam pedido da Procuradoria Geral da República de Federalização do crime contra Irmã Dorothy

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - Regional Norte II - e as entidades abaixo mencionadas apóiam o pedido da Procuradoria Geral da República para que “seja o incidente conhecido e deferido para que a investigação, o processamento, e o julgamento dos mandantes, intermediários e executores do assassinato da irmã Dorothy Stang aconteça na Justiça Federal, no Estado do Pará”. Ao mesmo tempo, denunciam a articulação política, envolvendo o governo federal e o governo do Estado, para manter o processo que apura o assassinato de Dorothy na justiça paraense.

A luta pela federalização dos crimes contra os direitos humanos no Pará não é recente. Essa discussão faz parte da pauta dos trabalhadores rurais, principais vítimas da violência no campo paraense, e é ensejo das entidades de defesa dos direitos humanos.

A pergunta óbvia que se faz quando se discute essa temática é: quais as razões que justificam a federalização no Pará? Em primeiro lugar, pode-se dizer que o índice de violência é tão alarmante, quanto os números da impunidade. Centenas de trabalhadores rurais foram vítimas da problemática agrária e mais de 90% dos casos nem chegaram a julgamento. Em apenas 5 municípios do Estado, a impunidade em relação aos crimes no campo não atinge 100%. A responsabilidade pela impunidade reinante é do Poder Judiciário paraense.

Nos últimos 33 anos foram 772 assassinatos, com a realização de apenas três julgamentos

de mandantes dos crimes. O caso exemplar de Expedito Ribeiro, que o condenado, Jerônimo Alves de Amorim, cumpre, lamentavelmente, a sentença em prisão domiciliar, em sua luxuosa residência em Goiânia. O caso do julgamento dos mandantes do assassinato de João Canuto, que apesar de condenados, há dois anos respondem os recursos em liberdade e o processo ainda continua na presidência do Tribunal. E o caso de Eldorado dos Carajás onde apenas os dois comandantes da operação foram condenados, Coronel Pantoja e o Major Oliveira, e presos no quartel da Polícia Militar de Belém.

Outro dado alarmante é o fato de que mesmo nesses crimes onde ocorrem julgamentos, tais fatos só foram possíveis depois de longos anos de luta, pressão e denúncias das entidades de direitos humanos nacionais e internacionais. Isso mostra, claramente, a morosidade da justiça paraense, calcada em empecilhos nas comarcas do interior e da capital, onde a pressão do poder político e econômico, acaba influenciando no andamento dos processos e dos julgamentos.

Outros processos exemplares que apuram assassinato de lideranças e chacinas de trabalhadores rurais continuam parados nas comarcas do interior, sem qualquer previsão dos acusados irem a júri. Exemplo: assassinato do advogado Gabriel Pimenta em Marabá - 24 anos; chacina de 8 trabalhadores na Fazenda Ubá, em São João do Araguaia - 20 anos; chaci-

na de 5 trabalhadores na Fazenda Princesa, em Marabá - 19 anos; assassinato do sindicalista Braz em Rio Maria - 15 anos; assassinato do sindicalista Arnaldo Delcídio em Eldorado - 12 anos; assassinato de Onalício Barros e Valentim Serra em Parauapebas - sete anos. Se o Tribunal de Justiça do Pará promete levar o caso Dorothy a júri em seis meses, como explica o total abandono desses outros casos exemplares? Acrescente-se ainda que no processo de Expedito Ribeiro, três juízes abandonaram o caso e se negaram a presidir o júri. E, no caso Eldorado dos Carajás, todos os juízes da Capital também se negaram a presidir o julgamento, alegando "razão de foro íntimo".

É preciso também considerar que, caso o processo fique sob a responsabilidade da justiça paraense, irá tramitar na comarca de Pacajá, um pequeno município de difícil acesso, localizado à margem da Transamazônica, que sofre forte influência de madeireiros e latifundiários.

Apesar de o governo federal, através dos ministros Nilmário Miranda e Miguel Rosseto, ter se comprometido com os movimentos sociais e as entidades de direitos humanos em defender a federalização do crime que ceifou a vida da missionária e agente da CPT, Dorothy Stang, lamentavelmente, voltou atrás e se aliou ao governo do Estado, em função de acordos de interesses políticos, para que o processo fique com a justiça paraense. Novamente o governo federal se coloca contra os interesses dos trabalhadores, das entidades de direitos humanos e, também, contraria a vontade primeira dos familiares de Dorothy Stang, manifestada pelo irmão, David Stang, em sua passagem pelo Brasil e da Congregação religiosa a que pertencia Dorothy.

A condução dos inquéritos policiais que investigam crimes no campo no Pará também deixa latente a necessidade de federalização dos crimes ligados à posse da terra. Na maioria dos casos, os inquéritos feitos pela Polícia Civil são tão falhos que prejudicam os rumos do proces-

so na Justiça. No caso do assassinato de Dorothy, ocorreram alguns fatos suspeitos, que evidenciaram tal preocupação. Um deles foi a divulgação, pela Polícia Civil, a partir do depoimento do pistoleiro Rayfran das Neves, de que Francisco de Assis, o Chiquinho do PT, era acusado de ser mandante do crime. Uma tentativa clara de tumultuar as investigações. Outro fato foi a conclusão do inquérito sem que a investigação sobre uma possível cadeia de mandantes do crime, tivesse sido concluída.

O descaso do governo paraense com a segurança pública também deixa evidente a necessidade da federalização. Irmã Dorothy Stang por várias vezes solicitou segurança para os trabalhadores e lideranças que atuavam na luta pelos PDSs e que, seguidamente, eram ameaçados de morte por pistoleiros e grileiros, e a Secretaria de Segurança do Estado não tomou nenhuma iniciativa no sentido de evitar a violência e as mortes. Se o governo não tem interesse em prevenir e coibir a violência, qual o seu interesse em julgar seriamente os casos de mortes resultantes dessas ameaças?

Belém, 03 de março de 2005.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB Regional Norte II.

Comissão Pastoral da Terra - CPT Regional Pará.

Comissão Pastoral da Terra - Secretaria Nacional

Movimento Sem Terra - MST.

FASE Pará.

Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA.

Fórum da Amazônia Oriental - FAOR.

Cáritas Norte II.

Pastoral da Juventude.

Os agricultores esperam por soluções

Nota da Coordenação Nacional em apoio aos agricultores do Sul do País, atingidos pela seca.

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, ao mesmo tempo em que se solidariza com os camponeses e camponesas que neste ano enfrentam a pior seca dos últimos anos, no Sul do país, denuncia o pouco empenho das autoridades públicas, tanto federais quanto estaduais, na busca de soluções para enfrentar este problema.

O sofrimento de milhares de famílias diante da falta de água e da perda de grande parte da safra mostram um quadro triste e desolador. No Rio Grande do Sul, por exemplo, 408 dos 496 municípios do Estado decretaram estado de emergência. Morte de animais e de plantas das matas nativas, rios secos e terra rachada são cenários com que os agricultores gaúchos estão se deparando nas últimas semanas.

Esta não é uma seca como as demais e por isso merece atenção especial. O quadro que se desenha é muito mais grave do que a queda dos preços internacionais da soja. Para atender os produtores de soja, o Governo Federal já acenou

com apoios e com a liberação de recursos. Para enfrentar a crise provocada pela estiagem que corrói toda a base de sustentação e sobrevivência das famílias dos pequenos agricultores, as soluções, além de demoradas, são paliativas. Se ações concretas não forem tomadas imediatamente pelos governos estaduais e federal, veremos um êxodo rural em massa e um duro golpe na agricultura camponesa, responsável por grande parte do alimento que chega à mesa do povo.

Por fim, a sociedade brasileira precisa se dar conta de que o que está acontecendo no Sul do Brasil não é apenas um fenômeno da natureza. A desordem climática, cuja seca sem precedentes é apenas um dos efeitos, é fruto de um modelo de desenvolvimento rural e industrial, que há décadas agride o meio-ambiente e agora chega ao seu limite.

Os agricultores e agricultoras esperam por medidas efetivas e eficazes que os ajudem a revitalizar sua produção e permanecer no campo. É isso que todos nós também esperamos.

A Coordenação Nacional

Goiânia, 08 de março de 2005

Violência contra os atingidos por barragens

Documento assinado pelo Presidente e Vice-Presidente da CPT e pelos bispos acompanhantes da CPT em apoio às ações do MAB e contra a violência sofrida pelos trabalhadores.

À sociedade brasileira

Nós, bispos acompanhantes da Comissão Pastoral da Terra, em diversos estados do Brasil, junto com outros bispos solidários com a causa dos atingidos pelas barragens, queremos nos dirigir à Sociedade brasileira, para denunciarmos a violência com que são tratadas as famílias, vítimas da implantação de hidrelétricas que buscam defender os direitos espezinhados por aqueles que se arvoram em promotores do progresso.

O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, organizado em quase todo o Brasil, vem realizando manifestações e protestos para chamar a atenção das autoridades e sensibilizar a opinião pública para a dura realidade que enfrenta.

No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, em Rio Casca, MG, uma manifestação que tentava provocar o adiamento de audiência pública sobre a construção de barragem da PCH Jurumirim foi violentamente reprimida pela Polícia Militar, deixando o saldo de 35 pessoas agredidas, inclusive seis mulheres, duas delas grávidas, e seis presos. Um dos presos foi o Pe. Antônio Claret Fernandes, que se solidarizava com os manifestantes e que a ocorrência policial qualificou como liderança.

Em Tucuruí, diante da possibilidade de os atingidos por barragens ocuparem a Usina Hidrelétrica, 200 soldados do Exército Brasileiro foram deslocados para “proteger suas instalações”. Esta usina construída à época da Ditadura Militar, sobre o rio Tocantins, expulsou 32 mil pessoas. Poucas famílias atingidas receberam indenização. E até hoje as famílias que

vivem nas imediações do lago não desfrutam da energia ali gerada.

Em Campos Novos, SC, cinco agricultores atingidos pela barragem Campos Novos S/C foram presos na madrugada do dia 12. Estas lideranças foram retiradas violentamente de suas casas e levadas ao presídio da cidade, deixando as famílias em estado de choque. Os lavradores continuam presos até este momento. Uma prisão preventiva por descumprimento de Interdito Proibitório, uma anomalia jurídica de fazer inveja aos tempos da ditadura.

O que mais nos enche de indignação é que quando se decide pela construção de uma barragem, o governo federal desapropria as áreas a serem alagadas por “Interesse Público” que, porém, são entregues para exploração de empresas privadas, a maioria delas transnacionais. Estas pouco se interessam pelos impactos sociais sobre as populações atingidas. Elas reconhecem o direito de quem tem documentos de propriedade, mas os direitos das famílias de posseiros, meeiros, arrendatários, pequenos comerciantes e artesãos, pescadores e ribeirinhos que sempre viveram na área, simplesmente são esquecidos. O MAB calcula que para cada três famílias que recebem indenização, outras sete acabam simplesmente sem nada.

Para aprovação das obras são usados muitos subterfúgios e burladas normas legais, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Isto aconteceu na construção da Usina de Barra Grande, RS, que não fez constar a existência de uma mata nativa de pinheiros, Araucária

Angustifólia, espécie em extinção, e que é protegida por lei. E a cada dia se tem conhecimento de novas estratégias utilizadas para se burlar a lei.

As barragens alagam não apenas as terras, mas também acabam destruindo e desestruturando comunidades inteiras. O trabalho, a cultura e a vida de muita gente são submersos.

Quando os atingidos pelas barragens se manifestam, eles estão gritando por vida, por respeito aos direitos não só de cada pessoa, de cada família, mas pelos direitos de toda uma comunidade. E suas manifestações são tratadas como caso de polícia.

Como bispos, pastores de nossas Igrejas, preocupados com a situação, denunciamos a violência e as arbitrariedades que se cometem contra as famílias dos atingidos por barragens. Conclamamos a todos e todas em nosso País, que têm compromisso com a causa da justiça, a apoiarem esta luta desigual dos pequenos contra os interesses dos que só vêm em sua frente o lucro a qualquer custo. Apelamos também ao governo federal para que tenha a mesma determinação, expressa na desapropriação das áreas para a construção de barragens, para buscar soluções eficazes para as famílias e as comunidades atingidas e para que busque formas alternativas de geração de energia elétrica, de reconhecida eficácia e não agressivas ao meio ambiente, como o próprio MAB vem propondo com insistência.

Goiânia, 21 de março de 2005

Dom Tomás Balduino

Presidente da CPT

D. Xavier Gilles

Bispo de Viana - MA, Vice presidente da CPT

Dom Luiz Carlos Eccel

Bispo de Caçador - SC

Dom Pedro Casaldáliga

Bispo emérito de São Félix do Araguaia - MT

Dom Antônio Possamai

Bispo de Ji-Paraná - RO

Dom José Maria Libório Camino Saracho

Bispo de Presidente Prudente - SP

Dom Orlando Dotti

Bispo emérito de Vacaria - RS

Dom Ladislau Biernaski

Bispo Auxiliar de Curitiba - PR

Dom Heriberto Hermes

Bispo de Cristalândia - TO

Pe. Edson Damian

Administrador de Roraima - RR

Dom Maurício Grotto de Camargo

Bispo de Assis - SP

Dom Guilherme Werlang

Bispo de Ipameri - GO

Dom José Alberto Moura

Bispo de Uberlândia - MG

Dom Marcelo Pinto Carvalheira

Bispo emérito da Paraíba - PB

Dom André de Witte

Bispo de Ruy Barbosa - BA

Nota da Comissão Pastoral da Terra - CPT sobre a decisão do STJ

Nota da CPT Nacional após o Superior Tribunal de Justiça ter votado contra o pedido de federalização do crime de assassinato de Ir. Dorothy Stang

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), na sessão da 3ª Câmara do dia 8 deste mês de maio, indeferiu, por unanimidade, a solicitação da Procuradoria Geral da República de federalização do processo de julgamento do brutal assassinato da Irmã Dorothy, perpetrado em Anapu, no Estado do Pará, no dia 12 de fevereiro.

A Procuradoria buscava, a partir do caso simbólico da Ir. Dorothy, de repercussão nacional e internacional, a aplicação da emenda constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, que faculta ao procurador geral da República, nas hipóteses de grave violação aos direitos humanos e com a finalidade de assegurar o cumprimento de tratados internacionais ratificados pelo Brasil, requerer ao Superior Tribunal de Justiça o deslocamento da competência do caso para as instâncias federais.

O Dr. Cláudio Fontelles, procurador geral, justificou sua solicitação, através de sólida documentação, inclusive tendo percorrido pessoalmente a região. Dentre os argumentos por ele levantados destacam-se os seguintes: a omissão do tribunal paraense em dar a requerida proteção de vida à Irmã, o processo que corre na referida justiça incriminando-a de mandante de assassinato e formadora de quadrilha e, também, a escandalosa impunidade histórica constatada naquele Estado. Impunidade fartamente documentada.

A resposta do STJ foi a rejeição unânime ao requerimento por julgá-lo improcedente. Aquele sessão do Tribunal transformou-se, então, no maior, mais repetitivo e mais grandiloquente panegírico de consagração da Justiça paraense.

Uma Justiça modelo para todo o País! No ar pairava a pergunta: E as graves omissões históricas de atuação desta Justiça? “São coisas do passado, não omissão, nem leniência, nem tibieza do Judiciário paraense”, retrucaram vários ministros. Por ironia da história, no mesmo horário desta sessão do STJ, era assassinado em Parauapebas, Pará, Antônio Matos da Silva, pai de um filhinho prematuro que ainda se encontrava no hospital junto com sua mãe. O grande argumento dos magistrados do STJ foi a celeridade do andamento do processo de julgamento do assassinato da Ir. Dorothy. Venceu, pois, a esperteza do Judiciário paraense em se livrar, desta forma, do vexame da federalização. Não obstante esta encenação, três dias depois da morte da Ir. Dorothy foram assassinados dois trabalhadores rurais, cujos casos continuam desdenhados pela tal Justiça.

Esta lamentável decisão tem seus significados e suas conseqüências: Ela foi, sem dúvida, um reforço ao corporativismo do Judiciário e do Ministério Público, que vinham fazendo forte pressão contra a federalização. Foi uma pá de cal sobre a incômoda emenda constitucional n. 45 que, a partir do que se sabe do nosso Judiciário, criou sabiamente a possibilidade de deslocamento de competência em face de incidente e cuja aplicação era a grande expectativa de muitos brasileiros e brasileiras. Foi um especial e curioso apoio ao Judiciário paraense, agora totalmente à vontade para continuar a conivência e a aliança com grileiros, madeireiros e pecuaristas, travestidos do agronegócio, continuamente denunciados por seus crimes contra pessoas indefesas e contra a frágil floresta Ama-

zônica. Foi uma perigosa perda de credibilidade do STJ, que, no episódio, mostrou-se corporativista, insensível à dramática realidade de sofrimento dos lavradores e auto-suficiente ao pontificar monoliticamente sobre o assunto, desconhecendo o dramático simbolismo envolto na morte da Irmã Dorothy Stang.

A Comissão Pastoral da Terra, testemunha desta fatídica sessão do STJ, sente-se agora mais

desafiada na sua missão de vigilância profética sobre as estruturas que oprimem os pobres da terra e das águas e, em colaboração com outras entidades, organizações e movimentos da nossa sociedade civil, deseja continuar a elaborar, articular e desencadear instrumentos alternativos ao único aparato institucional, em vista da urgente salvaguarda da justiça, da dignidade e da paz.

A Comissão Pastoral da Terra

Goiânia, 10 de junho de 2005

Ofício ao presidente do Tribunal de Justiça do Pará

Ofício dirigido ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará sobre os despejos programados de milhares de famílias.

Excelentíssimo senhor

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, sente-se sumamente preocupada com o despejo de cerca de 5.000 famílias nas regiões sul e sudeste do Estado do Pará, das quais 380 já foram expulsas de suas casas. E este número pode ainda ser maior.

Em muitas das áreas a serem desocupadas, as famílias moram e produzem na terra há mais de quatro anos. Têm casas construídas, escolas funcionando e lavouras produzindo, garantindo-lhes o pão de cada dia. Quem vai garantir o direito destas quase 15.000 pessoas, incluindo crianças e idosos?

Por que a justiça dá mais valor ao “direito à propriedade”, muitas vezes duvidoso, (dos 30 imóveis com liminar de reintegração de posse, apenas seis deles foram classificados pelo Incra como produtivos. Os demais são improdutivos ou constituídos em áreas da União, ou em processo de desapropriação para fins de reforma agrária) do que aos direitos fundamentais da pessoa humana à alimentação, moradia, educação e saúde, garantidos pela Constituição do nosso País? Por que o princípio constitucional que estabelece que a propriedade deve cumprir sua função social não é levado em considera-

ção? A Fazenda Cabaceiras, no município de Marabá, por exemplo, que também tem liminar deferida autorizando o despejo de 350 famílias, está ocupada há mais de sete anos e já foi autuada três vezes pelo uso de trabalho escravo. É um imóvel com decreto de desapropriação para fins de reforma agrária assinado pelo presidente da República e mesmo assim a Justiça do Estado concede-lhe reintegração de posse. É difícil entender uma situação destas.

Além disto, o Estado do Pará tem um triste histórico de violência contra os camponeses e de impunidade dos fazendeiros. No ano de 2003, foram 33 trabalhadores assassinados, outros 15, o foram em 2004 e neste ano já temos o registro de mais nove, incluindo o da irmã Dorothy, que causou comoção nacional e internacional. Por causa da repercussão do caso, este tem tido rápida tramitação na justiça paraense, o que não acontece com os demais.

O senso de solidariedade e de justiça, que acreditamos existirem na vida de V. Excia., farão cancelar as operações de despejo já determinadas e proporão processos de negociação que encontrem soluções dignas e justas para tantas famílias.

Assim o esperamos.

Goiânia. 24 de junho de 2005

Isidoro Revers

Pela Coordenação Nacional da CPT

Agronegócio profana símbolo religioso

Nota da Coordenação Nacional sobre profanação da cruz que marcou a 20ª Romaria da Terra do Paraná.

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, recebeu com profunda indignação a notícia de que a Cruz de Cedro, plantada em um trevo da cidade de São Pedro do Ivaí, PR, durante a celebração da 20ª Romaria da Terra do Paraná, que aconteceu no domingo passado, 21, foi profanada por duas vezes. Horas depois de encerrada a Romaria, a cruz foi arrancada e jogada no meio de um canavial nas proximidades. A cruz foi novamente plantada no local e na noite de terça para quarta-feira, 23/24, a cruz foi mutilada, tendo sido cortado um de seus braços.

A 20ª Romaria, organizada pela CPT, reuniu em torno de 25.000 pessoas. Tinha como lema “Ai dos que profanam a terra. Felizes os que cultivam a vida” e propunha-se denunciar as consequências negativas do modelo de agricultura adotado no Brasil, alicerçado, sobretudo, no agronegócio de exportação que destrói a terra com o uso indiscriminado de agrotóxicos e com a exploração da mão-de-obra. Por outro lado, mostrava a riqueza e os empregos que a agricultura familiar gera.

Às vésperas da Romaria, os cortadores e cortadoras de cana da Usina do município foram ameaçados de ficarem sem seus empregos, caso participassem da mesma. Alguns deles inclusive estavam escalados para participar da celebração litúrgica.

A profanação da cruz é uma demonstração clara dos métodos que o agronegócio utiliza. Além de não respeitar o meio ambiente e de ser um grande predador dos recursos naturais, agride o trabalhador do campo, explorando seu trabalho físico e atinge profundamente o seu universo simbólico-religioso. O agronegócio quer a submissão total do corpo e da alma do trabalhador para que esteja unicamente a serviço dos seus próprios interesses.

Segundo disse Dom Ladislau Biernaski, bispo auxiliar de Curitiba, o agronegócio “é um novo rótulo que tenta disfarçar a velha face do latifúndio”, que tem utilizado violência para se manter, pois sabe que está acobertado pelo manto da impunidade.

Goiânia, 24 de agosto de 2005

A Coordenação Nacional da CPT

Contra Despejo de Famílias em Afogados da Ingazeira - PE

Ofício dirigido à juíza de Afogados da Ingazeira solicitando suspensão de liminar de Reintegração de Posse.

Excelentíssima Senhora

Tomamos conhecimento de que Vossa Excelência determinou liminarmente sem oitiva dos trabalhadores, do Incra e do MP/PE, a reintegração de posse da Fazenda Socorro, município de Iguaraci, Comarca de Afogados da Ingazeira, onde 70 famílias estão acampadas aguardando a imissão de posse por parte do Incra, em face de Decreto Presidencial de 29 de dezembro de 2004.

Apelamos para o senso de Justiça de V. Excia. no sentido de que sejam mantidos os trabalhadores e trabalhadoras no imóvel, com a revogação da referida liminar, já que o Decreto de

Desapropriação evidencia a falta do cumprimento da função social da referida propriedade. O Ministério Público precisa ser ouvido. Os direitos dos idosos, crianças e adolescentes precisam ser respeitados. A liminar afetará severamente estes direitos, pois não terão onde se abrigar.

Além do mais, a liminar acarretará a destruição das lavouras dos trabalhadores violando também seu direito à alimentação e subsistência.

Sem mais para o momento, renovamos nosso apreço, esperando uma solução que busque a Justiça Social.

Atenciosamente

Goiânia, 29 de setembro de 2005

Isidoro Revers

Pela Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Exma. Senhora

Dra. Daniela Rocha Gomes

Juíza da 2ª Vara da Comarca de Afogados da Ingazeira

Solidariedade a Dom Luiz Cappio

Carta de Dom Tomás em solidariedade a Dom Luiz Cappio em greve de fome em defesa do Rio São Francisco.

Querido Irmão e Amigo
Dom Luiz Cappio,
Paz e Bem!

Através desta carta quero, através da Grande Região Nordeste da CPT, dar-lhe, em meu nome e em nome da CPT Nacional, o meu abraço fraterno e solidário pelo próximo dia 4 de outubro. Faço-o, em primeiro lugar, pela festa do Pai Francisco e, em segundo lugar, pelo seu aniversário natalício neste mesmo dia. Parabéns, meu Irmão! Mas, acima de tudo, quero cumprimentá-lo pelo seu audacioso gesto de realizar esta greve de fome em solidariedade com todos os pobres do semi-árido, vítimas, no passado, da “indústria da seca” que corrompeu a Sudene no favorecimento a políti-

cos e a empreiteiras, e futuras vítimas do mesmo favorecimento que virá com o faraônico projeto de transposição do Rio São Francisco.

Ao mesmo tempo que vamos anunciando, por toda parte, o patriótico objetivo desta sua heróica inspiração, unidos com muita gente temos orado e vamos orar ainda juntos com você. Nossa ardente esperança é que, com tanta prece e, mais ainda, com a intercessão de São Francisco, o Deus da vida faça o presidente Lula rever este seu plano e o faça buscar a tão suspirada solução do problema da água para o povo do semi-árido, porém incluindo aí a sabedoria deste mesmo povo.

Até breve, se Deus quiser.

Com toda admiração fraterna seu em Cristo,

São Paulo, 29 de setembro de 2005

Dom Tomás Balduino
Presidente da CPT

Transposição do São Francisco - O IBAMA capitulou

Nota divulgada em 11 de outubro de 2005, questionando a aprovação pelo Ibama do EIA/RIMA do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.

As entidades abaixo relacionadas vêm a público para denunciar que a licença prévia concedida pelo Ibama para a realização das obras de transposição do Rio São Francisco foi assinada pelo seu presidente, sem levar em consideração o parecer dos técnicos do órgão. A licença ambiental foi concedida, apesar das falhas e deficiências constatadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em relação ao projeto.

O EIA não aprofunda o risco de salinização de solos e açudes, não identifica áreas potenciais de desertificação, a possibilidade de início ou aceleração de processos erosivos, a possibilidade de redução de geração de energia elétrica e o risco de eutroficação dos reservatórios. O EIA ainda apresenta deficiências no diagnóstico da vegetação, na previsão de impactos, no diagnóstico e na indicação de Unidades de Conservação. Traz ainda um diagnóstico insuficiente sobre a fauna. Medidas de proteção ambiental são apresentadas de forma superficial.

As falhas e limitações do diagnóstico inviabilizam a identificação adequada dos impactos sobre as populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Em consequência, as medidas mitigadoras para estas populações estão desvinculadas das suas realidades e pouco detalhadas.

Não consta ainda do EIA/Rima a indicação de procedimentos sistemáticos para possibilitar a contínua e participativa avaliação das medidas e programas sociais e culturais, que permitam a revisão de equívocos, nem faz referência à necessária autorização do Congresso Nacional e ao consentimento das comunidades indígenas para a implantação do empreendimento.

Diante de tudo isto só nos resta uma conclusão. O Ibama capitulou diante das pressões advindas de empreiteiras e de diversos setores do governo interessados em aprovar e realizar a qualquer custo a gigantesca obra da transposição. Este procedimento do Ibama está ligado aos procedimentos impróprios adotados nas Audiências Públicas, realizadas em hotéis de luxo, com exigência de perguntas por escrito, sem se garantir a presença das populações afetadas. No momento das audiências, não raro as cidades foram cercadas por policiais que impediam o acesso às reuniões, como ocorreu explicitamente em Cabrobó, PE, quando estava agendada uma audiência com indígenas.

Por isto apoiamos as ações abertas pelo Ministério Público Federal, pedindo a suspensão, a revisão e até o cancelamento das obras da transposição até que um debate aberto, amplo e transparente seja feito. Apoiamos também o processo em curso de responsabilização do presidente do Ibama.

É inadmissível que uma obra deste porte com os custos econômico, social e ambiental da transposição das águas do São Francisco, seja iniciada a partir de justificativas falaciosas. Os povos indígenas, os ribeirinhos e os quilombolas devem ser incluídos e respeitados como sujeitos nesta questão que os afeta diretamente.

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

Conselho Indigenista Missionário - Cimi

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Cáritas Brasileira

Articulação dos Povos Indígenas de Minas

Gerais, Nordeste e Espírito Santo - Apoinme

Coordenação das Organizações Indígenas da

Amazônia Brasileira - Coiab

Nota da Coordenação Nacional da CPT sobre a aprovação do relatório da CPMI da Terra

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, diante da aprovação do Relatório substitutivo da CPMI da Terra, expressou sua reação com esta nota enviada à imprensa e a outras entidades

A CPT Nacional, mais uma vez, vem a público para expressar sua indignação diante da aprovação do relatório final da CPMI da Terra.

Poder-se-ia esperar outra coisa?

O dia 29 de novembro de 2005 ficará para a história do nosso País como mais um dia em que os senhores da terra e do agronegócio impuseram à nação a sua vontade, mantendo a intocabilidade da propriedade e a arcaica estrutura agrária de nosso País.

Nesta data, a CPMI da Terra rejeitou o relatório final apresentado pelo relator, Deputado João Alfredo, que denunciava a falta da Reforma Agrária como responsável pela violência no campo e aprovou o relatório substitutivo, apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion, porta-voz dos ruralistas e historicamente ligado à grilagem de terras no Paraná, que apresenta as vítimas da violência no campo, como responsáveis pela mesma. Ainda qualifica as legítimas ocupações de terra como crime hediondo e ato terrorista.

Desta forma a CPMI mais uma vez macula a já desgastada imagem do Congresso Nacional ao manter o direito à propriedade como direito absoluto, desconhecendo a constitucional função social da propriedade da terra e fechando os olhos à grilagem e à depredação do meio ambiente perpetrada pelo agronegócio.

O Relatório de Lupion ainda queria impedir que os sem-terra tivessem acesso aos recursos públicos alegando malversação dos mesmos.

Enquanto a nação está estarecida diante da corrupção que desvia bilhões de reais em favor da elite econômica, os deputados que aprovaram o relatório se escandalizam diante das possíveis falhas administrativas das migalhas destinadas aos projetos do campo. A eles se aplica a afirmação de Jesus que disse aos fariseus: “Guias cegos, vocês coam o mosquito e engolem o camelo” (Mt 23,24).

A aprovação deste relatório aconteceu no mesmo dia em que mais um trabalhador rural, Jaelson Melquíades, foi assassinado em Atalaia, Alagoas, e no dia seguinte ao lançamento do relatório “Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense”. Só neste ano de 2005, além de Irmã Dorothy Stang, outras 15 pessoas foram assassinadas no Estado do Pará e 48 vivem sob ameaça de morte. Em todo o Brasil os registros da CPT indicam 36 assassinatos de trabalhadores ou de pessoas que os apóiam e 170 pessoas que vivem sob ameaça de morte, inclusive mais uma religiosa, Irmã Leonora Bruneto, no Mato Grosso.

A aprovação do Relatório de Lupion consagra a prática da violência de quem historicamente se considera “dono e senhor” das terras e da vida e os isenta de qualquer responsabilidade.

Poder-se-ia esperar outra coisa deste parlamento que transforma os historicamente conhecidos malversadores dos recursos e do patrimônio público em arautos da honestidade e da ética?

Goiânia, 30 de novembro de 2005

Nota Pública

O Ministério da Integração Nacional convidou diversas entidades da sociedade civil para o “Seminário sobre o Projeto São Francisco e o Semi-Árido Nordestino” que se realizaria no dia 09/12. Via Campesina e CPT emitiram Nota Pública mostrando sua estranheza pela realização deste Seminário justamente na mesma data em que o Comitê da Bacia do São Francisco está reunido, em Recife, e nas vésperas do Seminário convocado por Dom Luiz Cappio para os dias 14 e 15, em Brasília, para definir uma pauta comum dos movimentos sociais a ser apresentada ao governo Lula.

As entidades nacionais da sociedade civil infra-assinadas vêm, por meio desta Nota Pública, manifestar sua estranheza e repúdio ao *Seminário “Projeto São Francisco e o Semi-Árido”*, que o governo federal promove em Brasília-DF, no dia 09 de dezembro de 2005, paralelamente à *VIII Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco* (Recife-PE, 08-09/12/2005), e a menos de uma semana do *Seminário “Que todos tenham vida”* (Brasília-DF, 14-15/12/ 2005), promovido por D. Luiz Cappio, bispo de Barra-BA, para discutir sugestões alternativas ao atual Projeto de Transposição, a serem levadas ao presidente Lula, em audiência combinada no acordo que pôs fim à sua greve de fome e a de quatro companheiros do MPA que a ela tinham aderido.

A iniciativa governamental, de última hora, com um dia apenas para tantas falas governamentais e pouco espaço para outros segmentos, mal disfarça sua real natureza e intenções, quais sejam, um ato político para tentar esvaizar os dois eventos citados, dando seguimen-

to à estratégia de impor o Projeto de Transposição a qualquer custo, atropelando quem se colocar no caminho, até a Justiça, como comprovam as obras iniciadas pelo Exército nas regiões de Cabrobó e Petrolândia, em Pernambuco, contrariando decisão da juíza Cíntia Araújo Lopes, da 14ª Vara da Justiça Federal, em Salvador, que determinou “a abstenção pela União de qualquer ato tendente à concretização do Projeto”.

Para ser fiel aos compromissos de mudança para os quais foi eleito, não resta ao governo outra saída senão suspender este Projeto e abrir um debate, amplo, democrático e sério, com o tempo necessário e sob controle do Ministério Público e da sociedade civil organizada, sobre as formas mais viáveis, do ponto de vista econômico, social e ambiental, para o desenvolvimento verdadeiramente sustentável do Semi-Árido e da Bacia Hidrográfica do São Francisco, acatando o resultado deste processo. Queremos debate para valer, não de fachada apenas!

Brasília, 8 de dezembro de 2005

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Via Campesina

Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades

* Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo o nome é apresentado por extenso.

AAV

Agente Ambiental Voluntário

AMA-JF

Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora

APR

Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Acaram

Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua

ASA

Articulação do Semi-Árido

Agrofran

Ass. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco

AMAPPAB

Assoc. dos Moradores, Amigos e Prop. dos Pontões de Pancas e Água Branca

APPAAFCNF

Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agric. Familiar de Congonhas Nossa Família

Abra

Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACTRU*

Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unai

ACUTRMU

Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais

ACBP

Associação Comunitária Bom Pastor

Acafi

Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba

Acordi

Associação Comunitária Rural de Imbituba

ACRQ

Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos

AATR

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais

ADC

Associação Direito e Cidadania

Ampa

Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores

Apapa

Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira

Atesf

Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé

Aaico

Associação dos Amigos da Ilha de Colares

AAU

Associação dos Assentados de Uruará

AAPS

Associação dos Assentados do Projeto São Francisco

Aafit

Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho

Abanorte

Associação dos Bananicultores do Norte de Minas

AC*

Associação dos Chacareiros

Adufba

Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia

Adufro

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia

Adufpr

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná

AMC*

Associação dos Moradores de Cupiúba

Asproja

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru

Apromar

Associação dos Prod. Rurais do Oeste de Machadinho

APA

Associação dos Produtores Alternativos

Apapats*

Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí

Apparp

Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe

APRGER*

Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios

APRNE

Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança

Apracf*

Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca

Aprocel*

Associação dos Produtores Rurais do Projeto
Poranga

ATDST

Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem
Terra

ATR

Associação dos Trabalhadores Rurais

Atri

Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú

Atrust

Associação dos Trabalhadores Rurais do Município
de Montes Claros

Astelira

Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa
Senhora do Livramento

Atuva

Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila
Aparecida

Assema

Associação em Áreas de Assentamento no Estado do
Maranhão

ADT*

Associação em Direito da Terra

AIMM*

Associação Independente Morro da Mesa

AIM

Associação Intermunicipal de Mulheres

Anab

Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

Antep

Associação Naviraiense Terra e Paz

ATTAC

Associação para Taxação das Transações Financeiras
e Ajuda ao Cidadão

Apeart

Associação Projeto Educação do Assalariado Rural
Temporário

ARTS

Associação Renovação dos Sem Terra

ARST

Associação Renovadora Sem Terra

ARPRC*

Associação Rural dos Possesores de Rio dos Couros

ASA

Associação Santo Antônio

Asseefa

Associação Solidária Econômica e Ecológica de
Frutas da Amazônia

ATP

Associação Terra e Paz

AUV

Associação União da Vitória

CLST

Caminho de Libertação dos Sem Terra

Cáritas

Cáritas Brasileira

COAFBRS*

Central das Organizações de Agricultura Familiar do
Baixo Rio São Francisco

CAR

Central dos Assentados de Roraima

CUT

Central Única dos Trabalhadores

CAA

Centro de Agricultura Alternativa

CCL

Centro de Cidadania e Liderança

CDHHT

Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade

Cedefes

Centro de Documentação Eloy Ferreira

Ceris

Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

Ceifar

Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria
Rural

Cepami

Centro de Estudos da Pastoral do Migrante

CJG

Centro de Justiça Global

COAAMS

Centro de Organização e Apoio aos Assentados de
Mato Grosso do Sul

Cebi

Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

Ceapa

Centro Estadual das Associações de Assentados e de
Pequenos Agric. de Alagoas

Comasses

Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo

CDH

Comissão de Direitos Humanos

Cediter

Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra

Codema

Comissão Municipal de Meio Ambiente de Munhuaçu

CPT

Comissão Pastoral da Terra

CPCETEDNNF

Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e
Degrad. no N e NO Fluminense

CEBs

Comunidades Eclesiais de Base

CGT

Confederação Geral dos Trabalhadores

CNAP

Confederação Nacional de Agricultores Portugueses

Contag

Confederação Nacional dos Trabalhadores na
Agricultura

CRB

Conferência dos Religiosos do Brasil

CNBB

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Ctac

Conselho dos Trabalhadores Assentados de Cáceres

Coema

Conselho Estadual do Meio Ambiente

CIR

Conselho Indigenista de Roraima

Cimi

Conselho Indigenista Missionário

CNS

Conselho Nacional dos Seringueiros

CPP

Conselho Pastoral dos Pescadores

Crea

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

CRABI

Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipu

CP*

Consulta Popular

Coomigasp

Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada

CMTRCR

Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região

Coopemard

Cooperativa de Pescadores Marcílio Dias

Cooterra

Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra

Comag*

Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá

CMS

Coordenação dos Movimentos Sociais

Ceta

Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados

Conlutas

Coordenação Nacional de Lutas

CRQ

Coordenação Regional Quilombola

CSBP

Coordenação Sindical do Bico do Papagaio

Cese

Coordenadoria Ecumênica de Serviços

DCE

Diretório Central dos Estudantes

DJP

Dominicans for the Justice and Peace

FAF

Federação da Agricultura Familiar

FCP*

Federação das Colônias dos Pescadores

Feraesp

Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

Feab

Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FPERJ

Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro

FPPMG

Federação dos Pescadores Profissionais de Mato Grosso

Fetaemg

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

Fetaesp

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

Fetacre

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre

Fetraff

Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar

Fetagr/RJ

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

Fetagr/BA

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia

Fetagr/PB

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba

Fetagr/AL

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas

Fetaeg

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

Fetagri/MT

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso

Fetagri/MS

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul

Fetape

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Fetagro

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia

Fetagr/RR

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima

Fetaesc

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina

Fetase

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

Fetaet

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins

Fetraece

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará

Fetaes

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo

Fetaema

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão

Fetagri/PA

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá

Fetaep

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

Fetag/PI

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí

Fetaerj

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

Fetarn

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte

Fetag/RS

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

Fetrafsul

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

Fetadef

Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno

FSDM-MG

Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de MG

Fase

Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional

Fisco-Fórum

Fisco-Fórum

FTR

Força dos Trabalhadores Rurais

FS

Força Sindical

FPS

Fórum das Pastorais Sociais

FAF*

Fórum de Agricultura Familiar

FLTDC*

Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania

FMA

Fórum de Mulheres da Amazônia

FMGBH*

Fórum de Mulheres da Grande BH

Fomes

Fórum de Mulheres do Espírito Santo

FDDI

Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas

FMCBH

Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas

FMLTCS

Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania

FNCVC*

Fórum Nacional Contra a Violência no Campo

FNF

Fórum Nacional do Fisco

FNRAJC

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

FPCDH*

Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos

FPLTTC*

Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania

FRP

Frente de Resistência Pataxó

FST

Fórum Social do Triângulo

Fata

Fundação Agrária de Tocantins/Araguaia

FVPP

Fundação Viver, Produzir e Preservar

GE*

Global Exchange

Greenpeace

Greenpeace

GADDH

Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos

GDN

Grupo de Defesa da Natureza

GTA

Grupo de Trabalho da Amazônia

Xambrê

Grupo Xambrê

IECLB

Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil

Índios

Índios

IMS

Instituto Marista de Solidariedade

LCC

Liga Camponesa Corumbiara

LCPR

Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia

LCPCO

Liga dos Camponeses Pobres do Centro-Oeste

LCPNM

Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas

LOC

Liga Operária Camponesa

MACDV*

Movimento Alerta Contra o Deserto Verde

MTB*

Movimento Brasil Sem Terra

MBUQT

Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra

MBST

Movimento Brasileiro dos Sem Terra

MCC

Movimento Camponês de Corumbiara

MCXV

Movimento Capão Xavier Vivo

MCNT

Movimento Conquistando Nossa Terra

MMCQ

Movimento das Mulheres Camponesas de Quilombo

MEB

Movimento de Educação de Base

MLST

Movimento de Libertação dos Sem Terra

MLST-L

Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta

MLTRST

Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MLT

Movimento de Luta pela Terra

MMA

Movimento de Mulheres Agricultoras

MMC

Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

M8M*

Movimento Dia 08 de Março

MAST

Movimento dos Agricultores Sem Terra

MAAP

Movimento dos Assentados do Amapá

MAB

Movimento dos Atingidos por Barragens

MCST

Movimento dos Carentes Sem Terra

MPA

Movimento dos Pequenos Agricultores

Mopepa

Movimento dos Pescadores do Estado do Pará

MSA

Movimento dos Sem Água

MSAR

Movimento dos Sem Água do Riachão

MT

Movimento dos Trabalhadores

MTAA/MT

Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso

MTBST

Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra

MTD

Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MTR

Movimento dos Trabalhadores Rurais

MTRUB

Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos

MTRI

Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes

MTB

Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil

MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTRST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTRSTB

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros

MTRSTP

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná

MFP

Movimento Fé e Política

MGA*

Movimento Grito das Águas

MIG

Movimento Indígena Guarani

MIQCB

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MNDDH

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos

MND

Movimento Nacional de Desempregados

MPT

Movimento Pacífico pela Terra

Moral

Movimento para Reforma Agrária e Liberdade

MDTX

Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu

MPRA

Movimento Popular pela Reforma Agrária

MPRD

Movimento Pró Rio Doce

MNF

Movimento Sem Terra Nova Força

MSTR

Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

MSST

Movimento Social dos Sem Terra

MSO

Movimento Social Organizado

MSTR*

Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia

MSONT

Movimento Sonho da Terra

MTB*

Movimento Terra Brasil

MTL

Movimento Terra Trabalho e Liberdade

MTV

Movimento Terra Vida

MTP

Movimento Trabalhista de Poconé

MTP*

Movimento Trabalho e Progresso

MTST

Movimento Tucuruense Sem Terra

MUL

Movimento União dos Lavradores

Must

Movimento Unido dos Sem Terra

MUT

Movimento Unidos pela Terra

MVAB

Movimento Vantuy Agroecológico no Brasil

OAB

Ordem dos Advogados do Brasil

OAC

Organização Agrária Camponesa

OLC

Organização da Luta no Campo

OAS

Organização de Articulação do Semi-Árido

OMR*

Organização de Moradores da Resex

OPI

Organização de Produtores de Ipirá

OSR

Organização dos Seringueiros de Rondônia

OTL

Organização Terra e Liberdade

PJR

Pastoral da Juventude Rural

PR

Pastoral Rural

Pégazus

Pégazuz

Planeta Vida

Planeta Vida

PSRF*

Pólo Sindical do Recôncavo e Feira

Preá

Preá

PPE

Projeto Padre Ezequiel

Quilombolas

Quilombolas

Rede Alerta

Rede Alerta contra o Deserto Verde

RCONGs

Rede Cerrado de Ongs

Raaca-Sul

Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia

Fian

Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar

Renap

Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares

SI

Sem informação

SS

Sem Sigla

SAB

Serviço de Animação Bíblica

SAF

Sindicato da Agricultura Familiar

SER

Sindicato dos Empregados Rurais

SFJP

Sem informação

Sintraf

Sindicato da Agricultura Familiar

SINPRA

Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados

SQP

Sindicato dos Químicos e Petroleiros

SRBH

Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte

Sindsepe

Sindicato dos Servidores Federais do Mato Grosso

Sintaema

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP

Sintero

Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia

STL

Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura

STR

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sinait

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Sinpaf

Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa

Sind-UTE

Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG

SDS

Social Democracia Sindical

Sapê

Sociedade Angrense de Proteção Ambiental

SMDDH

Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos

SPDDH

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

SOS Cachoeirão

SOS Cachoeirão

SOS Capivari

SOS Capivari

Tupã 3E

Associação Indígena no RS

UMP

União das Mulheres Piauienses

UAPE

União dos Agricultores de Pernambuco

Uniterra

União dos Movimentos Sociais pela Terra

USST

União dos Santanenses Sem Terra

UFT

União Força e Terra

UNE

União Nacional dos Estudantes

Via Campesina

Articulação Internacional das Entidades Camponesas

Fontes de Pesquisa

- *Declarações e Informes dos 21 Regionais da CPT
- *Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais
- *Relatórios de Sindicatos e Federações de trabalhadores rurais
- *Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

CPTs

- Abrindo o Bico - CPT AR/TO
- Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, Araguaína-TO
- Fala CPT - Boletim Informativo da CPT Goiás - Goiânia - GO
- Informativo Terra das Águas - CPT Manaus - AM
- Informe da Rede CPT - Goiânia-GO
- Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT Rondônia - Porto Velho
- Notícias da Terra e da Água - CPT Nacional - Goiânia - GO
- O Lavrador - Comissão Pastoral da Terra- PI
- O Roceiro - Crateús - CE
- Pastoral da Terra - CPT Nacional - Goiânia - GO
- Pé no Chão - PT - PB
- Pelejando - CPT Belo Horizonte - MG

Igrejas

- A Caminho - Diocese de Goiás- GO
- ACR do Brasil - Animação dos Cristãos no Meio Rural
- Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina
- APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural
- Boletim Ressurreição e Vida - Senhor do Bonfim - BA
- Cáritas Brasileira
- Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- Cimi - Conselho Indigenista Missionário
- Conselho Pastoral dos Pescadores
- Documento de Diocese
- Pastoral da Juventude
- Porantim - Brasília - DF
- Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT
- Ressurreição e Vida - Senhor do Bonfim - BA

ONGs

- Boletim da Justiça Global
- Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES
- CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro - SE
CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
Cendhec - Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social
Centro de Justiça Global
Cepasp - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular
Comissão de Direitos Humanos da OEA
Fase - Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional
Fian - Foodfirst Information and Action Network
GADDH - Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
Greenpeace
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
Ífas - Instituto de Formação e Assessoria Sindicais
Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM
Notícias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá
ISA - Notícias Socioambientais
Rede Nacional dos Advogados e Advogadas Populares
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
Sasop - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Ru
SDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

Outros documentos

Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira
Asseefa - Assoc. Solidária Econômica Eco. de Frutas da Amazônia
Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria
Associação Nacional de Cooperação Agrícola
Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC
Cerrado Assessoria Jurídica Popular - GO
Delegacia de Polícia
Departamento de Medicina Legal
Depoimento
Dhesc - Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais
Diretório Nacional do PT - Brasília - DF
Documentos Gerais
DRT - Delegacia Regional do Ministério do Trabalho
Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
Inkra
Ministério do Trabalho
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
Ordem dos Advogados do Brasil
Ouvidoria Agrária

Imprensa

1. A Crítica - Manaus - AM
2. A Folha - São Carlos - SP
3. A Gazeta - Cuiabá - MT
4. A Gazeta - Rio Branco - AC
5. A Gazeta - Vitória - ES
6. A Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
7. A Gazeta do Povo - Curitiba - PR
8. Agence France - Press - Paris - FR
9. Agência Estado - São Paulo - SP
10. Agência Notícias do Planalto
11. Agora Bahia - Salvador - BA
12. Agora - Itabuna - BA
13. Agora São Paulo - SP
14. Alto Madeira - Porto Velho - RO
15. Amazonas em Tempo - Manaus - AM
16. A Notícia - Chapecó - SC
17. A Província do Pará - Belém - PA
18. A Região - Itabuna - BA
19. A Tarde - Salvador - BA
20. A Tribuna - Santos - SP
21. A Tribuna do Povo - Umuarama - PR
22. A Tribuna - Vitória - ES
23. A Tribuna - Rio Branco - AC
24. A Tribuna - Rondonópolis - MT
25. Boletim da FAEP - Curitiba - PR
26. Brasil de Fato - São Paulo - SP
27. Brasil Norte - Boa Vista - RR
28. Campo Grande News - MS
29. Carta Maior - São Paulo - SP
30. Cinform - Sergipe Aracaju
31. Coletivo - Brasília - DF
32. Correio - Uberlândia - MG
33. Correio Braziliense - Brasília - DF
34. Correio da Bahia - Salvador - BA
35. Correio da Barra - Barra do Pirai - RJ
36. Correio da Cidadania - São Paulo - SP
37. Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
38. Correio de Sergipe - Aracaju - SE
39. Correio do Estado - Campo Grande - MS
40. Correio do Pará - Belém - PA
41. Correio do Povo - Porto Alegre - RS
42. Correio do Tocantins - Marabá - PA
43. Correio Popular - Campinas - SP
44. Correio Popular - São Paulo - SP
45. Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS
46. Correioweb - Brasília - DF
47. Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo-SP
48. Dia a Dia - Campo Grande - MS
49. Diário Catarinense - Florianópolis - SC
50. Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
51. Diário da Manhã - Chapecó - SC
52. Diário da Manhã - Goiânia - GO
53. Diário da Manhã - Passo Fundo - RS
54. Diário da Região - São José do Rio Preto - SP
55. Diário da Serra - Tangará da Serra - MT
56. Diário de Aço - Caratinga - MG
57. Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
58. Diário de Natal - Natal - RN
59. Diário de Pernambuco - Recife - PE
60. Diário de São Paulo - São Paulo - SP
61. Diário de Taubaté - SP
62. Diário do Aço - Caratinga - MG
63. Diário do Amapá - Macapá - AP
64. Diário do Amazonas - Manaus - AM
65. Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
66. Diário do Grande ABC - Santo André - SP
67. Diário do Iguazu - Chapecó - SC
68. Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
69. Diário do Pará - Belém - PA
70. Diário do Povo - Dourados - MS
71. Diário do Povo - Teresina - PI
72. Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
73. Diário do Vale - Volta Redonda - RJ
74. Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR
75. Diário Popular - São Paulo - SP
76. Época - Rio de Janeiro - RJ
77. Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
78. Extra - Rio de Janeiro - RJ
79. Folha da Baixada - Cuiabá - MT
80. Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ
81. Folha da Região - Araçatuba - SP
82. Folha de Carajás - Redenção - PA
83. Folha de Boa Vista - RR
84. Folha de Londrina - Londrina - PR
85. Folha de Pernambuco - Recife - PE
86. Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
87. Folha de São Paulo - São Paulo - SP
88. Folha do Amapá - Macapá - AP
89. Folha do Estado - Cuiabá - MT
90. Folha do Paraná - Curitiba - PR
91. Folha do Povo - Campo Grande - MS
92. Folha Popular - Palmas - TO
93. Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
94. Gazeta Digital - Guararapes - SP
95. Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB
96. Gazeta do Oeste - Mossoró - RN

97. Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
98. Gazeta do Povo - Curitiba - PR
99. Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS
100. Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
101. Gazeta Nacional
102. Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
103. Informe Agropecuário - Campo Grande - MS
104. Isto É - São Paulo - SP
105. Isto É Dinheiro - São Paulo - SP
106. Jornal Arinos - Nova Mutum - MT
107. Jornal Correio do Tocantins - Marabá - PA
108. Jornal Cultura - Guarapuava - PR
109. Jornal da Cidade - Bauru - SP
110. Jornal da Comunidade - Brasília - DF
111. Jornal da Manhã - Aracaju - SE
112. Jornal da Manhã - Uberaba - MG
113. Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB
114. Jornal da Tarde - São Paulo - SP
115. Jornal de Brasília - Brasília - DF
116. Jornal de Cuiabá - Cuiabá - MT
117. Jornal de Fato - Natal - RN
118. Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
119. Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
120. Jornal do Cariri - CE
121. Jornal do Comércio - Recife - PE
122. Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
123. Jornal do Dia - Macapá - AP
124. Jornal do Estado - Paraná
125. Jornal do Tocantins - Palmas - TO
126. Jornal Pequeno - São Luís - MA
127. Jornal Planalto Central - Brasília - DF
128. Jornal Spalhafatos - Brasília - DF
129. Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
130. Le Monde - Paris - FR
131. Marco Zero - Macapá - AP
132. Meio Norte - Teresina - PI
133. Nova Fronteira - Salvador - BA
134. O Debate - Macaé - RJ
135. O Dia - Rio de Janeiro - RJ
136. O Dia - Teresina - PI
137. O Diário de São Paulo - São Paulo - SP
138. O Estadão - Porto Velho - RO
139. O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
140. O Estado do Maranhão - São Luís - MA
141. O Estado do Norte - Porto Velho - RO
142. O Estado do Paraná - Curitiba - PR
143. O Estado do Tapajós - PA
144. O Falcão - Abelardo Luz - PR
145. O Globo - Rio de Janeiro - RJ
146. O Imparcial - Araraquara - SP
147. O Imparcial - Presidente Prudente - SP
148. O Imparcial - São Luís - MA
149. O Jornal - Maceió - AL
150. O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP
151. O Jornal de Hoje - Natal - RN
152. O Liberal - Belém - PA
153. O Mercador On Line - Rio Verde - GO
154. O Mossoroense - Mossoró - RN
155. O Município - Brusque - SC
156. O Nacional - Passo Fundo - RS
157. O Norte - João Pessoa - PB
158. O Paraná - Cascavel - PR
159. O Popular - Goiânia - GO
160. O Povo - Fortaleza - CE
161. O Progresso - Dourados - MS
162. O Rio Branco - Rio Branco - AC
163. O São Paulo - São Paulo - SP
164. O Tempo - Belo Horizonte - MG
165. Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
166. Opinião - Marabá - PA
167. Página 20 - Rio Branco - AC
168. Revista República - São Paulo - SP
169. Revista República - São Paulo - SP
170. Revista Século Diário - Vitória - ES
171. Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ
172. Revista Terra Brasilis - EUA
173. Revista Valor - Portugal
174. Site amazonia.org.br
175. Site globonews.com
176. Site Rondônia Digital - On Line
177. Site tudoparana.globo.com
178. Tribuna da Bahia - Salvador - BA
179. Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ
180. Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS
181. Tribuna de Alagoas - Maceió - AL
182. Tribuna do Brasil - Brasília - DF
183. Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE
184. Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR
185. Tribuna do Norte - Apucarana - PR
186. Tribuna do Norte - Natal - RN
187. Tribuna do Planalto - Goiânia - GO
188. Tribuna da Imprensa - Araraquara - SP
189. Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
190. Valor Econômico - São Paulo - SP
191. Veja - São Paulo - SP
192. Zero Hora - Porto Alegre - RS

CPT no Brasil

SECRETARIA NACIONAL

Rua 19 n° 35 1° andar - Ed. D. Abel - Centro
74030-090 - Goiânia, GO
Fone: (62) 4008-6466
Fax: (62) 4008-6405
E-mail: cpt@cptnacional.org.br

ACRE

Travessa Amapá, 261 - Bairro Cerâmica
69908-270 - Rio Branco, AC
Fone/Fax: (68) 3223-2193 / 3224-0936
E-mail: cptac@uol.com.br

AMAPÁ

Avenida Pe. Manoel da Nóbrega, 1000 - Bairro
Jesus de Nazaré
68906-970 - Macapá, AP
Fone: (96) 3223-2539
Fax: (96) 3222-3997
E-mail: cptap@uol.com.br

AMAZONAS

Rua Monsenhor Coutinho, 858
Centro, Manaus, AM
CEP 69010-110
Fone: (92) 3232-1160
Email: cptam@cptam.org.br

ARAGUAIA - TOCANTINS

Rua Porto Alegre, 446 - Bairro São João
77807-070 - Araguaína, TO
Fone: (63) 3412-3200
E-mail: cptartoc@cultura.com.br

BAHIA - SERGIPE

Rua Gal. Labatut, 78 - Bairro Barris
CEP 40070-100 - Salvador, BA
Fone: (71) 3328-4672
Fax: (71) 3328-4683
E-mail: cptba@terra.com.br

CEARÁ

Rua Mons. Otávio de Castro, 150
Bairro de Fátima
60050-150 - Fortaleza, CE
Fone/Fax: (85) 3226-1413
E-mail: cptce@fortalnet.com.br

ESPÍRITO SANTO/RIO DE JANEIRO

C.P 312 Cep: 29930-000
São Mateus, ES
Fone: (27) 3763-3505
E-mail: cptesrj@veloxmail.com.br

GOIÁS

Rua 19 n° 35 1° andar - Ed. D. Abel - Centro
74030-090 - Goiânia, GO
Fone: (62) 3223 -5724
Fax: (62) 3213 -1733
Email: cptgo@cptgo.org.br

MARANHÃO

Rua do Sol, 457 - Centro
65020-590 - São Luís, MA
Fone: (98) 3222-4243
Fax: (98) 3232-8763
E-mail: cptma@elo.com.br

MATO GROSSO

Rua Amambaí, 160 - Setor Alvorada
78048-460 - Cuiabá, MT
Fone: (65) 3621-3068
Fax: (65) 3621-2942
E-mail: cptmt@terra.com.br

MATO GROSSO DO SUL

Rua Nicolau Frageli, 71 - Bairro Amambaí
79008-970 - Campo Grande, MS
Fone/Fax: (67) 3029-7729
E-mail: cptms@terra.com.br

MINAS GERAIS

Rua Cassiterita, 59 - Bairro Santa Inês
31080-150 - Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3466-0202
E-mail: cptmg@veloxmail.com.br

NORDESTE

Rua Esperanto, 490 - Ilha do Leite
50070-390 Recife, PE
Fone: (81) 3231-4445 / 3221-7314
Fax: (81) 3222-2943
E-mail: cptpe@terra.com.br

PARÁ

Rua Barão do Triunfo, 3151
Bairro Marco
66093-050 - Belém, PA
Fone/Fax: (91) 3226-6491
E-mail: cptpa@conectus.com.br

PARANÁ

Rua Paula Gomes, 703 - 1º andar
Bairro S. Francisco
80510-070 - Curitiba, PR
Fone/Fax: (41) 3224 -7433
E-mail: cpt@cpt.org.br

PIAUI

Rua Des. Pires de Castro, 631
Centro Norte
64000-390 - Teresina, PI
Fone: (86) 3222 - 4555
Fax: (86) 3226-9370
E-mail: cptpi@veloxmail.com.br

RIO GRANDE DO SUL

Rua Manoel Ferrador, 155
Bairro Passo das Pedras
91230-370 - Porto Alegre, RS
Fone/Fax: (51) 3344-4415
Celular: (51) 9958 -0398
E-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA

Rua Sen. Álvaro Maia, 1034
Bairro Olaria
78902-220 - Porto Velho, RO
Fone: (69) 224-4800
Fax: (69) 223-1135
Celular: (69) 9984-9964
E-mail: cpt@enter-net.com.br

RORAIMA

Rua Floriano Peixoto, 243
69301-320 - Boa Vista, RR
Fone: (95) 3224- 4636
E-mail: cprr@technet.com.br

SANTA CATARINA

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524
Bairro Pantanal
88040-001 - Florianópolis, SC
Fone/Fax: (48) 3234-4766
E-mail: cptsc@cnbbsul4.org.br

SÃO PAULO

Rua Campos Sales, 86
Brás
03041-090 - São Paulo, SP
Fone: (11) 3271-9515 / 9354-3475
E-mail: cptsp@ig.com.br

Um Rio Azul corta a rotina

Inez Ethne Gontijo Neiva

Se nessa tarde
de quase supremo silêncio
gritos infantis, adolescentes
transmutam a cor
amarelecida de sol causticante
um rio azul corta a rotina
recitando em guerra e sossego
o cotidiano de nossas vidas
embaralhadas
naufragadas
salvas entre o sonho e o medo
A esperança e a derrota

E nunca param de correr
o rio, os gritos
o azul e nossas vidas
Sempre a poesia das ruas
os passos fecundos nas águas
num definitivo testemunho
de que talvez fomos criados para o amor
de que a quimera-brado de liberdade
apenas terá significado
quando for profecia de justiça!

E brasileiros somos índios
brancos, negros, mestiços
raças indefiníveis
(de jogadores, dançarinos persistentes
retirantes, poetas, malandros, teimosos)

E latino-americanos somos
um continente cansado de espora, de espera
eleitos a transformar em grito
de sol, de lua e de tarde
o nosso banzo
-gemido humilhado na cangalha
em voz de solidariedade

Que ressuscitem os cantos
de sobrevivência e ternura
das mulheres e homens
crianças e negros
dos índios presentes e antepassados
e dos "tori" comungados!

Que possa todo o continente
rezar a oração conquistada
de um povo que teve nas mãos
a poesia de outros povos
que teve na mente
no subconsciente, no diariamente
a história ausente nos livros
contada pelas almas ternas e iradas
fraternas, vingativas, fecundas
de uma gente que ousou sonhar

Que teve a coragem imensa
de querer pão no futuro
e pão no cotidiano

Que teve a valentia
de acolher os irmãos em casa
pobre cama e parca comida

Uma gente que teve a poesia
de criar um Deus
que fosse irmão nosso igual

e por isso
iremos um dia
como o rio, como a tarde
como a lua
interromper a rotina
perpetuando o universo
- cada um em seu momento -

